



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília

RICARDO SANTOS DA SILVA

**MILITARES EM REVOLTA: A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS
BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)**

MARÍLIA

2021

RICARDO SANTOS DA SILVA

**MILITARES EM REVOLTA: A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS
BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha.

MARÍLIA

2021

S586m Silva, Ricardo Santos da
Militares em revolta : a mobilização política dos marinheiros
brasileiros no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953) / Ricardo
Santos da Silva. -- Marília, 2021
194 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

1. Ciências Sociais. 2. Esquerda Militar. 3. Antimil. 4. Guerra da
Coreia. 5. Marinheiros. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RICARDO SANTOS DA SILVA

**MILITARES EM REVOLTA: A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS
BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)**

Tese para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
(UNESP-MARÍLIA)
Orientador

Prof. Doutor Vágner Camilo Alves
(UFF)

Prof. Doutor Guilherme Pigozzi Bravo
(FAIP)

Prof. Doutor Leandro de Oliveira Galastri
(UNESP-MARÍLIA)

Prof. Doutor Tiago Siqueira de Oliveira
(UNESP-MARÍLIA)

Marília, 30 de abril de 2021.

Dedico à Eliane, Miguel, Melissa e Olívia

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Paulo Ribeiro da Cunha pela formação acadêmica e humanística desde a graduação em Ciências Sociais. Também pela amizade, coerência e segurança depositada no desenvolvimento da pesquisa. Minha imensa gratidão.

Agradeço aos mestres pela oportunidade que tive de aprender desde a graduação, como os professores Marcos Del Roio, Jair Pinheiro, Fátima Cabral e José Carlos Miguel.

Agradeço a Eliane, minha companheira, e aos meus filhos Melissa e Miguel pela compreensão e apoio necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos amigos Maria Lúcia Jerep, Elândio Robson, Júlio César Bastianik, Soraya, Norival Lamarca, Selma, Benilton, Cyn, Marisa Reis, Silvana, Adriana Alonso, Sidnilson, Rafael Martins, Pedro, Lays Mazzoti, Silvana Souza, André Leandro, Sugar Ray e ao Jorge Arroteia.

Agradeço aos amigos e companheiros de lutas na universidade, entre eles André Scantimburgo, Alexandre Lopes, Jefferson Barbosa e a sua companheira Ana Cristina, Rafael Abrunhosa, Liene Keite, Gleyce, Leonardo Bezerra, Leonardo Lessin, Gabriel Salum, Celso Júlio, André Berger, Renato Pereira, João Marcelo.

Agradeço aos pesquisadores Anderson da Silva Almeida, Robert Porto e Maurício Gomes da Silva pelo diálogo e colaboração.

Agradeço aos professores Vágner Camilo Alves e Guilherme Pigozzi Bravo pelas indicações de leituras e orientações para o prosseguimento da pesquisa no Exame Geral de Qualificação.

Agradeço aos professores Tiago Siqueira de Oliveira (Unesp-Marília), Leandro de Oliveira Galastri (Unesp-Marília), Vágner Camilo Alves (UFF), Guilherme Pigozzi Bravo (FAIP), Eduardo Heleno Santos de Jesus (UFF), José Miguel Arias Neto (UEL) e Jair Pinheiro (Unesp-Marília) pela participação na banca de defesa que examinou a presente Tese.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa “Democracia, Militares e a Esquerda Militar” pelo diálogo e aprendizado com os pesquisadores Carlos Ruiz, Felipe Garcia e demais membros.

Agradeço a Unesp-Marília por todo o aprendizado. Não tenho palavras para expressar o amor e o carinho incondicional que tenho pela universidade. Devemos lutar para mantê-la e continuar a formar e semear conhecimento aos trabalhadores e seus filhos.

Agradeço a D. Leila Pigozzi Bravo pela leitura e revisão da presente Tese. Minha gratidão.

Agradeço ao Superior Tribunal Militar e, mais especificamente, ao senhor Heigon e aos demais funcionários da seção do arquivo do STM que me auxiliaram em todo o processo para ter acesso aos documentos que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - - Código de Financiamento 001”.

"Nossos filhos soldados não irão para a Coreia"
(Elisa Branco)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a mobilização política dos marinheiros de esquerda da Marinha de Guerra do Brasil, muitos deles pertencentes ao Antimil (Setor Militar do PCB), que atuaram no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953), quando se debatia se o Brasil deveria participar do conflito asiático. Esta abordagem tem como ponto de partida o pós-guerra e o desencadeamento da Guerra Fria, momento em que este confronto ideológico e multifacetado politicamente ganha contornos de um conflito entre capitalismo x comunismo, e que na ocasião o mundo esteve próximo de uma guerra nuclear. No Brasil, o perigo comunista havia sido a justificativa do presidente Getúlio Vargas para instaurar a ditadura do Estado Novo; continuava sendo o mesmo na Guerra da Coreia em que se confrontavam militarmente o norte comunista e o sul capitalista. Por hipótese, avaliamos como decisiva a ação política desse grupo de marinheiros de esquerda tendo em vista impedir que o governo brasileiro enviasse uma força expedicionária para combater na Guerra da Coreia. O trabalho ainda objetiva apreender o processo de luta e mobilização bem como o mecanismo de repressão institucional que se abateu na Marinha de Guerra Brasileira, assim como analisar as graves violações aos direitos humanos que foram infligidas aos militares de esquerda como desdobramento de seu posicionamento político decisivo, assim como de outros atores, para a não-participação das Forças Armadas do país na Guerra da Coreia.

Palavras-chave: Antimil. Marinheiros. Guerra da Coreia. Guerra Fria. PCB.

ABSTRACT

This work aims to investigate the political mobilization of the left-wing sailors of the Brazilian Navy, many of them belonging to the Antimil (Military Sector of the PCB), who worked in the context of the Korean War (1950-1953), when it was debated whether Brazil should participate in the Asian conflict. This approach has as its starting point the post-war and the outbreak of the Cold War, a time when this ideological and politically multifaceted confrontation takes on the shape of a conflict between capitalism x communism, and at that time the world was close to a nuclear war. In Brazil, the communist danger had been the justification of President Getulio Vargas to establish the dictatorship of the Estado Novo; it remained the same in the Korean War in which the communist north and the capitalist south were militarily confronted. By hypothesis, we consider the political action of this group of left-wing sailors to be decisive in order to prevent the Brazilian government from sending an expeditionary force to fight in the Korean War. The work also aims to apprehend the process of struggle and mobilization as well as the mechanism of institutional repression that befell the Brazilian Navy, as well as to analyze the serious violations of human rights that were inflicted on the left military as an unfolding of its decisive political positioning, as well as other actors, for the non-participation of the country's Armed Forces in the Korean War.

Keywords: Antimil. Sailors. Korean War. Cold War. PCB.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à enquêter sur la mobilisation politique des marins de gauche de la marine brésilienne, dont beaucoup appartiennent à l'Antimil (secteur militaire du PCB), qui a travaillé dans le contexte de la guerre de Corée (1950-1953), lorsque il a été débattu de la question de savoir si le Brésil devait participer au conflit asiatique. Cette approche a pour point de départ l'après-guerre et le déclenchement de la guerre froide, une époque où cette confrontation idéologique et politiquement multiforme prend la forme d'un conflit entre capitalisme x communisme, et à cette époque le monde était proche d'un conflit entre le capitalisme et le communisme. guerre nucléaire. Au Brésil, le danger communiste avait été la justification du président Getúlio Vargas pour établir la dictature de l'Estado Novo; il est resté le même pendant la guerre de Corée dans laquelle le nord communiste et le sud capitaliste ont été militairement confrontés. Par hypothèse, nous considérons l'action politique de ce groupe de marins de gauche comme décisive pour empêcher le gouvernement brésilien d'envoyer un corps expéditionnaire combattre dans la guerre de Corée. Le travail vise également à appréhender le processus de lutte et de mobilisation ainsi que le mécanisme de répression institutionnelle qui a frappé la marine brésilienne, ainsi qu'à analyser les graves violations des droits de l'homme qui ont été infligées à l'armée de gauche comme un déroulement de sa décision décisive. positionnement politique., ainsi que d'autres acteurs, pour la non- participation des forces armées du pays à la guerre de Corée.

Mots-clés: Antimil. Marins. Guerre de Corée. Guerre froide. PCB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura do Partido Comunista Brasileiro.....	111
Figura 2 – Estrutura do Comitê Antimil do Partido Comunista do Brasil (PCB).....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICH – Alianza de Intelectuales de Chile para la defensa de la cultura.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior.

CC – Comitê Central.

CEDPEN – Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional.

CIAW – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk

COMINFORM - Escritório de Informações dos Partidos Comunistas e Operários.

CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória.

CNPQ – Comissão Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CNV – Comissão Nacional da Verdade. **CONF** – Conjunto das Forças Armadas. **CONUC** – Comissão da ONU sobre a Coreia.

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.

CT – Contratorpedeiro.

CTB – Central dos Trabalhadores Brasileiros.

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social.

ESG – Escola Superior de Guerra. **EUA** – Estados Unidos da América. **FAB** – Força Aérea Brasileira.

FEB – Força Expedicionária Brasileira. **HCM** – Hospital Central da Marinha. **IPM** – Inquérito Policial-Militar.

JID – Junta Interamericana de Defesa. **OESP** – Jornal O Estado de S. Paulo. **ONU** – Organização das Nações Unidas. **PCB** – Partido Comunista do Brasil.

KOMINFORM - Escritório de Informações dos Partidos Comunistas e Operários.

PCCH – Partido Comunista do Chile. **PCV** – Partido Comunista da Venezuela. **PSD** – Partido Social Democrático.

PSP – Partido Social Progressista.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

RCG – Regimento de Guardas da Cavalaria.

RN – Rio Grande do Norte.

UDN – União Democrática Nacional.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

TIAR – Tratado Interamericano de Defesa Recíproca.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - DA GUERRA FRIA À GUERRA QUENTE: A PENÍNSULA COREANA	
28	
1.1. As leituras da Guerra Fria	30
1.2. A Doutrina Truman e o Plano Marshall	36
1.3. A Guerra Fria na América Latina	39
1.4. A Guerra Fria no Brasil	44
1.5. As formulações do governo Dutra	54
1.6. A Guerra da Coreia	55
1.7. O debate sobre a Guerra da Coreia no Brasil	58
CAPÍTULO 2 - O DEBATE SOBRE A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA GUERRA	
DA COREIA, VISTO POR DIFERENTES ATORES	61
2.1. Clube Militar e o Alto Comando do Exército	61
2.2. A Grande Imprensa	69
2.3. A imprensa de esquerda	83
2.4. O Ministério das Relações Exteriores	96
2.5. Presidência da República	105
CAPÍTULO 3 - A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS DE ESQUERDA.	109
3.1. O funcionamento das células comunistas	114
3.2. A célula comunista na Escola Naval	120
3.3. As células comunistas de subalternos na Marinha	126
3.4. Os jornais clandestinos das células comunistas do Setor Militar	138
CAPÍTULO 4 - A DECISÃO DE NÃO PARTICIPAR DA GUERRA E A REPRESSÃO	
AOS MARINHEIROS	146
4.1. O anticomunismo no Brasil entre os anos de 1940 e 1950	146
4.2. As violações aos direitos humanos de militares brasileiros na década de 1950	149
4.2.1. O caso dos fuzileiros navais	153
4.2.2. O caso dos marinheiros	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180

INTRODUÇÃO

Já faz alguns anos que me dedico ao tema - esquerda militar -, e mais especificamente aos marinheiros de esquerda, e a presente pesquisa é decorrente de uma continuidade do mesmo arco temático da dissertação de mestrado. Participo e acompanho o trabalho do prof. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha nos grupos de pesquisa desde a graduação, quando tive um primeiro contato com a área de estudos que remonta a Jornada de Estudos Nelson Werneck Sodré realizado na Unesp Campus de Marília no ano de 2002. Outro momento foi assistir as aulas ministradas na disciplina de Fundamentos da Ciência Política e Teoria Política I, ocasião em que li uma obra elaborado pelo professor recentemente publicado *Um olhar à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Da leitura desse livro passei a conhecer um capítulo que é, em alguns momentos negligenciados na história brasileira, ou seja, de que tivemos dentro das Forças Armadas militares situados no campo do espectro ideológico da esquerda, como a esquerda nacionalista ou esquerda militar.

Após a recusa de um dos pareceristas para o desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica, retomei a oportunidade de desenvolver uma pesquisa no Mestrado sobre a atuação política dos marinheiros no contexto da Revolta da Chibata de 1910 sob a orientação do mesmo docente, e publicado pela editora Dialética em 2021. Devido às dificuldades de acesso às fontes de pesquisa, a escolha acabou recaindo sobre os marinheiros, que desde o golpe de Estado de 1964 lutavam, seja na clandestinidade ou não, por uma Lei de Anistia que não fosse parcial e restrita, mas que alcançasse a todos os militares cassados, na medida em que a Administração Naval à partir de 1979 indeferia os sucessivos pedidos desses militares, com base naquela Lei, de não apenas reintegrar¹, mas de reincorporá-los² as fileiras da Marinha brasileira. O trabalho, então, mostrou como um grupo de marinheiros e fuzileiros navais atuaria, segundo uma das hipóteses daquela pesquisa, como um Partido Militar com a finalidade de sair do limbo jurídico e político, em que alguns membros conseguiam ser anistiados por meio dos

¹ Reintegrar é o mecanismo em que o militar licenciado volta às fileiras de uma das instituições das Forças Armadas, amparado por decisão judicial.

² Reincorporar é a situação em que um militar afastado passa a ser parte das fileiras de uma das instituições das Forças Armadas, como um militar da ativa.

Tribunais, e outros, como os membros desse grupo, que se encontravam no ostracismo e destituídos, em tese, de cidadania.

Particpei ao longo de muitos anos como membro do grupo de pesquisa Democracia, Militares e a Esquerda Militar, que me proporcionou conhecer com mais profundidade os diferentes atores e textos do campo de estudo. Através desse grupo tive a oportunidade de participar dos Congressos de Defesa Nacional que ocorreram na Academia da Força Aérea (Pirassununga-SP) em 2006, Escola Naval (Rio de Janeiro-RJ) em 2007 e na Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ) no ano de 2008. Esse Congresso, promovido anualmente pelo Ministério da Defesa, tinha o objetivo de estimular a interação entre as escolas militares e as instituições civis de ensino superior, seus alunos e professores, ao fomentar o debate acerca dos problemas relevantes do país e consolidar uma cultura de defesa nacional. Outro ponto que se destaca nas atividades do grupo de pesquisa são os Encontros da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, ocasião em que os pesquisadores participam de apresentação de trabalhos de pesquisa, dos debates relacionados a temática da defesa além de fortalecer os vínculos com a comunidade de pesquisa.

O atual objeto de pesquisa trata da atuação política dos marinheiros de esquerda do Setor Militar do Partido Comunista do Brasil no contexto da Guerra da Coreia (1950- 1953). O conflito asiático seria debatido inicialmente no país na vigência do governo de Eurico Gaspar Dutra e nele são discutidos acordos com os Estados Unidos com a finalidade de realizar esforços para que o Brasil participasse militarmente enviando tropas. Nessas discussões estariam presentes alguns pontos elencados que faziam parte do esforço de guerra do país ao suprir os norte-americanos com recursos minerais estratégicos, além da compra de embarcações e suprimentos de armamentos precários. Outro aspecto remete a questão da formalização de um Acordo Militar entre os governos brasileiro e norte-americano.

A discussão da Guerra da Coreia no Clube Militar também recaía sobre o monopólio do petróleo e ele acabava levando a um engajamento castrense em torno da causa. No meio desses debates, se enfrentavam duas facções políticas na entidade, a saber, os “nacionalistas” identificados à esquerda do espectro ideológico e os “liberais-conservadores” ou “entreguistas” que recaíam ideologicamente à direita. Um debate acirrado em torno dessas agendas vai mobilizar os oponentes e a luta ganhará capítulos importantes com a publicação do artigo “Considerações sobre a Guerra da Coreia” na edição de julho de 1950 da *Revista do Clube Militar*.

Os debates que ocorriam no Clube Militar tinham importância e ecoavam na grande imprensa e na sociedade brasileira, pautando-a. Com a publicação do artigo mencionado há um

movimento repressivo de setores oposicionistas e do governo, cujas medidas iniciais serão a transferência dos membros da diretoria da entidade para locais distantes. Lembrando que esses também sofrerão as punições do golpe civil-militar que ocorreria, anos depois, em 1964, com a cassação dos direitos desses militares, em que alguns já se encontravam na reserva como o próprio general de brigada Nelson Werneck Sodré.

Apesar das transferências dos membros da diretoria da entidade que a desfalcava, o Clube Militar dirigido pela chapa dos generais Estillac Leal e Horta Barbosa manteria certo protagonismo, na medida em que o primeiro seria nomeado como ministro da Guerra por Getúlio Vargas, eleito presidente em 1950, e que tomaria posse no início do ano de 1951. O novo ministro e dirigente do referido Clube não teria forças para desfazer as transferências dos militares que foram realizadas, e em outra medida, para suprir as lacunas deixadas naquela diretoria, seriam escolhidos novos membros que continuavam a manter a linha editorial engajada da *Revista do Clube Militar*.

Ressalta-se que naquele período do início da década de 1950 já havia tido início o confronto conhecido como Guerra Fria, conflito em que se enfrentavam dois oponentes ideológicos em torno de um protagonismo mundial, mais especificamente os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esse conflito chegaria ao Brasil e a América Latina com a assinatura do Tratado Interamericano de Defesa Recíproca – TIAR – que colocava o país na órbita dos interesses norte-americanos, o que também desencadeava a continuidade da política anticomunista de perseguir os opositores políticos de esquerda, que teve início em 1947 com a cassação do registro do PCB e dos mandatos de seus parlamentares no ano de 1948.

Inserida nessa conjuntura temos a Guerra da Coreia que eclodiria em 1950 e que chegaria a uma trégua em 1953. Tecnicamente, o conflito entre as duas Coreias não foi concluído. O confronto ocorreria em decorrência das tensões entre as Coreias do Norte e do Sul, depois do assassinato dos emissários de Pyongyang por forças de Seul:

As provocações sul-coreanas na fronteira multiplicaram-se (assassinato de emissários, incursões militares e discursos ameaçando invadir o norte), e Kim Il Sung passou a preparar-se militarmente, John Foster Dulles (então secretário de Estado dos EUA) e MacArthur propositalmente silenciaram. Assim como em Pearl Harbor, um “ataque traiçoeiro” precipitaria uma guerra legitimada e representaria o início da escalada na Ásia. (VISENTINI, PEREIRA E MELCHIONNA, 2015, p. 64).

De todo modo, as provocações entre ambos os países remontavam ao ano de 1948 e os primeiros combates na fronteira ocorreriam em 1949:

Apesar de já existirem provocações mútuas entre o sul e o norte desde 1948, os primeiros combates fronteiriços significativos ocorreram em 04 de maio de 1949, quando o sul iniciou uma forte escaramuça em Kaesong. Combates ainda maiores foram travados em junho de 1949, na península de Ongjin, dessa vez por iniciativa norte-coreana. O sul reagiu enviando guerrilheiros ao Paralelo 38º, mas esses foram exterminados pelas tropas do norte. Nesse contexto, a Comissão da ONU sobre a Coreia (Conuc) enviou uma delegação à zona de litígio para investigar a situação. Contudo, o relatório da Conuc, bastante influenciado pelos EUA, responsabilizava unicamente o norte pelos conflitos, omitindo as provocações geradas pelo sul. (VISENTINI, PEREIRA E MELCHIONNA, 2015, p. 65).

Um dos pesquisadores que investigariam o tema da Guerra da Coreia foi o norte-americano Stanley Sandler, e um dos pontos de discordância com a leitura de outros estudiosos sobre a natureza daquele conflito, ao assinalar que: “Ironia maior ainda para a história coreana foi o fato de alguns acadêmicos qualificarem aquele conflito como ‘guerra civil’” (SANDLER, 2009, p. 19). Contudo, aparentemente, não há um consenso estabelecidos pelos pesquisadores sobre quem deu início ao confronto, nestes termos:

Não há consenso entre os historiadores acerca de quem deu início a Guerra da Coreia e quais foram suas causas. A historiografia norte-americana e a sul-coreana tradicionais sustentam que o conflito seria deflagrado por Kim Il Sung, com apoio da URSS, com o objetivo de dominar toda a península. A historiografia oficial norte-coreana, por sua vez, defende que o norte estava respondendo a provocações sul-coreanas na fronteira e que o objetivo do ataque teria sido a libertação da metade da península. Em uma análise mais acadêmica, autores como Cumings (2004), French (2005) e Lee (1996) questionam ambas as versões, alegando que a guerra teria se originado de causas múltiplas, não apenas os internos, mas também os externos, como os EUA e a URSS. Todavia, nenhuma das duas superpotências tinha interesse prévio de entrar em conflito direto. (VISENTINI, PEREIRA E MELCHIONNA, 2015, p. 64-65).

Em relação ao confronto entre as duas superpotências na Guerra da Coreia, Sandler relataria que ambas procuraram evitá-lo. Entretanto, ocorreria o episódio da derrubada de aeronaves militares dos Estados Unidos ao invadirem o espaço aéreo do território da União Soviética:

A despeito do fato da União Soviética ter, realmente, pequena extensão de fronteira com a Coreia do Norte e embora a Guerra da Coreia fosse um reflexo da confrontação mundial EUA x URSS, as duas superpotências evitaram, escrupulosamente, o embate direto entre elas. O único confronto ocorrido entre as duas forças militares cingiu-se à derrubada unilateral de cerca de uma dúzia de aviões americanos no espaço aéreo da periferia da União Soviética. Até onde se sabe, nenhum avião soviético foi abatido pela Força Aérea dos EUA fora da Coreia ou sobre as águas que a circundam; os intrusos foram simplesmente “empurrados para fora” mesmo que violassem com frequência o espaço aéreo dos Estados Unidos e de seus aliados. (SANDLER, 2009, p. 19).

A entrada da República Popular da China na Guerra aconteceria em outubro de 1950, depois das tropas norte-americanas ocuparem Pyongyang e se aproximarem do Rio Yalu, fronteira dos norte-coreanos com os chineses:

Após a conquista de Pyongyang, as tropas comandadas pelos EUA rapidamente avançaram em direção ao Yalu. A retirada norte-coreana em direção às montanhas, na fronteira chinesa, entretanto, fora bem planejada pelas lideranças (que haviam construído um complexo sistema de túneis), atraindo MacArthur para uma guerra de guerrilhas. De fato, tal recuo era a aplicação de estratégias desenvolvidas durante a guerra civil chinesa, que visava atrair as tropas da ONU ao norte, enfraquecendo-a pelo grande esforço de deslocamento sobre uma vasta região, e aniquilá-las quando já estivessem fragilizadas pelo avanço.

Mao advertira que não toleraria a destruição da Coreia do Norte e, quando MacArthur ocupou Pyongyang e se aproximou do Rio Yalu, iniciou seus preparativos militares. Entrou no conflito em fins de outubro de 1950, pois esse rio, além de ser a fronteira, era vital para os chineses por produzir a energia utilizada pelo principal núcleo da RPC, localizado na Manchúria. (VISENTINI, PEREIRA E MELCHIONNA, 2015, p. 69).

A discussão acerca do conflito chegaria ao Brasil e como já foi mencionado, foi objeto de investigação da análise do historiador Nelson Werneck Sodré, que seria também um ator importante no Clube Militar, sendo um dos responsáveis pela publicação da Revista da entidade. O debate chegou também a diferentes fóruns como a grande imprensa, a imprensa de esquerda, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Alto Comando do Exército e entre as associações de classe dos sargentos, a saber, a Casa do Sargento do Brasil e aos marujos da Marinha de Guerra brasileira.

A grande imprensa brasileira em seu conjunto ecoaria o posicionamento a favor das tropas da Organização das Nações Unidas lideradas pelos militares dos Estados Unidos, e relativamente ecoaria a visão de segmentos da elite dirigente brasileira favorável a uma provável participação brasileira no confronto, ao sinalizar um alinhamento militar, político e ideológico com Washington. A imprensa de esquerda, mais detidamente, o jornal *Voz Operária*, por sua vez adotaria uma posição contrária a uma participação brasileira no teatro de guerra coreano e se colocava como um veículo de defesa de bandeiras pacifistas como as campanhas promovidas no período, como a do Apelo de Estocolmo que condenava a utilização de armas nucleares. Seus defensores ficariam conhecidos como “Partidários da Paz”. Estes seriam alvo de editoriais publicados pela grande imprensa na tentativa de situá-los como defensores de campanhas promovidas por Moscou. O Ministério das Relações Exteriores chefiados por João Neves da Fontoura seria um dos negociadores de tratados patrocinados pelas autoridades norte-americanas em troca de investimentos que alavancassem o desenvolvimento brasileiro, e isso

implicava em uma posição favorável ao envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia antecedidas pelas negociações em torno do Acordo Militar Brasil-EUA.

Os marujos da Marinha de Guerra brasileira seriam atores importantes na conjuntura do início dos anos 1950 contra a participação brasileira naquele confronto e, que cuja hipótese de pesquisa remete a questão de que a atuação política desses militares de esquerda, muitos ligados ao Setor Militar do PCB ou Antimil, teria certo peso, assim como a posição de outros atores e decisores, na tomada de decisão sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia. Deste modo, essa é a hipótese que norteia a pesquisa. Portanto, entre os objetivos da pesquisa procura-se demonstrar que marinheiros de esquerda, a maioria com atuação no Setor Militar do PCB, o Antimil, atuaram politicamente no interior da Marinha de Guerra do Brasil no sentido de evitar que o país enviasse combatentes para lutar no front de guerra coreano. Assim, esse é um dos pontos fundamentais da presente pesquisa, que também procura contribuir para a explicação dos fenômenos e das intervenções militares; bem como perceber os marinheiros como atores importantes dentro das Forças Armadas nos acontecimentos da Guerra da Coreia (1950-1953).

O debate sobre a participação ou não dos brasileiros no teatro de guerra coreano também já acontecia nas associações de classe que reuniam praças como as que ocorriam principalmente na Casa do Sargento do Brasil e, mais especificamente, na Marinha de Guerra brasileira, que se articulavam em torno do Antimil, organização fundada em 1929 e que pertencia ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e se mantendo “praticamente imune às lutas internas que erodiam as demais esferas partidárias”. (CUNHA, 2014, p. 135). Quanto à atuação do Antimil, grupos de militares de esquerda na Marinha de Guerra do Brasil, entre seus membros que atuavam junto aos marinheiros, havia sargentos e oficiais do exército; e as células do Antimil funcionavam nas corporações militares e reuniam até 8 pessoas e tinham a características de se manterem estanques, ou seja, eram células separadas que não se comunicavam umas com as outras. Consta que alguns militares atuaram na organização dos marinheiros nas embarcações da Marinha, e o setor era dividido em postos e graduações.

A Marinha de Guerra chegou a contar com um número aproximado de 300 marinheiros e suboficiais militantes no PCB, assinala Cunha (2002), e quase o dobro de simpatizantes. Chegaram a existir núcleos fortes e atuantes em vários navios de guerra onde havia discussões políticas intensas, “muitas reuniões” e que contavam com a presença de assistentes políticos. Sobre a questão do envio ou não de marinheiros para a Guerra da Coreia, o pesquisador indica que:

[...]. Naquela ocasião, houve inclusive uma deliberação do setor AntiMil junto aos marujos para que os cruzadores Tamandaré e Barroso, recém- adquiridos e prontos a serem incorporados a armada, não seguissem dos Estados Unidos diretamente para o teatro de guerra coreano, como suspeitava-se acordado na época entre ambos os governos. Em face das fortes pressões internas contra a intervenção brasileira no conflito, abortou-se aquela possibilidade de implementação do acordo. Tudo indica que haveria uma sublevação organizada em contrário daquela ação, se prevalecesse o acordo denunciado para a intervenção. (CUNHA, 2011, p. 253-254).

Após a decisão tomada pelo governo brasileiro de não enviar uma força expedicionária para a Guerra da Coreia, Nelson Werneck Sodré chama atenção em seus livros que foi iniciado um processo de repressão aos militares nacionalistas e de esquerda; e que se voltou contra a tropa, atingindo subalternos do Exército além de praças e marinheiros da Marinha de Guerra. Os quartéis se modificaram tornando-se locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos e tudo com a conivência dos comandantes militares, e as violências contra os militares, portanto, acabaram se espalhando pelas três forças militares, especialmente as direcionadas contra os marinheiros ligados aos grupos de esquerda. Assim entre os objetivos secundários da pesquisa, temos a identificação de como os grupos de marinheiros de esquerda se mobilizaram politicamente no contexto de evitar o envio de tropas à Guerra da Coreia; e investigar as torturas e violações aos direitos humanos cometidas contra os marinheiros punidos entre os anos de 1950-1953.

Uma das hipóteses da pesquisa, é que, face a intervenção dos marinheiros, entre outros militares nacionalistas e de esquerda, ao lado de outros atores, decorre o posicionamento do governo brasileiro de não enviar uma força expedicionária para lutar no “teatro de guerra” coreano. A hipótese maior que orienta esta proposta de pesquisa é de que foi este grupo de marinheiros de esquerda pertencentes ao Antimil, que atuaram e desenvolveram sua ação política com a finalidade de impedir que o governo brasileiro enviasse uma força expedicionária para combater na Guerra da Coreia.

Do ponto-de-vista metodológico, a investigação reflete um diálogo que passa por diferentes leituras que possibilitam o estudo dos fenômenos militares. Entre várias leituras, uma delas parte do modelo “Institucional-organizacional” e que opera com a questão da autonomia da instituição militar, tese desenvolvida por Edmundo Campos Coelho no livro *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*, que apreende as Forças Armadas como uma esfera à parte da sociedade; pauta-a como objetivada mediante seus interesses, considerando o Exército como uma estrutura monolítica. Essa concepção afirma que os militares atuam de dentro para fora, ou seja, os militares teriam autonomia frente à sociedade, possibilitando a leitura de que não existe contradição política interna dos militares quando

inseridos na política, demonstrando o caráter monolítico da Instituição, principalmente porque a tomada de decisão estaria articulada à hierarquia. De acordo com Coelho:

O enfoque utilizado [no livro] é organizacional. Apesar da variedade de interesses orientações teóricas e metodológicas cobertas pela teoria organizacional, sua característica distintiva consiste em tomar a organização, e não o sistema inclusivo ou parte dele, como a unidade de análise. Está ênfase na organização não exclui a questão das relações entre a organização, por um lado, e seu contexto ambiental, por outro. Pelo contrário, por que forma uma organização se relaciona com seu ambiente externo e como se influenciam mutuamente são questões que constitui o núcleo da análise. (COELHO, 2000, p. 41).

Ainda assim, de acordo com Peixoto (1980), o modelo “Institucional-organizacional”:

[...] Segundo essa abordagem, as Forças Armadas se convertem na matriz dos inputs e dos outputs militares; o fenômeno militar é, em última análise, auto-explicável. Os traços mais salientes da lógica organizacional-burocrática – espírito de corpo, hierarquia, centralização das decisões – são privilegiados em prejuízo das influências civis. O aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica, e seu output político é o resultado do processo e de decisões que se prendem à lógica e a percepção próprias da instituição e de seu funcionamento vertical. Os papéis são definidos unicamente pelo sistema de valores institucional e por uma percepção da realidade extramilitar a partir desse sistema, o que normalmente cabe aos centros de decisão do aparelho, isto é, à estruturas hierárquicas de comando. (PEIXOTO, 1980, p. 30).

Esta concepção aborda o papel político militar ao apontar que o aparelho militar possui autonomia em relação as influências externas, em que há uma posição da organização da corporação militar fundamentadas na hierarquia, espírito de corpo e centralização das decisões que se sobressaem sobre a influência dos civis. Nesta concepção, a corporação militar é tida como um todo monolítico em que as decisões passam por uma estrutura hierárquica de comando e cujos papéis dos militares são definidas pelas Forças Armadas.

Uma segunda leitura trata do modelo “Instrumental”, concepção que busca nos interesses de classes, grupos, forças políticas e correntes de opinião explicar as motivações das manifestações militares, e que se apresentariam a partir de estímulos ou influências não somente internas, mas também externas às corporações, inclinando-se a alguns dos grupos ou identificando-se a um deles. Uma leitura à direita é operacionalizada pelo intelectual conservador norte-americano Samuel Huntington, em seu livro mais significativo *O soldado e o Estado*, publicado pela Biblioteca do Exército (Bibliex), que reconhece as Forças Armadas como um instrumento de modernização capitalista e de caráter reformador em países mediados por forças políticas oligárquicas.

Uma segunda interpretação à esquerda dessa concepção é oferecida por Nelson Werneck Sodré, oficial do Exército e historiador marxista. Ele apreende as Forças Armadas como

originárias da classe média e/ou pequena burguesia e que desenvolveram posições progressistas ao longo da história, conferindo-lhe uma peculiaridade democrática e nacionalista. A fundamentação maior dessa tese e referência de qualquer debate sobre as Forças Armadas apresentam-se em dois trabalhos: *Memórias de um soldado* e *História Militar do Brasil*. De todo modo, estes dois pesquisadores se amparam, de acordo com Peixoto (1980), na premissa de que as manifestações militares envolvem interesses de classes sociais, grupos, forças políticas e correntes de opinião, ao entender que as forças militares se mobilizam a partir de estímulos que são encontrados fora das corporações militares.

[...] Elas são acionadas por grupos de interesses ou de pressão e, em última análise, o sentido final da intervenção militar favorece sempre um ou outro dos grupos que disputam o poder e o controle do aparelho do Estado. As Forças Armadas identificam-se sempre com um ou outro desses grupos. O mais comum é encontrar, no âmbito da organização, representantes de cada um deles, pois a instituição armada deixa-se penetrar pelas tensões que atravessam a sociedade civil e a esfera política. E os confrontos que existem se desenvolvem no seio da corporação militar são meros reflexos dos confrontos mais globais que marcam o processo político. (PEIXOTO, 1980, p. 29-30).

Assim, na leitura do modelo “Instrumental” compreende-se que a sociedade é formada por classes sociais e que os militares pertencentes as Forças Armadas compõem essa mesma sociedade. Estes podem se mobilizar em defesa dos interesses próprios de classe ou daquelas dos quais sofrem influências. Desse modo, as Forças Armadas não estão neutras aos conflitos e tensões que acontecem na sociedade civil e na própria política, na medida em que apresentam a existência de confrontos entre os grupos que estão inseridos em um processo político mais amplo. Existem ainda outras leituras que talvez sejam derivadas das concepções Institucional/Organizacional e Instrumental. Assim, a concepção notadamente defendida por Alfred Stepan afirma que os militares exercem o Poder Moderador³. A variante defendida por Oliveiros Ferreira desenvolve o conceito de Partido Fardado⁴, fazendo analogia com a ação unificada da Instituição Militar; e a Esquerda Militar, valorizada por João Quartim de Moraes⁵.

Há uma terceira leitura identificada como instrumental metodológico de Partido Militar, presente no trabalho de Antonio Carlos Peixoto. Contudo, a origem da expressão Partido Militar é de Alain Rouquié (1980):

[...] as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo que conhecem em

³ Stepan, Alfred. Militares na política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

⁴ Ferreira, Oliveiros S. Vida e morte do partido fardado. São Paulo: SENAC, 2005.

⁵ Moraes, João Quartim de. A esquerda militar no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

seu seio – tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica – processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais. (ROUQUIÉ, 1980, p. 12).

Na hipótese de Alain Rouquié (1980), o Exército se constituiu e atuou politicamente em momentos diferentes da história brasileira como um Partido Militar enquanto processo que pode ser percebido no movimento dos tenentes de 1922 e que foi institucionalizado no Clube 03 de Outubro; pode ser notado também no período ditatorial entre os anos de 1964 e 1985 em que diferentes facções lutaram pelo controle do Estado.

Nesse sentido, a pesquisa se desenvolveu a partir do referencial teórico de leitura “Instrumental” de Nelson Werneck Sodré, ao indicar que as manifestações militares envolveriam interesses de classes sociais, grupos, forças políticas e correntes de opinião relacionados ao objeto da presente pesquisa em que se investiga a mobilização de um grupo de marinheiros de esquerda que desenvolveram sua ação política com o objetivo de evitar que militares brasileiros fossem enviados para lutar na Guerra da Coreia. Por esse eixo metodológico, indica que além do levantamento residual sobre o tema, temos o trabalho de Nelson Werneck Sodré que dedicou algumas páginas a temática no livro clássico *História Militar do Brasil* em que ele analisou a mobilização política dos militares através da atuação no Clube Militar.

Nessa linha, temos a pesquisa de documental e de campo, e uma das principais fontes de investigação refere-se aos *Depoimentos Esclarecedores Sobre os Processos dos Militares* publicado no ano de 1953 pela Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem situado na cidade do Rio de Janeiro. A obra apresenta o relato de um grupo de militares que sofreram seguidas violações aos direitos humanos, que naquele período eram compreendidos como direitos civis e políticos. O tratamento cruel, desumano e degradante atingiria os segmentos das Forças Armadas e civis, e dedica uma parte das exposições a denúncia de violências e maus-tratos aos marinheiros. Os testemunhos apresentados pela publicação posteriormente seriam corroborados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Um trabalho recentemente publicado e consultado que trata das violações aos direitos humanos na conjuntura do início da década de 1950, foi o livro *Campo de Concentração do RN: Tortura na Base Aérea de Natal 1952-1953*. A obra se dedica em mostrar o testemunho de militares da Aeronáutica e de civis que sofreram violentas repressões marcadas pelo requinte das crueldades notadas nos relatos das vítimas na Base Aérea de Natal, localizada no município de Parnamirim. O material foi publicado pela Comitê Estadual pela Verdade, Memória e Justiça do Rio Grande do Norte em 2013.

Entre as demais fontes de pesquisa levantadas, consultadas e analisadas, foram utilizadas entrevistas de ex-militares como as Geraldo Campos, Luiz Rolan Silva Carrion e da senhora Josina Godoy, esta última concedida ao autor no ano de 2018. A entrevista de Campos foi realizada pelo Instituto Astrojildo Pereira e publicada em audiovisual em 2006. Luiz Carrion foi entrevistado pelo prof. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha que gentilmente cedeu o material. O entrevista com D. Josina foi realizada no estado de Goiás. Foram realizados trabalhos de campo em instituições de pesquisa como no CPDOC-FGV; Arquivo Público Histórico do Estado do Rio de Janeiro. Realizei consulta também nos arquivos online da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, dos jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Globo*; bem como o levantamento e a leitura dos livros de memórias de militantes comunistas. Por fim, consultei os processos digitalizados disponibilizados pelo Superior Tribunal Militar no ano de 2015, cujos depoimentos que constam nos Inquéritos Policiais Militares devem ser vistos com muito cuidado, não tão somente porque os depoimentos foram feitos à base de torturas, além da existência de outros documentos incriminatórios claramente elaborados para a grande imprensa. Um deles cita um organismo identificado com CONF, referência que não encontra respaldo na historiografia do período e que será objeto de nosso diálogo não só por refletir a repressão do momento, mas também por ter elementos que são corroborados por outras fontes, embora outras sejam absurdas como veremos no capítulo 3. Finalmente, entre os trabalhos que foram referenciais na pesquisa estão os dos pesquisadores Vágner Camilo Alves, Nelson Werneck Sodré, Antonio Carlos Peixoto, Paulo Fagundes Visentini, Eric Hobsbawm, Jonh L. Gaddis, Sidney Munhoz, Leslie Bethell, Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, Guilherme Pigozzi Bravo e Rodrigo Patto Sa Motta.

A presente Tese está organizada em quatro capítulos, a saber: o primeiro capítulo abordamos a temática do pós-guerra, o desencadeamento da Guerra Fria e a sua influência na América do Sul, como a repressão presente no governo de Eurico Gaspar Dutra contra o Partido Comunista do Brasil e os segmentos políticos de esquerda. Em seguida, investigamos a questão coreana sobre o país e seus desdobramentos como a Campanha contra o emprego de armas atômicas e o Movimento pela Paz.

No segundo capítulo analisamos o debate de diferentes atores sobre a participação na Guerra da Coreia, apresentando a posição do Clube Militar e Alto Comando do Exército, a grande imprensa com destaque para o papel exercido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a imprensa de esquerda através da leitura de veículos como o jornal *Voz Operária* e por fim, verificamos a postura do Ministério das Relações Exteriores e de seus representantes como o senhor João Neves da Fontoura, além do papel desempenhado pelo presidente Getulio Vargas.

No terceiro capítulo trataremos da atuação política dos marinheiros simpatizantes, militantes e membros pertencentes às células do Setor Militar, mostrando a organização e funcionamento de tais núcleos nas áreas de circunscrição militar como nas embarcações. Apontaremos para a dinâmica de tal grupo de marinheiros nas mobilizações em torno de uma agenda que recaia sobre a possibilidade, naquela conjuntura, do envio e participação brasileira no teatro de guerra e a hipótese da pesquisa de que atuação de tais militares, muitos de esquerda e do Antimil teve, ao lado de outros atores, certo peso para a decisão do governo brasileiro em não participar diretamente naquele conflito com o envio de combatentes.

No quarto capítulo buscaremos demonstrar como a tomada de decisão do governo de Getúlio Vargas em declinar da participação direta brasileira na Guerra da Coreia por meio da atuação dos marinheiros, muitos de esquerda, resultou em graves violações aos direitos humanos contra esse segmento, como os casos envolvendo torturas, maus-tratos, envenenamentos, intoxicações e agressões físicas. Por fim as considerações finais.

CAPÍTULO 1

DA GUERRA FRIA À GUERRA QUENTE: A PENÍNSULA COREANA

O término da Segunda Guerra Mundial, na qual envolveram-se os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – e os países Aliados (EUA, França, Inglaterra e União Soviética), deixou, além do número assustador de mortes, cenários de destruição e devastação até então nunca vistos. O mundo, perplexo, testemunhou o surgimento de dois grandes vencedores: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ao final de tal conflito, esses países irão desencadear um estado de tensão permanente, que marcará o período do pós-guerra, e que ficará conhecido como “Guerra Fria”.

O pano de fundo da Guerra Fria será a reorganização do mundo que emerge depois da Segunda Guerra Mundial, reorganização esta pontuada, entre outras questões, pela influência e pelo destino dos países derrotados, questões já constantes na agenda da reunião de Yalta⁶, com Roosevelt, Stalin e Churchill, em fevereiro de 1945.

O segundo ponto que marcará esse instante inicial do tensionamento entre as potências beligerantes, no contexto emergente da “Guerra Fria”, é o papel secundário que a Inglaterra e a França passam a ocupar no cenário internacional, em razão de tamanha destruição e dos custos da guerra enfrentados por aqueles dois países. Já em julho de 1945, no encontro de Potsdam, entre Stalin, Truman e Churchill, o mandatário da URSS procurou passar a impressão de que não se intimidava com o anúncio de que os EUA possuíam a bomba atômica. (REICHEL, 2004).

Visentini (2004, p. 69-70) escreve que as Conferências de Yalta e de Potsdam constituíram o centro das discussões sobre os pontos da reorganização do pós-guerra, e o conflito da Guerra Fria tem sua gênese, em certa medida, nas divergências entre os países aliados ocidentais de um lado, e o soviético, de outro. O historiador relata que, em Yalta,

⁶ Conferência de Yalta, ou Conferência da Crimeia, foi como ficou conhecido um conjunto de reuniões que aconteceram entre os dias 04 e 11 de fevereiro de 1945. Nessas reuniões, sobre o provável fim da Segunda Guerra Mundial, discutiu-se sobre os territórios de cada país, incluindo-se os países que faziam parte do “Eixo”, a saber, Alemanha, Itália e Japão. Essa Conferência reuniu representantes dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, União Soviética, China e França.

Churchill, Roosevelt e Stálin fixaram a fronteira polonesa-soviética na Linha Curzon⁷ e entregaram territórios alemães no Leste dos rios Oder-Neisse à Polônia, como forma de reparação pelas destruições que as forças nazistas provocaram naquele país. Um outro aspecto salientado pelo pesquisador é a “formação de governos de coalizão na Polônia e na Iugoslávia”. Na mesma Conferência – Yalta - decidiu-se que a Alemanha não seria “partilhada”, embora, logo após o conflito, tal país tenha sido dividido em zonas americana, inglesa, francesa e soviética. Os norte-americanos também conseguiriam um “compromisso” dos soviéticos de que estes entrariam em guerra contra os japoneses na Manchúria. Yalta foi o ponto alto da colaboração entre os EUA e a União Soviética⁸, momento, conforme esclarece o pesquisador, em que houve o estabelecimento de “áreas de influência”, e não a “partilha do mundo”, como seria divulgado por correntes historiográficas ocidentais. Assim, concordou-se, na mencionada Conferência, que os Soviéticos não deveriam ter países limítrofes, nas fronteiras da Europa Ocidental.

Lyra Junior; Bellintane (2014, p. 232) assinalam que a Conferência de Yalta definiu os princípios para a divisão da Alemanha, assim como as devidas reparações. Ficou acordada, também, a participação futura da França na administração, ocupação e redefinição do território alemão. Os países libertados receberiam auxílio e apoio para realizarem eleições livres e para a criação de governos democráticos⁹.

A Conferência de Potsdam¹⁰ contaria com a presença do presidente Truman, dos Estados Unidos, o qual passou a adotar uma postura diferente com a União Soviética¹¹, de supostamente mais rigidez nas relações¹². Conforme assinalado nos parágrafos acima, o mandatário norte-

⁷ Como ficou conhecida a linha fronteira entre a Polônia e União Soviética, que acabou sendo proposta pela Conferência de Paz de Paris no ano de 1919.

⁸ Gaddis (2014, p. 202) esclarece que, na perspectiva de George F. Kennan, deveria existir uma total divisão da Europa em áreas de influências, com cada lado administrando o território sob seu controle, da maneira que o aprovesse. Naquele momento, a expressão Guerra Fria ainda não havia sido cunhada, mas as suas características já haviam tido tomado forma na mente do norte-americano, além de achar uma bobagem a não reformulação da estratégia yankee para se adaptar à nova conjuntura, pois, caso contrário, ela colocaria em risco o que havia restado do continente europeu. Nesse sentido, o embaixador estadunidense em Moscou mencionaria que “Corríamos o perigo de perder, como o cão que vê sua imagem refletida no lago, o osso que estava em nossa boca, sem pegar aquele que víamos na água”. (GADDIS, 2014, P. 202).

⁹ Roosevelt viria a falecer em abril de 1945.

¹⁰ Lyra Junior; Bellintane (2014, p. 232) esclarecem que a Conferência de Potsdam foi realizada no mês de julho de 1945 e definiu-se um Conselho de Ministros das cinco potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial – China, EUA, França, Reino Unido e URSS – que negociou os acordos com o Eixo, e mais especificamente, com a Alemanha, momento em que se decidiu que ela seria desarmada, desmilitarizada e desnazificada, além de não dispor de um governo central.

¹¹ A URSS negociaria termos relativos à Polônia e à Prússia Oriental. A primeira por imposição soviética seria soberana sobre os territórios além das linhas definidas pelos rios Oder-Neisse. Já a segunda, a Prússia Oriental, seria transferida para os poloneses. (LYRA JUNIOR; BELLINTANE, 2014, p. 232).

¹² John Lewis Gaddis (2014, p. 202) escreve na obra *A vida de George F. Kennan* que nas duas últimas semanas de julho de 1945 ocorreu à reunião da Conferência de Potsdam e que ela trazia mudanças, como a saída de Winston

americano informaria a Stálin quanto ao estágio de desenvolvimento da “Bomba A”¹³, sem entrar em detalhes, enquanto que os dirigentes do Partido Comunista Soviético provavelmente confiariam no presidente, sem levar em considerações as lutas internas que aconteciam em Washington. Nesse sentido, Truman se vinculou ao protagonismo do grupo dos bombardeios estratégicos das Forças Armadas dos Estados Unidos, que passaram a dominar as decisões militares norte-americanas, a partir da utilização da bomba atômica nas localidades japonesas de Hiroshima e Nagazaki, no ano de 1945. Assim,

As bombas atômicas lançadas sobre um Japão à beira da rendição eram militarmente desnecessárias. Foram, na verdade, uma demonstração de força diante dos soviéticos e dos movimentos de libertação nacional que amadureciam na China, na Coreia e nos países do sudeste asiático, bem como uma intimidação à esquerda européia e à agitação no mundo colonial. Nesse sentido, tal política visava a limitar os acordos de Yalta referentes à Europa e a impedir sua aplicação na Ásia. Mesmo enfrentando algumas resistências, os EUA eram os senhores da nova ordem mundial. A Guerra Fria permitirá a Washington consolidar sua posição de vantagem. (VISENTINI, 2004, p. 71).

A partir dessa nova arma estratégica, momentaneamente, os Estados Unidos conseguiram uma vantagem na corrida armamentista, que perpassaria o pós-Segunda Guerra Mundial, até que os soviéticos, anos depois, modificaram a balança de poder ao conseguirem desenvolver, também, a bomba atômica, no final da década de 1940.

1.1. As leituras da Guerra Fria

É importante salientar, como bem aponta o historiador Edvaldo Correa Sotana (2014, p. 327), que há disputas para demarcar o que ficou conhecido como Guerra Fria, pois estudos feitos por pesquisadores dos EUA remontam o tal conflito à Revolução Russa de 1917.

Nesse aspecto, o pesquisador Sidnei Munhoz, com estudos importantes sobre a Guerra Fria, estabelece uma comparação entre as correntes historiográficas que se dedicam a estudar a questão. Desse modo, existiriam as correntes da ortodoxia, a história oficial soviética, o revisionismo, o pós-revisionismo e a corporatista. Verifiquemos cada uma dessas perspectivas.

O pesquisador acima mencionado escreve que a corrente da “ortodoxia” é conhecida também como “tradicionalista” e expressaria a visão da diplomacia dos EUA que, entre outros

Churchill que deixou o posto de primeiro-ministro inglês, agora substituído por Clement Attlee. Dos três grandes no poder, só Stálin ainda se mantinha governando e preocupado em entender como a conduta dele determinaria a situação do pós-guerra.

¹³ Em referência às bombas atômicas desenvolvidas e lançadas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagazaki, no ano de 1945.

pontos, responsabiliza a URSS pelo início do conflito, na medida em que esse país teria se recusado a deixar os territórios supostamente conquistados durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, o confronto entre as potências, nesta perspectiva teórica, ocorreria em razão da atuação dos soviéticos, que possuíam um provável projeto de dominação global.

Já a corrente da “história oficial” ou “ortodoxia soviética”, segundo Munhoz, apresenta a Guerra Fria como sendo um desdobramento de uma postura imperialista e da não observância dos acordos que tinham sido concretizados, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Assim, a Guerra Fria seria resultado da luta de classes e, de acordo com essa visão, o reacionarismo de círculos políticos ocidentais atuaria no sentido de subtrair da URSS as áreas de influências resultantes do conflito e levantar, desse modo, uma barreira ao imperialismo, principalmente, no Leste Europeu. Para tal corrente, depois da construção de uma ordem socialista, a União Soviética teria proposto um acordo pacífico aos países com a finalidade de evitar um confronto militar. Eric Hobsbawm é um dos historiadores que se identificam com a referida corrente, o que pode ser notado na obra *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* (1995), trabalho de referência entre os pesquisadores, no qual o autor desenvolve uma importante leitura da Guerra Fria.

A linha teórica conhecida como “revisionismo” emergiu na década de 1950, como uma tentativa de criticar o “oficialismo” e o consenso de uma determinada visão que vigorava na história dos Estados Unidos. Os formuladores dessa corrente apontam para as determinações da economia interna e à influência ideológica dos articuladores da política externa norte-americana. Assim, tecem críticas à ortodoxia dos Estados Unidos, ao apontar erros na leitura feita pelas autoridades desse país nas especificidades soviéticas e que a União Soviética não poderia ser responsabilizada pelo início da Guerra Fria. Desse modo, para os idealizadores dessa teoria, depois da Segunda Guerra Mundial surgiram dois grandes países que venceram o respectivo conflito, a saber, os Estados Unidos da América e a União Soviética. Sendo assim, para os soviéticos a meta estabelecida era a de unir esforços para a reconstrução do país, visto que este não oferecia perigo para a Europa Ocidental. Portanto, para os revisionistas, os soviéticos teriam adotado uma postura defensiva diante do papel da diplomacia norte-americana.

O modelo interpretativo “pós-revisionista”, ainda segundo Munhoz, surge nos anos da década de 1980, ao tentar superar os estudos revisionistas da Guerra Fria. O principal formulador de tal corrente foi John Lewis Gaddis, defensor da ideia de que, com o esfacelamento e a desagregação das áreas sob influência soviética, seria possível encontrar um entendimento, um consenso com características pós-revisionistas. Com uma aparente

neutralidade e imparcialidade, o pesquisador procurava analisar, de forma empírica, a validade das teses conhecidas como tradicionalistas e revisionistas. Tal atitude o aproximaria de uma visão que favorece o Ocidente, ao adotar supostamente uma perspectiva muito próxima das correntes ortodoxas. Dessa forma, nessas análises, o pesquisador privilegia as políticas formuladas pela elite dirigente norte-americana, mais especificamente, os estudos dirigidos às mudanças de equilíbrio de poder, ao contexto internacional e à formulação de estratégias voltadas para promover, assim, a segurança interna dos EUA.

A última das correntes existentes e conhecidas sobre a Guerra Fria é a “corporatista”. Nesta, os principais formuladores¹⁴ apontam para uma continuidade das políticas norte-americanas aplicadas nas décadas de 1920 e 1930 com as adotadas no pós-Segunda Guerra Mundial. Deste modo, os EUA procuraram estruturar uma nova ordem econômica interna e externa, até o ponto em que a economia doméstica, questões ideológicas e sociais passariam a influenciar a sua diplomacia, na qual grupos internos organizados exerceriam influência sobre a política externa norte-americana. Sendo assim, as lideranças daquele país buscaram, provavelmente, construir uma ordem mundial como base nesse modelo, ao longo do século XX.

Para compreensão do conflito da Guerra Fria, Paulo Fagundes Visentini indica que a União Soviética tentou, em tese, salvar os acordos assinados na Conferência de Yalta, ao fazer concessões consideráveis, mas, apesar de tudo, o governo norte-americano continuava a se opor, resolutamente, a tais medidas. Um dos pontos de partida para a animosidade entre esses dois países foi, inicialmente, a interrupção, sem qualquer comunicação prévia entre eles, da ajuda fornecida por meio da Lei de Empréstimos e Arrendamentos¹⁵ dos norte-americanos aos soviéticos, além do impedimento de cobranças indenizatórias da Alemanha por Moscou.

O pesquisador acima explica, também, que, como os soviéticos estavam com a economia destruída pelo conflito, eles tentaram conseguir o abastecimento de petróleo com o apoio das regiões autônomas ao norte do Irã. Houve a interferência de Washington, que exigiu a retirada dos soviéticos da área mencionada, a qual ocorreria em 1946. Com o vácuo deixado, os norte-americanos acabariam por se instalar no Irã e próximo à fronteira da União Soviética,

¹⁴ Charles S. Maier, Michael Hogan, David S. Painter e Melvin Leffler.

¹⁵ A Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend Lease Act) entrou em vigor na data de 11 de março de 1941. Teve o objetivo de auxiliar os países Aliados na Segunda Guerra Mundial, baseando-se no princípio do *cash-and-carry* – pagamento à vista. A referida lei autorizava os Estados Unidos vender, transferir o título de propriedade, arrendar, emprestar qualquer artigo de defesa ou informação aos países em que a defesa fosse considerada essencial, pelo presidente, em relação à defesa dos Estados Unidos. Os pagamentos considerados abaixo do valor dos bens e serviços supridos pelos EUA variavam de acordo com o país beneficiado. Entre o período de 11 de março de 1941 a 30 de setembro de 1946, seriam transferidos bens e serviços no valor de US\$ 50,7 bilhões de dólares ao Império Britânico (31,4 bilhões), União Soviética (11,3 bilhões), França (3,2 bilhões), China (1,6 bilhão) e Brasil (332 milhões). <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lend-lease-act>. Acesso em: 18 abr. 2021.

criando assim, o chamado efeito Irã, em um país que já havia sofrido invasões estrangeiras em poucas décadas¹⁶. Entrementes, segundo o autor, o Kremlin perceberia que qualquer recuo na sua área de influência poderia representar a presença de um inimigo próximo das suas fronteiras, o que deveria ser evitado. A Casa Branca, logo em seguida, tomaria algumas medidas que se inseriam no tensionamento com Moscou; primeiro, com a negação da revisão dos acordos na área dos estreitos turcos que dariam acesso ao Mediterrâneo para os soviéticos; após, com a defesa e obtenção do ingresso da Argentina como membro da Organização das Nações Unidas, mesmo tendo esse país apoiado as forças do Eixo - Alemanha, Itália e Japão - e oferecido refúgio a membros do nazismo em seu território.

Gaddis (2006, p. 27), a partir de uma outra visão teórica, sublinha que Harry Truman e Clement Attlee teriam rejeitado uma suposta jogada soviética por um reajuste de fronteiras às custas da Turquia, e de suas bases navais mediterrâneas. Sendo assim, eles surpreenderiam Stálin, ao submeter, em 1946, no Conselho de Segurança da ONU, a questão da ocupação do norte do Irã por Moscou. Seria a primeira crise debatida na organização internacional. Desse modo, a União Soviética veria supostamente suas forças diluídas em um amplo dispositivo e com as ambições reveladas. Josef Stálin teria ordenado, ao longo de vários meses, uma silenciosa retirada do Irã. Truman reforçaria a sua própria posição, ao estacionar a 6.^a Esquadra Americana em definitivo, no Mediterrâneo oriental. Portanto, este seria um sinal inconfundível para Stálin, ao mostrar-lhe um suposto limite na invocação da cooperação entre os dois países ao tempo da Segunda Guerra Mundial.

No ano de 1946, no *Westminster College*, Universidade localizada na cidade de Fulton, estado do Missouri, interior dos EUA, o ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill profere um discurso antissoviético, no qual declarou que uma “cortina de ferro” havia descido sobre a metade do continente europeu, o que marcaria a deterioração progressiva do cenário internacional. Um termômetro de tais mudanças estaria em eventos pontuais relacionados aos norte-americanos, a saber, a explosão de uma bomba atômica no Oceano Pacífico, mais precisamente, no atol de Bikini¹⁷; e a obtenção de uma maioria parlamentar, no Congresso Americano, pelo Partido Republicano, fato que, com o apoio da ala direita do Partido Democrata, levou o governo de Truman a adotar políticas mais duras.

¹⁶ Entre essas invasões estrangeiras, estavam a intervenção de tropas da França, Império Britânico, Império Japonês, Estados Unidos, Polônia, Romênia, Austrália, Canadá, Índia Britânica, Checoslováquia, Finlândia, Grécia, República da China, Itália, Império Alemão e Império Otomano na Guerra Civil Russa, entre os anos de 1918 e 1922; a invasão militar da Alemanha Nazista em junho de 1941.

¹⁷ A explosão da bomba atômica no Atol de Bikini, em 1946, seria, provavelmente, o primeiro registro de uma detonação debaixo d'água.

Visentini (2004, p. 72) esclarece que a União Soviética teria prosseguido com a política de desmobilização dos efetivos militares, após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, a política norte-americana no pós-guerra fez com que Moscou adiasse essa política. O objetivo soviético, com a redução das tropas, seria, supostamente, direcionar esforços para a reconstrução do país, visto a carência de mão-de-obra disponível, e recuperar a densidade demográfica de sua população. Portanto, houve a necessidade de se reeditar políticas duras, determinadas pelo stalinismo nos anos de 1930, políticas estas que, segundo tal autor, obtiveram êxito, apesar dos sacrifícios exigidos.

Gaddis (2006, p. 28) explica que, na visão de Georg Kennan, a qual se tornaria o fundamento da estratégia dos Estados Unidos em relação à União Soviética, no período da Guerra Fria, a intransigência de Moscou não seria resultado de qualquer iniciativa do Ocidente, mas decorrente de necessidades internas do regime stalinista, e não havia nada que supostamente pudesse fazer para modificar este fato. Desse modo, os líderes soviéticos teriam que tratar o mundo exterior como um mundo hostil, pois isso justificava para o governo sem o qual não saberiam governar, para as “crueldades” que não ousariam deixar de infligir e para os sacrifícios que eram obrigados a exigir. Seria preciso que o país encontrasse um grande acúmulo de fracassos para mostrar aos governantes que a conduta dos soviéticos não favorecia aos seus próprios interesses.

Hobsbawm (1995, p. 224) esclarece que a assim chamada Guerra Fria objetivamente não apontava para uma nova guerra mundial, ao considerar que, apesar da retórica de caráter apocalíptico, os adversários concordaram em distribuir globalmente suas forças, após a Segunda Guerra Mundial, o que resultou em uma relação de equilíbrio de poder tida como desigual para Moscou, embora não fosse contestada pelos países. Desse modo, a União Soviética passou a controlar uma parte das porções de terra do globo terrestre, nas quais ela alcançara alguma influência, mais precisamente, nas zonas em que o Exército Vermelho e outras Forças Armadas comunistas haviam ocupado no referido conflito. Para os EUA, restou-lhes o controle sobre a porção do mundo sob orientação do capitalismo, o que incluiu o Hemisfério Norte e oceanos, ocupando o espaço antes pertencente às antigas potências coloniais. Nesse acordo tácito apontado pelo historiador, Washington não interferiria na área sob controle hegemônico soviético.

Fora do continente europeu, Hobsbawm (1995, p. 225) ainda acentua que o Japão passou por uma ocupação “unilateral” norte-americana, em detrimento dos interesses de quaisquer outros concorrentes ou adversários, como o Kremlin. O pesquisador escreve que o fim dos impérios coloniais no continente asiático era “previsível”, mas que não havia clareza nas

orientações quanto aos Estados pós-coloniais recentes. Por esse motivo, tal continente foi palco de competição por apoio e influência, em que os protagonistas eram as superpotências. Essa região foi onde se deflagraram conflitos com mais intensidade entre os Estados, durante a Guerra Fria. Para maiores efeitos, o historiador delineia que, apesar dos novos Estados pós-coloniais asiáticos não estarem alinhados politicamente com a Casa Branca, na questão dos assuntos internacionais referentes à política interna, eles eram considerados anticomunistas. De todo modo, o pesquisador ilustra que, no tocante as relações entre soviéticos e norte-americanos, as superpotências:

[...] aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo. Na verdade, na hora da decisão, ambas confiavam na moderação uma da outra, mesmo nos momentos em que se achavam oficialmente à beira da guerra, ou mesmo já nela. (HOBSBAWM, 1995, p. 225).

Foi o que aconteceu em diferentes capítulos que se desenrolaram na Guerra Fria, especialmente, durante o conflito da Guerra da Coreia ou da Indochina em que ambos os beligerantes não se enfrentavam frontalmente, com os efetivos de suas forças regulares. De acordo com o historiador britânico, os russos não participaram oficialmente da Guerra da Coreia. Entretanto, fontes norte-americanas apontaram para um dado, ou seja, que cerca de 150 aviões de guerra foram pilotados por soviéticos, no teatro de guerra da península coreana.

1.2. A Doutrina Truman e o Plano Marshall

No ano de 1947, passou a vigorar a Doutrina Truman, como ficou conhecida, após um discurso do presidente norte-americano Harry Truman, que havia assumido o governo do país em 1945. O político passou a defender o auxílio do país “aos povos ‘livres’” que estavam, em sua percepção, ameaçados pelo “totalitarismo” resultante de “procedências externas”, assim como de segmentos de “minorias armadas”. Visentini (2004, p. 73) argumenta que a referida política de Washington acabou por se formalizar na conjuntura em que a Grã Bretanha, “falida e sem condições de manter seu convulsionado império”, se retira da guerra civil grega e, em seguida, é substituída pelos estadunidenses. Operação de ajuda semelhante é oferecida para a Turquia, com o agravante de que tal país não estava sob a sombra de qualquer “ameaça” de ordem “externa ou interna”. Assim, Paulo Fagundes Visentini menciona que a Doutrina Truman foi proclamada quando se realizavam os “trabalhos da Conferência Econômica de Moscou”¹⁸, momento em que se tratou da questão de se conceder ajuda econômica da Casa Branca à reconstrução europeia, bem como, ainda, para delimitar e reforçar “a noção de divisão do mundo”, já indicada por Winston Churchill, no discurso de 1946 nos Estados Unidos, no qual este empregou a expressão “cortina de ferro”. Nesse aspecto, estaria em curso uma “verdadeira cruzada” de um provável “mundo livre” em confronto com o “seu inimigo”, o que atordoou os soviéticos.

Gaddis (2006, p. 30) assinala, em outra perspectiva, que Truman já havia anunciado, na data de 12 de março de 1947, um programa de assistência econômica e militar à Grécia e à Turquia. Provavelmente, esse programa teria sido motivado pelo pronunciamento do governo inglês mencionando que não podia suportar o custo do apoio para àqueles países. Ao fazer o seu anúncio, o presidente americano sublinhava que a política americana deveria apoiar os povos livres, que estariam resistindo à tentativas de submissão à minorias armadas ou à submissões externas. Assim, seria necessário ajudar esses povos a encontrar os seus próprios destinos.

Piassa (2007, p. 17) coloca que, nesse sentido, a diretriz política norte-americana formulou o Plano conhecido como “Plano Marshall”, que tinha o objetivo de “acelerar os processos de organização econômica”, com o intuito de atuar para assegurar as necessidades existentes na hegemonia dos Estados Unidos e de um suposto “mundo livre”. Todavia, a autora explica que essa política apresentava problemas, pois não era possível garantir demanda de

¹⁸ A Conferência Econômica de Moscou ocorreu no mês de março de 1947, e reuniu representantes das quatro grandes potências – França, EUA, Rússia e Reino Unido, na Capital soviética.

produtos norte-americanos e um possível isolamento do país com a integração e a restauração econômicas europeias, após a conclusão do referido Plano. Entrementes, o governo de Washington vê a disparidade ideológica com os soviéticos para “solucionar” o impasse.

Gaddis (2006, p. 30) argumenta que o Plano Marshall se baseou em várias premissas, dentre as quais a de que a ameaça mais séria aos interesses ocidentais, na Europa, não era a possibilidade de uma intervenção militar soviética, mas, sim, o perigo de que a fome, a pobreza e o desespero levassem os países europeus a colocarem, no governo, seus supostos comunistas, que atenderiam as orientações de Moscou. A ajuda econômica americana poderia produzir benefícios psicológicos e materiais imediatos, que modificariam essa tendência. Por fim, a URSS não aceitaria a ajuda, assim como não deixaria os demais países satélites também aceitarem, o que levaria a provável tensão entre eles. Nesse sentido, os EUA assumiriam um protagonismo geopolítico e moral na Guerra Fria.

Visentini (2004, p. 74) delineia que o Plano Marshall concedia empréstimos a juros baixos para os países europeus com o objetivo de que estes, além de adquirirem produtos norte-americanos, progredissem. Entretanto, havia um custo político para a aceitação do Plano, a saber, a abertura de suas economias para os investimentos de Washington representaria “o abandono de parte de soberania desses países”. Haveria, ainda, um aprofundamento nas disparidades entre uma Europa Ocidental industrializada e um leste europeu agrário. O historiador anota que, diante desse impasse e das prerrogativas embutidas no mencionado Plano, os soviéticos e os países sob a sua influência se recusaram a aceitar o auxílio econômico, que poderia levar a uma invasão econômica e ao descontrole político.

Biagi (2001, p. 74) explica que o Plano Marshall deveria beneficiar todas as nações que lutaram na Segunda Guerra Mundial, incluindo a União Soviética. Os soviéticos realizaram estudos para analisar a viabilidade da ajuda norte-americana para a economia soviética, ocasião em que se chegou à conclusão de que o referido Plano seria uma iniciativa de dominação econômica e política dos Estados Unidos, e não um auxílio econômico. A URSS receava que o Plano Marshall fosse fomentar um bloco americano europeu ocidental, direcionado contra os soviéticos e aos países da Europa Oriental. Desse modo, os comunistas recusaram o auxílio econômico do Plano Marshall e pressionaram os demais países do Leste Europeu para que não o aceitassem.

Após a retirada soviética das discussões sobre o Plano Marshall, Stalin criou o KOMINFORM (Comitê ou Agência de Informação dos Partidos Comunistas e Operários), que seria constituído pelos partidos comunistas do Leste europeu, além dos partidos italiano e francês. Os soviéticos também começaram a construir o seu discurso dentro da lógica da Guerra Fria, mas atribuindo aos Estados Unidos o papel

de “inimigo”. Era a “reação” soviética aos ataques norte-americanos – a Guerra Fria começou a ganhar uma linguagem também no lado soviético. (BIAGI, 2001, p. 74).

Assim, o Plano Marshall e a Doutrina Truman colaborariam com o estabelecimento das bases para a criação de blocos político-militares. Diante da atração exercida pelo “espírito de Yalta”, os adversários fariam uso de “poderosos mitos e imagens”, que condicionariam a população quanto à percepção da conjuntura de uma maneira “maniqueísta”, como a “ameaça soviética” ou a “defesa do mundo livre”, que legitimariam a Guerra Fria. Paulo Fagundes Visentini (2004, p. 74) pontua que os Partidos Comunistas da Europa Ocidental viram-se diante da situação de promoverem “greves desesperadas e infrutíferas”, como forma de oposição ao Plano Marshall. No longo prazo, poderia haver a perda de autonomia dos países, devido ao entusiasmo que as mercadorias estadunidenses ofereceriam a uma população que sofria os percalços e as privações materiais resultantes da Segunda Guerra Mundial, privações essas que se mantiveram até dois anos após 1945. Sob outra perspectiva, John Lewis Gaddis assinala que a Doutrina Truman e o Plano Marshall atenderiam aos objetivos traçados pelo governo norte-americano, o de ser um protagonista nos âmbitos morais e econômicos, para fazer frente às supostas posições de Moscou.

A Revolução Chinesa de 1949 seria também um dos eventos que marcariam a Guerra Fria. Depois de passar por períodos de dominação de potências estrangeiras, que remontavam ao século XIX, a China passaria por mudanças com a implementação de uma República, em 1912. Em 1931, o Império Japonês invadiu e ocupou a região chinesa da Manchúria, ocasião em que se declarou o Estado independente denominado Manchukuo. O imperador Puyi, membro da dinastia Qing, dirigiria o mencionado território, sob a tutela do Japão. Em 07 de julho de 1937, foi desencadeada a invasão japonesa na China, que duraria até a data de 09 de setembro de 1945. Um núcleo combativo no território chinês foi o Partido Comunista Chinês, fundado em 1921, que viria a ter um grande apelo entre a população local e seria protagonista da Revolução Chinesa de 1949. Mao Tsé-tung¹⁹, líder da legenda, diante da postura de isolamento imposto pelas autoridades chinesas, consegue apoio entre os camponeses, criando o Exército Vermelho, que se envolveria em lutas contra as forças do governo republicano. Após sucessivas batalhas na guerra civil, os comunistas chineses conquistaram a Capital, Pequim, e proclamaram a República Popular da China, sob a liderança de Mao.

¹⁹ Líder comunista, teórico e político chinês, Mao Tsé-tung nasceu em Shaoshan, na China, em 26 de dezembro de 1893, e faleceu em Pequim, na data de 09 de setembro de 1976. https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/mao_zedong.htm. Acesso em 18 mar. 2021.

1.3. A Guerra Fria na América Latina

Na conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, em que se debatiam em fóruns específicos os destinos de vencedores e vencidos no conflito, os desdobramentos fazem-se sentir na América Latina. Esta região do mundo passa a ser alvo da disputa de hegemonia entre norte-americanos e soviéticos. Por intermédio dessa disputa, os contendores “aumentavam o seu poder político e econômico, ao mesmo tempo em que evitavam o avanço inimigo”. Heloisa Jochims Reichel sublinha que a região latino-americana era reconhecida historicamente como uma área de domínio do imperialismo norte-americano, onde este impunha uma agenda de combate ao comunismo, que era supostamente abraçada incondicionalmente pelos governos da região, mesmo que os interesses de Washington estivessem voltados para a Europa e o Oriente. Da mesma forma, a pesquisadora narra que o continente latino-americano não “ocupava” uma posição de destaque no “projeto de expansão mundial do domínio soviético”. Assim, para Reichel (2004, p. 197), o projeto de expansão da área de domínio de Moscou encontraria dificuldades em rivalizar com a hegemonia dos Estados Unidos nos países americanos. Contudo, o número de adeptos do comunismo crescia na América Latina.

Entretanto, a rivalidade entre os adeptos do capitalismo e do socialismo nos países da América Latina remontava a períodos anteriores aos marcos da Guerra Fria, momento em que a esquerda conquistava seguidores após os acontecimentos da Revolução Russa de 1917 e também da crise do capitalismo na década de 1930. Outro aspecto a se ressaltar é a simpatia conquistada pelos comunistas na resistência ao fascismo, fortalecendo “politicamente os seus seguidores”. A conjuntura da região nos anos de 1940 e 1950 foi fundamental para a ascensão dos adeptos do comunismo, em razão, entre outros pontos, das graves crises econômicas e sociais enfrentadas pelos países do subcontinente que alimentavam as desigualdades e a pobreza. Assim, nesse aspecto:

[...]. A essa situação, aglutinava-se um ambiente político no qual, fruto da vitória sobre o fascismo, o comunismo gozava de um certo reconhecimento legal, atuando na política através de partidos políticos, sindicatos, organizações comunitárias e estudantis. Além disso, recebia forte e crescente apoio de uma geração de jovens intelectuais que se formava. (REICHEL, 2004, p. 198).

Desse modo, em diferentes países latino-americanos, pode-se verificar o crescimento da influência comunista entre agremiações políticas, como os partidos comunistas e intelectuais

de destaque no Brasil – Jorge Amado, Graciliano Ramos, Cândido Portinari, e no Chile, Pablo Neruda²⁰.

Em espectro político oposto ao comunismo, nota-se o protagonismo de forças políticas convencionalmente nominadas de “conservadoras”, que procuravam combater essa tendência e unir esforços na manutenção do capitalismo. Estima-se que, provavelmente, com todo esse processo de rivalidade político, teria sido necessária a intervenção dos Estados Unidos para impedir o avanço da União Soviética na região, com o emprego de estratégias, a saber, a ajuda econômica-militar aos países aliados, tutela diplomática, propaganda e o recurso à intervenção militar. Nesse conjunto, as conferências e reuniões diplomáticas ganhariam “visibilidade” na imprensa, na medida em que a finalidade de tais encontros era a de manter uma agenda anticomunista em comum aos países do continente latino-americano. (REICHEL, 2004, p. 198).

Sendo assim, nos anos iniciais da Guerra Fria no continente latino-americano, ocorreria um equilíbrio entre os interesses das duas ideologias que se antagonizavam, momento em que tentativas acabavam sendo realizadas para substituir governos e introduzir orientações político-ideológicas independentes, que ofuscassem a influência norte-americana na área, caracterizando-as como nacionalistas ou socialistas. Em tal conjuntura, temos manifestações políticas como as greves organizadas por sindicatos e setores da sociedade, com o intuito de apresentar as suas convicções e as reivindicações por mudanças. Seria o momento em que haveria maior liberdade de uma suposta influência soviética no subcontinente, em contraposição à atuação do rival, os norte-americanos, que procuravam manter os países da região alinhados aos seus domínios. Nessa questão, é importante assinalar o papel dos partidos comunistas locais, que procuravam atuar na legalidade²¹ e em defesa da democracia. Os governos tidos como nacionalistas seriam acusados pelos rivais de simpatia ao comunismo.

Um dos marcos na configuração de uma estratégia comum entre os países latino-americanos, que visava fazer frente à ameaça do expansionismo soviético e aos contextos internos locais que estivessem sob a influência do comunismo, foi a assinatura de um pacto de segurança e defesa hemisférica, em setembro de 1947, na cidade do Rio de Janeiro, que ficaria conhecido como Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR – ou Tratado do Rio de Janeiro²². Este pacto seria formulado e assinado pelos países americanos.

²⁰ Ana Amélia M. C. Melo (2018) escreve que Pablo Neruda seria o criador da revista Aurora de Chile, importante órgão de comunicação da Alianza de Intelectuales de Chile para la Defensa de la Cultura (AICH), sob a orientação de organizações internacionais de intelectuais e da Comintern.

²¹ Na data de 07 de maio de 1947, depois de uma batalha judicial, o PCB teria o seu registro cassado. Em janeiro de 1948 ocorreu a cassação de todos os parlamentares comunistas.

²² Pagliai (2006) esclarece que antes do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca já havia outros mecanismos em vigor como a Declaração de Princípios de Solidariedade e Cooperação Interamericana delineada

Nesse aspecto (Pagliai, 2006, p. 29) escreve que o TIAR passaria a ser configurado como um pacto de segurança e defesa de caráter coletivo, que estabeleceria um determinado acordo de assistência militar mútua entre os países membros contra as possíveis ameaças de ordem externa. O Tratado recomendava aos países signatários que procurassem resolver os prováveis conflitos por meio de métodos pacíficos, condenando o uso da força ou o recurso da guerra pelos Estados subscritores. A ideia, enfim, era a de estabelecer uma frente comum dos países contra agressões dirigidas a qualquer membro, ao invocar o exercício da legítima defesa, fosse ela individual ou coletiva²³.

No Brasil, o Decreto 25.660, de 13 de outubro de 1948, de Eurico Gaspar Dutra, ratificaria o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Tal Tratado²⁴, que entraria em vigor ratificado por 19 países americanos²⁵, mudaria a configuração da Guerra Fria, no continente americano e impulsionaria o confronto ideológico dos países alinhados contra a União Soviética. Tal documento perderia o sentido contido em seu texto, após as contradições de Estados-membros, decorrentes, anos depois, em 1982, da chamada Guerra das Malvinas.

na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz onde cujas bases acabaram por ser estabelecidas em 1942. Outro importante acordo assinado pelos países americanos foi a Conferência do Rio de Janeiro que ocorreu em 1942 e que criou a Junta Interamericana de Defesa (JID), além da Conferência sobre os Problemas da Guerra e da Paz que foi realizada em Chapultepec no México em 1945 e que firmou a Ata de Chapultepec em que se formulava uma Assistência Recíproca e Solidariedade Americana.

²³ O TIAR foi invocado cerca de dezenove vezes, principalmente, em países da América Central e Caribe. Serviu também para amparar e justificar ações de intervenções em algumas ocasiões na América Latina. Perdeu, em tese, sua importância na Guerra das Malvinas em 1982, quando um país signatário, os EUA, resolveram dar apoio ao país agressor de fora do continente contra um país latino-americano. Outras leituras como a de Paulo de Queiroz Duarte que publicou o livro *Conflito das Malvinas* em 2 volumes pela Editora Bibliex em 1986 apontam para uma tentativa de mediação do mencionado conflito por parte do Departamento de Estado sob a presidência do governo Ronald Reagan, mas que diante da recusa dos argentinos em resolver o impasse levou os EUA a apoiarem os britânicos.

²⁴ Entre os artigos que constavam no documento estavam: 1º) As Altas Partes Contratantes condenam formalmente a guerra e a obrigam, nas suas relações internacionais, a não recorrer à ameaça, nem ao uso da força, de qualquer forma incompatível com as disposições da Carta das Nações Unidas ou do presente Tratado. 2º) Como consequência do princípio formulado no Artigo anterior, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a submeter toda controvérsia que entre elas surja, aos métodos de solução pacífica e a procurar resolvê-la entre si, mediante os processos vigentes no Sistema Interamericano, antes de a referir à Assembléia Geral ou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. 3º) As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imane de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas. Por solicitação do Estado ou dos Estados diretamente atacados, e até a decisão do órgão de consulta do Sistema Interamericano, cada uma das Partes Contratantes poderá determinar as medidas imediatas que adote individualmente, em cumprimento da obrigação de que trata o parágrafo precedente e de acordo com o princípio da solidariedade continental. O Órgão de Consulta reunir-se-á sem demora, a fim de examinar essas medidas e combinar as de caráter coletivo que seja conveniente adotar. O estipulado neste Artigo aplicar-se-á a todos os casos de ataque armado que se efetue dentro da região descrita no Artigo 4.º ou dentro do território de um Estado Americano. Quando o ataque se verificar fora das referidas áreas, aplicar-se-á o estipulado no Artigo 6.º.

²⁵ Entre os países signatários estavam a República Dominicana, Guatemala, Costa Rica, Peru, El Salvador, Panamá, Paraguai, México, Haiti, Uruguai, EUA, Argentina, Venezuela, Chile, Honduras, Cuba, Bolívia, Colômbia e Brasil.

Para compreender mais detidamente a conjuntura internacional, na América Latina, a Guerra Fria levaria a região a outro patamar, com o recrudescimento de disputas políticas internas importantes, entre os países do subcontinente.

Na Venezuela, ocorre um importante debate entre os partidários da Ação Democrática²⁶ de centro-esquerda, que competia com o Partido Comunista da Venezuela (PCV)²⁷. O marco político da Guerra Fria, na Venezuela, foi o período compreendido entre meados de 1945 a 1948, inaugurado com um golpe militar que modificou as facções em disputa, no país. Um aspecto importante no cenário político local foi o controle e monopólio das jazidas de petróleo do país. Um político de destaque para as transformações daquele país foi Rómulo Betancourt²⁸ que, incorporado à Junta Revolucionária de Governo, programou uma agenda reformista, confrontada, adiante, com setores políticos descontentes, que acabam por patrocinar uma mudança de regime, com um golpe perpetrado em novembro de 1948, atenuando a pauta política progressista implementada nos três anos em que durou a experiência local.

Já a questão política da Argentina, no período do pós-guerra e início da Guerra Fria, foi marcada pela atuação política do país na Segunda Guerra Mundial. O governo que apoiou as forças pró-Eixo, no mencionado conflito, mudaria de posição, entre outros motivos, quando passou a sofrer sanções econômicas e financeiras do governo norte-americano e concorda, como uma barganha, pela troca por um assento na Conferência das Nações Unidas, que ocorreria em 1945, na cidade de São Francisco, Estados Unidos. Um aspecto a se ressaltar nesse país sulamericano era a considerável repressão que o Partido Comunista da Argentina²⁹ sofria por parte das autoridades do país. E, com o protagonismo político de Juan Domingo Perón³⁰, que ocupava a vice-presidência portenha e inaugura um movimento político³¹, as forças de esquerda são enfraquecidas e perdem influência nos sindicatos de trabalhadores que, naquele momento, entre os anos de 1943 a 1945, passam a estar sob a órbita de Perón. A sua eleição para a Presidência desagradou setores políticos do governo dos Estados Unidos, na medida em

²⁶ Legenda fundada em 13 de setembro de 1941 na cidade de Caracas, Capital da Venezuela.

²⁷ Partido fundado em 05 de março de 1931 em Caracas, Venezuela, por Francisco José Delgado e Juan Bautista Fuenmayor.

²⁸ Rómulo Ernesto Betancourt Bello nasceu em 22 de fevereiro de 1908 na cidade de Guatire, Venezuela e faleceu em 28 de setembro de 1981 na cidade de Nova Iorque (EUA). Exerceu o cargo de presidente da Venezuela entre os anos de 1945-1948 e 1959-1964.

²⁹ Fundado em 06 de janeiro de 1918, em Buenos Aires, Capital da Argentina.

³⁰ Nasceu na cidade de Lobos (ARG) em 08 de outubro de 1895. Faleceu em Buenos Aires (ARG) em 01 de julho de 1974. Militar e político argentino, exerceu a Presidência de seu país de 1946 a 1952, 1952 a 1955 e de 1973 a 1974.

³¹ Movimento iniciado por Juan Domingo Perón com o objetivo de controlar o movimento operário a partir da ocupação dele como dirigente do Departamento Nacional de Trabalho e depois ao modificá-lo para Secretaria do Trabalho e Bem-estar Social. Ele passou a negociar com líderes políticos e apresentava-se como um futuro presidente argentino. Passaria a adotar uma política baseada na bandeira da justiça social.

que ele desafiava a hegemonia americana no continente, embora também mostrasse, segundo Rapoport (2001), uma postura anticomunista local. O Partido Comunista local, portanto, ficaria restrito aos setores da burguesia e da intelectualidade do país.

No Chile, os desdobramentos da Guerra Fria podem ser notados a partir do final de 1945 e o início de 1946, quando se acentuam as tensões entre o governo local e o Partido Comunista do Chile (PCCh)³². Um fato que marcaria o confronto entre as partes ocorreu no ano de 1947, ocasião em que uma greve de mineiros local levou o governo chileno a aprovar uma legislação repressiva, no Congresso do país, com o nome de Ley de Defensa Permanente de La Democracia³³. Esta lei acabou por punir os membros do Partido Comunista, ao excluí-los da vida política e sindical, por uma década. A postura repressiva, de acordo com Barnard (2001), era uma estratégia de agradar ao governo norte-americano, na medida em que o país latino-americano passava por dificuldades econômicas e financeiras, em razão da conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Havia uma preocupação dos norte-americanos com mudanças que viessem a ocorrer no Chile e que afetassem os seus interesses estratégicos. Assim, as tensões da Guerra Fria chegaram ao Chile, quando os representantes do governo dos Estados Unidos tentavam influenciar a política interna local, ora interferindo no debate sindical, ora apoiando candidatos que atendessem à agenda americana.

Na Colômbia, ocorreram pressões norte-americanas sobre as autoridades do país, antes e depois da assinatura do Tratado Interamericano de Defesa Recíproca. Ficaram notórios, no debate interno do país, os esforços para o envio de um contingente militar que participaria de combates na Guerra da Coreia. Este contingente ficou conhecido como “Batalhão Colômbia”. No plano interno colombiano, o governo atuaria com o objetivo de enfraquecer a guerrilha rural que se espalhava por algumas regiões do país.

³² Legenda fundada em 02 de janeiro de 1922, em Santiago, Capital do Chile, por Luís Emilio Recabarren.

³³ Lei aprovada em abril de 1948, no Congresso Chileno, e que colocou o Partido Comunista local na ilegalidade, além de cassar os direitos políticos de seus militantes. Cerca de 23 mil comunistas foram apagados dos registros eleitorais e impedidos de ocupar cargos públicos ou funções sindicais. Esta legislação seria revogada apenas em 1958.

1.4. A Guerra Fria no Brasil

Antes do desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, o governo ditatorial de Getúlio Vargas, mais conhecido como Estado Novo, deparou-se com as preocupações norte-americanas relacionadas com a região estratégica do saliente nordestino³⁴, localizado no Atlântico Sul. De acordo com os pesquisadores Stetson Conn e Byron Fairchild, as conversas entre brasileiros e norte-americanos sobre a área seriam iniciadas em junho de 1939³⁵, para o estabelecimento de uma parceria, pois a região era vista como estratégica³⁶. Desde agosto de 1939, Washington preparou uma série de planos de invasão pelo Nordeste, como forma de se planejar para a eventualidade do conflito alcançar as imediações daquela região. O primeiro dos planos foi denominado de Rainbow 1, do mencionado mês acima, e colocava como prioritária a defesa do Brasil. Outro plano, preparado em maio de 1940, foi o Pot of Gold, que estipulava o envio de cem mil soldados para o país. No mês de junho de 1940, elaborou-se o Rainbow 4³⁷, que criava um teatro de operações no Nordeste Brasileiro, caso ocorresse uma derrota da Grã-Bretanha para as forças do Eixo. Foi considerado, também, o plano do general Amaro Bittencourt³⁸, que previa a instalação de um centro de treinamento para os norte-americanos, nas imediações de Natal ou Recife³⁹. Em junho de 1941, é formulado o Plano da Força de Segurança, que reacendeu a preocupação com a região estratégica brasileira do Nordeste, que propunha a negociação entre ambos os países para o envio de tropas dos Estados Unidos ao solo brasileiro⁴⁰. Em agosto de 1941, elaborou-se o Plano Rainbow 5, para o caso de um ataque alemão ao

³⁴ Expressão utilizada em nível estratégico durante a conjuntura da Segunda Guerra Mundial para se referir a área abrangida pelos estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

³⁵ Conn e Fairchild (2000, p. 327) explicam que em março de 1939, um grupo reunido no Army War College chegaria à conclusão de que o governo norte-americano poderia fornecer tropas que auxiliassem a proteger o saliente nordestino brasileiro.

³⁶ Conn e Fairchild (2000, p. 329-330) relatam que o presidente Roosevelt e o Departamento de Estado dos Estados Unidos seriam informados um dia antes da invasão da Polônia pela Alemanha que este país tinha planos de se apossar da Ilha de Fernando de Noronha, localizada a 345 quilômetros da costa brasileira e fazer uma base de submarinos no espaço. Para realizar a defesa da área, o governo brasileiro requisitaria munições e canhões costeiros.

³⁷ Conn e Fairchild (2000, p. 343) afirmam que o Exército Americano em dezembro de 1940 desejava realizar o aceleração dos preparativos das operações na região nordeste brasileira, e previa o deslocamento de uma divisão ternária reforçada para o país, na eminência de uma emergência que levasse a colocar o plano em execução total.

³⁸ Amaro Soares Bittencourt (1885-1965). Diplomata, engenheiro civil e general brasileiro.

³⁹ Conn e Fairchild (2000, p. 344) pontuava que os norte-americanos estipularam em enviar 1400 combatentes entre soldados e oficiais, além de 46 aeronaves e uma quantidade de canhões antiaéreos e de costa. Consta que Amaro fez o pedido para que os números fossem reduzidos. Ao final, o plano seria deixado de lado.

⁴⁰ Em dezembro de 1941, ocorreram conversas entre o Embaixador Caffery e Getúlio Vargas para a possibilidade de um deslocamento de tropas do Exército brasileiro com o objetivo de assegurar a defesa da Guiana Holandesa e dos Açores, mas que apesar do consentimento do representante brasileiro, não se concretizou. Em seguida, veio outro pedido para que os brasileiros auxiliassem na defesa de Porto Rico, em que os Exércitos de ambos os países rejeitaram. (CONN; FAIRCHILD, 2000, p. 351-352).

território brasileiro. Por fim, entre outubro e início de dezembro de 1941, as autoridades estadunidenses previam o deslocamento de 64 mil soldados, que ficariam concentrados nas regiões de Belém, Natal e Recife, caso ocorresse um desdobramento do conflito. A região estratégica nordestina brasileira se tornaria uma área vital de segurança hemisférica, após o ataque a base de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, ocasião em que Getúlio Vargas se comprometeu com o esforço de guerra daquele país⁴¹.

Em janeiro de 1942, ocorre a Conferência dos Ministros das Relações Exteriores, na cidade do Rio de Janeiro. Ao término desta, o Brasil rompe relações diplomáticas com os países que faziam parte do Eixo, política fundamental para a o estreitamento da cooperação entre brasileiros e norte-americanos. É criada a Comissão Mista de Defesa, que ficaria responsável por articular um acordo de segurança para os brasileiros, incluindo armamentos modernos. O país entra formalmente em guerra após a Alemanha decidir atacar um número considerável de embarcações brasileiras, em junho de 1942.

Durval Lourenço Pereira (2015, p. 142-201) explica que, naquele ano, a Marinha Alemã elaboraria o Plano da chamada “Operação Brasil”, de acordo com o qual uma flotilha com dez submarinos partiria da costa oeste da França ocidental, entre as datas de 22 de junho e 04 de julho. Este plano procuraria causar surpresa na defesa marítima brasileira, bloqueando uma eventual reação. O grupo de submarinos se dirigiria para uma área de espera entre as latitudes 9° e 10° sul, na altura do estado de Alagoas, momento em que seriam reabastecidos. Os ataques provavelmente ocorreriam entre os dias 03 e 08 de agosto. Adolf Hitler permitiu a referida Operação, mas ela foi suspensa, para que fosse revista, em 15 de junho de 1942. Se os planos fossem colocados em prática, a operação teria como alvos, no mês de agosto, as baías da Guanabara, a de Todos os Santos, Santos e os portos de Recife, Natal e Belém. O pesquisador indica que o ataque ao litoral brasileiro, que afundou seis embarcações entre 15 e 17 de agosto de 1942, foi protagonizado pelo capitão de corveta Harro Schacht, que havia pedido autorização ao comando para manobrar o submarino U-507 no litoral brasileiro, a partir de 07 de agosto. O submersível ficaria nesta área litorânea até o dia 27 de agosto, quando rumaria para tomar o curso de Freetown, na África Ocidental.

A guerra seria oficialmente declarada contra a Alemanha e Itália no dia 22 de agosto daquele ano. Dessa forma, com a entrada no conflito, foi feita uma preparação, com o

⁴¹ Conn e Fairchild (2000, p. 375) esclarecem que outro plano elaborado em dezembro de 1941 foi o LILAC, pensado antes do ataque a base norte-americana de Pearl Harbor e que previa a concentração de tropas daquele país em torno das bases de Belém, Recife e Natal, onde ficaria neste último a maior quantidade de tropas. Foi estipulada de início uma quantidade de 15 mil soldados e que poderia ser reforçado com dois grupos de 19 mil combatentes cada um deles.

treinamento de 25 mil soldados brasileiros e de um grupo de aviação, que participariam do teatro de guerra italiano, entre os meses de setembro de 1944 a maio de 1945, quando já se definiu o conflito em favor das forças Aliadas. Contudo, há de salientar que, com a entrada e a participação brasileira e com a subsequente vitória dos Aliados sobre o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, a oposição interna à ditadura do Estado Novo foi mobilizada e se dividiu em dois elementos principais. O primeiro deles consistia em um grupo formado por partidos e famílias tradicionais, liberal-conservadores, que tinham influência regional e que ocupavam os governos estaduais durante a Primeira República, ou República Velha (1889-1930), e que tinham sido destituídas pela Revolução de 1930 e na guerra civil de 1932⁴². Bethell (2001) registra que boa parte de seus líderes estavam exilados nas cidades de Nova Iorque, Buenos Aires e Paris, e o foco deles não era o de estabelecer uma provável democracia, mas sim o de restaurar o constitucionalismo liberal. Já o segundo elemento de oposição a Getúlio Vargas era formado por frações consideráveis da classe média profissional-liberal, constituída de jornalistas e advogados, junto com intelectuais liberais e estudantes. A Faculdade de Direito de São Paulo assumiria o protagonismo na oposição ao governo e se aglutinaria na Frente Ampla⁴³.

O Partido Comunista do Brasil (PCB), que funcionou em breves períodos na legalidade⁴⁴, sofreu com a repressão no governo de Getúlio, momento em que lideranças e grupos da militância encontravam-se na clandestinidade ou em prisões, durante o Estado Novo, como foi o caso de Luís Carlos Prestes, preso após os Levantes da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935. Ainda nesta mesma linha de considerações, Leslie Bethell (2001, p. 70-71) argumenta que a Segunda Guerra Mundial veio a aprofundar as divisões entre os comunistas e fez surgir dois grupos distintos, a saber, o grupo do Rio de Janeiro que, ao lado de baianos residentes em São Paulo, realizavam a defesa de uma união nacional democrática contra a ideologia do nazi-fascismo e a favor da democracia, postura que antecedia a um posicionamento posterior que reivindicaria uma mudança política imediata no Brasil. Em razão disso, tal grupo, estrategicamente, se colocava ao lado de Getúlio Vargas, até enquanto durasse

⁴² A guerra civil de 1932 ou como ficou conhecida como Revolução Constitucionalista, foi um movimento militar iniciado na data de 09 de julho do ano de 1932, e sob a liderança do estado de São Paulo. Os revoltosos defendiam a elaboração de uma nova Constituição brasileira, além de atacar um suposto autoritarismo do Governo Provisório de Getúlio Vargas. O conflito terminou em 1.º de outubro com a rendição das forças paulistas.

⁴³ Esta Frente acabou por atrair frações consideráveis da esquerda comunista e a não-comunista brasileira, que tiveram um papel importante no final do conflito mundial.

⁴⁴ Funcionou na legalidade de março a junho de 1922, sendo fechado pelo governo de Epitácio Pessoa; depois em janeiro a agosto de 1927, sendo fechado novamente pela Lei Celerada de 12 de agosto do mesmo ano; o outro período de funcionamento legal foi de 1945 à 1947.

à referida guerra. Já o segundo grupo⁴⁵, que se cindiu no PCB, seria formado majoritariamente por militantes comunistas de São Paulo.

Cunha (2014, p. 128-129) escreve que anteriormente, no ano de 1938, havia ocorrido uma virada tática dos comunistas, que ficaria conhecida como União Nacional⁴⁶, cujos objetivos, entre outros, era a “(re)democratização do país”. Nesse sentido, essa diretriz conquistaria um papel mais estratégico a partir do ano de 1943, mais especificamente, depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial a “favor dos aliados”. Ainda no ano de 1943, segundo o autor, ocorre uma rearticulação orgânica do Partido Comunista, na Conferência da Mantiqueira:

No mesmo ano, o Partido Comunista finalizou sua rearticulação orgânica na Conferência da Mantiqueira (iniciada em 1942 na Comissão Nacional de Organização Provisória – CNOP), e nela percebeu-se a influência da adesão de Luiz Carlos Prestes ao comunismo, tendo por reflexo maior presença de militares nos postos de direção, situação bem diferente do primeiro Comitê Central (CC), fundado em 1922, quando a maioria de seus integrantes era composta por operários, não havendo nele nenhum militar. Sua constituição consignou pela primeira vez uma maioria de ex-tenentes, e com a eleição de Prestes para a secretaria-geral, contando o CC com sete ex-militares em suas fileiras, seguido de seis operários e cinco intelectuais: Maurício Grabois, ex-oficial da Aeronáutica; Júlio César, ex-militar; Dinarco Reis, ex-oficial da Aeronáutica; José Militão Soares, ex-militar, Ivan Ribeiro, ex-oficial da Aeronáutica; Leivas Otero, ex-oficial da Aeronáutica; Luiz Carlos Prestes, ex-oficial do Exército. Esse grupo de militares advindos do Tenentismo, todavia, não seria o único a aderir ao comunismo naqueles anos. Em 1945, também se somaria às fileiras do PCB combatentes de várias origens, alguns deles egressos das lutas antifascistas na Europa; outros febianos vindos dos campos de batalha italiano; e muitos aderindo entusiasmados perante o prestígio angariado pelo socialismo, particularmente devido ao papel decisivo da União Soviética na derrota do eixo nazi-fascista. Uns deles já eram militares comunistas quando convocados para atuar naquele cenário de guerra, entre os quais havia membros do Antimil, sendo eles os responsáveis pela redação de um importante documento – “A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional”. (CUNHA, 2014, p. 129).

Assim, ocorre uma reformulação considerável no Partido Comunista do Brasil, constituído ainda no período em que vigorava a ditadura do Estado Novo, que modificaria estrategicamente as diretrizes da legenda com base na mudança efetuada pela conjuntura

⁴⁵ Insistiam na União Democrática Nacional e na luta em prol da democracia no Brasil e eram parte da oposição anti-Vargas. No final do ano de 1943, eles formariam a sua própria organização, chamando-a de Comitê de Ação. Entretanto, muito de seus membros fariam a adesão a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP).

⁴⁶ “Programa de União Nacional. É este justamente o programa de união nacional que pregamos e pelo qual lutamos desde a agressão nazista ao nosso povo, desde que com o ataque de Hitler à União Soviética teve início a grande guerra pela libertação e independência dos povos. Mas a união nacional dos dias de hoje, do momento histórico que atravessamos, fizeram a “união sagrada” em benefício do imperialismo e à custa do sangue das grandes massas trabalhadoras. Uma coisa é tão diferente de outra quanto são diferentes as Nações Unidas, de hoje, da velha Liga das Nações – organização reacionária contra os povos que sob a direção do partido Bolchevique de Lênin e do guia genial, o Marechal Stálin, são hoje o esteio máximo das Nações Unidas”. (CARONE, 1982, p. 30).

internacional, ou seja, ela influenciaria no posicionamento adotado pelo governo brasileiro de formar uma força expedicionária para lutar com os aliados nos esforços de derrotar o nazifascismo. Como se verificou, o Comitê Central também se modifica com a entrada de muitos ex-militares comunistas. Além disso, o importante documento intitulado “A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional” foi fundamental para conquistar o apoio de simpatizantes à causa comunista.

Hilcar Leite, em entrevista concedida e publicada no livro *Velhos Militantes*, organizado pela professora Ângela De Castro Gomes, relata as mudanças que ocorriam na conjuntura política do país, e como elas se relacionavam com o debate dentro do Partido Comunista do Brasil:

No segundo semestre de 44, começa o namoro de Getúlio com o Partido Comunista. Homens de Getúlio vão visitar Prestes na cadeia, há uma série de manifestações pró-Getúlio na Ilha Grande, para onde os presos políticos tinham sido transferidos. Há até a inauguração de um retrato de Getúlio com o discurso do Agildo Barata. Logo no início de 45, o Getúlio começa a dar ordens para a revisão dos processos. Os comunistas não muito perigosos começam a ser libertados, até que praticamente todos os civis são soltos. Ficam presos apenas os militares, por pressão dos próprios militares. Começa o movimento pró-anistia, que o governo encampa, e após longas negociações ela vem, em abril de 1945. Mas antes, no segundo semestre de 44, os liberais – João Mangabeira e outros – começam a conspirar em Nova York. Os trotskistas participam dessa conspiração e começa a chegar gente do estrangeiro. [...]. O Partido Comunista que estava todo desorganizado, criou a famosa CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória – que o Prestes, por intermédio de outras pessoas. Houve uma cisão no Partido, uns querendo um acordo com o Getúlio e outros não, mas a maioria seguiu a direção. (GOMES, 1988, p. 190-191).

Nestes termos, percebe-se que há um movimento entre Getúlio Vargas e as lideranças do Partido Comunista, em torno de um entendimento com a finalidade de instituir um Estado de Direito, de ampliar as liberdades, de aprovar uma anistia e de legalizar os registros partidários da legenda comunista. O primeiro passo para a mencionada aproximação foi a libertação dos presos políticos, principalmente Prestes, e o segundo foi o apoio dos comunistas em favor do dirigente brasileiro, no esforço de guerra contra o nazifascismo. Contudo, havia um pólo oposicionista no exterior, que reunia os liberais⁴⁷.

Outra leitura da conjuntura é apontada por Roberto Ribeiro Martins, ao assegurar que a primeira reivindicação, depois que o país entrou na guerra, foi a anistia, cuja respectiva campanha começaria clandestinamente, até o momento em que esta chega a se constituir entre o final de 1944 e início de 1945. Nessa ocasião, é forjada uma das maiores campanhas de massa

⁴⁷ Martins (1978) informa que o Supremo Tribunal Federal, no dia 11 de abril de 1945, concedeu habeas corpus aos exilados, fato que possibilitou o retorno, entre eles, de Júlio de Mesquita Filho, Otávio Mangabeira, Paulo Nogueira Filho e Armando Salles de Oliveira.

no Brasil, com organizações que incluem comitês e movimentos pró-anistia. Fato notório ocorre em 06 de março de 1945, quando o jornal *Correio da Manhã* publica uma carta conclamando os brasileiros para lutar pela anistia e por eleições livres. Entretanto, Martins (1978) esclarece que a referida campanha é acompanhada de repressões e confrontos com a polícia, resultando em prisões e perseguições⁴⁸. No tocante à concessão da anistia, Getúlio Vargas impôs duas restrições, a saber:

[...] a primeira, quanto à oportunidade, deveria ser resolvida pelo parlamento a ser eleito; a segunda, a da reabsorção, pelas Forças Armadas, dos oficiais afastados em decorrência da insurreição de 35, teria que levar em conta a resistência dos militares, ainda sensibilizados com aqueles acontecimentos. (MARTINS, 1978, p. 88).

Nesse sentido, a anistia é acrescida de um componente ideológico: esta poderia ser ampla e irrestrita, para aqueles militares identificados com a direita militar, caso notório daqueles que fizeram parte do Integralismo, protagonistas da tentativa de um levante contra a ditadura do Estado Novo em 1938; e, parcial e restrita, nos casos em que envolvessem a esquerda militar. O pesquisador Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (2010) destaca esse aspecto, em artigo publicado no livro *O que resta da ditadura*, ao analisar as anistias que envolveram o segmento militar pós 1935, fossem estes praças ou oficiais, estas seriam “ideologicamente norteadas”⁴⁹. Assim, a anistia seria decretada na data de 18 de abril daquele ano⁵⁰.

João Falcão⁵¹ (1988), em suas memórias, indica que, logo após a concessão da anistia no ano de 1945, em dois de maio daquele ano ocorre a ocupação de Berlim e, no dia sete, a Alemanha capitula, ao assinar a rendição. Tal fato, para ele, levou o comunista a “sair da toca”. Com isso, ele declara:

[...]. Os condenados a longas sentenças, os que se encontravam foragidos, os militantes inativos durante muitos anos de dura clandestinidade, simpatizantes que não tinha condições de filiar-se na ilegalidade, novas camadas da população

⁴⁸ Martins (1978, p. 87) relata que a campanha no estado de Pernambuco deixou vítimas fatais como o estudante Demócrito Souza Filho, este presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, e o operário Manoel Elias que perderam a vida em razão da atuação da polícia local que reprimiu a manifestação a “bala”.

⁴⁹ O decreto, portanto, condicionou o retorno de militares e civis às suas antigas funções a pareceres de comissões de nomeação instituídas pelo presidente da República. Contudo, Martins (1978) ressaltaria que o verdadeiro sentido de tais restrições seria notado mais tarde.

⁵⁰ Martins (1978, p. 88-89) cita entre os beneficiados pela concessão os nomes de Luís Carlos Prestes, Carlos Marighella, Jorge Amado, Aparício Torelli, Agildo Barata, Agliberto Vieira de Azevedo, Hercolino Cascardo; os integralistas Bermiro Valverde e Gustavo Barroso; os professores Hermes Lima, Leônidas Resende e Maurício de Medeiros, além de João Mangabeira, futuro fundador do Partido Socialista Brasileiro, o ex-presidente Washington Luís e João Café Filho.

⁵¹ Militante histórico do Partido Comunista do Brasil (PCB), João da Costa Falcão nasceu no município de Feira de Santana (BA) em 24 de novembro de 1919 e faleceu em Salvador 27/07/2011. Jornalista e deputado federal entre 1955-1956, foi fundador do denominado *Jornal da Bahia* no ano de 1958.

eufóricas com as extraordinárias vitórias da União Soviética sobre a Alemanha de Hitler, todos acorriam às sedes provisórias do PCB, que se abriam pelo Brasil afora. O Partido começou a crescer aos pulos. Dos mil comunistas, aproximadamente, que sustentaram sua bandeira no país, nos últimos anos, agora somávamos milhares, dezenas de milhares. Mas os velhos militantes estavam atentos e ciosos do seu papel. (FALCÃO, 1988, p. 272).

Abre-se uma nova perspectiva para os membros e simpatizantes do Partido Comunista do Brasil, com a vitória dos países Aliados na Segunda Guerra Mundial sobre aqueles que faziam parte do Eixo e, principalmente, com a contribuição da União Soviética. Sodré (1967, p. 248) assinala que havia um medo entre frações das classes dominantes brasileiras motivado pelo “enorme” prestígio alcançado pela União Soviética, na resistência às forças militares nazistas, e pelo vigor com que se refizera da invasão ao seu território, ao retomar territórios ocupados pelo inimigo, levando-os assim a derrotas fragorosas como as testemunhadas historicamente em Stalingrado.

De acordo com Bethell (2001, p. 82), Luís Carlos Prestes, supostamente o mais destacado preso político da América Latina, realizou dois comícios, que aconteceram nos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo. O primeiro comício foi realizado no estádio de São Januário, no dia 23 de maio de 1945, e reuniu cerca de 50 a 70 mil pessoas, ocasião em que um mar de bandeiras vermelhas atestava o prestígio da União Soviética. O Cavaleiro da Esperança, alcunha pela qual Prestes conquistou notoriedade, discursou assim:

Depois de tantos anos de prisão e isolamento bem poderia imaginar a satisfação com quem vos dirijo a palavra.
Falo na qualidade de membro e dirigente do único partido político verdadeiramente nacional que já existiu e existe em nossa terra.
Sabeis, cariocas e brasileiros, que sou comunista.
O Partido Comunista do Brasil é o meu partido. Foi ele o organizador e dirigente do glorioso movimento da Aliança Nacional Libertadora – frente única dos patriotas e democratas que em todo Brasil se uniram para impedir a fascistização de nossa terra. Na luta cruenta e desigual caímos lutando, mas como já prevíamos e sempre acontece quando se procede com sinceridade e honestidade, o que em 1935 parecia ser uma derrota esmagadora foi de fato vitória que agora festejamos.
Evoquemos a memória dos que caíram na luta dos que não puderam resistir fisicamente às brutalidades policiais e aos duros anos de cárcere. Foram eles os precursores de nossos soldados, dos filhos queridos do nosso povo, que honrando as melhores tradições de nosso Exército deram seu sangue e suas jovens vidas em holocausto pela honra e pela independência da Pátria.
Glória aos que tombaram na luta contra o nazismo, a quinta-coluna e o integralismo! Seu exemplo não será por nós esquecido e ajudará sempre o nosso povo a vencer todos os obstáculos e todas as resistências que se apresentem no caminho da democracia, do progresso do Brasil e de união, independência e bem-estar do povo...
Festejamos a paz, mas sentimos que a própria paz exige de nós esforços para que seja mantida, aqui, em nossa terra, e no mundo inteiro.
A vitória militar foi alcançada pela unidade, pela colaboração fraternal dos povos amantes da democracia, em particular pela aliança sincera e honesta das duas grandes democracias capitalistas com a democracia do proletariado. (PRESTES APUD FALCÃO, 1988, p. 276-277).

O discurso de Luís Carlos Prestes abordou a importância do Partido Comunista do Brasil e da extinta Aliança Nacional Libertadora na luta contra a fascistização do país patrocinada pelo Integralismo, e a da democracia. A continuidade do embate contra a ideologia dos regimes nazi-fascistas ocorreria em um outro patamar, momento em que as democracias ocidentais e a União Soviética enfrentariam as potências do Eixo. Nesse aspecto, o líder comunista lembrou-se da contribuição brasileira para ajudar os países Aliados a alcançarem a vitória na Segunda Guerra Mundial.

Na questão das eleições e das definições das candidaturas presidenciais, decorrentes da abertura política que se seguia ao processo de democratização, notava-se uma postura ambígua de Vargas, ao promover um discurso político a respeito de uma transição presidencial para o futuro vencedor do pleito, e o posicionamento em favor de uma candidatura própria, que ganharia corpo com o movimento queremista. A essas posturas, se somaria ainda a tese defendida por Luís Carlos Prestes e pelo PCB, ou seja, a de propor uma “Constituinte com Getúlio”, fato que poderia prolongar a permanência deste na chefia do governo brasileiro. O pêndulo do poder, entretanto, acabaria por direcionar para a sua deposição, com a chegada dos oficiais brasileiros que retornavam da Segunda Guerra Mundial. Góes Monteiro⁵², Eurico Gaspar Dutra e Oswaldo Cordeiro de Farias colocavam-se, a partir desse momento, como defensores da democracia e comprometidos com as eleições que seriam marcadas para dezembro de 1945. Na data de 29 de outubro de 1945, após nomear seu irmão para a chefia da polícia do Rio de Janeiro, Getúlio recebe um ultimato dos militares, e com isso seria obrigado a renunciar. Antes desse fato, os comunistas já haviam controversamente mudado de posição, ao defender, naquele momento, uma chamada “Constituinte sem Getúlio” (BETHELL, 2001, p. 89-90).

Carone (1980, p. 3) assinala que, com a deposição de Getúlio Vargas, o país seria governado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, cujo mandato vigoraria até a posse do novo presidente da República, que saísse vitorioso nas eleições presidenciais. Linhares extinguiu órgãos repressivos, como o Tribunal de Segurança Nacional, e revogou o decreto que marcava a data das eleições para a escolha dos governadores. O Partido Comunista

⁵² Pedro Aurélio de Góes Monteiro nasceu em São Luís do Quitunde (AL) na data do dia 12 de dezembro de 1889, e morreu em 26 de outubro de 1956, na cidade do Rio de Janeiro. Filho de Pedro Aureliano Monteiro dos Santos e de Constança Cavalcanti de Góis Monteiro. Militar, participou da Revolução de 1930, foi comandante da 2.^a Região Militar (1931-1932), comandante da 1.^a Região Militar (1932), ministro da Guerra (1934-1935), chefe do Estado-Maior do Exército (1937-1943), ministro da Guerra (1945-1946), senador (1947-1951), chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (1951-1952) e ministro do Superior Tribunal Militar (1952-1956).

do Brasil, que apoiaria o governo interino, seria formalmente registrado e autorizado a participar das eleições presidenciais e parlamentares, e Yedo Fiúza seria escolhido como candidato da legenda, para concorrer ao cargo presidencial.

O historiador Edgard Carone esclarece que Vargas aconselharia os seus seguidores a votarem em Eurico Gaspar Dutra, de acordo com o discurso:

Constantemente solicitado de todos os pontos do Brasil por amigos; representantes das classes trabalhadoras, elementos do P.S.D., e, principalmente, por diretórios estaduais e municipais do Partido Trabalhista Brasileiro, a me pronunciar sobre a questão presidencial, dentro dos quadros legais, isto é, dos candidatos inscritos no pleito, quebrando, de novo, o silêncio que me havia imposto, respondo a essas consultas:

Brasileiros!

A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, nem se participa da vitória ficando neutro. Fora do governo, meu espírito sofreu decantação de quaisquer ressentimentos, por injustiças sofridas. Nunca pretendi outra coisa, senão cumprir a lei, realizar as eleições na época marcada e passar o governo às mãos do meu substituto eleito pelo povo e reconhecido pelos poderes legais.

As ocorrências de 29 de outubro foram o resultado de erros e confusões das quais nos devemos dar quitação recíproca. As forças armadas do Brasil devem estar acima de suspeitas facciosas e não podem ser consideradas em causa nas lutas partidárias.

O momento não é de nomes, mas de programas e de princípios. Recentemente, em mensagem, aconselhei aos trabalhadores que cerrassem fileiras em torno do programa do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor dos seus interesses.

O general Eurico Gaspar Dutra, candidato ao P.S.D., em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com as suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios.

Sempre procurei atender aos interesses dos pobres e dos humildes, amparar os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro em geral, desse povo sempre bom, bravo e generoso. Estarei ao vosso lado para a luta e acompanhar-vos-ei até a vitória.

Após esta, estarei ainda ao lado do povo contra o Presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato.

Agredido, injuriado, traumatizado pelo choque dos ódios e das paixões políticas, venho dizer-vos que esqueci tudo isto e encontrei, no amor à minha pátria, forças para me renovar.

Estou presente e venho cumprir minha palavra.

(a) Getúlio Vargas. (CARONE, 1980, p. 4-5).

Assim, em 02 de dezembro de 1945 ocorreram as eleições presidenciais e para o parlamento no país. O regulamento que organizava o pleito exigia que os partidos interessados na disputa fossem agremiações nacionais⁵³. No alistamento eleitoral, constariam os três partidos que seriam protagonistas da vida política brasileira nos anos subsequentes, ou seja, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Estas siglas seriam formadas entre janeiro e maio de 1945. A disputa

⁵³ Sodré (1967, p. 250) pontua que seria nesse ambiente que se processaria a reconstitucionalização brasileira e que recrudesceria para um quadro de conflito com uma guerra destruidora e prolongada que ainda não tinha sido finalizada e que prenunciaria o conflito que ficaria conhecida como “Guerra Fria”, frustrando, assim, os anseios de paz em um mundo que se encontrava “perturbado”.

presidencial ocorreu entre Eurico Gaspar Dutra (PSD) contra Eduardo Gomes (UDN) e Yedo Fiúza (PCB)⁵⁴. Sendo assim, apesar das candidaturas presidenciais, a cena política brasileira seria protagonizada por Getúlio Vargas e Luís Carlos Prestes, políticos que tinham considerável prestígio junto à classe trabalhadora.

Após a realização das eleições, Eurico Gaspar Dutra obteria 55% dos votos, Eduardo Gomes, 35%, e Yêdo Fiuza, 10%. O PSD repetiria a vitória nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, obtendo 61,9% dos votos para o Senado e 52,7% para a Câmara dos Deputados, formando, assim, a maioria nas duas casas legislativas. A UDN receberia 23,8% dos votos para o Senado e 26,9% para a Câmara dos Deputados. Já o PTB receberia respectivamente 4,7% e 7,6%, nessa ordem, e o PCB 2,3% e 4,8%, onde este último elegeu quatorze deputados federais⁵⁵ e um senador – Luís Carlos Prestes, no Distrito Federal.

A Assembleia Constituinte concluiria seus trabalhos em 1946, e introduziria o artigo 114, que autorizava o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelar o registro de qualquer partido político que tivesse um programa que fosse contrário aos princípios democráticos, ou cuja orientação política e financiamento se originassem de outros países. Para todos os efeitos, o artigo em questão visava a atingir o PCB, partido de esquerda, e que estava na legalidade havia dezoito meses. No ano de 1947, o Partido Comunista do Brasil alcançaria a marca de cerca de 200 mil filiados. Contudo, antes, em meados do mês de março do ano de 1946, já ocorriam supostos rumores de que Eurico Gaspar Dutra planejava o fechamento do Partido Comunista do Brasil, mediante decreto presidencial.

As eleições seriam marcadas em janeiro de 1947 para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e cargos municipais. De acordo com os dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, publicados em 1950, o PCB obteve 9% dos votos e fez mais dois parlamentares comunistas para a Câmara Federal. A sigla também elegeu 64 deputados para a Assembleia Legislativa de quinze estados brasileiros. Entretanto, apesar das votações, o Partido Comunista do Brasil seria colocado na ilegalidade no dia 07 de maio de 1947, após batalha judicial⁵⁶. Ocorrem também intervenções em sindicatos e fechamentos de entidades classistas de trabalhadores.

⁵⁴ Sodré (1967, p. 258) explica que o engenheiro Iêdo Fiuza participaria das eleições presidenciais como candidato do PCB e concorreria com Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes, onde alcançou a marca de seiscentos mil votos. O historiador esclarece que Fiuza sofreu uma terrível campanha de difamação liderada pelo jornalista Carlos Lacerda que aproveitou a ocasião para explorar a ideologia anticomunista.

⁵⁵ Seria eleito Claudino José da Silva, o único parlamentar negro a ocupar uma cadeira pelo estado do Rio de Janeiro.

⁵⁶ Um dos primeiros sinais de que havia uma estratégia de cassação do registro da legenda foi a de suspender por seis meses o funcionamento da União da Juventude Comunista que tinha sido criada recentemente na ilegalidade no mês de abril de 1947. Falcão (2012, p. 93-98) pontua que o PCB não soube interpretar os indícios do fechamento

1.5. As formulações do governo Dutra

O governo pró-americano e anticomunista de Eurico Gaspar Dutra enfrentaria, nos anos seguintes, o recrudescimento do trabalhismo e do nacionalismo, que organizariam o movimento da campanha do petróleo, e da expectativa do retorno de Vargas à presidência da República brasileira. No ano de 1949, seria criada a Escola Superior de Guerra (ESG)⁵⁷, voltada para o planejamento da segurança nacional, reunindo militares das três Forças e civis de “notáveis” conhecimentos, contando com a assessoria de três militares norte-americanos. Assim, uma Doutrina de Segurança Nacional seria elaborada, dentro da instituição militar.

O ponto de partida da Doutrina da Segurança Nacional, criada no período da Guerra Fria, seria o conflito ideológico entre Ocidente e Oriente, e incluiria um alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e o Ocidente. Nessa condição, foi constituída uma ideologia que combinava aspectos de planejamento, liberalismo norte-americano e elementos aleatórios do pensamento autoritário brasileiro, que impactavam frações da oficialidade do Exército desde a década de 1920. O cimento disso tudo seria o anticomunismo.

O governo brasileiro procuraria escapar do mesmo nivelamento de tratamento de poder concedidos pelos EUA aos governos argentino e chileno, na América Latina. Devido a essa postura, o país tentou encontrar uma posição de nação beneficiada, através da assinatura de um acordo com Washington, que atendia aos interesses do Rio de Janeiro. Para tanto, um representante do Brasil viajou até a Capital estadunidense, em 1949, para discutir a renovação do acordo militar de 1942. Na visão dos norte-americanos, deveria haver uma continuidade das relações especiais entre ambos os países, e, para isso, o Brasil tinha credenciais importantes, como a posição estratégica ocupada geograficamente, a riqueza de matérias-primas essenciais e o apoio brasileiro ao sistema interamericano. Mas, apesar de tudo, existiam entraves legais⁵⁸, que impediam a Casa Branca de atender ao pleito principal do país sul-americano, a saber, o suprimento de armamentos.

da legenda e ela veio a ocorrer depois das comemorações do 1.º de maio de 1946 quando se festejava o aniversário de mais um ano de atuação legal após o longo período de clandestinidade. Outra questão a esclarecer, de acordo com o autor foi à aparente falta de reação das massas em relação ao desfecho e que teria chamado a atenção de políticos conservadores. Enfim, após debates no Senado e na Câmara dos Deputados, um projeto de cassação dos mandatos dos representantes comunistas foi aprovado com a anuência de políticos liberais e nacionalistas como Juscelino Kubitschek, Artur Bernardes, José Joffily e Emílio Carlos.

⁵⁷ Vianna (2020, p. 128) explica que a Escola Superior de Guerra foi fundada em 20 de agosto de 1949 por um decreto assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Contudo, a entidade já estava em funcionamento antes dessa data. O autor menciona que na data de 03 de junho desse ano, foi publicado o seu primeiro boletim. Enfim, a lei de criação da ESG seria assinada também por Dutra em 18 de agosto.

⁵⁸ O governo norte-americano tinha que atender a prioridade de outros países, como, por exemplo, os situados no continente europeu.

De acordo com Svartman (2014, p. 178), era notório que, entre os membros da Comissão Militar Mista Brasil-EUA, havia um provável descontentamento dos representantes brasileiros com as posições norte-americanas, as quais, na visão do Palácio do Catete, não faziam distinções entre o Brasil e os demais países latino-americanos. Isso frustrava, em tese, os sonhos de protagonismo militar brasileiro no seu entorno geográfico, já havendo ressentimentos relativos à política de normalização de Washington com a Argentina. Nessa questão, e como forma de contornar tais sentimentos, o governo americano promoveu o incremento da propaganda e dos programas de treinamento, cujos objetivos seriam promover o doutrinamento indireto das Forças Armadas brasileiras, para que estas se tornassem divulgadoras da doutrina militar dos Estados Unidos e do modo de vida daquele país. Contudo, o pesquisador brasileiro explica que a estratégia de cooptação foi eficiente, mas apresentou limites.

1.6. A Guerra da Coreia

Em junho de 1950, as tropas da Coreia do Norte cruzaram o paralelo 38 (divisa com a Coreia do Sul), em razão de alegadas provocações do dirigente sul-coreano e morte de emissários norte-coreanos enviados para estabelecer contato com a Coreia do Sul, levando a uma guerra entre os dois países. Com esses desdobramentos, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas aprovou duas Resoluções, ambas de autoria norte-americana, condenando a agressão e pedindo, aos Estados-membros, que colaborassem com Seul:

[...]. No dia 25 de junho, os norte-americanos fizeram passar no Conselho de Segurança das Nações Unidas resolução que configurava a ação norte-coreana como agressão. No dia 27, nova resolução exortava os membros da Organização a utilizar todos os meios possíveis para reverter a situação na península ao status-quo antes do ataque norte-coreano. O governo norte-americano, assim, conseguia usar a bandeira da ONU como instrumento para ação política de contenção ao comunismo. (ALVES, 2007, p. 135).

No Brasil, discussões sobre as implicações da Guerra da Coreia ocorreram no Clube Militar⁵⁹, entidade que já se defrontava com o problema do imperialismo, nas pressões sofridas pelo país nas questões do monopólio do petróleo, da hileia amazônica e de outros recursos minerais. Em maio de 1950, foi eleita a chapa nacionalista Newton Estillac Leal e Horta Barbosa, cujo mandato era estipulado em dois anos. Nelson Werneck Sodré declara, na obra

⁵⁹ Ocorre um posicionamento da diretoria eleita da entidade através da publicação de artigos em que se apresentava os pontos de vista sobre o conflito que poderia levar ao envio e participação de tropas brasileiras na península coreana.

História Militar do Brasil, que a escolha da diretoria levaria a uma postura de confrontação com os diferentes interesses do imperialismo. Uma das questões mais caras ao mencionado Clube estava no posicionamento nacionalista e antiimperialista demonstrado pela entidade, o que seria notado em uma das edições da *Revista do Clube Militar*, a respeito, principalmente, da questão coreana, e que suscitou uma reação das oposições:

O pretexto foi encontrado de maneira muito simples. Estava o mundo diante de caso concreto de intervenção armada dos Estados Unidos em outro país, a Coreia, onde suas forças militares combatiam antes mesmo de colocado o problema perante a ONU, embora, depois, alegassem que combatiam em nome da ONU. Tal intervenção, um dos atos mais caracterizados de brutalidade imperialista na sequencia de muitos da “Guerra Fria”, vinha servindo como motivo de pressão sobre os países americanos, no sentido de que enviassem tropas à Coreia. Claro que os Estados Unidos não necessitavam de reforço militar. Pretendiam utilizar o conflito para submeter à sua vontade os países de sua órbita em que surgiam resistências a ação imperialista. No nosso caso, uma das formas de pressão concretizou-se no alarma de guerra geral, compelindo-nos a malbaratar as divisas penosamente acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial pelas restrições à importação. (SODRÉ, 2010, p. 379).

Nesse aspecto, o historiador esclarece que a Guerra da Coreia remete a um dos conflitos que se desdobravam no contexto da Guerra Fria, em que os EUA interviriam na guerra civil local investido de uma autorização da ONU, como verificaremos mais adiante. Assim, a questão coreana seria um pólo em que se daria um extenso debate acerca da formação e do envio de uma força expedicionária para lutar na Coreia. De início, como observa o pesquisador militar, a hipótese de ter combatentes brasileiros no teatro de operações teria, em tese, influenciado algumas medidas do governo brasileiro, que procurava reaparelhar as Forças Armadas para um possível confronto militar e, desse modo, se desfazer das reservas cambiais brasileiras.

O confronto foi marcado por peculiaridades, com avanços e recuos entre as tropas norte-americanas do VIII Exército e as tropas da Coreia do Norte, que conseguiriam o apoio indireto da União Soviética por meio da atuação dos combatentes chineses. Friedrich (2011) aponta que a China se deparava com uma situação complexa em razão de, em alguns momentos, as tropas do Sul chegarem às margens do rio Yalu e ameaçarem um importante ponto estratégico do território do país, o que significava um perigo para os chineses, ao ter o Exército norte-americano próximo a sua fronteira com a Coreia do Norte. Para evitar que isso ocorresse, ela acabou por ter um protagonismo no conflito, a partir do momento em que o exército norte-coreano teve seguidos reveses para os norte-americanos, principalmente depois do desembarque de Inchon, cidade portuária próxima a Seul, Capital da Coreia do Sul.

Sendo assim, para situar melhor o desenvolvimento da Guerra da Coreia, seria importante assinalar que ela foi marcada por três fases distintas. A primeira ocorreu entre junho

e setembro de 1950, quando houve um protagonismo das tropas norte-coreanas contra as sul-coreanas, encurralando-as no Perímetro de Pusan. A segunda aconteceu entre os meses de setembro e outubro de 1950, quando ocorreu um avanço das tropas norte-americanas e sul-coreanas na porção norte da península coreana. Washington passaria a intervir no conflito, a partir da Batalha de Pusan. O desembarque das tropas desse país em Inchon obrigaria o exército norte-coreano a retroceder. Com o recuo, as tropas do sul avançaram sobre o Paralelo 38, encurralando Pyongyang e levando a um recuo dos norte-coreanos na parte norte da península. Ao se ver diante da aproximação das tropas norte-americanas da sua fronteira com a Coreia do Norte e a desarticulação das forças norte-coreanas, a China intervém militarmente no conflito. A terceira e última fase é a mais longa e tem como marco a entrada chinesa no teatro de guerra coreano, cujas forças possibilitaram recuo das tropas yankees até as proximidades do Paralelo 38. Em seguida, os confrontos proporcionariam um equilíbrio entre ambos os contendores, sem alterações significativas. O morticínio e a indefinição da guerra levaram os protagonistas do conflito a entrarem em negociações por um armistício, em Panmunjon. A trégua, que seria assinada em 27 de julho de 1953, daria fim provisório à luta armada. Não se firmou a assinatura de um acordo de paz que finalizasse oficialmente a guerra entre as Coreias.

No campo da diplomacia internacional envolvendo o conflito, os EUA tomam a iniciativa de propor duas Resoluções, nos dias 25 e 27 de junho de 1950, no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em que se condenava a agressão norte-coreana e fazia um pedido à entidade para que se realizasse o esforço em se formar uma força internacional para fazer frente à situação e se opor à Coreia do Norte. Ambas as deliberações seriam aprovadas, principalmente em razão do abandono das sessões pelos diplomatas soviéticos. Agências internacionais de notícias dos grandes centros mundiais como Associated Press e Reuters reproduziam uma visão pró-imperialista, que tinha ecos na imprensa de centros periféricos e em alguns países da América Latina, como o Brasil, que reproduziam o material jornalístico, na assim chamada “grande imprensa”, de acordo com o historiador Edvaldo Correa Sotana (2018, p. 262).

Para Vágner Camilo Alves (2007, p. 137-138), a questão da formação de uma força internacional para combater na península coreana deveria se ater a algumas exigências colocadas pelos Estados Unidos. Os diferentes países não poderiam ter cultura e religião, por exemplo, que contrastassem com os dos combatentes do Exército americano. Os batalhões deveriam ser compostos por, no mínimo, mil combatentes. Ainda assim, o envio dos soldados para o teatro de operações deveria ser realizado e custeado pelo próprio país. De acordo com o pesquisador, os norte-americanos poderiam auxiliar nos custos de equipar as forças, mas que

era preciso que ocorresse o reembolso dos valores dispendidos com a preparação. Contudo, o Departamento de Estado Norte-americano, ao perceber que a exigência de reembolso impedia a participação de países mais pobres, concordaria, assim, em equipar as tropas dos países interessados em se mobilizar para o conflito, e o reembolso seria decidido, posteriormente, por Washington. A sondagem para a escolha dos países para participar da Guerra da Coreia foi realizada pelo Secretário de Estado Acheson⁶⁰, e, nesse sentido, seriam abertas negociações com países latino-americanos⁶¹.

O Brasil, nessa conjuntura, seria um importante aliado nos planos norte-americanos, em razão da contribuição oferecida para a recém-encerrada Segunda Guerra Mundial. A decisão sobre a participação brasileira na península coreana ficou a cargo do próximo presidente brasileiro, que tomaria posse em 1951, a saber, Getulio Vargas.

1.6. O debate sobre a Guerra da Coreia no Brasil

O debate no Brasil sobre a Guerra da Coreia ganhou a contribuição de diferentes atores, como a campanha que ocorria em fóruns internacionais, o “Movimento pela Paz”, o qual aglutinava outras entidades que lutavam contra o uso de armas nucleares. Seria importante também apresentar o protagonismo do “Apelo de Estocolmo”⁶², que estava agrupado ao

⁶⁰ Dean Gooderham Acheson (1893-1971) foi Secretário de Estado dos Estados Unidos, entre 20 de janeiro de 1949 e 20 de janeiro de 1953).

⁶¹ O único país latino-americano a enviar combatentes para lutar na Guerra da Coreia foi o Estado colombiano. O “Batalhão Colômbia”, como ficaria conhecido, contou com 5100 combatentes.

Camargo (2015, p. 202), ao explicar sobre a participação das tropas colombianas no conflito coreano, relata que a referida decisão ficou envolvida em muitas polêmicas, principalmente no apoio à Coreia do Sul, na medida em que o conflito era visto como mais outra batalha da política anticomunista norte-americana no Pacífico, amparada por uma maioria de políticos conservadores, que refletia a hegemonia do pensamento ocidental no país. Ainda assim, o respaldo na participação das tropas do país no mencionado conflito foi analisado como um desacerto que ignorava a realidade nacional partidista que se vivia, e que punha em risco a soberania da Colômbia, país sem experiência notável em guerras de guerrilhas a nível internacional.

OKUNO (2017), na reportagem intitulada *Veteranos da Guerra da Coreia: Batallón Colombia*, apresenta o relato de um combatente colombiano na Guerra da Coreia, com o objetivo de mostrar a realidade do conflito para os soldados do país no teatro de operações: “Chegamos no inverno. Particpei do ataque ao 0180, em 10 de março de 1953. Dois dias depois, entrei como soldado enfermeiro. Estávamos perto do exército chinês. Pelas minhas condições de soldado enfermeiro, tinha que evacuar os feridos e mortos em combate, o que, para mim, era motivo de medo, desespero, e assim tivemos que ficar até 23 de março, quando houve o ataque dos chineses ao Batalhão. Ataque ao qual o Batalhão teve 71 desaparecidos em ação, cerca de 100 mortos e 600 feridos. Fomos levados ao hospital, depois voltei às duas linhas de fogo até o momento da assinatura do armistício em julho de 1953. Como surpresa desagradável e muito triste, quando voltei do hospital, me deram a notícia de que os dois companheiros que eu havia atendido em combate estavam desaparecidos, e até hoje continuam desaparecidos. Depois de sofrer os rigores da guerra, (digo a vocês que) vivam em paz, em compreensão, porque a violência destrói não só a nós, mas os nossos países e Generais”. (Vergara, 85 anos)”.

⁶² O Apelo de Estocolmo foi lançado em 18 de março de 1950, pelo cientista Frederic Joliot-Curie, assim como pelo Movimento Mundial pela Paz, com o objetivo de interditar o uso de armas atômicas. A campanha conseguiria recolher 300 milhões de assinaturas ao redor do mundo, sendo que 150 milhões dessas foram alcançadas no continente europeu.

Movimento pela Paz. No território brasileiro, a atuação do Movimento pela Paz ficou conhecida como “Campanha pela Paz”, e, conforme aponta Jayme Ribeiro Fernandes (2003), contou com diferentes núcleos no país, que procuravam coletar assinaturas em prol da Paz. O mesmo pesquisador assinala, no seu trabalho de pesquisa, que a referida Campanha foi responsável por proporcionar um estímulo à militância do Partido Comunista do Brasil, que, assim, ocupava espaços suprimidos com a cassação da legenda em 1947 e do mandato dos seus representantes eleitos. Na clandestinidade, o PCB fazia um trabalho de base e de esclarecimento em amplos setores brasileiros, sobre os custos materiais e, principalmente, humanos, de ter tropas brasileiras em combate no teatro de guerra coreano. Em outra perspectiva, os pesquisadores Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha e Cláudio Beserra de Vasconcelos notam que o apoio ao Movimento pela Paz foi mais amplo do que o apontado por Fernandes (2003), na medida em que contou com apoio e participação de outros setores da sociedade brasileira, não sendo uma atribuição específica de simpatizantes ou militantes comunistas⁶³:

Nesse sentido, comitês foram formados às dezenas e campanhas de assinaturas atravessaram todo o país, com forte apelo popular contra o desenvolvimento das armas atômicas, como também contra a guerra e especialmente contra aquela em curso, a da Coreia. Ambas as campanhas foram entusiasticamente apoiadas pelo partido e seus militantes nela envolvidos até a medula, mas vale ressaltar que, ainda que tivessem o apoio decisivo e politicamente correto do PCB, entendo que esta adesão não tenha significado que a condução ou a sua coordenação fosse estritamente partidária, pelo contrário. É possível que a maioria das ações tenha sido dinamizada pelos militantes do partido, mas não necessariamente controlada por este, ainda que as consequências para seus militantes foram de várias ordens e, em geral, duras. (CUNHA, 2011, p. 264).

O Movimento pela Paz e contra a Guerra da Coreia, principalmente contra o envolvimento brasileiro no conflito, contou com a organização e a participação de militantes comunistas, mas não só deles, pois tal campanha contou com o apoio de outros setores da sociedade brasileira. Assim, os comunistas brasileiros realizariam uma importante tarefa de esclarecimento a segmentos da população brasileira que tinham acesso a informações e publicações, não apenas com a audição em estações de rádio, o que seria um contraponto com as versões publicadas na grande imprensa brasileira⁶⁴, que ficavam com a atribuição de reproduzir as notícias das grandes agências internacionais⁶⁵. Entre algumas dessas publicações

⁶³ Beserra (2018, p. 113) cita a participação na campanha dos generais Edgard Buxbaum, Estevão Leitão de Carvalho além dos coronéis Joaquim Barbosa de Moraes, Salvador Corrêa de Sá e Benevides e Jocelyn Barreto Brasil de Lima.

⁶⁴ Mais especificamente os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* (SOTANA, 2014).

⁶⁵ Edvaldo Correa Sotana (2014) mencionaria que entre as agências estavam a *Reuters*, *United Press* e *Associated Press Internacional*.

elaboradas pelo PCB estavam o jornal *A Voz Operária* e outras dirigidas ao público mais específico, como o dos militares, que eram distribuídas pelas células do “Setor Militar”⁶⁶, o Antimil. Nesse aspecto, o jornal *A Voz Operária* esclareceria os mais diferentes pontos sobre o conflito na península coreana:

Estamos, pois diante de intensos preparativos bélicos no país. O perigo de guerra sobre o nosso povo torna-se, deste modo, uma ameaça tenebrosa. Tremendos e catastróficos sacrifícios serão impostos às grandes massas populares para que seja realizada a mobilização total para a guerra – sacrifícios que vão desde o agravamento geral da miséria até as tentativas de liquidar de vez com as últimas liberdades democráticas que vão desde a penetração e dominação brutal dos trustes ianques em nossas fontes de riqueza até a cessão de nossas bases militares às tropas norte-americanos. O povo brasileiro, que deseja contribuir para a conquista da paz, em todo o mundo e que deseja libertar-se da opressão dos trustes imperialistas que lhe sugam o suor e o sangue não podem concordar em ser arrastado na órbita da política de agressão guerreira contra o socialismo e a independência dos povos (O BRASIL..., 1949, p. 06).

Portanto, a imprensa operária apresentava, ao leitor, outra perspectiva acerca do conflito que ocorria na península coreana, e denunciava os interesses do imperialismo norte-americano que estavam por trás da proposta de enviar combatentes brasileiros para o teatro de guerra na Ásia. Outros jornais progressistas também realizavam o mesmo trabalho de esclarecimento para os trabalhadores, militares e população em geral. Seria importante destacar o papel também desempenhado pela Revista Problemas, que procurava informar o leitor através de uma perspectiva, em muitos momentos, opostas ao da grande imprensa⁶⁷.

Sendo assim, as implicações do envio e participação de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia foram alvo de debates e discussões em diferentes fóruns, como o Clube Militar, o Alto Comando do Exército, o Ministério das Relações Exteriores, na grande imprensa, imprensa operária e nas associações de militares subalternos, como a Casa do Sargento do Brasil. Cada um desses fóruns procurou encontrar um posicionamento que influenciasse na decisão de um provável envolvimento brasileiro naquele conflito.

⁶⁶ De acordo com Cunha (2014), o Setor Militar ou Antimil foi criado em 1929 e seria extinto em 1992 com a reestruturação do PCB. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (2011) explica que uma dessas publicações era o jornal *Marinha Vermelha*. Contudo, como o próprio autor assinalaria, havia uma variedade de jornais dirigidos ao extrato militar como o *União de Ferro*, o *Soldado de Prestes* entre outros que procuravam esclarecer sobre as implicações de se enviar uma força expedicionária brasileira para participar dos combates na Guerra da Coreia.

⁶⁷ A Revista Problemas que circulou na década de 1950 trazia ao leitor reportagens de diferentes aspectos do espectro ideológico da esquerda com matérias sobre a atuação de dirigentes soviéticos, da atuação e biografias de importantes líderes sindicalistas e políticos europeus, asiáticos e latino-americanos. Havia, assim, um espaço para o trabalho de Luis Carlos Prestes como dirigente comunista brasileiro que procurava orientar a militância e simpatizantes do PCB. Como se verificaremos mais adiante, tal publicação circulava, principalmente, entre as células comunistas de marinheiros no trabalho de formação política realizado em aparelhos localizados em muitos momentos fora do local em que se desempenhavam o trabalho militar.

CAPÍTULO 2

O DEBATE SOBRE A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA GUERRA DA COREIA, VISTO POR DIFERENTES ATORES

A questão sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia envolveu diferentes atores e visões, que ora se aproximavam, ora se distanciavam, diante de uma decisão que ganharia espaço na grande imprensa, na imprensa alinhada ideologicamente à esquerda do espectro político, no Alto Comando das Forças Armadas, no Clube Militar, nas Associações que reuniam militares subalternos, no Ministério das Relações Exteriores e, por fim, na Presidência da República.

O debate, como veremos, acalentaria diferentes aspectos, que incidiam sobre as condições econômicas, financeiras e materiais presentes no Estado brasileiro, este em processo de franca industrialização. Já os meios militares questionariam o preparo das tropas, o reequipamento militar e os equipamentos disponibilizados pelo governo dos Estados Unidos da América, além da motivação que levaria as instâncias governamentais brasileiras, como a Presidência da República, a participar de um conflito longínquo e, como verificaremos, penoso e complexo.

2.1. Clube Militar e o Alto Comando do Exército

É consenso, entre eminentes pesquisadores, que o Clube Militar foi um importante fórum de discussões e debates políticos, que se fizeram decisivos em muitos momentos da narrativa histórica brasileira. Assim, o Clube também foi um núcleo fundamental nas argumentações em torno da participação brasileira na Guerra da Coreia (1950-1953).

Em razão da constituição democrática do Exército, conforme apontada por Sodré (1967, p. 174-175), as discussões acerca dos acontecimentos na Guerra da Coreia, e da possível participação brasileira naquele conflito, levariam a embate maior, em razão das visões opostas entre as facções políticas que compunham o Clube Militar. Em alguns momentos, esse embate colocava em questão as posições em torno do imperialismo. Entre essas facções políticas, havia os nomeados “Nacionalistas”, situados à esquerda do espectro ideológico, e os “Conservadores” ou “Liberais”, que tinham posições mais à direita desse espectro (ALVES, 2007, p. 156).

Esse confronto entre “Nacionalistas” e “Liberais” ou “Antinacionalistas”, de acordo com o pesquisador Antonio Carlos Peixoto, remonta à década de 1930, ocasião em que se debatia, entre outros pontos, o modelo de desenvolvimento a ser adotado pelo Estado brasileiro: o de um desenvolvimento industrial de bases nacionais, ou um desenvolvimento agrário e dependente. O acirramento dessas posições ocorreria nos anos que se seguiram à Ditadura do Estado Novo, em que o governo de Getúlio Vargas adota uma posição desenvolvimentista. Entretanto, durante e após a Segunda Guerra Mundial, há um crescente protagonismo da corrente liberal, que conquista espaços após a participação de oficiais da Força Expedicionária Brasileira que lutaram ao lado do Exército americano. Neste aspecto:

Em grande medida, a oposição militar a Vargas foi uma consequência da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O núcleo dessa oposição foi formado, em sua grande maioria, por oficiais que foram mandados para a Itália, nos quadros da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e que lutaram ao lado do Exército americano. A FEB não constitui uma fonte independente de dissensões militares: seria falso opor todos os oficiais que fizeram parte desse agrupamento aos que permaneceram no Brasil. Mas é significativo que a fração militar antinacionalista viesse a recrutar seus principais quadros entre os “amigos” da FEB. (PEIXOTO, 1980, p. 81).

Havia um entendimento entre os oficiais brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial ao lado do Exército americano: o de que os Estados Unidos eram modelo e inspiração para essa corrente antinacionalista ou liberal e, para que o progresso do Brasil fosse viável, necessário seria preciso, portanto, que se fizesse oposição a Getúlio Vargas. O nacionalismo econômico, nesse sentido, era tido como uma barreira para uma relação privilegiada com Washington, ao mesmo tempo em que esse posicionamento apontava para um viés elitista, anti-mobilizador e hostil à participação popular.

A retomada dos tensionamentos, entre as frações militares com visões políticas opostas, ocorreu um pouco antes do conflito na península asiática, o qual teria, como marco inicial, o final do mês de junho de 1950, sendo que as eleições presidenciais brasileiras ocorreriam em 03 de outubro de 1950. No mês de maio daquele ano, foram disputadas eleições no Clube Militar, para a direção da entidade, ocasião em que as chapas seriam encabeçadas pelos seguintes candidatos: general Newton Estillac Leal, representando os “nacionalistas”, e Oswaldo Cordeiro de Farias, pelos “liberais” ou “conservadores”, estes, tempos depois, reconhecidos como membros da “Cruzada Democrática”. A chapa encabeçada por Estillac Leal⁶⁸ se consagraria vencedora do pleito e apontaria para a orientação política nacionalista,

⁶⁸ Peixoto (1980, p. 92) explica que o prestígio do Clube Militar aumentou consideravelmente entre os oficiais, com a campanha conduzida na defesa do petróleo e dos minerais atômicos. Nesse aspecto, no período 1944-1950, a entidade passou de 3.000 para 9.000 sócios, em contraposição às eleições do general Pessoa, em 1944, quando

após a gestão da chapa antinacionalista que marcaria os anos do mandato de Eurico Gaspar Dutra⁶⁹.

Outra questão importante dizia respeito à vitória alcançada pela chapa nacionalista nas eleições do Clube Militar, que estava relacionada à candidatura, à Presidência da República, de Getúlio Vargas, o qual já havia governado o país ao longo do período ditatorial conhecido como “Estado Novo” (1937-1945). Como candidato, ele apresentava outra agenda, que incluía um projeto de desenvolvimento para o Brasil, do qual participaria uma assessoria econômico-política⁷⁰, posteriormente responsável pelo alicerce na criação de algumas instituições brasileiras. Nesse ponto, a entidade abria espaço para discussões em torno de itens que diziam respeito aos interesses do país, como o projeto do petróleo e das riquezas minerais⁷¹, cobiçados pelo capital internacional e, subsequentemente, pelo imperialismo norte-americano. Uma provável vitória alcançada pelo candidato à presidente, defensor de posições nacionalistas, não seria recebida de forma favorável pelos interesses hegemônicos internacionais em disputa.

O Clube Militar alcançaria um grande prestígio como fórum de debates e discussões que diziam respeito aos interesses do país, e tinha responsabilidades que remetiam à estabilização de instituições como a Presidência da República. Como se verificou, o vencedor do pleito de outubro de 1950, Vargas, sofreria restrições políticas para a sua provável posse em 1951, sendo muitas delas em decorrência de posições também políticas assumidas pelas facções oposicionistas de partidos políticos brasileiros e, supostamente, do “imperialismo”. Nesse sentido, o Clube Militar conquistaria relativamente um certo prestígio:

[...] passara de associação de classe relegada a segundo plano, com 3 mil associados, a entidade de largo prestígio na vida nacional, com 9 mil sócios, tendo levado a efeito já campanhas importantes, em defesa da classe, como a Lei de Promoções, a da Carteira Hipotecária e Imobiliária, a do Código de Vencimentos e Vantagens, reivindicações longamente debatidas e acalentadas pela classe. O Código de Vantagens fora remetido à República em 1948 e lá jazia, motivando novo projeto, em 1950. Na medida em que levantava as reivindicações e lutava por elas, a oficialidade batia-se também em defesa dos interesses nacionais. (SODRÉ, 2010, p. 375-376).

houve a participação de apenas 1.000 oficiais. Contudo, no ano de 1950, na eleição do general Estillac Leal, houve a participação de 6.805 oficiais votantes, o que dá em média 80% dos associados.

⁶⁹ Com a chegada de Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República e, subsequentemente, com a deposição de Getúlio Vargas, ocorreu um controle da máquina militar pela facção militar liberal ou antinacionalista, que agora era revertida com a alternância da chapa nacionalista de Estillac Leal (PEIXOTO, 1980, p. 92).

⁷⁰ Esse grupo ficaria conhecido como “Boêmios Cívicos”, expressão cunhada por Getúlio Vargas para nominar os assessores que se dedicavam a longas jornadas de trabalho, as quais incluíam horários depois do expediente, como as madrugadas.

⁷¹ Sodré (2010, p. 374-375) aponta que muitos dos conferencistas defendiam pontos de vistas divergentes de facções políticas opostas, como as de Juarez Távora, por um lado, e de Horta Barbosa, de outro lado, no debate sobre a solução monopolista do Estado brasileiro acerca dos recursos minerais do país.

Assim, o Clube Militar conquistaria espaços dentro do cenário político nacional, ao levar adiante uma pauta corporativa que dizia respeito às questões da categoria dos militares, e que demarcava posições relacionadas aos grandes temas da agenda da política brasileira, como os referentes aos recursos minerais estratégicos do país, às questões da Guerra da Coreia e à possível participação brasileira nesse conflito. Para a concretização dessas propostas, seria preciso firmar um acordo militar entre os presidentes dos governos brasileiro e norte-americano, respectivamente, Getúlio Vargas e Harry Truman.

O general Estillac Leal, ao tomar posse na entidade de classe dos militares, já assinalava que um dos primeiros deveres que a direção se prontificava a cumprir era a defesa dos interesses nacionais e, também, encontrar uma solução patriótica para as questões referentes à defesa nacional e aos recursos minerais do país, além de indicar que a democracia se amparava na soberania do povo. As posições do Clube Militar conflitavam com os interesses do imperialismo norte-americano e os de seus defensores no Brasil, o que ganharia maiores contornos com a questão da Guerra da Coreia. Tal tema conquistaria espaços na *Revista do Clube Militar*, e já demonstrava, ali, indicativo de que a entidade era contrária à participação brasileira no confronto, na medida em que a América Latina ficaria sob a influência dos interesses estratégicos defendidos pelo governo norte-americano. Um dos mecanismos foi o Tratado Interamericano de Defesa Recíproca – TIAR.

A edição de julho de 1950, da Revista Clube Militar, abordava a questão da Guerra da Coreia em cinco páginas, fazendo um relato do conflito, com base em publicações internacionais que cobriam as batalhas, como as dos correspondentes do jornal *Manchester Guardian* e os de *La Tribune des Nations*. A Revista relatava, assim, o envolvimento das forças norte-americanas em uma guerra civil, a qual girava em torno de uma luta interna entre oponentes do Norte e do Sul da península coreana. Nesse aspecto:

[...]. A crônica mencionava as diversas intervenções feitas pelos Estados Unidos no Oriente e mostrava como a campanha, na Coreia, obedecia à técnica da ‘estratégia total’, isto é, ‘o massacre das populações civis’. As considerações do redator mostravam a apreensão dos brasileiros ante a hipótese de intervenção de forças naquele conflito, citando opiniões já divulgadas na imprensa brasileira, e de chefes diversos, desmentindo estivesse o governo cuidando de concretizar essa participação. Terminava com o seguinte trecho: ‘E aqui impõe-se situar bem o dever que nos cabe, a nós militares, como cidadãos brasileiros de pensar e firmar opinião sobre os problemas que interessam à vida, à independência e ao futuro de nosso povo, todos eles intimamente entrelaçados às questões da defesa nacional e as condições essenciais de que depende o cumprimento de nossa missão de soldados. Isso quer dizer, antes de tudo, que o fato de sermos militares não nos tira a condição de cidadãos, condição que nos impõe o dever sagrado de analisar os acontecimentos políticos externos, para poder discernir o grau de sua justeza, sempre em função do interesse nacional e dos sentimentos da maioria da população.’. (SODRÉ, 2010, p. 380).

Dessa forma, considerando a conjuntura internacional, com o desencadeamento da luta interna no território coreano, a direção do Clube Militar, por intermédio da Revista da entidade, esclarecia ser contrária à participação brasileira no conflito. Tentava, ainda, mobilizar os militares brasileiros para terem posicionamento baseado nos vitais interesses do país, e não em um conflito que se tornaria um embate entre forças opostas nos polos da assim chamada Guerra Fria, a qual poderia tornar-se antessala para a Terceira Guerra Mundial.

A grande imprensa brasileira, que também cobriu atentamente os debates no Clube Militar, disponibilizou outros espaços, com a finalidade de tensionar os interesses da entidade, confrontando-os com os dos grandes grupos oposicionistas e mais especificamente, os do imperialismo, com o conflito na península coreana. Essa parcela considerável da imprensa brasileira realizava a cobertura do conflito através de matérias, artigos e opiniões oriundas das grandes agências de notícias internacionais, e boa parte dessas opiniões coincidia com a visão de setores das elites militar, econômica e política brasileiras.

O jornal *O Estado de São Paulo*⁷², uma das principais publicações da “grande imprensa”, na edição do dia 04 de novembro de 1950, relatava que, em decorrência do posicionamento da *Revista do Clube Militar*, o secretário responsável pela publicação, o capitão Antônio Figueiredo, havia pedido demissão:

[...]. A atitude desse oficial prende-se ao ruidoso incidente causado pela publicação no último número da referida revista, de um editorial condenando a ‘intromissão’ norte-americana na Coreia. O tópico anti-americano, que defende pontos de vista semelhantes ao avocados pelos comunistas, não teria passado antes de sua publicação pelas mãos do capitão Figueiredo, que, iludido na sua boa fé, se demite irrevogavelmente da secretaria da revista. (O SR. VARGAS..., 1950, p. 3).

Dessa forma, os grandes grupos empresariais da imprensa brasileira confrontavam-se com a direção do Clube Militar⁷³, alinhando-se, como veremos adiante, às posições do

⁷² *O Estado de S. Paulo*, mais antigo jornal da cidade de S. Paulo, circulou, pela primeira vez, na data de 04 de janeiro de 1875, com o nome de “A Província de S. Paulo”. Em janeiro de 1890, receberia a denominação atual. Foi fundado por 16 pessoas, reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, na Convenção Republicana de Itu. A ideia era criar um jornal diário, que tivesse o objetivo de combater a escravidão e a monarquia. No ano de 1902, Júlio de Mesquita, que era redator do jornal, torna-se o único proprietário. A publicação também sofreria intervenção entre os anos de 1940-1945, durante a ditadura do Estado Novo.

⁷³ Um outro posicionamento conhecido seria o da Revista *O Cruzeiro*, que o colocava nestes termos: “[...] quando o General Estillac Leal, em 1950, foi chamado a ocupar a pasta da Guerra, teve de se afastar da presidência do ‘Clube Militar’. A tradicional entidade de conagração de nossos homens de farda entrou, então, numa fase de agitação, provocada sobretudo pelo caráter político que passaram a ter alguns artigos da ‘Revista do Clube Militar’”. Esses artigos, mesmo quando não assinados, e, portanto, de total responsabilidade da direção da revista, chegavam a defender princípios inteiramente contrários à política internacional adotada pelo Brasil, usando mesmo (em assuntos como a guerra na Coréia) um linguajar que fazia lembrar aqueles ‘chavões’ com que Malik, o delegado soviético na ONU, costumava atacar os Estados Unidos e as nações ocidentais. Ora, os estatutos do ‘Clube Militar’ proibem, tacitamente, a intromissão da entidade em questões políticas e religiosas. A finalidade do Clube, desde que ele foi fundado em 1887, era promover atividades sociais e recreativas, manifestações cívico-

imperialismo norte-americano, o qual conseguira um mandato da ONU, com base em Resoluções dos dias 25 e 27 de junho de 1950, para intervir no conflito coreano. Membros da direção da Entidade seriam transferidos para postos distantes, com a finalidade de desarticular a Associação⁷⁴.

Peixoto (1980, p. 93-94) explica que, desde a posse de Estillac Leal à frente do Clube Militar, o grupo nacionalista que conduziu a Revista da entidade acabou despertando a oposição da corrente antinacionalista, com crescentes radicalizações e, logo em seguida, esse ponto de vista se expandiu, abarcando diferentes problemas da vida política nacional. Uma forte ofensiva da facção oposicionista foi desencadeada após a publicação do artigo “Considerações sobre a Guerra da Coreia”, pois este grupo que contra-atacava havia perdido o controle da máquina militar, na qual a nova hierarquia era nacionalista. A deposição de Vargas passava, então, pela derrota da corrente nacionalista e a reconquista dos cargos perdidos na hierarquia militar. A tarefa teria sido facilitada pelo protagonismo político do Clube, sob a direção de Estillac Leal.

Outro confronto dos setores oposicionistas com o Clube Militar seria observado na escolha do general Estillac Leal, como Ministro da Guerra, em janeiro de 1951, pelo presidente Getúlio Vargas. Esta opção, evidentemente, não seria tolerada por seus opositores. Uma das primeiras questões colocadas seria a tarefa, desempenhada pelo general Canrobert Pereira da Costa, ministro da Guerra no governo Dutra, de rever as transferências dos militares que compunham a direção da entidade militar. Sem as devidas pressões, as referidas portarias não seriam anuladas, diante da conjuntura política enfrentada pelo governo Vargas, que não contava com o apoio de parlamentares no Congresso Nacional, a saber, parlamentares que formassem maioria congressual que o auxiliasse na aprovação de sua agenda política, já recusada sucessivas vezes, diante do arco político oposicionista existente naquela ocasião.

Nas edições posteriores da Revista do Clube Militar, houve a manutenção da linha editorial da publicação, mesmo com a mudança de seus editores, punidos com transferências para locais distantes. Nesse sentido, a publicação tratou de temas relativos à IV Reunião de Chanceleres Americanos, em Washington (EUA). Deste modo, para Nelson Werneck Sodré, a referida Revista sublinharia que uma das pautas defendidas no mencionado encontro político,

patrióticas, cursos e conferências, fomentando, assim, o conagraçamento de seus associados, num clima de paz e harmonia”. (A DEMOCRACIA..., 1952, p. 115).

⁷⁴ O general Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra no governo Dutra, resolveu punir a direção do Clube Militar, e quase todos os oficiais que participavam da diretoria foram transferidos para guarnições afastadas da cidade do Rio de Janeiro, onde estava localizado a entidade. Houve um manifesto dos membros da facção antinacionalista, que reuniu cerca de 600 assinaturas e circulou nos quartéis. Tal manifesto foi publicado na imprensa e acusava a associação de ter uma orientação tendenciosa e de não levar em conta a opinião dos sócios (PEIXOTO, 1980, p. 94).

provavelmente seria uma posição também política e militarmente a favor dos Estados Unidos, cujos termos se denunciava:

‘Os Estados Unidos esperam que a América Latina participe da luta mundial, ajustando sua economia às realidades do programa de produção de guerra norte-americano. A primeira coisa a ser feita será apertar a barriga, preparar-se para o racionamento de exportações, aumentar a produção de materiais estratégicos para serem vendidos por preços controlados e preparar-se para as durezas de uma mobilização econômica’. (SODRÉ, 2010, p. 387).

A Revista de nº 114, publicada em junho-julho de 1951, responderia à investida dos representantes norte-americanos na mencionada Conferência, com um editorial que trazia o título “Não esqueceremos o Brasil”, o qual apresentava os problemas da desnacionalização que se sucederia com um posicionamento brasileiro favorável à participação do país no conflito na península asiática.

No entanto, o Ministro da Guerra, Estillac Leal, ao se ver aliado das discussões envolvendo o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, fundamental para o apoio brasileiro à Guerra da Coreia, sofrendo pressões dos setores oposicionistas⁷⁵, e, ao se deparar, também, com o protagonismo do ministro das Relações Exteriores, Neves da Fontoura⁷⁶, pede demissão do cargo ocupado no governo Vargas. Com muitos problemas de soberania, como a concessão de minérios estratégicos, tal Acordo seria enviado pelo Governo à Câmara dos Deputados, em 15 de abril de 1952. No período coincidente com a discussão de tal documento, aconteceriam as eleições no Clube Militar, ocasião em que a chapa de Estillac Leal e Horta Barbosa concorreria à reeleição, mas perderia, por uma fração de votos⁷⁷, para o general Alcides

⁷⁵ Em dezembro de 1951, em carta enviada pelo general Góes Monteiro, já se delimitava uma posição do Alto Comando do Exército em relação à Guerra da Coreia. Um dos pontos estava na preparação de uma tropa brasileira para ser levada ao conflito, e de que havia inconveniências nessa questão, pois não teria sentido enviar forças militares do país para qualquer teatro de guerra asiático, argumentava o missivista, que reforçava a posição ao mencionar que faltaria apoio da opinião pública ao pedido. Nesse sentido, para o representante do Exército, seria mais viável a participação das tropas militares do país no Continente europeu ou africano, do que convencer o público brasileiro de se envolver na crise coreana, já que “é parte de um só e único problema” (GVc 51.06.27/2), que, na visão dele, seria o comunismo.

⁷⁶ Peixoto (1980, p. 97) diz que Estillac Leal enfrentava um conflito entre o nacionalismo radical do partido militar e o Exército, enquanto instituição. Como líder dos nacionalistas, não podia se apartar dos seus camaradas, e, como comandante do Exército, era submetido a pressões que, em alguns casos, chegavam a ser violentas, ao pedir a punição dos membros da revista do Clube Militar, e subsequentemente, a proibição da circulação dela. Ocorre a negociação do Acordo Militar com os Estados Unidos, conduzida por João Neves da Fontoura, e o Exército é mantido à distância das discussões. Essas negociações foram, portanto, um golpe contra a autoridade do ministro da Guerra, levando à demissão dele.

⁷⁷ “Em 21 de maio, realizaram-se as eleições no Clube Militar: a chapa encabeçada pelos dois ex-chefes de polícia, os generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo obteve 8.288 votos; a chapa nacionalista encabeçada pelos generais Newton Estillac Leal e Horta Barbosa alcançou 4.489 votos. O espantoso é que 5 mil oficiais tenham, nas condições em que o pleito se processou, quando o terrorismo estava desencadeado, a coragem de escolher a chapa nacionalista, porque isso importava em correr todos os riscos, o de prisão, o de perder a carreira, o de passar aos fichários policiais do Estado-Maior do Exército e não alcançar mais promoções por merecimento, nem comissões, nem prêmios de espécie alguma. Esse índice correspondeu a uma afirmação, a mais alta possível naquelas

Etchegoyen, cuja chapa passou a ser conhecida como “Cruzada Democrática”⁷⁸. Uma das revistas de relativa circulação nacional argumentaria que:

As eleições que, há duas semanas, se realizaram no ‘Clube Militar’, vieram pôr termo a um longo período de efervescência política nos quartéis de todo o país, e, ao mesmo tempo, restituir a tranqüilidade à opinião pública, que via, com justificada inquietação, o desenrolar de episódios, capazes de abalar a unidade de nossas forças armadas. (A DEMOCRACIA..., 1952, p. 115).

O novo presidente do Clube Militar realizaria, nesse sentido, esforços para mudar a posição definida pela entidade, quando sob a direção do general Estillac Leal, quanto à questão da Guerra da Coreia, ao pontuar que não aceitaria que a associação continuasse como um local em que a oficialidade discutisse assuntos pertinentes aos interesses nacionais como, por exemplo, os referentes aos recursos minerais, esvaziando-a enquanto importante fórum político nacional, e apoiando a aprovação do Acordo Militar Brasil-EUA, no ano de 1952. Contudo, junto a esse Acordo estavam questões importantes que se confrontariam com a cúpula das Forças Armadas, principalmente na Marinha de Guerra:

[...] discussão do projeto da Petrobrás, das exigências para o envio de tropas brasileiras à Coreia, do movimento de massas que crescia a cada passo contra essa decisão e pelo regresso imediato ao país dos cruzadores Barroso e Tamandaré que, velhos navios recondicionados, haviam sido ‘cedidos’ pelos Estados Unidos ao Brasil, mantendo assim, o reequipamento de sua Marinha em moldes mais retrógrados do que meio século atrás, quando recebíamos do exterior os nossos barcos de guerra, mas novos e encomendados de acordo com o que presumíamos serem as nossas necessidades. As violências começam na Marinha, e voltaram-se contra a tropa em que se delineava ou repercutia a campanha de protesto contra a intervenção militar brasileira na Coreia. Quartéis foram transformados em locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos, celas em câmaras de defuntos, com a anuência, ou a convivência, ou a cumplicidades de comandantes de unidades, e com o conhecimento de generais. As violências abrangeram as três Forças Armadas. Assim, minoria de oficiais, que de forma alguma podia ser tomada como representativa das classes armadas e de sua mentalidade, tomara a sair a sinistra e suja tarefa de esmagar aqueles que desejavam apenas defender os interesses do país e repelir a intervenção indébita e patriótica de potência estrangeira. Tais elementos deixaram uma página negra em nossa história militar e representaram a infâmia de que o imperialismo é capaz. (SODRÉ, 2010, p. 402).

Dessa forma, o núcleo das posições defendidas pela chapa nacionalista, no Clube Militar, colaboraria para delimitar posições em segmentos significativos das Forças Armadas,

circunstâncias, de fidelidade aos princípios democráticos e de cumprimento dos deveres para com a nação e o seu povo”. (SODRÉ, 2010, p. 409).

⁷⁸ Peixoto (1980, p. 97) aponta que os liberais queriam o esmagamento da corrente nacionalista na hierarquia e a respectiva derrota nas eleições do Clube Militar. A corrente antinacionalista organizava-se como uma corrente de opinião estruturada, que assumiu o nome de *Cruzada Democrática*, a qual formava um agregado de todos os grupos e setores opostos aos nacionalistas, sendo o seu núcleo central formado pelo grupo de veteranos da FEB e pelos setores superiores da alta hierarquia que se opunham a Getúlio Vargas. A vitória da Cruzada Democrática representou o reencontro do partido militar com a hierarquia, como foi o caso de Estillac Leal com os nacionalistas.

que tinham expressão no conjunto da entidade como, por exemplo, quanto à temática acerca da participação brasileira na Guerra da Coreia. Esta questão levaria a uma considerável repressão nas fileiras militares, assim como a aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, como verificaremos em outros foros.

2.2. A Grande Imprensa

A questão da Guerra da Coreia e o subsequente posicionamento do governo brasileiro sobre o conflito foi objeto também de análise em alguns jornais do país, como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*⁷⁹ e *Última Hora*⁸⁰. Tais empresas jornalísticas estavam situadas no eixo Rio-São Paulo e, no período coberto pela pesquisa, que abrange os anos de 1950 a 1953, cobriam os fatos tidos, em tese, como relevantes no país e no exterior, como o caso do conflito na península coreana. Boa parte dessas publicações, segundo Edvaldo Correa Sotana (2018), advinham das notícias publicadas por grandes agências internacionais, como a *Associated Press*, entre outras, oriundas de países ocidentais.

Em relação ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o pesquisador Guilherme Pigozzi Bravo (2012, p. 21) esclarece que o diário, fundado no ano de 1875, foi intitulado, inicialmente, como *A Província de São Paulo*, conquistando notoriedade ao atuar na defesa de ideais republicanos e liberais, buscando uma participação ativa no “cenário político, econômico e social do país”. Nesse sentido, segundo esse autor, o jornal sempre teve uma posição conservadora e alinhada aos setores das classes dominantes, a despeito de alguns momentos de discurso liberal e democrático:

O projeto de poder que norteava a atuação do OESP balizava-se na doutrina liberal e almejava a hegemonia política e cultural de São Paulo, no cenário nacional. Aos paulistas, considerados superiores em relação aos demais brasileiros, a partir de critérios de raça, nascimento e tradição histórica, cabia não só a construção de uma “consciência coletiva” como também a condução dos destinos do país. A defesa das liberdades individuais e dos valores democráticos, empreendida pelo jornal, camuflava uma concepção de igualdade totalmente excludente, já que o liberalismo, ao condicionar a vida e a liberdade à posse, estabelece uma distinção, no interior da sociedade, entre os proprietários, pertencentes à “comunidade dos livres” e os não-proprietários, os “não livres”. Estes, destituídos da condição de humanos pela incapacidade de utilizarem-se da racionalidade para conhecer as leis da natureza,

⁷⁹ Jornal carioca fundado por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, na data de 09 de abril de 1891. No segundo governo Vargas, o jornal discutiria a política anti-inflacionária governista, ao apoiar a política ortodoxa de Horácio Lafer, ministro da Fazenda. Na área trabalhista, o jornal fez críticas à atuação do ministro João Goulart, mas com a preocupação de não desagradar seus leitores identificados com frações das classes populares.

⁸⁰ Diário fundado por Samuel Wainer, no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1951. Seria um jornal supostamente voltado para dar suporte ao getulismo, junto a seu público leitor. Teria falência decretada em 26 de julho de 1991.

tornam-se inferiores e perigosos, devendo ser, quando não subjugados, eliminados. Assim, o contrato social é consequência direta da necessidade de preservar a propriedade privada, pois o Estado tem a função de punir todos aqueles que, desobedecendo às leis naturais, insurgem-se contra a vida e a liberdade dos proprietários.

O autoritarismo presente no pensamento liberal ajudou-nos a compreender o comportamento do jornal ao apoiar o controle político e social exercido pelo Estado sobre a classe trabalhadora, por meio da cooptação e da coerção. A ascensão de um movimento operário autônomo representava, para os liberais do OESP, uma ameaça tanto à liberdade quanto ao domínio político e econômico da “comunidade dos livres”. Além disso, para o matutino, as situações de conflito entre Capital e Trabalho configuravam terreno fértil para o fortalecimento do comunismo. Ainda, para o periódico, a “ordem social” constituía-se um fator imprescindível para a evolução política e econômica do país, o que pressupunha o controle ideológico dos trabalhadores, de forma a torná-los dóceis, produtivos, ordeiros e “resistentes” às investidas perniciosas dos comunistas, considerados como “inimigos da propriedade”. (BRAVO, 2012, p. 175-176).

Sendo assim, com o desenrolar da Guerra da Coreia, na Ásia, ocorreram, inicialmente, pleitos no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, para que se deliberasse sobre aquele conflito. Questão apontada em uma das Resoluções era para que a intervenção norte-americana, que representaria aquela entidade, fosse formada por contingentes militares de países membros. Nesse aspecto, verificamos o posicionamento do jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial intitulado “O exército internacional”:

Desde a última decisão do Conselho de Segurança, o mundo está diante de um fato inteiramente novo na história das relações internacionais. Pela primeira vez, uma organização mundial, composta pela quase totalidade dos Estados civilizados, decreta a constituição de seus próprios exércitos e dá-lhes ordem de fogo. Trata-se, pois, de um exército que combate em nome da humanidade e sem atender aos interesses de qualquer Estado em particular, cabendo-lhe, pois, com inteira propriedade reclamar aquele título, tantas vezes invocado pelos exércitos democráticos mas raramente confirmado pelos acontecimentos posteriores, de fazer a guerra para que não haja mais guerras. (O EXÉRCITO..., 1950, p. 3).

O Editorial, assim, aponta que, de início, a Organização das Nações Unidas necessitava de uma força militar composta por contingentes dos Estados membros da entidade, que lhe possibilitasse realizar intervenções para, em tese, evitar a ocorrência de guerras que perturbassem a ordem internacional. Há a menção de que tal contingente não poderia estar sob a égide de interesses particulares, mas o que veríamos, no desdobramento do conflito coreano, é que interesses pontuais dos Estados Unidos incidiam no posicionamento da instituição, fato reforçado pela recusa da URSS em discutir as Resoluções que levaram a uma intervenção na Coreia.

Para apoiar a deliberação da entidade, a publicação esclarece que o exército da ONU, em razão da sua constituição, traria segurança e esperança aos “corações dos que creem na

humanidade” e que “entre os governos que devem imediatamente cuidar da nova situação, achava-se – como não o poderia deixar de ser – o do Brasil”. Em seguida, é esclarecido que “mais do que a manutenção do pacto fundamental que criou a ONU, o que está em jogo neste instante, é a existência das Nações Unidas como instituição viva e necessária”. (O EXÉRCITO...,1950, p. 3).

A publicação em questão, com a finalidade de influenciar o governo brasileiro a endossar um posicionamento da entidade, na questão intervencionista das Nações Unidas na guerra coreana, esclareceria que o apoio a esse exército internacional deveria demonstrar despreendimento e sacrifício, renunciando aos seus interesses particulares e, até de sua soberania, em prol da causa defendida naquele momento, a qual residia na Guerra da Coreia. Assim:

A sociedade, o espontâneo e imediato apoio que deram à ordem de intervenção que, já no primeiro instante da guerra na Coreia, foi ditada pelo Conselho de Segurança. Agora, ordenando esse mesmo Conselho de Segurança que se componham as forças armadas internacionais, é chegado o momento de demonstrarem espírito de sacrifício – as Nações Unidas terão assegurada perene existência e a causa da paz e da liberdade estará antecipadamente vitoriosa desde que, sob a bandeira da ONU, se reúnam soldados de todos os Estados livres. Por isso, o Brasil não negará sua contribuição. Ainda se quiséssemos pensar e agir dentro do mais estrito egoísmo nacional – coisa que jamais saberíamos fazer – teríamos de adotar o ponto de vista que aconselha nossa participação no exército internacional, pois tal como aconteceu com a presença da FEB nos campos italianos, todos os sacrifícios que no exterior fizeram, em defesa da liberdade, servirão para substancial consolidação de nossa própria democracia. (O EXÉRCITO...,1950, p. 3).

O jornal *O Estado de S. Paulo* assinalava que o Brasil, como membro da ONU, deveria realizar esforços para a formação desse exército internacional, sob a bandeira daquela organização, o que demonstrava posicionamento favorável à participação do país na Guerra da Coreia. O jornal mencionava que tal participação contribuiria para consolidar a democracia brasileira, recém-saída da ditadura do Estado Novo (1937-1945); lembrava, ainda, a importância da presença da Força Expedicionária Brasileira, no teatro de guerra italiano, durante a Segunda Guerra Mundial. O Editorial do dia 09 de julho de 1950 proclamava que “poucas nações terão contribuído, como a nossa, para o estabelecimento e preservação da lei internacional. Poucos povos, como o nosso, terão feito tantos sacrifícios para que não pereça a liberdade”. (O EXÉRCITO...,1950, p. 3).

No Editorial do dia 02 de agosto de 1950, intitulado “Nós e os Estados Unidos”, o jornal *O Estado de S. Paulo* reforça o posicionamento que, em sua concepção, deveria ser adotado pelo governo brasileiro, principalmente em razão da eleição presidencial que ocorreria naquele

ano. Há uma pontuação da relevância das relações internacionais entre os dois países, frisando a questão econômica. O artigo é concluído com o seguinte apontamento:

[...] os acontecimentos do Oriente conseguiram incutir nova argúcia nos responsáveis pelas relações de Washington com o resto do Hemisfério. E embora lastimando que sejam precisos estímulos tão violentos para trazer o Departamento de Estado à posição que o levaria a simples e sã razão, nem por isso deixamos de sentir-nos satisfeitos por ver que, de qualquer forma, Washington parece disposta a por cobro a uma péssima e irrazoável política. (NÓS E OS..., 1950, p. 3).

O jornal paulista, assim, aponta que o estreitamento das relações entre o governo norte-americano e os demais Estados do continente americano teria sido alçado a outro patamar, com o desdobramento da Guerra da Coreia, apesar da aproximação de Washington com a Argentina, vista como rival do Brasil, para alcançar suposta hegemonia no subcontinente.

O *Jornal do Brasil*, em editorial do dia 04 de julho de 1950, indicaria cautela em relação à guerra coreana, e tomaria posição no conflito, colocando-se ao lado dos interesses norte-americanos, os quais, segundo a publicação, eram obrigados a intervir no conflito, após os desdobramentos recém ocorridos na Ásia, ao apoiar os nacionalistas chineses na Revolução Chinesa e, agora, respaldados por uma Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para atuar:

Desta vez, pegou. Os americanos, cumprindo decisão do Conselho das Nações Unidas, correram em socorro do povo agredido, e aí a luta se torna de dia para dia mais acesa e mais cheia de imprevistos.

As tropas terrestres estão desembarcando em levadas sucessivas. Os aviões de bombardeio decolam, os navios de guerra estão bordejando a costa da península. Pode não passar de uma expedição punitiva, como pensam alguns, mas pode ampliar-se a luta, esquentando os ânimos, e depois já os governos não respondem pelo que ocorrer. As paixões dominam. A efervescência popular dita os rumos a seguir pelos chefes de Estado, pelo Estado Maior e pelos diplomatas. (SITUAÇÃO..., 1950, p. 5).

Nesse sentido, o *Jornal do Brasil*, da cidade do Rio de Janeiro, adota relativa cautela e postura aparentemente alinhada com a intervenção norte-americana na Coreia, ao apontar para os esforços realizados por Washington, como preparativos para a guerra. Logo depois, o editorial do jornal adotaria uma posição crítica em relação ao lado oposto no conflito:

A península da Coreia se estende da China como uma larga fita presa a Mandchuria, parte do território chinês dominado pela Rússia, que impera também logo abaixo na Mongólia. Toda essa região sob a influência soviética faz fronteira com a Sibéria, como Vladivostok, colocado no ápice da Coreia. Se a luta não for dominada imediatamente, tudo leva a crer que os soviets têm interesse em alimentar o fogo por muito tempo, utilizando os comunistas chineses, que estão bem aguerridos. É fácil a Rússia fomentar a luta, tirando os tampões que os americanos colocam com dificuldade na sua própria artéria aberta no sul da Coreia. O mapa não alimenta o otimismo de ninguém. (SITUAÇÃO..., 1950, p. 5).

Sendo assim, o editorial do jornal carioca, como também o faziam outros jornais da chamada “grande imprensa”, interpretava que a Guerra na Coreia possuía encadeamentos que recaíam sobre a perspectiva da Guerra Fria, recém-iniciada, concebendo o comunismo como antagonista, mais especificamente em relação à China e à União Soviética.

No editorial do dia 17 de setembro de 1950, com o título “Em marcha as forças da ONU”, o jornal *O Estado de S. Paulo* destacava o desembarque norte-americano em Inchon, cidade portuária nas proximidades de Seul. A publicação chamava a atenção para o papel supostamente libertador daquele país na península asiática, pelos americanos; elogiava, entre outros fatos, as forças militares que contavam, então, com tropas de apoio de oito países. A referida empresa jornalística previa, desse modo, dificuldades para o governante soviético Joseph Stalin e ao seu equivalente chinês, Mao Tsé-Tung:

[...] todos os pormenores do grande espetáculo subitamente armado na barra de Inchon só podem merecer um qualificativo: perfeito. Resta-nos, a nós, que, de longe e sem a necessária informação especializada, tomamos conhecimento do acontecido, essa formidável impressão causada pela precisão com que uma potência, tão longinquamente distante do teatro de operações, consegue em tão pouco tempo e com tamanha segurança, desembarcar efetivos tão poderosos. Só uma nação capaz de unir uma soberba maturidade técnica à impetuosidade combativa da juventude poderia operar esse milagre. Essa nação – sabem, agora, mesmo que se ainda se esforçavam por ignorá-lo – é o Estados Unidos. [...] Dizem os comentaristas de todo o mundo que Stálin defronta um dilema: ou enviar suas próprias tropas e as de Mao Tsé para auxiliar os norte-coreanos ou encontrar uma composição diplomática capaz de disfarçar a derrota. (EM MARCHA..., 1950, p. 3).

Como verificaremos, a Guerra da Coreia foi um conflito de muitos avanços e recuos dos lados em combate. O desembarque em Inchon foi, provavelmente, um fato relevante para as forças de intervenção, sob a liderança dos Estados Unidos. O editorial do jornal paulista oferece demonstrações, mais uma vez, para que lado pendia seus interesses na conjuntura da Guerra Fria. Historiadores, como Jörg Friedrich, que tratam da guerra na península coreana, mostrariam, amparados em significativa documentação, que os governantes chineses e soviéticos atuariam, principalmente o primeiro, para mudar os rumos daquela guerra⁸¹.

Na data de 24 de novembro de 1950, o jornal *O Estado de S. Paulo* trazia em destaque, nos editoriais, uma matéria intitulada “Os mercadores da paz”, em que tecia críticas ao Apelo

⁸¹ É o caso do historiador Jörg Friedrich, na obra *Yalu*. Nesse livro, o pesquisador apontou para as hesitações do governante da União Soviética nos rumos do conflito. Entre idas e voltas, o governante chinês Mao Tsé-Tung tentava encontrar um apoio de Moscou para uma guerra que, com o tempo, chegaria à fronteira da República Popular da China com a Coreia do Norte.

de Estocolmo, como parte da Campanha pela Paz⁸². Essa Campanha agregou um número considerável de pessoas preocupadas, que reivindicavam a não utilização de armas atômicas e a paz entre os povos do planeta. Lançado pelo cientista Frederic Joliot-Curie e pelo Movimento pela Paz, na data de 18 de março de 1950, o *Apelo de Estocolmo*, ou a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”, buscava, então, proibir a utilização de armas atômicas, e conseguiu, para tanto, recolher 300 milhões de assinaturas, em todos os continentes, sendo que 150 milhões destas foram recolhidas no continente europeu. O diário paulista acusaria o movimento de estar a serviço de Moscou:

Para melhor armar a agressão, agiram os soviéticos a mercadejar a paz pelo mundo. O produto, embora falso, não deixou de encontrar como toda a mercadoria oferecida pelo charlatanismo das feiras, a farta freguesia dos crédulos que tomaram a paz da URSS pela própria paz. Assim, cresceram as listas de assinaturas de apoio ao apelo de Estocolmo e multiplicaram-se os congressos preparatórios da grande reunião mundial que se planejava para Sheffield. [...] O movimento pró-paz passou iniludivelmente a ser considerado, como realmente o é, um movimento pró-URSS. E assim continuou sua melancólica carreira até anunciar-se o congresso final em Sheffield. Mas, já então, as agressões a Coreia e ao Tibet haviam indignado o mundo e solidamente se firmara o conceito negativo que a opinião mundial formara acerca dos “partidários da paz”. (OS MERCADORES..., 1950, p. 3).

As críticas contra o Apelo de Estocolmo e contra a Campanha pela Paz, feitas pelo jornal paulista, expressavam contrariedade em relação à dificuldade de se uniformizar um discurso único no apoio às posições norte-americanas, cujo contraponto era produzido na imprensa de esquerda, mais efetivamente na revista *Problemas* e no jornal *A Voz Operária*, além, também, de outras publicações alternativas que circulavam nos meios militares, como a *Marinha Vermelha*, *O Soldado de Prestes*, *Soldados da Paz*, *União de Ferro*, entre outros⁸³.

Na continuação do editorial, o jornal sob o controle da família Mesquita argumenta, comemorando, que os partidários da paz⁸⁴ tiveram de modificar a sede onde se realizaria, de início, o congresso, na cidade de Sheffield, transferindo-a para Varsóvia, capital da Polônia, além, ainda, de submeter os participantes de tal reunião a estereótipos, colocando-os na condição de ingênuos incompetentes:

O governo inglês conseguiu liquidar a reunião, apenas dificultando o visto no passaporte de líderes comunistas notórios, como se dissipou: “se o Congresso é

⁸² Fazia parte do Movimento pela Paz, iniciado em meados de agosto de 1948 e, entre as campanhas, tivemos o Apelo de Estocolmo.

⁸³ Quem nos oferece maiores detalhes a respeito dessas publicações é o pesquisador Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, na obra *Militares e Militância: Uma relação dialeticamente conflituosa*, publicado, em 1.^a edição, pela Editora Unesp, no ano de 2014.

⁸⁴ Como ficaram conhecidos os simpatizantes e militantes que atuaram na divulgação das campanhas do Movimento pela Paz e no trabalho na coleta de assinaturas pró Movimento.

comunista não deve realizar-se, mas, se não é, pode dispensar o concurso direto de Moscou...”.

Transferiu-se o espetáculo para Varsóvia. Já então os mercadores da paz não encontravam mais combinação para o seu produto. Conheciam-se todos os fregueses potenciais – os idealistas primários, os intelectuais ingênuos e os membros dos partidos comunistas de todo o mundo. [...]. Agora, concluiu seus trabalhos com resoluções gerais e declarações finais.

Destas, só assinalaremos a que cria uma comissão permanente para “fiscalizar os trabalhos das Nações Unidas”. [...]. De fato, se o riso dos telespectadores depende do ridículo dos atores, ninguém terá deixado de divertir-se com essa notável invenção de submeter-se a atividade da ONU à supervisão dos “partidários da paz”. (OS MERCADORES..., 1950, p. 3).

Com críticas e juízos de valor dirigidos aos partidários da paz, o jornal paulista passa a realizar uma campanha caluniosa contra os membros do Congresso. Outro ponto a se destacar é o perceptível incômodo sentido pelo citado jornal ao sugerir, nas linhas finais do texto, que se fiscalizasse o papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas. A publicação conclui, “remetendo” a reunião em questão a um Congresso do Cominform⁸⁵, acusando tal reunião de iludir os simpatizantes da causa e que esta esteve, em alguns momentos, a serviço do governante soviético, Joseph Stálin.

Nesse aspecto, o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 15 de abril de 1951, intitulado “Uma balela desfeita”, realiza uma análise das deliberações da Conferência dos Chanceleres,⁸⁶ nos Estados Unidos, apontando, mais uma vez, para as visões díspares sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia. A perspectiva, agora, parte do Ministério das Relações Exteriores, representado pelo ministro João Neves da Fontoura⁸⁷. Sendo assim, o artigo sublinha que:

Andam os inimigos da paz a propalar, com o intuito evidente de provocar agitações no Brasil, que, pelo acordo firmado na reunião dos chanceleres, seríamos obrigados a organizar um exército para o serviço da ONU e, que, consequentemente, iríamos enviar tropas para a carnificina na Coreia.

O sr. Ministro das Relações Exteriores, em carta dirigida ao sr. senador Domingos Velasco, desmentiam categoricamente a balela afirmando que, em matéria de

⁸⁵ Foi fundado na data de 05 de outubro do ano de 1947, por líderes partidários de países da Europa Oriental, Itália, França e União Soviética. O Burô Comunista de Informação buscava resgatar ligações institucionais entre as legandas comunistas do mundo, na medida em que elas se encontravam suspensas desde o fim do Comintern em 1943. <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/comintern.htm>. Acesso em: 18 abr. 2021.

⁸⁶ A IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos foi realizada em Washington, nos EUA, e buscava estreitar as relações entre os Estados membros do continente americano.

⁸⁷ João Neves da Fontoura nasceu na cidade de Cachoeira do Sul (RS), na data de 16 de novembro de 1889, sendo filho do coronel Isidoro Neves da Fontoura e de Adalgisa Godói da Fontoura. Formado em Direito no Rio Grande do Sul, na turma de 1907, junto com Getúlio Vargas, seria eleito deputado federal em 1928 e 1934, pelo RS. No fim de maio de 1943, seria designado embaixador do Brasil junto ao governo português, exercendo o cargo até fevereiro de 1945. Em janeiro de 1951, passa a fazer parte do Ministério das Relações Exteriores, no mandato do governo de Getúlio, em que ficaria até 19 de junho de 1953, quando pediu demissão. Faleceria no Rio de Janeiro na data de 31 de março de 1963. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontoura-joao-neves-da>. Acesso em: 18 mar. 2021.

colaboração militar, nada se estipulou de novo na conferência de Washington. O que existe a esse respeito, é o que consta no Tratado do Rio de Janeiro celebrado em 1947, a saber, que todos os países da América tratariam de por em condições as suas forças armadas para poderem agir contra a agressão extra-continental, caso ela passasse das ameaças à ação. [...] Diante da afirmativa peremptória do ministro brasileiro, ninguém mais acreditará, estamos certos, no que propalam os inimigos da nossa democracia, isto é, que teríamos de enviar tropas para a Coreia e estaríamos militarmente subordinados a vontade da América do Norte. (UMA BALELA..., 1951, p. 3).

É perceptível e inquestionável, conforme revela a citação acima, que há, de todo modo, uma contínua discussão a respeito do envio de tropas brasileiras para participar do teatro de guerra coreano. O tema, como será possível perceber, passou a ser discutido em diferentes fóruns, contando com diferentes atores, sendo um deles, como veremos mais adiante, o ministro João Neves da Fontoura, à frente do Ministério das Relações Exteriores. O jornal paulista, nesse momento, toma outro posicionamento, ao endossar uma provável deliberação para que essa questão das tropas brasileiras fosse condicionada a outros fatores relacionados à defesa continental. Outro ponto referente à mesma questão seria abordado no editorial do dia 18 de abril de 1951, quando o jornal procurava contradizer o senador Domingos Velasco⁸⁸, a respeito da contribuição brasileira para a formação de exército interamericano, por meio do artigo intitulado “A imprensa e os imperialismos”. O diário, sob o controle da família Mesquita, de posse de carta enviada por Fontoura ao jornal, esclarecendo os diferentes pontos debatidos, declararia que a Reunião dos Chanceleres, que ocorrera em Washington, teria alguma relação com a questão coreana.

Na seção dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*, havia uma coluna denominada *Momento Político*. Nesta, no dia 26 de junho de 1951, publicou-se artigo intitulado “A remessa de tropas para a Coreia e as manobras do sr. Getulio Vargas”. No artigo, é relatado que o presidente brasileiro estaria explorando a situação internacional e que ele pedia aos jornalistas alinhados ao governo que realizassem agitações a respeito do envio de tropas do país para lutar na Guerra da Coreia. Explicava que os comunistas eram contrários, mas que junto a estes, havia outras pessoas não comunistas que tinham o mesmo posicionamento, apesar de contrárias à ideologia dos primeiros. Assim, pontuava que:

Não é segredo para ninguém a ação diplomática dos Estados Unidos em favor da remessa de tropas do Brasil para o Extremo Oriente. Não é novidade que essa medida encontra no Exército a começar pelo ministro da Guerra. Porém tudo depende da sua

⁸⁸ Domingos Neto de Velasco nasceu em Vila Boa de Goiás, atual Goiás, antiga capital daquele, no dia 8 de outubro de 1899, filho do capitão Francisco d’Abbadia e de Ana Neto de Velasco. Faleceu em 10 de março de 1973. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/domingos-neto-de-velasco>. Acesso em: 18 mai. 2021.

conveniência pessoal. Estará pronto a se fazer ditador para atender aos desejos dos Estados Unidos. (A REMESSA..., 1951, p. 3).

Dessa forma, havia uma linha política do jornal paulista que considerava a decisão a ser tomada por Getulio Vargas, na questão do envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia, como um ato privativo que se assemelhava ao ato de ditadores, sem sopesar os diferentes atores no plano decisório. Era uma crítica que se fazia, tida como uma ação para atender às pressões diplomáticas norte-americanas.

O editorial do *Jornal do Brasil* do dia 30 de junho de 1951, intitulado “O Brasil e a Coreia”, relatava que a ONU já havia pedido ao governo brasileiro o auxílio de tropas para lutar no teatro de guerra coreano. Entretanto:

Há, todavia, algo de precipitação no convite transmitido, em consequência, das nações sul-americanas.

Antes desse convite, caberia solicitar o auxílio da China nacionalista, cujas tropas, bem treinadas e equipadas, estão ali ao pé da obra na Ilha Formosa, à espera do sinal de chamada conforme a vontade expressa dos seus chefes.

A América do Sul acha-se demasiado distante e, em regra, não contam os seus países com tropas disponíveis, convenientemente organizadas e treinadas, nem com meios de transporte além-mar, nem com escoltas de navios de guerra para proteção dos comboios.

Só em época muito remota tais tropas estariam em condições técnicas de emprego, quando se trata de caso de urgência no momento. [...]. Se há compromissos internacionais a satisfazer, impõe-se destarte, previamente, uma obra de organização e preparação adequadas. [...] Devemos, no nosso caso, aguardar a palavra governamental para que ulteriormente possamos emitir o nosso juízo. (O BRASIL..., 1951, p. 7).

Esse editorial do *Jornal do Brasil* contrasta com os posicionamentos tomados anteriormente pelas publicações da grande imprensa. Um fator preponderante para a mudança, provavelmente, recai sobre a eleição de Getulio Vargas, cuja agenda, em tese, se diferenciava da defendida pelo governo anterior. Contudo, apesar dos interesses por trás do alinhamento de segmentos da imprensa com a perspectiva adotada pelos Estados Unidos da América, a decisão de ir à guerra precisaria levar em conta outros aspectos, principalmente, a demanda dos militares subalternos.

No editorial do 29 de setembro de 1951, intitulado “O Brasil cumprirá seus compromissos”, o jornal *O Estado de S. Paulo* fazia uma análise das declarações do general Góes Monteiro, em visita aos Estados Unidos. A entrevista girou em torno, entre outros pontos, do apoio militar brasileiro para a intervenção norte-americana na Guerra da Coreia. O diário paulista assim relatava:

Não se pode deixar de mostrar-se satisfeita a Nação ao tomar conhecimento das declarações feitas à imprensa, nos Estados Unidos, pelo general Gois Monteiro. Partira aquele militar num momento confuso em que, a propósito de nossa colaboração na campanha da ONU contra os agressores da Coreia, a opinião pública do país era solicitada pela exploração que do assunto faziam os comunistas, enquanto o governo federal se mantinha numa atitude de silêncio, e por isso mesmo, nada tranquilizadora. (O BRASIL..., 1951, p. 3).

A publicação, além da menção a essa visita do general Góes Monteiro aos Estados Unidos, abordava a questão da intervenção norte-americana na Coreia, apontada como campanha da ONU para dar a ela certa legitimidade. O editorial ainda reclamava, em tese, da atuação, principalmente da esquerda, que divulgava a Campanha pela Paz, a qual, no Brasil, reuniu pessoas de diferentes visões, e não apenas militantes e simpatizantes comunistas⁸⁹. Em seguida, a publicação afirma que o envio de tropas para a Coreia foi uma das questões tratadas em Washington, e que:

[...] para começar, que se empenhe, desde já, na batalha que necessariamente se deve travar na frente interna, para não dizer na intimidade do próprio governo. Depois, completando essa providência com outras que tornem efetiva nossa participação na defesa do Hemisfério e das Nações Unidas, poderemos sentir-nos orgulhosos não só da palavra cumprida, mas também da vitória que teremos ajudado a conquistar. (O BRASIL..., 1951, p. 3).

O editorialista avaliava, também, que o apoio do Brasil à defesa do Hemisfério e à campanha norte-americana na Ásia, com uma Resolução aprovada pela ONU, eram questões que deveriam permear intensamente as discussões internas, no Brasil. O editorial finaliza assinalando, em mais uma postura dúbia, que o Brasil deveria sentir-se orgulhoso, caso fosse concretizado o envio de soldados brasileiros para lutar na guerra coreana.

Na coluna do dia 25 de dezembro de 1951, o jornal paulista ecoava uma posição também presente na grande imprensa, a respeito das discussões sobre a participação brasileira no conflito coreano, com destaque para o título “O envio de tropas para o exterior”. A publicação construía um argumento que considerava o movimento de segmentos da população brasileira contra a participação do país naquela guerra como fruto da atuação de simpatizantes comunistas ligados ao governante soviético Joseph Stalin. Colocava, assim, de forma reducionista, a posição quanto ao conflito, sem levar em conta diferentes vozes de outros setores políticos e sociais, significativamente os militares, com destaque para os subalternos, como marinheiros e

⁸⁹ Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (2011) e Cláudio Beserra de Vasconcelos (2018) abordam o assunto em seus livros. Para maiores detalhes, consultar: *Um olhar à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré* e *Repressão a militares na ditadura pós-1964*.

sargentos das Forças Armadas e das Forças Auxiliares. Nesse sentido, o jornal assim se manifesta:

O Brasil, tudo faz crer, enviará soldados para o exterior. Nossos compromissos internacionais exigem uma contribuição efetiva ao sistema defensivo democrático, a quem duvida negar nossa cota de participação, haverá de incluir-se um contingente de guerra. Aliás, do fato não pode restar dúvida, como dúvida não há de ignorar as altas autoridades do país aceitam a solução do problema cuidando dos pormenores técnicos da questão. A presença de comissões militares brasileiras nos Estados Unidos, onde também esteve o próprio chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, revela não só que se cogita do assunto, mas ainda que se aproxima a resolução capaz de concretizar nossa colaboração na guerra coreana.

Estudamos, pois, os planos para atender a qualquer eventualidade e não perdemos de vista o dever indeclinável de cumprir obrigações assumidas voluntariamente e em nosso próprio interesse. Não obstante, continua parte da opinião pública a resumir tão complexo e importante problema a questão singular e limitada do envio de tropas à Coreia. [...]

Por isso tudo, acreditamos ser útil e necessário divulgar que já se apresentaram aos postos de nosso exército, voluntários para lutar na Coreia e em tal número são nossos rapazes dispostos a defender a liberdade, que apenas com eles poderia o alto comando compor toda uma divisão. (O ENVIO..., 1951, p. 3).

Fica patente, no mencionado editorial, a posição assumida pelo grupo jornalístico, ecoando um pensamento também presente, provavelmente, em outras jornais da assim chamada “grande imprensa” brasileira, e que lembra, como verificamos ao longo da exposição, a evocação dos compromissos internacionais que deveriam ser cumpridos por ser, o Brasil, um dos membros fundadores da Organização das Nações Unidas. A publicação considerava a ONU, aparentemente, como um fórum em que se reuniam os países alinhados política e ideologicamente com as democracias representativas de cunho capitalista-liberal, sem levar em conta a pluralidade de orientações políticas presentes em outros Estados-membros. Cabe também assinalar um aspecto curioso, levantado pelo jornal, o de que, no Brasil, já haveria um contingente considerável de voluntários prontos para embarcar para o teatro de guerra coreano, com a finalidade de livrar aquela região do mencionado jugo sino-soviético, discurso esse produzido na conjuntura da Guerra Fria, já em curso naquele momento.

Entre avanços e recuos na posição dúbia da grande imprensa brasileira, pode ser observado o papel desempenhado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que atua no sentido de deixar à mostra seus interesses, e que também dá espaço e voz ao general Oswaldo Cordeiro de Farias⁹⁰, na tentativa de influenciar os leitores e o governo brasileiro no tema da Guerra da Coreia, ao argumentar que:

⁹⁰ Nasceu em Jaguarão (RS), na data do dia 16 de agosto de 1901, sendo filho de Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias e de Corina Padilha Cordeiro de Farias. O pai, oficial do Exército, participou das negociações de paz da Revolução Federalista (1893-1895). Três de seus irmãos seguiram a carreira militar, com destaque para Gustavo Cordeiro de Farias, participante das revoltas de 1922 e 1924. Cordeiro de Farias seria promovido a general-de-brigada em janeiro de 1942, e torna-se o mais jovem general do Exército brasileiro e participaria da Força

Tomamos o título desta nota ao discurso com que o general Oswaldo Cordeiro de Farias, há cinco dias, alertou as classes armadas e, também, a consciência nacional. O ilustre ex-combatente da F.E.B., já nos parágrafos finais de sua oração, não apenas faria sentir que chegava o momento em que a Nação precisa tomar, resoluta e firme, uma decisão, mas ainda acrescentava que, na conjuntura presente, “não sobreviverão os indecisos, os despercebidos, nem os indiferentes. E muito menos os neutros”. Folgamos em saber que um comandante do valor do general Cordeiro de Farias julga de bom aviso conclamar seus irmãos de armas ao cumprimento pronto e exato do dever, mesmo porque, nestas colunas, de há muito vimos concitando o governo e a opinião pública brasileira a seguirem o mesmo caminho.

Nada, afinal, se opôs à consecução dos insofismáveis desígnios da nacionalidade e, para tanto, bastará termos em mente, como disse o general Cordeiro de Farias, a necessidade de “agir em concordância com o momento internacional, dentro da Organização das Nações Unidas, ao lado do grupo democrático”. (HORA..., 1951, p. 3).

É constatável, na publicação da coluna “Hora da decisão”, de 28 de dezembro de 1951, mais um claro posicionamento do diário paulista, cujos interesses se alinhavam agora aos do general Oswaldo Cordeiro de Farias, que seria um dos membros combativos da facção da direita militar conhecida como “Cruzada Democrática”. Contudo, o militar constaria, anos depois, em um depoimento, que:

[...]. É a primeira vez que tenho a oportunidade de falar longa e completamente sobre minha vida. Curioso, mas a verdade é que nunca fui ouvido por qualquer autoridade militar brasileira sobre a experiência da Coluna Prestes ou mesmo sobre a Segunda Guerra. Nem eu, nem meus companheiros da Coluna e da FEB. Os estrangeiros é que me procuraram. Logo no início da Guerra da Coreia, recebi inúmeros professores norte-americanos interessados em me ouvir sobre questões militares. Eles vieram exclusivamente para conversar sobre a experiência de guerrilhas da Coluna. Mais tarde, durante a Guerra do Vietnã, o fato se repetiu. (CAMARGO; GOÉS, 1981, p. 47).

Nesse aspecto, Farias, como ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira e membro da Coluna Prestes, seria um importante ator político e militar para veículos da grande imprensa, como o jornal *O Estado de S. Paulo*, na questão coreana. Entrementes, a consulta a que faz referência a citação acima, provavelmente não teria a mesma relevância para as autoridades militares brasileiras, que se viam diante da decisão de enviar ou não tropas para aquele conflito. O interesse em ouvir o militar partiu de pesquisadores norte-americanos

Expedicionária Brasileira, que atuou em combate na Segunda Guerra Mundial. Foi nomeado como primeiro comandante da Escola Superior de Guerra em 1949. No ano de 1950, concorreria nas eleições do Clube Militar, onde perderia para a chapa do general Newton Estillac Leal. Apoiaria a chapa vitoriosa de 1952 na mesma entidade, conhecida como “Cruzada Democrática”. Conspiraria na deposição do presidente João Goulart, do governo, em 1964. Em agosto de 1965, Farias foi promovido a marechal e transferido para a reserva de primeira classe. Ele se posicionaria contra o AI-5 em 1968 e, anos depois, a favor da abertura política de 1979. Faleceu em 17 de fevereiro de 1981. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-cordeiro-de-farias-1>. Acesso em: 18 abr. 2021.

interessados na atuação da Coluna Prestes. Sob essa perspectiva, pode-se constatar a dimensão do despreparo dos decisores brasileiros em relação a uma eventual participação brasileira no conflito coreano, dada a complexidade que tal questão envolvia. Participar presumia ir além do envio de força expedicionária e de embarcações brasileiras para aquele teatro de guerra, mas envolvia também táticas militares diferentes de combate, que poderiam ser empregadas, como as guerrilhas, estas do conhecimento de Oswaldo Cordeiro de Farias.

A coluna de 06 de janeiro de 1952, publicada na seção de opinião do jornal *O Estado de S. Paulo*, abordava o tema do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos⁹¹, sob o título “Acordo de Assistência Militar”, o qual estava sendo debatido por João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores - que contava com o apoio de conselheiros civis e militares - pelo embaixador norte-americano e por técnicos do Departamento de Defesa daquele país. O diário, com sede na cidade de São Paulo, apontava um aspecto que seria notado por Maria Celina D’Araújo (1992), o de que o governo de Getúlio Vargas era marcado por atores e setores que, em alguns momentos, ostentavam opiniões divergentes, e que cabia ao presidente brasileiro, contrabalanceá-las, para se chegar a um consenso marcando a posição governamental. Nesse aspecto, o editorial pontuava que:

Com essa boa nova, divulgada ao começar o ano, conseguiu o Itamarati renovar as esperanças de quantos como nós, compreendendo os problemas do país e ansiando por ver o Brasil cumprir fielmente o promissor destino que lhe é reservado, não podiam aprovar a confusão dominante em nossos negócios estrangeiros. A confusão, aliás, não se desfez, mas, pelo contrário, tornou-se ainda maior depois que se conheceram os discursos que, ao findar-se em 1951, proferiram o presidente da República e seus ministros do Exterior e da Guerra, que parecem, cada qual, abraçar uma opinião flagrantemente contrária a dos seus companheiros de governo. Não acreditamos que se harmonize o Ministério, composto de homens das mais diversas providências e convicções políticas. E, por isso mesmo, é nos grato assinalar que, em meio à confusão, algo se salva são os meios capazes de permitir ao Brasil desempenhar cabalmente a tarefa que lhe compete no cenário mundial. (O ACORDO..., 1952, p. 3).

Ao concluir seu texto, o redator deixa claro, mais uma vez, o posicionamento do jornal quanto ao conflito na Coreia: o de que o Brasil deveria apoiar um dos projetos debatidos na ONU, o qual propunha que os países-membros mantivessem efetivos militares à disposição da entidade. Na visão do jornal, se o Brasil, antes, estava abandonando o apoio, a partir daquele momento deveria assegurar a participação nas operações militares patrocinadas pela

⁹¹ O Acordo foi assinado em 15 de abril de 1952, pelos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos - Getúlio Vargas e Harry Truman. O objetivo do mencionado acordo seria o de garantir a defesa do hemisfério ocidental e estabelecer o fornecimento de materiais bélicos norte-americanos para o Exército brasileiro, tendo, como contrapartida, o fornecimento de minerais estratégicos para Washington.

Organização das Nações Unidas. *O Estado de São Paulo* deixa evidente, mais uma vez, sua posição favorável ao envio de tropas brasileiras à península coreana.

Em seu editorial de 19 de março de 1952, o jornal *O Estado de S. Paulo* trata do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, mencionando que tal documento estreitava os laços entre as duas nações e que servia como mais um instrumento de alinhamento dos brasileiros com os norte-americanos, na conjuntura da Guerra Fria. Nesse sentido, a publicação esclarecia que:

Orientado pelos mais sólidos princípios do moderno direito internacional, o acordo é digno de fazer escola. Antes de mais nada, prevê solução para todos os problemas resultantes da difícil harmonização entre os institutos jurídicos peculiares a cada contratante e as obrigações mútuas decorrentes do contrato bilateral. Depois, busca vencer os limites estreitos da própria bilateralidade, pela incomoda sobretudo em tratado destinado a proteger interesses não exclusivos dos países signatários. Conseguiu através de um conceito elástico, ou melhor, dinâmico dos liames contratuais, uma vez que considera a introdução de variantes em acordos bilaterais, firmados com outras repúblicas americanas, como revisões automáticas do texto ora firmado no Rio de Janeiro. Ademais transcendendo a órbita dos acordos entre dois Estados, a nova aliança filia-se à letra e ao espírito da Carta de São Francisco, e a entrega de uma cópia do instrumento à secretaria das Nações Unidas quer sem dúvida patentear que os Estados Unidos e o Brasil não desejam senão assegurar-se um direito de legítima defesa, que invocam também em nome de terceiros, isto é, da comunidade regional a que pertencem. (UM ACORDO..., 1952, p. 3).

Sob a ótica do redator, o Acordo Militar atenderia aos ditames da Carta de São Francisco, que criou a Organização das Nações Unidas. Todavia, entendia-se que o Tratado em questão era mais uma das ferramentas à disposição dos norte-americanos para pressionar países latino-americanos, como o Brasil, com o objetivo de obter apoio militar na intervenção realizada na península coreana. O diário paulista assinala, em mais um momento, a sua posição em relação ao mencionado conflito, ao defender a ideia de que os brasileiros deveriam atender ao chamado da ONU, visto ser o Brasil um dos países signatários-membros da Entidade, tendo, ainda, aprovado as Resoluções do Conselho de Segurança da Instituição. Verifica-se que havia um problema na leitura realizada pelo jornal, no que dizia respeito à União Soviética. Ela também era um dos Estados subscritores do documento que criou a ONU. Portanto, a ONU não era fórum exclusivo de países pertencentes ao Ocidente, mas congregava uma pluralidade de Estados e de orientações político-ideológicas, que não deveriam estar sob a hegemonia de democracias representativas liberais e capitalistas, lideradas pelos norte-americanos. Não era essa a filosofia que levou à criação da ONU.

Desse modo, as posições defendidas pela grande imprensa, no tocante à participação brasileira na Guerra da Coreia, passavam pela linha editorial dos jornais. Notamos que os veículos que deram mais destaque à temática foram os jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, no recorte do eixo Rio-São Paulo.

2.3. A imprensa de esquerda

A imprensa de esquerda, durante os anos de 1950 a 1953, teve grande importância no debate sobre a participação de tropas brasileiras na Guerra da Coreia. Dentre as publicações que circulavam, ainda que muitas vezes clandestinamente, temos o jornal *Voz Operária*⁹², a revista *Problemas*⁹³, além de outros periódicos que atendiam a segmentos como os militares, forças auxiliares, e ainda as polícias locais.

No dia 08 de julho de 1950, o jornal *Voz Operária* publicava uma coluna, na seção *Comentário Nacional*, com o título “A causa do povo coreano é a nossa própria causa”. O texto tratava da intervenção norte-americana na península coreana, e da solidariedade dos outros povos para com a Coreia do Norte que, naquele momento, estava em conflito com a Coreia do Sul. Desse modo, o jornal conclamava:

Os comunistas brasileiros estão certos de defender e interpretar os mais profundos interesses e sentimentos de nosso povo, ao levantar bem alto o seu protesto contra a infame intervenção militar norte-americana nos assuntos internos da Coreia e da China. Estamos realmente diante de um ato brutal e deliberado de agressão armada, que os agressores, por mais que o tentem, não podem sequer camuflar sob a máscara de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU. Esta resolução, já de si ilegal, pois foi tomada à revelia da União Soviética e da China Popular, nada dizia, por exemplo, sobre Formosa, que foi logo colocado brutalmente pelas ordens totalitárias e fascistas de Truman, sob o controle da 7.^a esquadra norte-americana. (A CAUSA..., 1950, p. 1).

A publicação questionava a intervenção norte-americana na Coreia, e também a da China, e reclamava das Resoluções aprovadas no âmbito do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, consideradas, pelo jornal, como ilegais, por terem sido deliberadas e aprovadas sem a presença da União Soviética e da República Popular da China. Tais países eram membros permanentes desse fórum, que reunia diferentes nações, com mandatos fixos, no caso dos membros permanentes, e com mandatos específicos, quando há um rodízio entre países de determinados continentes. Outro ponto a se destacar foi a acusação feita pela coluna do *Voz Operária* contra os norte-americanos e, mais especificamente, contra

⁹² Jornal carioca fundado em fevereiro de 1949, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Começaria com uma tiragem semanal e, logo depois, seria mensal. Veio a circular com regularidade até fevereiro de 1959, quando foi fechado pela legenda política. Voltaria a circular, na clandestinidade, entre os anos de 1964 e 1975. Desta última data até agosto de 1979, ele foi editado no exterior. Enfim, contou com alguns números editados clandestinamente, no ano de 1980. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-operaria>. Acesso em: 18 abr. 2021.

⁹³ Revista mensal de cultura política, editada pelo PCB, que circulou de agosto de 1947 até 1956. https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/capas.htm. Acesso em: 18 abr. 2021.

o presidente Truman, que apoiava os chineses, conhecidos como nacionalistas, que permaneciam em Formosa, atual Taiwan.

Em suas observações, a coluna do dia 08 de julho de 1950, na edição de número 59, a publicação de esquerda ainda reclamava que os agressores, no caso, os norte-americanos, efetuavam uma propaganda maciça, com a finalidade de esconder a origem do conflito, o qual era resultado de uma guerra civil entre as Coreias. O jornal acusava os sul-coreanos de contarem com o apoio dos EUA, para atravessarem o Paralelo 38 e invadirem o lado Norte, o que resultaria em uma forte reação da população local, frente aos eventos. Nesse aspecto, o jornal apontava que:

A luta da República Popular Democrática da Coreia, travada pelo Exército de Libertação Nacional e o povo em armas contra a agressão cínica e criminoso dos imperialistas estrangeiros e dos governantes traidores da Coreia do Sul, constitui, assim, uma guerra justa pela independência da Pátria, pelos seus direitos de povo livre e, ao mesmo tempo, pela paz e a Democracia na Coreia e no mundo. Pelo contrário, a insolente intervenção militar norte-americana constitui uma violação criminoso dos direitos e da independência dos povos da Coreia e da China. Ela se desencadeia sob a pressão dos trustes e traficantes de guerra, desesperados diante de uma nova crise econômica no mundo capitalista e a luta crescente dos povos por sua libertação. A agressão contra o povo coreano e o povo chinês torna claro para todos os povos o caráter de pilhagem e opressão colonialista e de espezinhamento dos direitos sagrados dos povos com que se apresenta hoje a política totalitária norte-americana. (A CAUSA..., 1950, p. 1).

A coluna do dia 08 de julho de 1951 defendia que a luta da Coreia do Norte deveria ser tratada como uma guerra de libertação nacional contra um agressor estrangeiro que interveio em um conflito interno. Acusava, também, os dirigentes da Coreia do Sul de traição, pois o conflito levaria a uma independência do país, unificado contra a ocupação estrangeira, fosse essa de norte-americanos ou de soviéticos, alcançando a paz e a democracia na região e no mundo. Portanto, o diário de esquerda via o embate como um viés colonialista e fruto de uma política de caráter totalitário norte-americano, em uma região estratégica da Ásia.

O jornal de esquerda destinava um espaço para uma coluna intitulada “Ação em defesa da paz” que, no dia 08 de julho de 1950, na página 4, mencionava a possibilidade de criar uma conferência pela proibição da utilização de artefatos nucleares, utilização essa que seria possível realidade naquela conjuntura. Tal discussão também seria de interesse dos brasileiros:

- Estaremos, porém, nós, brasileiros, sujeitos a tamanha calamidade? Ou será que tão horroroso perigo ameaça somente os povos de outros continentes?
O conferencista, se detém, então, no Tratado do Rio de Janeiro, descreve a sua engrenagem e dá um exemplo de como um incidente proposital e longínquo (o avião norte-americano que sobrevoou o território soviético ou a agressão americana à Coreia), pode arrastar o Brasil a guerra atômica.
- Deveremos, porém, aceitar como fatalidade a carnificina atômica?

A solução imediata está na luta de todos os povos pela proibição incondicional da bomba atômica e no estabelecimento de um controle internacional para essa proibição. Por isso, não é necessário que a unanimidade dos povos subscreva em massa o “Apelo do Comitê Mundial dos Partidários da Paz”, lançados após a sua reunião em Estocolmo.

O conferencista explana, em seguida, os argumentos principais que tornam necessária a proibição incondicional da bomba atômica.

- A bomba atômica não é uma arma decisiva do ponto de vista militar. O seu objetivo é o extermínio em massa de populações civis a fim de aterrorizar a retaguarda do inimigo. Não é arma de defesa, mas de agressão. (AÇÃO..., 1950, p. 4).

A coluna em questão mencionava a utilização de bombas atômicas e que o Brasil, diante de tal cenário, não poderia ficar alheio, visto que uso de tais artefatos não dizia respeito a um continente em particular, mas envolvia diferentes partes do mundo. Naquele momento, havia a possibilidade de os brasileiros participarem da Guerra da Coreia e, desse modo, ocorreria um envolvimento direto e imediato com as partes em conflito, em razão das Resoluções aprovadas no Conselho de Segurança da ONU, que deliberou sobre o problema. Outro ponto levantado na publicação relacionava-se ao Movimento Mundial Pela Paz, levado adiante pelos “Partidários da Paz”, que abrangia o Apelo de Estocolmo contra o uso de armas nucleares.

Na edição n.º 60, de 15 de julho de 1950, o jornal *Voz Operária* trazia uma entrevista de Luís Carlos Prestes, na qual o “Cavaleiro da Esperança”, ao tratar do problema coreano, apontava o posicionamento da publicação para a questão. O entrevistado mencionou certo protagonismo do dirigente soviético Joseph Stálin, como um dos patrocinadores de um movimento de paz, embora este estivesse envolvido indiretamente no conflito asiático. Nesse aspecto:

A guerra na Coreia, onde os aviões norte-americanos já estão massacrando mulheres e crianças, é um crime hediondo e injustificável. Nenhuma pessoa honesta pode deixar de sentir-se revoltada e indignada com tamanha brutalidade que ameaça a humanidade inteira, pois já está bem claro que o que querem os senhores do imperialismo ianque é precipitar o desencadeamento de uma terceira guerra mundial, quer dizer, da guerra atômica.

Diante do grandioso movimento de centenas de milhões de seres humanos que, sob a direção da gloriosa União Soviética, se levantam no mundo inteiro em defesa da paz, contra a guerra imperialista e que exigem com vigor cada dia maior a interdição absoluta da arma atômica, os provocadores de guerra desesperam o sentem que já não podem fazer a preparação para a guerra as ocultas e sem passar a agressão aberta que os desmascara e dificulta seus passos ulteriores no caminho da guerra. A agressão atual é, sem dúvida, muito séria, constitui grave ameaça e preocupa todos os povos, mas – o que é necessário acentuar – não é indício de força e sim de fraqueza do desespero em que se encontram os provocadores da guerra. (PRESTES..., 1950, p. 1).

Assim, a entrevista de Luís Carlos Prestes apresentou alguns pontos do que ocorria na guerra coreana, acusando as forças militares norte-americanas de realizarem um massacre da população civil, mediante a utilização de aviões. Há menção ao imperialismo ianque, que

ameaçaria os norte-coreanos com o emprego de armas atômicas. Contudo, o Cavaleiro da Esperança não tecia críticas ao envolvimento soviético na Guerra da Coreia.

Com um artigo sob o título “Por que lutam os Coreanos?”, na edição n.º 60, de 15 de julho de 1950, o jornal *Voz Operária* trazia uma série de pontos que procuravam justificar a atuação norte-coreana na guerra local, como sendo pela unidade nacional e, portanto, contrária à divisão da Coreia; pela independência e contra o imperialismo americano; pela liberdade e contra o chamado terror sangrento; e, por fim, pelo progresso e contra o saque dos *trusts*⁹⁴. Na mesma edição, e com o título “Nossa solidariedade ao povo coreano”, a coluna “Voz das Fábricas” trazia a público um manifesto dos trabalhadores do Brasil, organizado pela C.T.B.⁹⁵, que conclamava a classe operária a manifestar sua solidariedade ao povo coreano que sofria a agressão militar dos Estados Unidos. Dizia assim, então:

Nada mais justo, mais urgente e necessário que sua solidariedade. Pois, na verdade, o monstruoso agressor do povo coreano é o mesmo agressor do povo brasileiro, que viola cada vez mais a soberania nacional, que mantém a tirania vende-pátria de Dutra que dirige a política de fome e exploração crescentes das massas populares que exige, cada vez mais do governo fantoche que aí está medidas fascistas contra o nosso povo, para lançá-lo na guerra infame de pilhagem e escravidão dos povos. Nestas condições, o povo brasileiro, e, especialmente, a classe operária, sente-se estreitamente ligado ao povo coreano na luta contra o inimigo comum e pela causa comum de libertação nacional. A vitória do povo coreano contra seus monstruosos agressores será também uma vitória do povo brasileiro. Mas esta vitória depende, essencialmente, do grau de solidariedade mundial ao povo coreano e a nossa deverá estar à altura de nossas aspirações de paz e libertação nacional. Como devemos concretizar esta solidariedade? Protestando por todos os meios contra a agressão: através de abaixo-assinados dirigidos à ONU, com milhões e milhões de assinaturas; realizando manifestações de ruas, como já iniciaram o povo paulista; realizando greves nas fábricas; lutando com maior audácia contra o envio de nossas matérias-primas estratégicas para os *gangsters* imperialistas; lutando ativamente para expulsar seus soldados do solo sagrado de nossa pátria. Os trabalhadores devem compreender que esses protestos devem estar ligados às lutas por seus direitos e reivindicações, à luta pelo fortalecimento de sua organização e pela liberdade sindical. Se realizam uma greve por aumento de salários devem, no curso do movimento, exigir também a retirada das tropas agressoras ianques da Coreia e proteger contra o apoio oficial da tirania de Dutra aos bandidos de Truman contra a crescente dominação ianque em nosso país. (POR QUE LUTAM..., 1950, p. 8).

O manifesto dos trabalhadores brasileiros assinalava que a luta dos coreanos exigia um posicionamento do governo do Brasil, em razão das agressões sofridas por aquele povo devido à intervenção das forças militares dos EUA, salvaguardados por Resoluções deliberadas e aprovadas no Conselho de Segurança da ONU, que passaram (EUA ou ONU?) a ser um dos atores principais no conflito iniciado como uma guerra civil entre lados antagônicos de um

⁹⁴ É a união de empresas com o objetivo de controlar certo mercado.

⁹⁵ Central dos Trabalhadores Brasileiros.

mesmo povo. Portanto, a guerra em questão, supostamente, aproximaria brasileiros e coreanos diante de um inimigo comum, isto é, o imperialismo norte-americano, o qual mantinha muitos de seus interesses, incluindo os de natureza militar, em terras brasileiras. Ressalta-se que a publicação não menciona a questão do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado também pelo Brasil, o qual tratava da defesa hemisférica. De todo modo, havia segmentos da população nacional contrários ao envolvimento naquela guerra, e outros favoráveis, como setores militares, políticos e empresariais.

A coluna editorial do *Jornal Voz Operária* da edição n.º 61, de 22 de julho de 1950, tratava da possibilidade, que se considerava, naquele momento, do envio de soldados brasileiros para lutar no teatro de guerra coreano, o que era visto, pelo diário em questão, como uma ameaça às famílias e a favor dos interesses econômicos de supostos agentes norte-americanos:

Quem, já neste momento, não vê as graves ameaças que rondam nossos lares, nossa vida, nossas aspirações de liberdade e progresso? Solidário com a agressão imperialista submissa aos agressores, a ditadura fantoche de Dutra responde ao pedido de 20 mil vidas brasileiras para imolar na Coreia, feito por Truman, com a revoltante e indigna afirmação de que “prestará o auxílio compatível com os meios de que dispõem”. O sangue brasileiro está ameaçado de ser derramado para dar maiores lucros às hienas de Wall Street e para que elas mantenham sob a escravidão colonial os povos asiáticos e nosso próprio povo. (A COREIA..., 1950, p. 1).

O posicionamento do veículo de informação de esquerda contra o envio de tropas brasileiras para a guerra coreana seria novamente declarado com o artigo “A Juventude Brasileira Não Morrerá por Truman”, publicado na edição 62, de 29 de julho de 1950. De acordo com a análise presente nesse artigo, havia a possibilidade de o Brasil se envolver diretamente com o conflito asiático, em razão da postura adotada pelo governo Dutra, que atuava no sentido de abrir negociações, supostamente pretendendo ajudar militarmente os norte-americanos naquela guerra, além de disponibilizar recursos econômicos do território nacional. Na questão dos soldados, a publicação indicava que:

Neste momento a ditadura já prepara clandestinamente o envio de 20 mil soldados brasileiros para morrer por Truman e Singman Ri na Coreia. No Rio, funcionários do Ministério da Guerra aparecem na casa de vários ex-combatentes convocando-os com urgência para inspeção de saúde e incorporação à ativa. Em S. Paulo, centenas e centenas de jovens já foram convocados e incorporados ao Exército, 4 meses antes do período de apresentação para o serviço militar, ao mesmo tempo que o Ministério da Guerra manda prorrogar o tempo de incorporação dos conscritos que deveriam deixar este ano as fileiras do Exército e da Aeronáutica.

Esses preparativos militares se verificam no momento em que o nazista Mac Arthur afirma, em seu relatório a Truman, que necessita de soldados de outros países para continuar a guerra colonialista contra o povo coreano. São evidentemente destinados ao cumprimento das ordens ianques que exigem de Dutra, segundo telegramas de Washington, “20.000 soldados brasileiros para a luta na Coreia”. (A JUVENTUDE..., 1950, p. 1).

O jornal de esquerda acrescentava, ainda, em seu artigo, que havia, naquela conjuntura, uma preparação e organização, sob a responsabilidade do Ministério da Guerra, para participar naquele conflito, fato que poderia ser observado mediante a convocação de ex-combatentes brasileiros que atuaram na Segunda Guerra Mundial. Haveria o agravante, também, de se adiantar o trabalho de recrutamento de jovens que se alistavam no serviço militar, o que, segundo o diário, teria relação com a formação de tropas para serem enviadas e empregadas na Coreia, cujo intento seria reforçado por pedidos dos militares e dirigentes políticos norte-americanos, postura essa resultante de acordos firmados pelo país, tanto em nível hemisférico quanto em âmbito mundial, tal como as Resoluções aprovadas no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

A coluna “Comentário Nacional”, de 02 de setembro de 1950, com o título “Nada Temos a Temer Senão a Passividade”, fazia uma análise do discurso de Luís Carlos Prestes, que ficou conhecido como “Manifesto de Agosto”⁹⁶. De acordo com a publicação, tal documento supostamente teria aprofundado a polarização das forças sociais no país e saudava o que seria uma solução revolucionária para os problemas do povo brasileiro, mas que, contrariamente, acabaria oferecendo espaço para os opositores, que passariam a atuar repressivamente. A referida coluna assim se posicionou:

Desesperados e odientos, esses inimigos do povo procuram abafar a poderosa voz de Prestes, atemorizar e fazer valer as massas com provocações e violências, embustes e torpezas. Cinicamente traçam e propagam um programa sangrento: sua imprensa já confessa, com despudor, que os cães policiais de Truman e Dutra buscam a Prestes assassiná-lo, e pede a supressão dos direitos civis dos comunistas, novas prisões, novas torturas, novos assassinatos em defesa dessa “ordem” feudal-burguesa que para o povo significa miséria, opressão, colonização ianque e guerra. (NADA TEMOS..., 1950, p. 1).

Houve considerável repressão dos opositores, em virtude da publicação do “Manifesto de Agosto”, e esta ação institucional violenta já havia colocado o Partido Comunista na ilegalidade, em 1947, além de cassar os mandatos dos parlamentares da legenda. Houve, ainda, outros dispositivos intervencionistas em sindicatos e associações, o que levaria provavelmente à demissão de servidores públicos que fossem filiados, militantes ou simpatizantes do comunismo. É preciso ressaltar que, durante o período de 1931 a 1952, vigoraria o chamado

⁹⁶ Na data de 19 de agosto de 1950, este Manifesto seria assinado por Luiz Carlos Prestes, em nome do Comitê Central do PCB. O documento procurava traçar uma linha revolucionário para o Partido. O documento propunha a formação de núcleos da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), para a derrubada do governo estabelecido e o estabelecimento assim de um governo democrático e popular.

“atestado de ideologia”, mecanismo este criado por Vargas, com o objetivo de afastar supostos militantes comunistas das estruturas sindicais e do serviço público brasileiro⁹⁷.

A coluna “Política Mundial”, do jornal *Voz Operária*, de 07 de outubro de 1950, requeria a retirada imediata das tropas militares dos Estados Unidos que estavam na Coreia. Tal coluna endossava os pedidos feitos pela União Soviética, Bielorrússia, Ucrânia, Tchecoslováquia e Polônia, que haviam apresentado uma proposta de paz para a Coreia, na Assembleia Geral da ONU. Entre os pontos elencados, estavam:

1 – Suspensão imediata das hostilidades; 2 – Retirada imediata das forças norte-americanas e outras tropas que participam da luta na Coreia; 3 – Depois da retirada as tropas estabelecidas de um governo e de um Estado coreano unificado e independente sob o qual, logo que possível serão realizadas eleições livres para eleger uma assembleia nacional para todo o país; 4 – Escolha de uma comissão em sessão pan-coreana provisória que governará o país até a posse dos membros da Assembleia Nacional; 5 – Criação de uma nova comissão da ONU com participação obrigatória dos Estados que têm fronteiras comuns com a Coreia, devendo essa comissão atuar como organismo assistente das eleições; 6 – O Conselho Econômico e Social da ONU, com a participação de representantes do povo coreano, traçará planos para fornecer auxílio técnico destinado à reconstrução da Coreia por intermédio da ONU; 7 – O Conselho de Segurança da ONU estudará a admissão da Coreia como membro da ONU, logo que seja estabelecido o governo nacional. (PELA RETIRADA..., 1950, p. 2).

Esses foram os principais pontos apresentados pelos representantes dos países alinhados ao viés ideológico que se opunha ao posicionamento demarcado pelo imperialismo norte-americano, na questão coreana. O documento, então, reforçava o pedido de retirada das tropas estrangeiras na Coreia, o estabelecimento de um Estado coreano independente unificado, a escolha de uma comissão para a governança do país até a eleição dos membros de uma Assembleia Nacional. Por fim, sinalizava com o apoio da ONU e de seus órgãos para o esforço de reconstrução da Coreia. Em análise, seria postura diferente a ser tomada em relação às Resoluções aprovadas no Conselho de Segurança da ONU, a saber, as de 25 e 27 de junho de 1950, que deram suposta legitimidade aos Estados Unidos da América para intervir no conflito, juntamente com outros Estados-membros. Entretanto, os representantes da União Soviética se ausentaram do fórum decisório internacional, abstendo-se de encarar o problema entre os pares.

A edição de n.º 73, do jornal *Voz Operária*, de 14 de outubro de 1950, trazia o título “A URSS defende a ONU e a Paz”, na coluna “Política Mundial”. A publicação denunciava o imperialismo norte-americano, e a manipulação da Organização das Nações Unidas como um

⁹⁷ A lei 1.667/1952 revogaria o artigo 530 alínea “a” que regulamentava o atestado de ideologia.

organismo a serviço da guerra. Críticas também eram dirigidas contra a criação de um exército internacional por parte da entidade. Assim:

Os imperialistas anglo-americanos arquitetam o mais tenebroso golpe contra a ONU, depois de terem arrastado na lama da agressão a bandeira das Nações Unidas, acobertando com ela a brutal e cínica invasão da Coreia pelos Estados Unidos. Impossibilitados, pela ação serena, mas vigorosa da União Soviética no Conselho de Segurança em favor da paz, de continuarem a colocar esse organismo a serviço da guerra, os canibais de Truman apresentam agora um plano para criação de forças armadas “internacionais” dentro dos quadros da Assembleia Geral da ONU onde os imperialistas americanos podem manobrar com a vil “maioria” de seus fantoches. (A URSS..., 1950, p. 2).

Desse modo, o debate suscitado, naquele momento, pela publicação de esquerda, alertava para os rumos seguidos pela ONU, que se via diante do impasse quanto à intervenção no conflito coreano, ainda sob a pressão para se arregimentar um contingente internacional de combatentes que desse suporte às tropas norte-americanas, contingente do qual o Brasil deveria tomar parte. Há a denúncia da formação dessa força militar sob a autoridade da ONU, que poderia assumir, em tese, outro papel, ou seja, o de força militar interventora, investida de legitimidade, sob a orientação do imperialismo estadunidense e de seus satélites. Contudo, é importante sublinhar que o papel que seria possivelmente assumido pela força interventora, poderia ser aprimorado ou debatido com as outras partes interessadas na resolução da guerra civil, entre elas, a União Soviética, caso ela não tivesse se ausentado das reuniões do dia 25 e 27 de junho de 1950, no Conselho de Segurança da Entidade.

Em 12 de dezembro de 1950, na edição de n.º 80, foi publicada uma matéria intitulada “A Revista do Clube Militar e a Liberdade de Pensamento”, que realizava uma análise da acolhida do artigo “Considerações sobre a Guerra na Coreia”, publicado na edição de julho de 1950, na mesma Revista. Denunciavam-se, assim os ataques sofridos pela diretoria daquele mencionado clube, ao delimitar um posicionamento de um segmento considerável de seus associados. Neste ponto:

Há três meses que a imprensa que faz a criminosa propaganda de guerra e defende o envio de nossa juventude para a morte na Coreia investe de todos os modos contra a Revista do Clube Militar, devido a uma crônica sob o título de “Considerações sobre a guerra na Coreia” ali editada. Jamais se viu uma campanha tão intensa contra uma publicação. E nunca também tantos jornais a um só tempo usaram os mesmos argumentos sobre o mesmo assunto. Desde o nauseabundo Chateaubriand, os serviços ianques Orlando Dantas e Paulo Bitencourt até os mais obscuros escribas da sadia, a mobilização atingiu a todas as fileiras dos traficantes de guerra. Isso basta para caracterizar o centro diretor que movimenta todos esses agentes da agressão: a embaixada norte-americana. Trata-se, desse modo, de uma interferência indébita de uma embaixada estrangeira, através de indivíduos desfibrados, venais e destituídos de brio nacional, em negócios internos de nosso país e, mais do que isso, de uma tentativa

de interferência na vida da mais importante e tradicional associação civil das forças armadas. (A REVISTA..., 1950, p. 3).

Da leitura acima, depreende-se que o posicionamento público do Clube Militar, que poderia ser verificado em sua revista, angariou adversários, que, de acordo com o jornal operário, abrangia desde setores da grande imprensa brasileira até os interesses da embaixada norte-americana. Havia a denúncia da tentativa de interferência de membros daquela embaixada na pauta organizada por tal associação de militares, diante da possibilidade de participação militar brasileira no conflito coreano. É feito, na continuidade do artigo, um apontamento sobre qual a tese defendida pelos adversários da publicação, suscitando mais um posicionamento do jornal de esquerda:

Qual a tese que defende os desesperados atacantes da Revista do Clube Militar? A tese de que, tendo o Brasil seguido na ONU a tese americana de que a Coreia e não os Estados Unidos são os agressores na luta que se desenrola em solo coreano, não tem um comentarista o direito de assumir outra atitude que a do governo de Dutra. Vê-se logo à primeira vista que se trata de uma tese fascista de que oficiais das forças não têm o direito de pensar e discernir entre uma coisa e outra, entre o que convém e o que não convém à vida, a independência e o futuro do Brasil. Podem as forças armadas se submeter a essa estúpida imposição quando se trata de um assunto em debate numa publicação de uma associação civil de militares e não de uma questão de doutrina de estado-maior num instituto de ensino militar? Claro que não. Daí a nota da diretoria da tradicional entidade em defesa da livre manifestação de pensamento colocando a questão nos devidos termos e reafirmando os princípios democráticos do programa para cumprimento do qual foi eleita. (A REVISTA..., 1950, p. 3).

O artigo, então, aponta que, dentre as teses defendidas pelos opositores da *Revista do Clube Militar*, estava a de que o agressor no conflito coreano era a Coreia do Norte, visão diferente dos associados daquela entidade, que identificavam os norte-americanos como os violadores naquela guerra. Outro ponto a se destacar remete à censura que se tentava impor aos militares, negando o posicionamento de seus membros em relação a um assunto no qual estavam diretamente envolvidos, a saber, a possibilidade do envolvimento deles no teatro de guerra asiático, o que implicava uma postura de deixar claro seus argumentos, segundo seus estatutos, através de meios legítimos que incluíam sua revista. Cabia à chapa nacionalista, dirigida pelo general Estillac Leal, assegurar o direito de se manifestarem publicamente. É preciso ressaltar que a agressão norte-coreana ao lado sul-coreano foi, entre outros aspectos, resultado de operações como a morte de emissários e provocações na fronteira, abrindo-se espaço para considerável operação militar, relativamente bloqueada com o auxílio, principalmente, das tropas norte-americanas.

A edição n.º 82 do jornal de esquerda, de 16 de dezembro de 1950 trazia a publicação de um manifesto pela libertação da ativista paulista Elisa Branco⁹⁸, que se encontrava encarcerada devido à sua manifestação pública contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coreia, caracterizando a situação como um caso envolvendo presos políticos. Nesse sentido, a matéria assinalava que:

Elisa Branco é uma veterana militante operária paulista. Tem uma brilhante tradição de luta e é, por isso, prestigiada e querida pelo proletariado de São Paulo. Há meses que Elisa se encontra no cárcere, privada de convívio de seus filhos e dos seus companheiros e amigos que a estimam e admiram, que ouvem sua palavra experiente e temperada nas lutas operárias.

Por que Elisa Branco está até hoje presa e contra ela movem um processo no gênero dos demais processados da ditadura?

Porque no dia 07 de setembro, dando ao nosso povo um exemplo que se pode chamar de histórico, desfraldou diante dos soldados uma faixa com inscrição patrióticas, concitando-os a não lutar contra o heroico povo coreano. Então, Elisa foi cercada e violentamente presa pelos policiais de Ademar, jogada num cárcere e processada. Elisa tornou-se, desse modo, uma figura que merece a admiração e o carinho de todas as mães brasileiras. Como filha da classe operária ela deu um passo à frente e tomou a posição que a sua consciência política lhe indicava. Desde aquele dia, dia de festa pela independência, Elisa Branco, a militante operária paulista passou a encarnar um princípio. Elisa merece, por isso, a solidariedade de todos os patriotas. (PELA DEFESA..., 1950, p. 2).

Com esse posicionamento, o jornal de esquerda detalhava, para o seu público eleitor, o caso da militante comunista Elisa Branco, esclarecendo que ela havia sido presa por um dos braços da repressão brasileira naquele contexto, que era a polícia paulista sob ordens do então governador Ademar de Barros. O estopim que levou Branco para a prisão foi o fato de ter erguido uma faixa conclamando os soldados brasileiros para que se posicionassem contra a provável ida deles para a Guerra da Coreia. Nesse sentido, ela acabou por simbolizar o movimento contra a participação brasileira no mencionado conflito. O artigo é finalizado conclamando uma atuação de massa, principalmente de operários, no sentido de se mobilizar com o objetivo de garantir a liberdade da costureira paulista. Nota-se, contudo, que Branco já era investigada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), desde 1945⁹⁹.

⁹⁸ Elisa Branco Batista nasceu em Barretos na data de 29 de dezembro de 1912 e faleceu em 08 de junho de 2001 na cidade de São Paulo. Filiada ao PCB participou da Federação das Mulheres de São Paulo, assim como do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz. No ano de 1948 muda-se para a Capital paulista, ocasião em que passa a integrar a Campanha pela Paz. Em 07 de setembro de 1950 foi presa quando realizava um protesto contra o envio de tropas brasileiras para a guerra coreana. Durante o tempo em que permaneceu na prisão, Elisa alfabetizou outras detentas, além de ensinar noções de higiene e corte/costura. Foi feito um grande movimento pela libertação dela. Ficou detida por 1 ano e 8 meses, sendo absolvida em um novo julgamento. No ano de 1952 conquistou o Prêmio Lênin da Paz. <http://www.usp.br/proin/inventario/destaques.php?idDestaque=7>. Acesso em: 18 abr. 2021.

⁹⁹ Para maiores detalhes consultar: <http://www.usp.br/proin/inventario/destaques.php?idDestaque=7>. Acesso em: 18 abr. 2021.

O mesmo jornal publicava uma reportagem, na edição de n.º 86, de 13 de janeiro de 1951, conclamando para a organização de um dia nacional de protesto contra a Guerra da Coreia. Havia uma denúncia de possíveis medidas tomadas pelo governo brasileiro, em um provável esforço de guerra naquele momento para, adicionando outros elementos, influir no processo decisório, cujos atores já se posicionavam, como, por exemplo, a disponibilidade de um crédito aprovado pela Câmara dos Deputados, para a aquisição de embarcações e armamentos norte-americanos:

Seguidamente a Câmara dos Deputados votou os créditos de 50 milhões de cruzeiros para ajudar os bandidos que estão sendo esmagados na Coreia. Votou o crédito de 700 milhões de cruzeiros para constituir o Fundo Naval que tem como objetivo custear a compra de ferro velho para a Marinha de Guerra dos Estados Unidos e no Japão. Aprovou o crédito de 24 milhões para o fabrico de sub-metralhadoras. Mais recentemente aprovou o crédito de 75 milhões para o rearmamento do Exército. E acaba de aprovar o projeto que aumenta de mais de cem por cento os efetivos dos quadros de oficiais de diferentes armas e serviços do Exército. Essa medida, entretanto, que virá ao lado das anteriores agravam grandemente a situação financeira do país, trazendo como consequência aumento de impostos e inflação, não se limita ao Exército apenas. A mesma providência guerreira é recomendada no parecer da Comissão de Segurança Nacional da Câmara para a Marinha e a Aeronáutica. Para juntar palavra à ação, a ditadura acaba de comprar dois cruzadores nos Estados Unidos para onde enviará tripulação tramando dali enviar mais facilmente nossos marinheiros para participar das aventuras militares de Truman, Eisenhower e Mac Arthur. (O DIA..., 1951, p. 1).

A publicação, desse modo, apontava para a elevação dos gastos do governo brasileiro com o aumento do efetivo militar, fabricação de submetralhadoras, compra de embarcações dos Estados Unidos, a saber, dois cruzadores, supostamente com a intenção de enviá-los para o conflito coreano, juntamente com um contingente de combatentes brasileiros, rumo a um conflito patrocinado, supostamente, como aponta o texto, por autoridades norte-americanas. Entretanto, tal publicação ressaltava que os norte-coreanos também contariam com o apoio da intervenção chinesa, em um momento crítico da guerra, quando suas tropas se encontravam desarticuladas e com os norte-americanos se aproximando da fronteira chinesa. Nesse aspecto, o jornal de esquerda deixava claro um dos seus posicionamentos a respeito da natureza daquela luta armada.

Na coluna “Ação em defesa da Paz”, de 10 de fevereiro de 1951, assinada por José Gorender, abordou-se a questão do envio de soldados do 19.º Batalhão de Caçadores, para a cidade de Belém do Pará, com vistas a uma provável preparação de tropas brasileiras para participar do teatro de guerra coreano, nestes termos:

Em todos os recantos da Bahia, na capital e no interior do Estado, o povo exige a volta imediata dos soldados bahianos do 19.º Batalhão de Caçadores. Este é o objetivo que

centraliza as lutas dos partidários da paz, dos trabalhadores e de todo o povo bahiano, em defesa da paz, pela proibição da bomba atômica, contra o envio de tropas brasileiras para a guerra dos imperialistas norte-americanos contra o povo da Coreia. A transferência dos soldados do 19.º BC para Belém do Pará realizou-se em novembro do ano passado, constituindo uma medida de guerra das classes dominantes. Os soldados foram embarcados sem qualquer aviso prévio. Muitos deles não tiveram sequer a possibilidade de despedir de suas famílias. (O POVO..., 1951, p. 4).

Diante da possibilidade da preparação e embarque dos soldados para a Guerra da Coreia, as autoridades, no entanto, tergiversavam sobre os reais motivos, fato este que motivou a mobilização de familiares, com o intuito de pressionar, principalmente, a 6ª Região Militar, exigindo o retorno desses militares ao batalhão de origem. Nesse contexto, houve, também, a colaboração de outros atores, como o dos Partidários da Paz e frações dos trabalhadores presentes naquela conjuntura.

O jornal *Voz Operária* n.º 93, de 03 de março de 1951, tratou da recusa por parte de cinquenta soldados, de um total de duzentos militares do 20.º Batalhão de Caçadores de Maceió, em continuarem embarcados no navio “Inconfidente”, com destino a Natal, quando passavam pela cidade de Cabedelo. Acreditava-se que tais combatentes seriam enviados para o teatro de guerra coreano:

A passagem do “Inconfidente” por Cabedelo e sua chegada a Natal foram assinaladas por algumas agitações. Entretanto, ainda uma vez as massas não foram mobilizadas para demonstrações poderosas contra a medida de guerra do governo. Dos 200 soldados do 20.º BC de Alagoas, 50 desertaram, isto é, lançaram mão da arma que o seu ainda rudimentar desenvolvimento político indicava como a mais justa. Entretanto, 20 deles foram presos e estão submetidos a processo. (SOLIDARIEDADE..., 1951, p. 03).

Os desdobramentos do motim no navio “Inconfidente” e a respectiva repressão que se seguiu, resultaram em mobilizações, principalmente, dos Partidários da Paz, que fariam a denúncia em publicações, como o jornal *Voz do Povo*, de Maceió. Este teria a sede invadida pelo comandante do 20.º batalhão de Caçadores, local de origem dos soldados embarcados, ocasião em que se realizou a prisão de um número considerável de pessoas que estava na frente da sede do tal diário alagoano, conforme a matéria do jornal de esquerda. É preciso acentuar que motins e revoltas militares eram punidas pelo Código Penal Militar de 1944, e os referidos soldados poderiam ser processados com base nessa legislação.

Em 14 de abril de 1951, a publicação de esquerda abordava a questão da compra de embarcações e o envio de militares brasileiros aos EUA, o que, segundo a matéria, retomava a questão dos preparativos de combatentes brasileiros para participação na guerra coreana, em decorrência da tentativa de construir acordos pelo ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura, representante do governo de Getúlio Vargas:

O transporte de guerra Duque de Caxias leva para Filadélfia novo contingente para compor a tripulação dos dois cruzadores, para a entrega dos quais o Brasil já pagou adiantadamente 300 milhões de cruzeiros ao tesouro americano. Diante dos compromissos de guerra e de traição nacional assumidos por Getúlio-João Neves tudo faz crer que essas unidades, que tomaram os nomes de “Tamandaré” e “Barroso”, serão engajadas na infame aventura militar contra o heróico povo coreano. No Congresso tramita o projeto de criação do “Fundo Naval” para abertura de crédito de seiscentos milhões de cruzeiros para a compra de navios de guerra aos Estados Unidos. (DEPOIS..., 1951, p. 4).

Pode-se, então, compreender a tentativa empreendida pelo representante do governo brasileiro de construir acordos com os representantes do Estado Norte-americano, gesto revelador da intenção concreta de desembolso e compra de embarcações militares com o intuito de se enviarem soldados brasileiros para a península coreana. O jornal de esquerda se posiciona contrário a essa postura brasileira de inclinar-se à decisão do envio de tropas àquele teatro de guerra, em que se desenrolava o conflito. Contudo, seria preciso considerar que o Brasil era signatário de diferentes tratados, acordos e organismos internacionais, dentre os quais a Organização das Nações Unidas que, amparada em Resoluções aprovadas pelo seu Conselho de Segurança, cobrava um posicionamento de esforço do país, no sentido de solucionar aquela guerra.

A questão da participação brasileira na Guerra da Coreia contaria, assim, com a imprensa operária, importante ator nas questões relativas ao conflito coreano, procurando, mesmo à margem, oferecer ao seu público leitor uma opinião crítica que, via de regra, contrapunha-se de forma contundente ao que defendiam os jornais da grande imprensa. Assim, a imprensa de esquerda transmitia, como já posto, uma visão contrária as forças militares norte-americanas, fundamentada, em muitos momentos, nas informações elaboradas por agências internacionais de notícias. Esta imprensa, nesse sentido, também tinha como parâmetro, em alguns momentos, notícias produzidas em âmbito internacional, como as produzidas pelo campo socialista. Enfim, esta cobertura do conflito também passaria a ser realizada pelos jornais clandestinos destinados ao público leitor militar, como verificaremos no próximo capítulo.

2.4. O Ministério das Relações Exteriores.

Outro importante protagonista no processo decisório quanto à participação brasileira na Guerra da Coreia foi o Ministério das Relações Exteriores, dirigido, na conjuntura, por João Neves da Fontoura¹⁰⁰. Ele se defrontaria com questões relacionadas ao desenvolvimento econômico brasileiro por meio da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e dos desdobramentos da IV Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos, que tratavam do mencionado conflito.

Alves (2007, p. 149) explica que João Neves da Fontoura carregava consigo componentes ideológicos alinhados com um certo conservadorismo, juridicismo, anticomunismo e era avesso a movimentos políticos que tivessem o objetivo de mobilizar massas populares para conseguir apoios, ou melhor, base de apoios. Esse posicionamento antiesquerdista ficaria mais evidente após saída do governo Vargas, no mês de junho de 1953. É importante assinalar que para o pesquisador, as posições de Fontoura não estavam distantes dos valores defendidos pelo Ministério das Relações Exteriores e que seguia, com as devidas ressalvas, a linha conduzida por Oswaldo Aranha¹⁰¹, ministro anterior que ocupava o Itamaraty.

Próximo da posse de Getúlio Vargas na Presidência da República brasileira, João Neves da Fontoura enviaria uma correspondência, datada de 3 de dezembro de 1950, em que tecia observações não só sobre os problemas envolvendo a investidura no cargo, mas principalmente, a mobilização política que ocorria no Clube Militar, em razão do posicionamento da entidade acerca da Guerra da Coreia, tornada pública com o artigo “Considerações sobre a guerra na

¹⁰⁰ João Neves da Fontoura nasceu no dia 16 de novembro de 1889 na cidade de Cachoeira do Sul (RS) e faleceu no Rio de Janeiro na data de 31 de março de 1963. Era filho do coronel Isidoro Neves da Fontoura e de Adalgisa Godói da Fontoura. Foi deputado federal e ministro das Relações Exteriores nos anos de 1946 e 1951-1953. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontoura-joao-neves-da>

¹⁰¹ Oswaldo Euclides de Sousa Aranha nasceu em Alegrete, Rio Grande do Sul, na data de 15 de fevereiro do ano de 1894. Era filho do coronel Euclides Egídio de Sousa Aranha e de Luísa Jacques de Freitas Vale Aranha, proprietários da estância Alto Uruguai no município de Itaqui. Formou-se no curso de Direito em Porto Alegre. Em 05 de novembro de 1930, ele assumiria o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores. Foi responsável pelo decreto de 09/11/1930 do Governo Provisório oriundo da Revolução de 1930 que anistiou os civis e militares envolvidos em movimentos revolucionários no país, criaria a Corte de Apelação e reformaria o Supremo Tribunal Federal ao reduzir o número dos membros para 11 ministros. No ano de 1931, Aranha ocupa o cargo de ministro da Fazenda. Em 1934 foi nomeado embaixador em Washington (EUA). No mês de março de 1930, Oswaldo foi nomeado ministro das Relações Exteriores. Em setembro de 1944 afastou-se da vida pública para se dedicar a advocacia, exercendo-a até o início de 1947. No mês de fevereiro daquele ano seria nomeado chefe da delegação brasileira junto a Organização das Nações Unidas e representante brasileiro no Conselho de Segurança da entidade. Em 16 de junho de 1953, reassume o Ministério da Fazenda no lugar de Horácio Lafer no governo Vargas (1951-1954). Com o suicídio de Getúlio, em 05 de agosto de 1954, Aranha afasta-se novamente da vida pública, retornando ao escritório de advocacia. Na data de 06 de setembro de 1956 no governo Juscelino Kubitschek foi nomeado chefe da delegação brasileira na XII Assembleia Geral das Nações Unidas. Veio a falecer no Rio de Janeiro em 27 de janeiro de 1960. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oswaldo-euclides-de-sousa-aranha>

Coreia”, revista dessa associação de militares. Esta demarcação política, segundo o referido ministro, não estaria supostamente alinhada aos interesses majoritários do governo brasileiro.

Para Fontoura, que assumiria o Ministério das Relações Exteriores em 1951, o posicionamento da diretoria do Clube Militar ofereceria um possível entrave aos planos do governo Vargas, na tentativa deste de conseguir contrapartidas econômicas que viabilizassem o desenvolvimento econômico do país, caso apoiasse uma aproximação com os Estados Unidos alinhada à posição daquele país na questão da guerra coreana. Críticas também seriam dirigidas a Newton Estillac Leal, presidente daquela entidade:

Mas há agora uma coisa mais grave – é a situação internacional, carregada de perigos como nunca depois da última guerra. Isso em si já é terrível, com as suas perspectivas sobre o mundo e sobre nós do Brasil. Estou mencionando o caso porque, em minha passada carta, tratei da exploração que se está fazendo nos meios militares em torno do artigo publicado pela Revista do Club Militar. O artigo é de fundo nitidamente cripto-comunista. Basta dizer que é em favor da Coreia do Norte; Até aí nada de maior, mas ela provocou um vultoso abaixo-assinado de militares pedindo à Diretoria que o desautorizasse. (GV e 1950.12.03).

Posto assim, Fontoura aborda a questão dos desdobramentos do posicionamento do Clube Militar por meio de sua própria revista. Parte das acusações dirigidas à entidade refere-se a inclinações comunistas dos autores do artigo “Considerações sobre a Guerra da Coreia”, no contexto histórico em que se desenvolvia o Tratado Interamericano de Defesa Recíproca - TIAR -, um dos marcos do anticomunismo na América Latina, cujo pano de fundo é a Guerra Fria. Contudo, as críticas continuariam a ser reiteradas pelo ministro ao presidente Getúlio Vargas:

Estillac deu, a respeito, uma boa entrevista, mas mais tarde a Diretoria do Clube, com Estillac à frente, estampou uma nota inteiramente capaz de cobrir a responsabilidade da associação ou conveitos do citado artigo. Diz a Diretoria que não censurará nunca o artigo, embora não lhes perfilhe os conceitos. Isso, como vês, é grave e arriscado, porque equivale a deixar correr o mundo, como sendo pensamento do Clube, opiniões que se chocam não só com a opinião geral do Exército senão também que ferem de frente os compromissos internacionais do Brasil. (GV c 1950.12.03).

A discussão sobre o referido artigo a respeito do posicionamento do Clube Militar teria outros contornos, segundo João Neves da Fontoura, pois se tratava, também, da postura de Estillac Leal, presidente da entidade, que seria escolhido para ser o futuro ministro da Guerra no governo Vargas. Nesse ponto, havia preocupações de que a leitura do conflito na península coreana se chocaria com uma eventual posição do Exército, sobre o assunto. Nesse sentido, o

ministro apontava para o que poderia ser visto como uma incoerência, em face do trabalho da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas. Nesse ponto ele afirmava que:

Ninguém tem o direito de contestar que somos membros das Nações Unidas e que, na Assembleia, votamos contra o ato da Coreia do Norte invadindo a do Sul ao aceno da Rússia Soviética. Houve a agressão nítida contra um país vizinho, cujo território foi invadido, violado e talado pelas armas. Ora, o mundo regulado pela Carta de São Francisco, subscrita por nós em teu governo, é baseado no respeito às soberanias e no dever para os participantes da Organização de combaterem mesmo pela força o ato dos agressores. Foi em nome desse princípio e desse compromisso que as Nações Unidas (não os Estados Unidos – note-se bem) foram a Coreia bater-se contra os agressores. Lá estão não só americanos como ingleses, canadenses, franceses e mais soldados de 20 países. Isso dito, considerar que os Estados Unidos agrediram a Coreia do Norte é uma afirmação de falsa fé. (GV e 1950.12.03).

Fontoura, assim, delineava o posicionamento que o Ministério das Relações Exteriores teria no governo Vargas, ao se alinhar com a agenda norte-americana na ONU, na questão coreana. Ele compreendia que, em razão do Brasil ser um dos membros dessa entidade, caberia ao país seguir as suas diretrizes e resoluções oriundas de seu Conselho de Segurança, como as que resultaram em uma suposta legitimidade para uma intervenção militar na Guerra Civil coreana.

Na data de 05 de abril de 1951, o ministro das Relações Exteriores brasileiro assinalava as conquistas da diplomacia na IV Reunião de Chanceleres Americanos e, para isso, delimitou alguns pontos que seriam apresentados ao representante do governo norte-americano, principalmente, quanto aos relacionados ao suprimento de recursos minerais nacionais e as prováveis contrapartidas daquele país, como, por exemplo, o envio de armamentos destinados às forças militares brasileiras:

O Brasil deseja, nos termos da nota-verbal já entregue ao Secretário de Estado, obter armas para as três forças (Aeronáutica, Marinha e Exército) em bases semelhantes às aplicadas às Nações signatárias do Pacto do Atlântico Norte. Além de armamento são indispensáveis certos equipamentos para as nossas fábricas militares e para as oficinas destinadas ao reparo e conservação do material.

O Brasil não pode admitir que se mantenha o princípio de paridade na distribuição de armamentos, observado em relação aos cruzadores. Queremos o princípio da proporcionalidade às tarefas de defesa comum aceitas para cada país. (GVc 51.04.05/2).

Em uma carta datada de 10 de abril de 1951, o ministro João Neves da Fontoura escreve para o presidente Vargas, com o objetivo de comunicar o envio de uma correspondência endereçada ao presidente Harry Truman, dos EUA, em que tratava, dentre outros temas, da IV Reunião de Chanceleres Americanos, realizada em Washington, ocasião em que se discutiu a questão de os norte-americanos cumprirem as promessas relacionadas ao desenvolvimento da

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Sendo assim, o governo brasileiro procurava, por meio desta, conseguir os recursos necessários para financiar o desenvolvimento econômico nacional. Ainda assim, Fontoura tratava da viagem do general Estillac Leal àquele país, em que se abordaria a questão coreana.

No mês de abril de 1951, San Tiago Dantas¹⁰² enviou uma correspondência endereçada a Sá Freire Alvim¹⁰³, em que relatava os desdobramentos das negociações na Conferência de Washington, como o compromisso firmado de auxílio à economia interna dos demais países do continente americano, junto aos representantes norte-americanos, atrelado às negociações de uma provável participação de forças militares latino-americanas, no conflito da península asiática. Dantas, como negociador brasileiro, apontava também para a possibilidade de se conseguir um empréstimo de US\$ 300 milhões de dólares com o objetivo de fomentar o desenvolvimento brasileiro, que se inseria nos esforços da Comissão Mista Brasil-EUA¹⁰⁴. Em certo ponto, o diplomata brasileiro esclarece sobre a questão da Guerra coreana:

Vou agora dizer-lhe alguma coisa sobre as perspectivas de guerra. Creio que a grande diferença de cenário, do Brasil para os Estados Unidos, é que aí nós pensamos no perigo de guerra, e aqui eles se consideram em guerra. Os E. Unidos sabem que a guerra da Ásia é decisiva para a derrota ou vitória da Rússia no mundo. Já perderam mais de 10.000 vidas na Coreia (55.000 baixas), e estão gastando num plano de mobilização econômica de três anos, cerca de três bilhões de contos (US\$ 150 bilhões).

¹⁰² Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi um jornalista, advogado, professor e político brasileiro, nascido em 30 de agosto de 1911 na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e falecido na mesma localidade em 06 de setembro de 1964. Era filho de Raul San Tiago Dantas e de Violeta de Melo San Tiago Dantas. Ingressou no ano de 1928 na Faculdade Nacional de Direito, concluindo o curso em 1932. Foi filiado a Ação Integralista Brasileira e se desligou dela em 1938 em razão da preparação ao levante que buscava depor Vargas. Atuou como assessor especial deste no 2.º mandato de Getúlio (1951-1954). Retornou a vida política em 1955 ao se filiar ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Elegeram-se deputado federal em 1958 como representante parlamentar do estado de Minas Gerais. Foi nomeado embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas pelo presidente Jânio Quadros no ano de 1961. No governo João Goulart foi nomeado por Tancredo Neves, primeiro-ministro como ministro das Relações Exteriores onde seguiu a chamada “política externa independente” implementada no governo anterior. Com o retorno ao presidencialismo no ano de 1963, Dantas assumiria o cargo de ministro da Fazenda para o qual foi nomeado por Goulart. Após reforma ministerial em 20 de junho de 1963, deixaria o cargo e reassumiria o mandato de deputado federal. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas>. Acesso em 10 abr. 2021.

¹⁰³ José Joaquim de Sá Freire Alvim nasceu na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, na data de 10 de março de 1909, sendo filho de Alfredo Cesário de Faria Alvim e de Alice de Sá Freire Alvim. Formou-se em 1932 na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. No período da ditadura do Estado Novo exerceu o cargo de assistente-técnico do Ministério do Trabalho de 1938 à 1945. À partir desta data torna-se oficial de gabinete e subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República. No segundo governo Vargas (1951-1954) volta a exercer a função de oficial do Gabinete Civil da Presidência da República. Entre os anos de 1956 à 1958 exerceria o cargo de secretário-geral de Administração da Prefeitura do Distrito Federal. Assumiria em 1958 esta Prefeitura nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek. Durante o governo de Negrão Lima no estado da Guanabara (1965-1971) exerceria o cargo de secretário da Educação. Foi funcionário da Inspeção Fiscal de Minas Gerais no Rio de Janeiro. Faleceria no Rio de Janeiro em 09 de julho de 1981. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-de-sa-freire-alvim>. Acesso em 10 abr. 2021.

¹⁰⁴ Grupo de trabalho instalado oficialmente no prédio do Ministério da Fazenda no ano de 19 de julho de 1951, até o momento em que completou os estudos técnicos em 31 de julho de 1953, encerrando as suas atividades em dezembro deste ano. O relatório seria apresentado pelo ministro Eugênio Gudin na data de novembro de 1954.

Não creio que nós consigamos alheiar completamente desse esforço, a não ser renunciando a certo ritmo de crescimento do nosso prestígio, que hoje poderia ser traduzido em importantes benefícios econômicos e militares. Mas reconheço que devemos manobrar com a maior cautela, tendo em vista não fazer qualquer sacrifício desnecessário ou antecipado, garantir compensações adequadas, e não ferir a opinião pública do nosso país. (GVc 51.04.00/1).

San Tiago Dantas, como conselheiro econômico do Itamaraty, demonstra, na citação, a situação do debate sobre a Guerra da Coreia, na perspectiva dos norte-americanos, contrastando com a posição brasileira em relação ao mesmo assunto, o que levaria à necessidade de um trabalho de convencimento da opinião pública brasileira para que a proposta de uma provável participação do país, naquele conflito, ocorresse sem maiores problemas. Há, segundo o missivista, um volume de recursos humanos e financeiros dispendidos naquele teatro de guerra. O embaixador explicava, enfim, que o prestígio internacional do país dependia de um posicionamento do Palácio do Catete¹⁰⁵.

Adiante, Dantas, esclareceria na correspondência que, para que ocorresse um aumento significativo de envolvimento do governo brasileiro na Ásia, seria preciso situar a diplomacia brasileira no debate existente, naquele momento, a respeito do comunismo internacional, mais precisamente, naquele continente, para que fossem obtidas maiores informações a respeito da conjuntura, para, então, se pensar na participação do país, naquela guerra. Contudo, o diplomata questionaria:

Lendo os jornais do Rio, vejo que se fala em tropas para a Coreia. Mas porque não falar, primeiro, em diplomatas para a Coreia? Se correremos o risco de que alguém um dia solicite a presença de nossos soldados em algum lugar, temos de começar por mandar observadores a esse lugar. Inclusive (e não é o menor motivo) porque assim se inicia a saturação da opinião pública, em relação a um problema, que ela hoje considera mais remoto do que é. (GVc 51.04.00/1).

San Tiago Dantas finalizava a redação da carta e assinalava que, naquele momento, em abril de 1951, o debate sobre a participação brasileira, naquela guerra, já compunha a pauta de alguns jornais do país, na tentativa destes de se posicionarem como decisores na escolha, quanto à participação ou não do país, que seria feita pelo governo de Getúlio Vargas. Entretanto, o representante do Ministério das Relações Exteriores indicava a necessidade do envio de diplomatas do Itamaraty ao teatro de guerra coreano, a fim de que se tivesse conhecimento da realidade do conflito, caso a decisão de ir à guerra viesse a se tornar concreta.

¹⁰⁵ Antigo Palácio sede da Presidência da República, situado no bairro do Catete, região da zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Em correspondência direcionada ao presidente Getulio Vargas, com data de 07 de junho de 1951, o ministro das Relações Exteriores trata de temas da política externa e, dentre elas, a Guerra da Coreia. Ele aborda, de início, as observações recolhidas pelo chefe da Delegação Brasileira¹⁰⁶, nestes termos:

Diz ele que há nas Nações Unidas uma corrente favorável a aproveitar o atual momento, a fim de terminar a guerra na Coreia, mesmo conservando o país dividido em duas partes separadas pelo paralelo 38. De certo a unificação daquela nação mediante eleições livres seria o ideal, mas a O.N.U. não tem o compromisso de atingi-la por meio de ação militar. Esta poderia considerar-se como já satisfeita com a liberação das áreas ocupadas pelo agressor. Acrescenta que não lhe parece impossível que o Governo americano aceite essa. Isso decorre da exposição feita pelo General Bradley, a 22 de maio, perante o Senado americano. Assim, ao Embaixador Muniz está parecendo que não se deve afastar a hipóteses de que as Nações Unidas tendam a chegar a uma trégua na Coreia mesmo sem a unificação do país. (GVc 1951.06.07/2).

Desse modo, Fontoura explicava na correspondência que a questão coreana estava sendo discutida na ONU, e que um dos pontos elencados era o de pôr fim ao conflito, separando as duas Coreias, tomando como base o paralelo 38. Outro ponto era a de propor eleições livres na região. Entretanto, naquele momento, o objetivo imediato, em curto prazo, era o de estabelecer uma trégua em meio à guerra.

Adiante, o ministro das Relações Exteriores do Brasil assinalava, na carta, a postura que deveria ser seguida pelo governo brasileiro em relação aos Estados Unidos, mencionando a amizade entre os dois países. A proximidade com os americanos seria também oportuna, na visão do Itamaraty, para se conseguir os capitais necessários para o desenvolvimento econômico brasileiro. Contudo, tal benefício demandaria um posicionamento, defendido pelo respectivo Ministério, de apoiá-los na guerra travada na península coreana. Assim:

¹⁰⁶ O embaixador brasileiro na delegação do país na Organização das Nações Unidas era o senhor João Carlos Muniz, nascido em Cuiabá em 31 de março de 1893, sendo filho de Polidoro Antunes Muniz e de Ana Virgínia Costa Marques. Formou-se em ciência jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro no ano de 1915. Iniciou carreira diplomática em 1918 como vice-cônsul em Nova Iorque (EUA). Em 1926 passou a cônsul de primeira classe assumindo posto em Chicago (EUA). Em 1934 foi promovido a cônsul-geral. Em dezembro de 1939 foi promovido a ministro de primeira classe. Designado embaixador em Havana, onde serviria entre os anos de 1941 a 1942. Em 1945 e o ano de 1946 serviu no Rio de Janeiro, atuando como secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores. Em 1949 foi escolhido como representante permanente do Brasil junto à União Pan-Americana, em Washington, e, desse ano em diante até 1953, seria o delegado permanente do país junto à Organização das Nações Unidas (ONU). No mês de novembro de 1951 seria designado delegado do Brasil na VI Sessão da Assembleia Geral da ONU, que ocorreu em Paris. Foi nomeado embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América, onde permaneceria em Washington de outubro de 1953 até julho de 1956. Em agosto de 1956 seria nomeado embaixador do Brasil em Buenos Aires (Argentina). Aposentou-se em abril de 1958. Faleceria no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1960. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/muniz-joao-carlos>. Acesso em 10 abr. 2021.

Minha impressão, que lhe comuniquei, é de que teria muito reflexo em nossa amizade com os Estados Unidos e mesmo em nossos entendimentos econômicos, assim como no prestígio e autoridade do Brasil, se você tivesse a oportunidade de fazer um pronunciamento alto acerca dessa grave matéria, sem se engajar a fundo, mas denotando um estado de espírito de solidariedade com os Estados Unidos e as Nações Unidas. (GVc 1951.06.07/2).

Em seguida, Fontoura indicava que pensava nos benefícios que o Brasil poderia ter ao apoiar os Estados Unidos, na Guerra da Coreia e, que ele apresentaria a Getúlio Vargas um esboço delineando os pontos que o governante brasileiro deveria considerar no relacionamento com as autoridades norte-americanas. Nessa questão, então, o representante brasileiro relatava que o mundo atravessava um período de grandes incertezas e dúvidas, e que tanto o povo quanto o governo Vargas deveriam, sensibilizados, abraçar a causa defendida pelos Estados Unidos e pelas Nações Unidas; entretanto lembrava que tal postura contrapunha-se às posições da União Soviética. Nestes termos, o ministro argumentava que:

Todos os nossos agentes diplomáticos fora do país, todos os nossos delegados em Organismos que se empenham pela salvação, ou menos pelo prolongamento da paz, estão instruídos pelo Governo para acompanhar os acontecimentos, a fim de que os ônus impostos pela situação ao nosso país, sejam minorados e, possível reduzidos ao estritamente indispensável à nossa segurança dentro daquela zona do mundo livre em que ainda vivemos, e na qual nos empenhamos por continuar a viver. Entretanto, em uma hora de perigo externo não há lugar para abstenções. Os antagonismos insuperáveis que hoje opõem o bloco totalitário, orientado pela Rússia Soviética, às nações livres do Ocidente tornam os altos interesses da nação brasileira claros e mesmo evidentes. Sobre eles suscitam dúvidas e provocam celeuma os interessados em atrelar os destinos do Brasil aos de uma potência estrangeira, cujo sistema de vida e objetivos políticos se opõem diametralmente aos nossos. Não permitiremos que a propaganda totalitária, vazada em falsas premissas, provoque dissensões entre o povo brasileiro. A simples informação, o rápido estudo do panorama internacional não deixam dúvidas quanto à posição que mais convém ao futuro do país. (GVc 1951.06.07/2).

A correspondência apontava para as preocupações do Ministério das Relações Exteriores, naquela conjuntura, em que havia, em tese, um alinhamento das posições da política externa brasileira com as do assim chamado mundo ocidental, como força antagônica ao bloco socialista, supostamente, liderado pela União Soviética. Em uma leitura atenta, pode-se notar que a mensagem também era direcionada ao público interno, na medida em que é perceptível nas entrelinhas o posicionamento de outros atores, como o Clube Militar e a imprensa oposicionista à esquerda do espectro ideológico.

Pode-se destacar, ainda, outro ponto levantado pelo Itamaraty, na tentativa de respaldar um alinhamento com as posições norte-americanas, o de que, no país, o regime era democrático e estaria, assim, ligado aos destinos das democracias ocidentais, em contraposição ao que se

denominou “totalitarismo comunista”, visto como uma ameaça ao sistema de vida, aos ideais cristãos e aos fundamentos morais e jurídicos do país. Entretanto, Fontoura apresentaria uma suposta barganha, na tentativa de justificar o alinhamento com os Estados Unidos, explicando ao presidente Getulio Vargas, que:

Ninguém ignora que a defesa da ordem democrática, no mundo, isto é, as garantias da independência para os Estados e de liberdades espirituais e políticas para os cidadãos, depende de ser contida a agressão totalitária já até esboçada em atos de guerra. Mas, para que a defesa seja eficaz, temos igualmente necessidade de reformar internamente as bases do mundo democrático pela elevação do nível de vida para todos os homens e para a promoção da crescente igualdade entre as classes e os Estados. Não haverá possibilidade de sobrevivência democrática, se coexistirem, lado a lado, indefinidamente, países superindustrializados e países subdesenvolvidos. Daí decorrem os dois imperativos de política externa, reclamada pelo povo brasileiro: conter a agressão soviética onde se verificar ou se tornar iminente; e diminuir, mediante uma política de cooperação internacional e de desenvolvimento intensivo, os desníveis excessivos que hoje observamos por toda parte. (GVc 1951.06.07/2).

O ministro das Relações Exteriores delineia, na correspondência, que há uma questão importante a ser considerada, ou seja, a de que dentre os desafios colocados para se enfrentar o avanço do bloco socialista, estava o da mudança do desequilíbrio econômico que colocava, em patamares privilegiados e prestigiados, países desenvolvidos e industrializados, e em desprivilegiados, desprestigiados, países desindustrializados e subdesenvolvidos. Esta relação dialética poderia levar os Estados periféricos a optarem pelo bloco antagônico. Esse, indubitavelmente, era mais um argumento para justificar o processo de aproximação com os norte-americanos, pois, em tese, a barganha levaria a uma necessidade aparente de Washington, em auxiliar os esforços do desenvolvimento econômico brasileiro.

Fontoura, em mais um claro posicionamento do Itamaraty, exortava o Brasil e os demais países do Ocidente a estreitarem os laços em relação a uma política de enfrentamento ao que ele avaliava como um risco “totalitário” da União Soviética e do comunismo internacional. Fica evidente, também, em tal posicionamento, a tentativa de colocar a Coreia do Norte como a principal responsável pelos desdobramentos daquela guerra civil, enquanto considera legítima a intervenção militar americana naquele conflito, posto que esta o fazia amparada em uma suposta legitimidade definida em votação no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Nesse ponto, o ministro coloca que:

De nada nos valeria estrangularmos a agressão militar russa, se tivéssemos de continuar expostos à agressão social do comunismo no interior dos países de economia débil e de baixo nível de vida. A grande renovação do mundo democrático contemporâneo vem dessa firme consciência de que todas as nações devem amadurecer economicamente e atingir à plena utilização de seus recursos, para que a

democracia sobreviva. Esse amadurecimento não pode ser alcançado pelo desenvolvimento lento e vegetativo das diferentes economias, através de séculos, porque antes atingidos aqueles resultados o regime democrático, em algumas delas, se derrocara. Tem, pois, de ser alcançado graças à cooperação internacional e ao auxílio eficaz e intenso dos países supercapitalistas aos países carecedores de capital. (GVc 1951.06.07/02).

O argumento, mais uma vez, de que lança mão Fontoura diz respeito à decisão dos países desenvolvidos e abundantes em capitais proverem recursos para os países periféricos, com a finalidade de enfrentar o espectro do que ele denomina de comunismo internacional. Nesse sentido, o governo brasileiro e os demais países deveriam unir esforços para evitar um terceiro conflito mundial, e que deveria conduzir o país a um posicionamento favorável de participação no conflito coreano, conduta sustentada pelo Ministério das Relações Exteriores, naquela conjuntura.

Em carta direcionada ao presidente Getulio Vargas, datada de 14 de junho de 1951, o chanceler abordava as tratativas de instalação de uma provável Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com o objetivo de conseguir recursos financeiros e técnicos para o desenvolvimento do país. A correspondência também trazia informações da Embaixada brasileira em Tóquio (Japão) sobre os desdobramentos da guerra coreana:

Ainda agora um telegrama da nossa Embaixada em Tóquio avisa que a viagem do General Marshall, realizada a mando de Truman, teve por fim estudar no local a possibilidade de ser mantida uma sólida defesa contra os comunistas chineses, linha essa que “deverá servir de base para um eventual armistício a ser negociado com os agressores”. Como vê, embora nada se possa garantir, está em marcha a ideia de cessar o fogo. É o que lhe queria dizer por agora. Sem outro assunto, subscrevo-me. (GVc 1951.06.14).

A referida Comissão auxiliaria o governo brasileiro em termos tanto econômicos, quanto militares e, em troca, o governo dos Estados Unidos contaria com o apoio brasileiro, no conflito coreano. Contudo, o Itamaraty contaria, em certa medida, com os desdobramentos da situação dos países em confronto na Ásia, visando contrabalancear uma eventual participação de tropas brasileiras, naquela guerra. Nesse aspecto, as negociações em torno de um cessar-fogo seriam importantes. Maria Celina D’Áraújo (1992, pp. 162-163) explica que, à medida em que crescem as pressões sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia, há um movimento do governo brasileiro para conseguir contrapartidas. A pesquisadora frisa que a questão militar da Coreia estará presente nas relações entre Brasil e Estados Unidos, e que João Neves da Fontoura será um dos principais defensores do envio de tropas brasileiras para o conflito na

península coreana. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos fruto das negociações iniciadas no governo de Eurico Gaspar Dutra, concluiria os estudos técnicos em 31 de julho de 1953.

Observamos que, nos mais diferentes fóruns, alguns dos principais atores brasileiros se mobilizaram para tentar influenciar a decisão do país em participar ou não da Guerra da Coreia, cada um deles procurando justificar suas posições. No capítulo a seguir, verificaremos a atuação de outro ator político importante naquela conjuntura, a saber, os marinheiros e a defesa da sua própria agenda naquela conjuntura.

2.5. Presidente da República

A decisão final sobre uma eventual participação brasileira na Guerra da Coreia caberia ao presidente da República, Getúlio Vargas. Ele chegaria ao governo após vencer as eleições presidenciais ocorridas em outubro de 1950. Anteriormente, ele já havia ocupado o cargo entre os anos de 1930 e 1945, sendo o responsável pelos desdobramentos que conduziram o Brasil à Segunda Guerra Mundial.

Ao tomar posse no ano de 1951, Vargas se deparou com uma mudança na conjuntura política do Brasil, obrigando-o a governar sem o suporte da maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Naquela ocasião, existia uma considerável oposição a Vargas, liderada pelos políticos da legenda União Democrática Nacional (UDN), situada à direita do espectro ideológico. Esta sigla surgira na conjuntura das pressões pelo fim da ditadura do Estado Novo.

O ministério de Getúlio seria constituído por um arco político formado por diferentes atores. Esse gabinete ficaria conhecido como “Ministério da Experiência”, tendo, como objetivo, enfrentar as principais questões políticas, incluindo a atuação parlamentar intransigente da UDN, que dificultava a construção de um governo de conciliação nacional proposto pelo presidente¹⁰⁷.

Em relação aos militares, os escolhidos foram o brigadeiro Nero Mora, para ocupar o Ministério da Aeronáutica, o general Newton Estillac Leal, que conduziria o Ministério da Guerra, e o vice-almirante Renato de Almeida Guillobel, para o Ministério da Marinha. O

¹⁰⁷ O Ministério das Relações Exteriores seria ocupado por João Neves da Fontoura, tido como um coordenador da campanha e amigo de Vargas; somou Ricardo Jafer, escolhido para a presidência do Banco do Brasil e Horário Lafer para o Ministério da Fazenda, indicados por Ademar de Barros; o Ministério da Viação e Obras Públicas foi entregue a Álvaro Pereira de Sousa Lima (PSP) e que estava na órbita de influência do governador do estado de São Paulo; Negrão de Lima (PSP) foi para a condução do Ministério da Justiça sob influência de Juscelino Kubitschek e Simões Filho (PSP) para a pasta de Educação; Danton Coelho (PTB) dirigiria o Ministério do Trabalho e João Cléofas (UDN) passaria a ocupar o Ministério da Agricultura. (D'ARAÚJO, 1992, p. 118-119).

Ministro da Guerra também presidia o Clube Militar e tinha o apoio de frações significativas castrenses, principalmente entre os menos graduados.

Alves (2007, p. 159) explica que Estillac Leal se depararia com a decisão tomada por Canronbert Pereira da Costa, Ministro da Guerra no governo Dutra, que tomou a decisão de punir a diretoria do Clube Militar, devido ao posicionamento dessa diretoria, contrário à participação brasileira na Guerra da Coreia, manifestado na Revista da entidade. Leal, que tomaria posse em janeiro de 1951, no lugar de Costa, no mencionado Ministério, não revogaria tais punições. Ele permaneceria no cargo por cerca de 14 meses¹⁰⁸, e perderia a eleição da associação de militares, em maio de 1952, para a chapa da “Cruzada Democrática”, liderada por Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo.

Em relação à Guerra da Coreia, João Neves da Fontoura teria aproximado o país aos interesses estratégicos norte-americanos, posicionando-se favoravelmente ao envio de combatentes brasileiros para o conflito, e à entrega de minerais, como o urânio e manganês. Essa postura confrontava com a de Oswaldo Aranha, ex-embaixador do Brasil em Washington e ex-ministro das Relações Exteriores, que era contra o envolvimento do país naquele conflito, assim como a de Goés Monteiro e de Estillac Leal. O Ministro das Relações Exteriores assumiu o protagonismo nas negociações com os EUA, principalmente em torno da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, que ocorreu em Washington. (BANDEIRA, 2007, p. 449-461).

D’Áraújo (1992, p. 120) relata que a presença de Estillac Leal, no Ministério da Guerra, chocar-se-ia com as de João Neves da Fontoura, encarregado de discutir o Acordo Militar Brasil-Estados, cujas minutas confrontariam com as posições nacionalistas do Exército Brasileiro. Um choque político-ideológico nas Forças Armadas se sobrepôs às posições ministeriais que seriam sobrepujadas pela postura conservadora de setores militares, o que resultaria, como já abordado anteriormente, na exoneração de Leal do referido Ministério e na derrota dele nas eleições do Clube Militar, em maio de 1952.

Nesse sentido, Vargas tinha a visão de que um apoio brasileiro ao pleito norte-americanos na cessão de tropas para a guerra coreana passava por uma barganha em troca de recursos econômicos que atendessem ao desenvolvimento brasileiro. Ele chegaria a receber uma carta enviada por Harry Truman, presidente americano, com o objetivo de que Getúlio atendesse as reivindicações daquele país, dentre as quais, enviar tropas para o conflito asiático. Outro problema sublinhado pelo governante brasileiro remetia às questões internas, pois, na

¹⁰⁸ O pesquisador Vágner Camilo Alves (2007) apontou que Estillac Leal foi exonerado da pasta do Ministério da Guerra, em meados do final de março de 1952.

visão dele, ao apoiar militarmente o governo norte-americano, o país deixaria supostamente desguarnecida as forças de segurança que atuariam contra o comunismo em território brasileiro. Uma carta apresentada pela missão de Góes Monteiro aos Estados Unidos, elaborada pelo Ministério da Relações Exteriores, e retificada por Vargas, indicava:

As instruções presidenciais para a missão do general Goes nos Estados Unidos são o documento mais importante sobre a questão coreana. Ressalte-se que a primeira versão das instruções, elaborada pelo Itamaraty, foi rejeitada pelo Presidente, sob o argumento de que não se levava em conta a real e grave situação que passava o país, e podiam, “ingenuamente”, levar o militar a assumir compromissos não desejáveis. As instruções do MRE eram bem técnicas, tanto nos aspectos militares quanto jurídicos da missão. Faltava a elas explorar mais a fundo o que mais importava ao Presidente: as deficiências socioeconômicas brasileiras e os possíveis auxílios para sanar tais problemas. Novas instruções foram redigidas, recebendo a chancela presidencial. Elas abrangiam 16 páginas datilografadas, contendo nada menos do que 37 itens. Resumidamente, podemos destacar os seguintes pontos do documento. Ainda que reconhecesse os compromissos assumidos pelo Brasil com relação à ação das Nações Unidas na Coreia, do pronto as instruções destacavam ser mais útil e oportuno concentrar a colaboração brasileira no fornecimento de matérias primas em vez de enviar tropas para a guerra. O despreparo nacional para cumprir tal missão devia ser esclarecido. Devido a situação interna nacional, o Brasil não estava “(...) preparado, financeira, econômica e militarmente, para se empenhar numa guerra no exterior”. Não estava preparado “sequer para sua própria defesa”. (ALVES, 2007, p. 171-172).

O pesquisador acima aponta que tais instruções seriam uma recusa aos pedidos e pressões dos Estados Unidos para o envio de combatentes brasileiros para Guerra da Coreia, além de relacionar que o subdesenvolvimento nacional seria uma ameaça para a segurança das Américas, como a questão interna do suposto perigo comunista no Brasil. Em relação à Guerra da Coreia, Góes Monteiro esclarecia que:

- Na ocasião, quando foi o Brasil chamado a participar das operações coreanas, o Presidente Getúlio convocou uma reunião do Conselho de Segurança Nacional para tratar do assunto. As sessões desse órgão são secretas, a publicidade vedada, a não ser sob forma lacônica ou pouco especificadora. Não infringirei aqui esse preceito; mas é lícito, sem quebrar a ética, referir alguma coisa que sirva para a boa compreensão e até mesmo para desmentir certas versões que correram e tiveram grande divulgação na publicidade jornalística. O Presidente depois de abrir a sessão e de lido o relatório do Ministro das Relações Exteriores, deu-me a palavra por ser o Chefe do Estado-Maior Geral, tendo eu feito uma análise tão completa quanto possível da nossa situação interna e também em face do conflito no Extremo Oriente. Terminava por dar informações exatas dos nossos recursos militares, que, de modo algum, sem prévio e longo preparo, poderiam ser utilizáveis em operações de guerra fora do Continente. Em consequência, o Presidente submeteu minha opinião à apreciação dos membros do Conselho, tendo ficado resolvido que eu iria imediatamente aos Estados Unidos em missão sigilosa a fim de consertar com as autoridades americanas, não só a maneira mais eficaz de nossa eventual cooperação, futura, caso o conflito se generalizasse e caso nos fossemos fornecidos os elementos necessários. Deste modo, foi prorrogada a minha permanência à frente do Estado-Maior Geral. (COUTINHO, 1955, p. 517-518).

Deste modo, o general Góes Monteiro explicaria a posição brasileira quanto à Guerra da Coreia, após consultar a opinião de outros decisores, como a do Ministério das Relações Exteriores. De posse da decisão do governo, o chefe do Estado-Maior Geral se dirigiria aos Estados Unidos, para tratar de uma eventual cooperação, caso o conflito fosse ampliado e generalizado.

Contudo, apesar da postura da Presidência da República, que seria comunicada por Monteiro aos EUA, houve resistências dentro e fora do governo. Dentre essas, as dos militares, como os marinheiros e soldados fuzileiros da Marinha de Guerra brasileira, que atuavam politicamente em organizações clandestinas, mais notoriamente nas células do Setor Militar do Partido Comunista do Brasil, contra o envio de combatentes do país para lutar na Guerra da Coreia. Lutavam, ainda, pela melhoria da alimentação nas dependências militares, na “campanha de vencimentos”, que tratava da remuneração dos praças, contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, e no apelo ao retorno dos cruzadores Barroso e Tamandaré e respectivas guarnições ao país. É a militância política desse grupo que investigaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS DE ESQUERDA

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, diferentes associações, que reuniam militares subalternos, passaram a debater os problemas então enfrentados, principalmente quanto à participação do Brasil no teatro de guerra coreano, mediante a formação e o envio de uma força expedicionária para lutar naquele conflito. Entre essas associações, estavam a Casa do Sargento do Brasil e o Clube Humaitá¹⁰⁹, que serviam de biombo para a atuação política dos marinheiros, cabos e sargentos que militavam como membros das células de um Setor Militar, ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), na conjuntura dos anos 50. Tal Setor ficou conhecido, posteriormente, como Antimil, uma abreviação de “antimilitar”, como bem aponta o pesquisador Cunha (2014), o qual pesquisou e explica a origem desse grupo. A criação do mencionado grupo decorreu de uma deliberação da Internacional Comunista, no ano de 1929, para reunir militantes que atuavam na área militar. Segundo a análise do referido pesquisador, grupos com essas características, provavelmente, poderiam ser encontrados em outros países, fato esse que merece atenção.

Luiz Apollonio destaca, no *Manual de Polícia Política e Social*, que o citado Setor Militar era conhecido, pelo Partido Comunista do Brasil, como Comissão Antimil, e mantinha estreitas vinculações com o Comitê Central. Essa Comissão era composta por membros com conhecimento de assuntos militares e que tinham servido no Exército ou nas Forças Policiais. Fazendo uso de tais conhecimentos, os militantes organizaram planos de infiltração e propaganda entre os militares, atuando na edição de impressos adaptados para a área, como também na constituição de células em quartéis, navios, postos, estaleiros, entre outros locais. A atuação do grupo seria, segundo o autor, exclusivamente entre os meios militares. (APOLLONIO, 1967, p. 197).

O Setor Militar era de fundamental importância para o Partido Comunista que, assim, deveria tratá-lo com “carinho e cautela”. Possivelmente, poderia ocorrer a adesão de um número reduzido de militares ao Partido, caso houvesse o desencadeamento de uma revolução. Nos

¹⁰⁹ Agremiação esportiva fundada, em 1933, na cidade de Niterói.

quartéis, eram editados materiais próprios, como panfletos, boletins e jornais, impressos ou mimeografados, cujos temas tratavam, segundo Apollonio, de assuntos relativos ao meio militar. Devido à vigilância, havia certa cautela quanto à divulgação dos referidos materiais, pois não existia nem interesse, nem intenção do mencionado Setor, de ser descoberto e de ter seus membros presos por comandos ou pela Polícia Civil. O policial esclarece que o grupo se ligava ao Comitê Estadual local, havendo o fornecimento de informes periódicos à direção partidária, informes esses relacionados aos trabalhos realizados e a detalhes sobre a organização militar, além de estatísticas sobre os membros da legenda nas dependências militares. (APOLLONIO, 1967, p. 266-267).

A estrutura orgânica do Partido Comunista do Brasil compunha-se dos seguintes organismos: células, Comitês de Bairro, Comitês de Zona, Comitês Regionais, Comitê Central e o Bureau Político. As Comissões dirigidas pelo Comitê Central eram: finanças, imprensa, mulheres, negros, índios, camponeses, idiomática, organização, agitação e propaganda, juvenil, técnica, sindical, além do Antimil, nos meios militares.

De acordo com Luiz Apollonio, as Comissões eram encarregadas de desenvolver os planos determinados pelo Comitê Central que, em seguida, os distribuía aos Comitês Regionais. O Comitê Central e o Bureau Político estavam sediados na Capital do País, ou em um estado mais próximo desta. Contudo, quando as ações das Polícias Estaduais se tornavam mais ostensivas, eles podiam ser sediados em qualquer um dos estados.

O Comitê de Bairro era um órgão da direção que se situava entre as células e o Comitê Regional. O Comitê de Bairro era o responsável por encaminhar as questões em discussão no Comitê Regional para as células, e vice-versa. Ligava as questões das células com as referentes às das massas trabalhadoras e à outras mais gerais. Para se formar um Comitê, eram necessárias, no mínimo, três células, reunidas em conjunto, ficando todas devidamente representadas.

O Comitê de Zona tinha uma organização que se assemelhava à do Comitê de Bairro, sendo que a diferença estava na sua atuação, voltada para o interior do estado e estabelecendo controle sobre as células nas fábricas, nas estradas de ferro e entre os camponeses. Tal Comitê mantinha ligações, por meio de correspondência ou de encontros pessoais, com o Comitê Regional, de onde se expediam ordens e instruções. O Comitê de Zona existia nas cidades mais importantes do estado, e controlava os municípios vizinhos.

O Comitê Regional abrangia uma região correspondente à de um estado; era um órgão de direção, estando logo abaixo do Comitê Central. Seus membros tinham grande responsabilidade no Partido Comunista do Brasil, pois eram os orientadores diretos de toda propaganda, e respondiam por seus atos e os dos demais órgãos no estado. As ligações do

Comitê Regional com o Comitê Central eram realizadas por meio de correspondências cifradas ou em tinta sintética, excetuando-se os casos em que a ligação era feita pessoalmente. Logo abaixo, temos, então, o organograma da estrutura do PCB, nos anos de 1950:

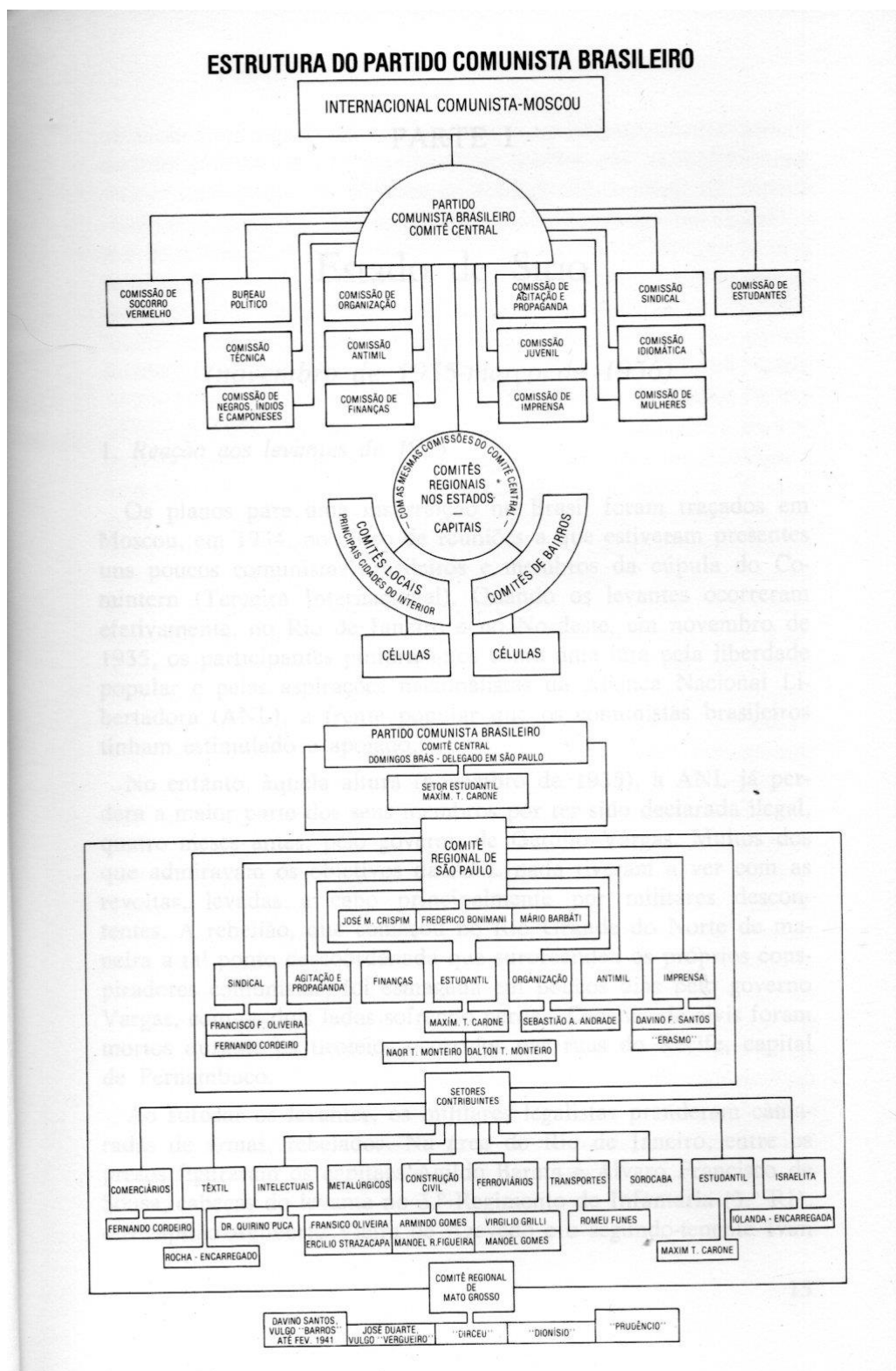


Figura 1. Estrutura do Partido Comunista Brasileiro. (DULLES, 1985, p. 11).

Em relação aos militares, havia, hierarquicamente, o Comitê Executivo do Partido Comunista, e, em seguida, o Comitê Antimil ou Setor Militar. Relacionados a este, havia os Comitês de Levantamento da Zona Militar, divididos por setores: Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil.

O Comitê Executivo era constituído por Luís Carlos Prestes, Diógenes Arruda Câmara e João Amazonas. O Comitê Antimil ou Setor Militar tinha, como importantes dirigentes, Agliberto Azevedo, Antonio Tourinho e Almir Neves. Os dirigentes do Comitê de Levantamento da Zona Militar eram, provavelmente, o major Júlio Sérgio Machado de Oliveira, por codinome “João”, Clóvis de Oliveira Neto, conhecido como “Antonio” ou “Américo”, e Apolônio Pinto de Carvalho, vulgo “Mário”. Os Comitês de Levantamento da Zona Militar contavam com membros que faziam a ligação com os demais setores, a saber: Guarda Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Exército, Aeronáutica e Marinha. Neste último, até 1950, tínhamos os marinheiros Geraldo Campos, João de Oliveira Santos “Firmino” e José Pontes Tavares, o “Julião”. Entre 1951-1952, ocorreu a saída de Campos e a entrada de Eliezer Bandeira de Aquino, o “Joca”. Os assistentes partidários na Marinha eram o ex-sargento do Exército Luiz Carrion Rolan e Silva e os civis Wolfi Nogueira dos Santos e João Vito Raimondo.

O organograma do Comitê Antimil, ou Setor Militar, como os elaborados por Luiz Apollonio (1950) e John W. Foster Dulles (1985). apresentam variações muito pequenas, em relação às diferentes fontes documentais e historiográficas, Provavelmente, seria ilustrado assim:

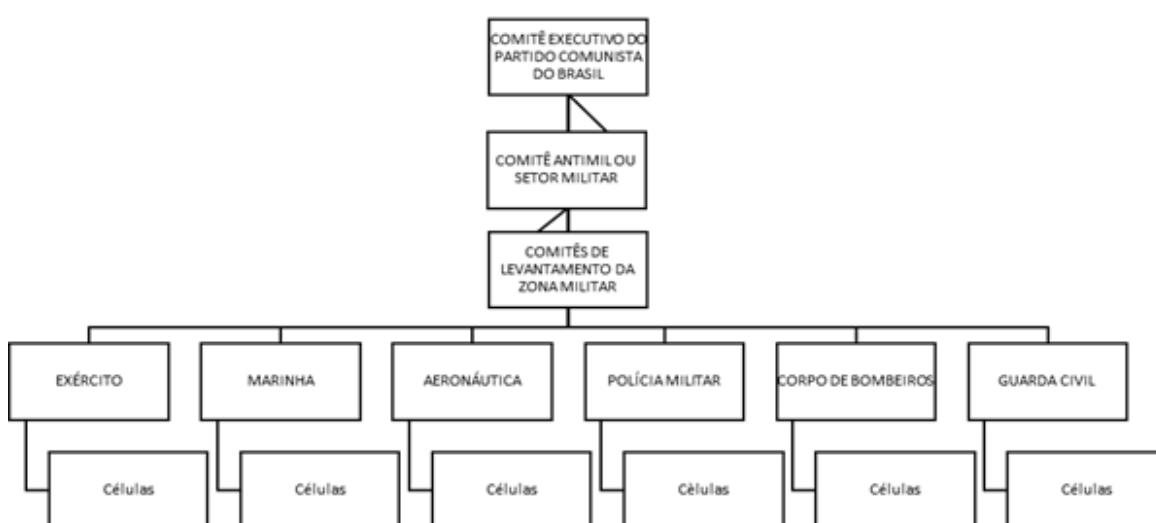


Figura 2. Estrutura do Comitê Antimil do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Antes, é importante mencionar que, entre os documentos que circulavam durante a década de 1950, havia o de um suposto organismo com a sigla CONF, cujo significado poderia ser “Conjunto das Forças Armadas”. É um documento provavelmente forjado, mas nele há informações válidas, como pudemos observar em outras fontes, a saber, Luiz Apollonio (1950) e John W. Foster Dulles (1985). Foi elaborado por alguém que conhecia a organização; entretanto, o documento extrapola, e muito, em relação a ser um documento incriminatório, devido aos absurdos e às informações questionáveis, quanto à linha daquela época, como é o caso da “Constituição do Estado de Trombas”. É um documento que, embora tenha dados verídicos comprovados, apresenta informações desconexas da realidade e das conjunturas internacional e brasileira. Tal documento foi também citado em uma reportagem da revista *O Cruzeiro*¹¹⁰, assinada por David Nasser, jornalista cuja atuação profissional seria questionada, em alguns momentos, por outras publicações. Podemos, então, traçar uma analogia com a situação descrita por Cunha (2007, p. 280), quando este aponta que, na Revolta de Formoso e Trombas, foi forjado um documento falso, intitulado de “Constituição do Estado das Trombas”, com o objetivo de incriminar os camponeses que lutavam naquela região do Estado de Goiás. Portanto, no desdobramento da presente pesquisa, questionamos a procedência deste documento¹¹¹, o qual, ao que tudo indica, poderia ser um escrito com o objetivo de incriminar os militares investigados, em uma entidade fictícia, nos desdobramentos do Inquérito Policial-Militar que investigava a participação e a infiltração comunista nas Forças Armadas, e mais especificamente, na Marinha de Guerra Brasileira.

¹¹⁰ Revista *O Cruzeiro*, edição de 19 de julho de 1952.

¹¹¹ No levantamento da pesquisa, com o objetivo de verificar a procedência sobre a suposta existência desse setor intitulado de CONF, foram consultados pesquisadores que são referência na área de estudos, como Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha e Marly de Almeida Gomes Vianna. Para os estudiosos, a entidade provavelmente nunca existiu, corroborando a hipótese de o documento ter sido forjado, para criminalizar os militares detidos no Inquérito Policial-Militar que investigava a existência de atividades e infiltrações comunistas na Marinha de Guerra.

3.2. O funcionamento das células comunistas

Uma das formas de atuação da militância comunista nas Forças Armadas, mais especificamente na Marinha de Guerra Brasileira, eram as células comunistas. Estas tinham uma organização própria, que foi se aprimorando ao longo dos anos, com os acontecimentos envolvendo a mobilização de militares, os quais precisavam assegurar discrição, estanqueidade e clandestinidade, principalmente após a repressão ao Partido Comunista do Brasil, em 1947.

No livro *O último secretário: a luta de Salomão Malina*, organizado por Francisco Inácio de Almeida, publicado em 2002, com a colaboração do coronel-aviador Sérgio Cavallari, ex-militante do Setor Militar, ambos explicam que apenas dois partidos políticos possuíram setores militares clandestinos, a saber, a UDN e o PCB. Segundo esses autores, os comunistas, após 1935, haviam abandonado a ideia da tomada do poder por via das armas. Assim, após a anistia de 1945, o referido Setor, e os seus membros, passaram a seguir regras rígidas:

1.^a Separação dos militares organizados em compartimentos estanques. Assim, havia organização de generais, oficiais superiores, de capitães e tenentes, de sargentos, de cabos, marinheiros, soldados e taifeiros. Cada elemento organizado conhecia a existência da própria organização e mais ninguém. Sempre que possível não misturavam na mesma organização militares da ativa e da reserva. Os militares comunistas viviam em completa clandestinidade política. Poucas pessoas fora do setor sabiam da existência deles.

2.^o Não se anotava nada. Não havia livros de atas, boletins ou correspondências de qualquer tipo. Tudo se comunicava verbalmente e arquivava-se na memória.

3.^o Codinome. Tentou-se durante algum tempo manter o tratamento entre os companheiros pelo codinome ou nome de guerra, mas era inviável, pois todos conheciam as unidades militares. Só se manteve o codinome para companheiros que prestassem assistência a organizações de base ou servissem em altos escalões militares, como gabinetes ministeriais, estados maiores e até mesmo na Presidência da República.

4.^o Cada organização tinha pequena estrutura funcional. Participavam no máximo seis companheiros. Um secretário presidia as reuniões e um encarregado de finanças administrava as contribuições. As organizações de base eram assessoradas por misteriosos personagens do PCB, do qual só se sabia o codinome. Hábeis em não se identificar, não deixavam nenhum indício sobre profissão, residência, parentescos, amigos, enfim, nada! [...]

5.^o As reuniões realizavam-se em “aparelhos” emprestados, locais desocupados em determinados horários, como consultórios e escritórios que não funcionavam à noite. Residência de companheiros só em último caso e mesmo assim por pouco tempo, uma ou duas vezes seguidas no máximo. Se não houvesse possibilidade de aparelho, as organizações reuniam-se nas ruas, em longas caminhadas por bairros afastados das unidades militares e das residências dos organizados.

6.^o As reuniões obedeciam à agenda padronizada, visando à segurança. O secretário abria a reunião e, de acordo com os participantes, marcava a data e horário da próxima reunião. Esse item da agenda era o primeiro, por razão de segurança, pois se houvesse alguma interrupção dos trabalhos por qualquer motivo (polícia, por exemplo) todos saberiam onde e quando se encontrar novamente. Também se estabelecia local alternativo – quase sempre o mesmo – caso o aparelho estivesse impossibilitado de ser usado. No local da reunião, para justificar a estranha presença de pessoas, fingia-

se jogo de cartas ou aulas de um professor para alguns alunos. (MALINA; CAVALLARI APUD ALMEIDA, 2002, p. 48-50).

Existia, também, uma organização interna que coordenava a militância dentro das Forças Armadas e, em especial, na Marinha e no Exército. Os marujos seguiam o padrão estabelecido pelo Antimil, o do aglutinamento dos militares em células. O documento “Organização do Partido Comunista”, apreendido pelo Departamento Federal de Segurança Pública em poder do militante João Vito Raimondo, vulgo “Garcia”, está em anexo nos Autos do Processo nº 24.629/54, do Superior Tribunal Militar, que trata da atuação política dos subalternos na Marinha. Tal documento aponta que as células comunistas seguiam algumas diretrizes, a saber:

- 1 – As debilidades na concepção do Partido.
- 2 – O que falta é integração no Partido etc.
- 3 – Formalismo ligado a falta de compreensão política, faz com que fugimos dos objetivos.
- 4 – A debilidade política faz com que não lemos o material.
- 5 – No momento a ofensiva da reação está chegando ao auge.
- 6 – Frisar o aguçamento nestas semanas e a marcha para um plano Cohen.
- 7 – O P. força organizada da massa. O P. vanguarda do Proletariado.
- 8 – Estamos vendo na corporação a criação do poder do proletariado.
- 9 – O desprezo maior pela célula – centro de gravidade, célula, organismo intermediário sem criação das células não pode existir partido.
- 10 – Os companheiros com uma montanha de defeitos, vaidade, suscetibilidades etc. Subestimação do trabalho da base, pegar o elemento a jato – idealismo com os homens – o pequeno burguês.
- 11 – O fator Partido quando a situação melhora ou agrava não está à altura.
- 12 – Incompreensões sobre a F.D.L.N.
- 13 – Auto-crítica nossa em função da aplicação da linha política. (BRASIL, 1954e).

Na questão da organização das células de base, as diretrizes elencadas tratavam das debilidades do PCB, então na clandestinidade, e registravam as implicações da falta de integração da sigla. Reclamava-se do formalismo, relacionado à ausência de compreensão política, o que afastaria os membros de seus objetivos, o que é considerado como debilidade política que impediria a leitura de materiais também políticos. A repressão governista, reiniciada no governo de Eurico Gaspar Dutra, estava no auge e atravessaria o início do governo Vargas, o qual, entre outros pontos, mantinha dispositivos como o atestado de ideologia. O Partido, assim, era visto como uma força organizada de massa e de vanguarda do proletariado, evidenciada pelo possível protagonismo dos subalternos das corporações militares. No entanto, podia-se perceber, também, o possível desprezo, quanto à valorização do trabalho de base das células, sem as quais o PCB não existiria. Portanto, necessário era que se resgatasse tal valor. A militância, em seu trabalho, precisava ficar atenta quanto às incompreensões que pudessem

surgir acerca do papel da legenda e da Frente Democrática de Libertação Nacional, presente no Manifesto de Agosto de 1950. Outro destaque remeteria à importância da autocrítica, em relação à linha política partidária.

O mesmo documento tratava, em outro item, da célula como base da organização do Partido Comunista do Brasil, incluindo a situação da atuação dos militares subalternos, como os marinheiros, que se mobilizavam contra o envio e a participação de soldados brasileiros no teatro de guerra coreano. Esta era uma das principais preocupações desse segmento, na conjuntura do início da década de 1950. Vejamos o funcionamento da célula:

- 1 - Célula existe onde tem concentração de trabalhadores, isso para dar consistência ao P.
- 2 - Fora da célula não existe outra base. O Partido se assenta na célula, pedestais, vigas mestras.
- 3 - Daí vimos a necessidade de todas as células terem uma vida regular, premissa de todo comunista pertencer a uma célula, submeter a disciplina do P. (disciplina de aço).
- 4 - Liberalismo (Mao) – falta de responsabilidade – os elementos executam ou não. A reboque dos elementos, concepção massista e não marxista.
- 5 - Recrutamento. Não confundir a esta altura [o] simpatizante com [o] elemento militante do P. – falta de conquistas de elementos para o P.
- 6 - Colocar cada elemento dentro do P., na célula e disciplina – condições sem as quais o P. perde a sua força.
- 7 - O problema não é cursos, mas sim de reuniões de células e na medida em que se vão se reunindo dar ajuda.
- 8 - Erros dos contatos individuais.
- 9 - Há diversos tipos de células, elas organizadas a base da moradia e vida normal, premissa da célula de fábrica.
- 10 - Célula de empresa, célula de fazendas, células de bairros, célula rural. No entanto, a melhor e mais eficiente característica do P. é a da empresa, forma organiza mais eficiente e melhor ligação com a massa, luta pelas reivindicações, permite melhorar a composição social das direções do P. (BRASIL, 1954e).

A célula comunista, dessa maneira, deveria existir onde houvesse concentração de trabalhadores, que formariam a base do Partido Comunista. Entre os requisitos exigidos aos militantes, para funcionamento da célula, estava a submissão à disciplina partidária, denominada de “disciplina de aço”, que poderia ser entendida como uma espécie de disciplina rígida, que deveria ser seguida à risca. Havia uma crítica também em relação à questão da concepção massista, em contraposição à concepção marxista, sendo aquela tida como mais liberal. No tocante ao recrutamento, o documento pontuava que não deveria se confundir “simpatizante” com “militante”, e apontava para a necessidade de se arregimentar elementos para o Partido. Quanto às reuniões das células, aquele documento apontava a necessidade destas, no início, contarem com a ajuda de outros militantes, ou de homens de ligação, para o seu devido funcionamento. Seria preciso atentar para que não houvesse contatos individuais, pois as células funcionavam na clandestinidade. Dentre os diferentes tipos de células existentes

naquele momento, destacava-se como a mais eficiente, em tese, a da empresa, por ser esta a que organizava, relativamente com mais eficiência, a ligação com as massas, nas reivindicações, além de, também, contribuir para melhorar a composição do corpo dirigente partidário.

Verifiquemos outros pontos listados na questão da formação e organização da célula como base do Partido, em continuação à exposição:

- 11 - Stalin: “Organizar o Partido nas grandes empresas industriais, nos lugares onde as contradições de classe são mais nítidas e a luta de classes mais acesa”.
- 12 - Nas empresas enfrentamos com vantagens o inimigo. O comunista só pode pertencer a uma célula.
- 13 - Células de escolas com características próprias.
- 14 - Juventude org. de massas, participa elementos progressistas, socialistas etc. A título provisório célula femininas.
- 15 - Erros a evitar: - Não se devem construir células de setores, não de firmeza, não concentra o inimigo. Células de raça, célula de intelectuais deve prevalecer o espírito de classe.
- 16 - Célula organiza onde existe 3 elementos.
- 17 - Onde há 1 comunista existe o P. representado – para o P. não interessa comunista para si fechado etc. Como proceder? Todas as atitudes têm que ser coerente com a linha política do Partido – ligação íntima com a massa e movimento. Discutir as tarefas específicas e construir a célula.
- 18 - Como proceder numa fábrica? A atitude dos elementos comunistas tem que ser amigo da massa caudilho de massa na esteira do P. – onde há apenas elementos isolados estabelecer contato com ele e fazer uma reunião para estruturar a celular e eleger o responsável.
- 19 - Onde existe um ou 2 arranjar mais 1 – onde não temos o bloqueio. (BRASIL, 1954e).

Assim, existiriam muitas espécies de células comunistas quanto houvesse grupos de trabalhadores, empregados, funcionários. Havia, segundo o autor, células de base em fábricas, em grandes empresas, quartéis, navios, escolas, clubes e em outros setores. Da mesma forma, existiam as células de residência, que agrupavam de três a oito pessoas de um mesmo bairro, para tratarem de assuntos referentes às propagandas que deveriam ser fomentadas na região. A célula era um órgão de base do Partido Comunista do Brasil, formada para, em tese, ligar a legenda com as massas trabalhadoras. A lógica do fomento da atuação de cada núcleo iniciava-se com conversas entre colegas de trabalho, versando, entre outros temas, sobre a situação econômica de cada um em relação ao contexto econômico em que viviam. O militante que estivesse ligado a uma célula, estava impedido de constituir uma outra, pois a organização da legenda não permitia a dupla associação. As células teriam no mínimo três membros, com a possibilidade de aglutinar mais adeptos (APOLLONIO, 1950). No tocante a outros pontos da organização, temos:

- 20 - Fazer levantamento, empresa perto, recenseamento – ver quem tem amigos, organizar comandos nas proximidades, organizar a saída de volantes especiais e espalhar.
- 21 - O mapa da situação política e como realizar o trabalho.
- 22 - Fazer reuniões com amigos e simpatizantes numa empresa.
- 23 – Quando nós conseguimos o número necessário imediatamente reunir e organizar a célula.
- 24 – Célula empresa organizada com todos que trabalham na mesma empresa. Podem ser destacados elementos capacitados para integrar-se. Não deve ter limites no número de membros necessários.
- 25 – A compreensão do que seja o Partido – ele organizado é que vão adquirir consciência de classe. A célula deve adaptar-se a estrutura da empresa. Baseado no princípio. Células podem ser divididas em sessões, cada sessão deve ter apenas um secretário, responsável pelo contato permanente com a direção da célula.
- 26 – As sessões 5 quando ultrapassado dividido em sessões. Tal subdivisão é de dois tipos:
 - 1 – Em nova sessão de célula (constituído por diversos elementos da empresa)
 - 2 – Uma sub-sessão (composta de elementos de uma mesma sessão).
- 27 – Os militantes da célula de empresa devem ser distribuídos na base das Cias, grupos, serviço, horário de saída etc. Só excepcionalmente se permite formar a sessão de célula em base residencial, que tirará a raiz do P. na empresa.
- 28 – Para facilitar o trabalho a célula deve estar dividida não somente. Pois a descentralização precoce pode prejudicar o funcionamento e precisamos ver se os quadros são suficientes.
- 29 – A pulverização da célula pode provocar o debilitamento da organização do P.
- 30 – dar vida própria à célula. O que ela representa, como são as ligações etc.
- 31 – Toda célula confirmada imediatamente como superior.
- 32 – o que é um Comitê de empresa? Nas grandes empresas 50 militantes ou mais de 1.000 operários. Os comitês são os que coordenam as ações. Os comitês de empresa são comparados aos Comitês Distritais. (BRASIL, 1954e).

Como já mencionado, cada célula estava estruturada de uma forma. Entretanto, a composição inicial era de, no mínimo, três membros; então, elegia-se um secretário, um encarregado de agitação e propaganda - “agit-prop”, e um encarregado sindical. Quando o núcleo não estava completo, os outros membros acabavam, em tese, concentrando outras atribuições, como as de tesoureiro, encarregado de “jovens e mulheres” e o chamado “Socorro Vermelho”. Assim, conforme aumentava o número de membros das células, as funções seriam redistribuídas. As células possuíam recursos próprios e as arrecadações ficavam sob a responsabilidade do encarregado de finanças, o tesoureiro. Este, ao final do mês, fazia um balancete e o apresentava na reunião da célula. Um percentual de 20% da arrecadação com donativos, festivais, piqueniques, além de rifas, ficava com o núcleo, e o restante era enviado para o comitê responsável no Partido Comunista do Brasil.

Na seção dos deveres de uma célula do Partido Comunista do Brasil, constavam orientações aos militantes sobre a importância da realização de um trabalho intenso de propaganda, bem como a de organização entre as classes operárias, trabalhadoras e populares para a observância do cumprimento das palavras de ordem da legenda e das resoluções oriundas de instâncias partidárias superiores. Além disso, os membros das células deveriam observar

comportamentos, como os relacionados aos sentimentos, reivindicações, vida política, econômica e cultural das massas, com o objetivo de organizá-las para que fossem atendidas as suas demandas. Nas células, havia a preocupação em difundir os impressos e a literatura do Partido, para que chegassem à população. É necessário apontar que os militantes teriam a “tarefa” partidária de redigir mensagens em volantes, cartazes, de editar um jornal da respectiva célula, além de enviar artigos e reportagens que tratassem das reivindicações populares; outras atribuições dos integrantes das células eram as de recrutar novos membros para a legenda política e o recolhimento de contribuições dos militantes. Existia, também, nas células, a preocupação em exercer o controle e o acompanhamento da vida dos seus membros, sondar a consciência revolucionária deles, suas qualidades e defeitos, bem como o reforço, a unidade e a disciplina dos militantes, por meio do exemplo dos já anteriormente filiados. Outro ponto a se destacar diz respeito à formação dos militantes a qual, em tese, baseava-se tanto em estudos coletivos quanto em individuais. O objetivo desses estudos seria a elevação do nível político e ideológico dos integrantes da célula. Em relação à segurança do aparelho, as células precisavam distribuir as tarefas entre os militantes e, em tese, deveriam observar a capacidade e aptidão de cada um deles, assim como o zelo no cumprimento delas. Enfim, o bom desempenho das tarefas firmava-se em discussões, planificações, distribuições, controles e balanços do trabalho, sob a supervisão de uma instância partidária hierarquicamente superior.

Carrion (2003) apontaria, em depoimento, que as reuniões das células de base do Setor Militar eram abertas com um informe político sobre a situação internacional e nacional do Partido, e as tarefas executadas. Discutiam-se a ordem do dia, os problemas pendentes e a necessidade de frentes de trabalho, especialmente na Marinha, pois a Administração Naval havia fechado o Humaitá Atlético Clube, local onde um grupo de marujos se reunia. Nesse sentido, as células de base seriam, em tese, o núcleo em que se formavam os adeptos do Partido Comunista do Brasil. No trabalho dessas seria, provavelmente, formulada a elaboração da linha política partidária, bem como as discussões dos informes preparatórios para as conferências da agremiação.

Nas instâncias partidárias em que se delimitavam o funcionamento das células, havia três tipos de secretários, a saber: o secretário político, o secretário de organização e o secretário de agitação e propaganda. Verifiquemos cada uma das atribuições.

O primeiro deles, o secretário político, acumulava as funções de secretário de massa e era o responsável individual por todo o Partido e por sua atividade. Era quem dirigia as reuniões do secretariado, para as quais preparava os projetos de ordem do dia e, sempre que possível, as da consulta anterior e as dos membros da direção partidária.

Já o secretário de organização ficava com a obrigação individual da compreensão e aplicação prática da política de organização, para o eficiente funcionamento orgânico do Partido, em função da linha política; pelo efetivo e cabal conhecimento das tarefas; pelo controle de toda a situação orgânica; pelo estudo, interpretação e utilização prática das experiências de organização.

O secretário de agitação e propaganda cuidava individualmente de toda atividade de agitação e propaganda e da compreensão e aplicação prática da “agit-prop.”, maneira como as instâncias partidárias se referiam ao setor. Tinha o dever de assegurar a distribuição e efetiva utilização de todo material de agitação, a vigilância na frente da divulgação e dos meios de educação dos quadros, particularmente pela biblioteca e sua utilização planificada.

3.3. A célula comunista na Escola Naval

As células comunistas tinham uma dinâmica própria, a qual procurava seguir as diretrizes de funcionamento estabelecidas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). A Marinha de Guerra fazia parte de um dos Comitês de Levantamento, que abrangiam também o Exército, a Aeronáutica, a Guarda Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar. A organização desses núcleos, dentro da instituição militar, como já mencionado, tinha a característica de ser clandestina, estanque e incomunicável. Os membros de uma célula raramente sabiam da existência de outras equivalentes. Elas eram separadas entre oficiais, sargentos e praças. De acordo com um dos depoimentos sobre a atuação do Setor Militar na força naval:

[...] me colocaram no comitê da Marinha de Guerra pelo comitê que dirigia os marinheiros porque tinha outro comitê que dirigia os sargentos e provavelmente isso eu não sei, mas, eu presumo outro que dirigia os oficiais ou outro qualquer tipo de ligação eu só sei que havia estanqueidade. (CARRION, 2003).

O que se sabe a respeito da atuação dessas células, após 1935, era a orientação de se separar oficiais, sargentos e marinheiros. Cunha (2014, p. 188) explica que a divisão do setor, no pós-45, seria entre armas e patentes. De acordo com Malina e Cavallari (2002, p. 48), o Setor Militar renasceria e seria estruturado em organizações de base, formadas por militares, pautadas pela preocupação dos dirigentes com a segurança de tal setor. Os militares seriam organizados em compartimentos estanques. Assim:

[...] havia uma organização de generais, de oficiais superiores, de capitães e tenentes, de sargentos, de cabos, marinheiros, soldados e taifeiros. Cada elemento organizado

conhecia a existência da própria organização e mais ninguém. Sempre que possível não se misturavam na mesma organização militares da ativa e da reserva. Os militares comunistas viviam em completa clandestinidade política. Poucas pessoas fora do setor sabiam da existência deles. (MALINA; CAVALLARI, 2002, p. 48-49).

Essa orientação de manutenção da estanqueidade e compartimentalização teria sido, provavelmente, quebrada no ano de 1952. Quanto às baixas que ocorreram no Setor Militar, muitas em decorrência da mobilização dos militares contra o envio de combatentes brasileiros para a Guerra da Coreia, um Inquérito Policial-Militar apontava que:

A leitura do citado inquérito conduz à conclusão de que o sistema de segurança da organização comunista de militares de Porto Alegre era irremediavelmente precário. Em poucos dias foram identificados os componentes da organização e seu modo de operação. Na verdade, fica patente a impossibilidade de manter-se oculto um movimento político daquele porte, com dezenas de participantes, desenvolvendo ações de elevada exposição, como a difusão do seu ideário e os processos de recrutamento de novos militantes. Historicamente, o ano de 1952 marca a queda de várias organizações comunistas de base em diversas unidades militares das três forças, por todo o país. (LIMA, APUD CUNHA, 2014, p. 185).

A partir de apontamentos, por volta de 1945, já no final da Ditadura do Estado Novo, aspirantes da Escola Naval se organizaram para criar um grêmio estudantil, seguindo os modelos dos que havia no Exército e na Aeronáutica. Relatos reunidos nos autos da Apelação n.º 22.415/52, no Superior Tribunal Militar, mencionam que os idealizadores da entidade seriam os militares Raymundo Elias Francisco, Thales Fleury de Godoy, Píndaro de Alencar Osorio, Clemente José Monteiro Filho, José Joaquim dos Santos Viegas, Olo Torres, Cláudio Arroxelas e Geraldo Gomes da Silva. Esse grupo era assistido pelos civis Francisco de Matos e Godofredo Bakker, que tinham a incumbência de fazer a ligação do Partido com o grupo de aspirantes que formavam a entidade.

Um dos locais onde se realizavam as reuniões preparatórias que resultariam na criação do Grêmio Acadêmico Militar era a residência de Raymundo Elias, localizada na Rua Araxá, bairro do Grajaú, na cidade do Rio de Janeiro. Tais encontros reuniam os aspirantes, civis e alunos de faculdades. Entre os assuntos abordados e discutidos, estavam os problemas sobre as produções minerais, vegetais e, em alguns momentos, temas políticos, como o socialismo¹¹², incluindo-se leituras tidas como subversivas para a época, como trechos do livro “Os dezoito do forte”. Havia a recomendação das lideranças para se manter um cerrado sigilo sobre os

¹¹² Em depoimento presente no Inquérito Policial Militar, presente nos autos de Apelação n.º 22.415/52 do STM, o capitão tenente Ennio Moura do Valle explica que, nas reuniões na casa do aspirante Raymundo Elias Francisco, havia um interesse dos convidados em discutir nada que fosse a respeito propriamente da organização do Grêmio Acadêmico Militar, mas que as conversações giravam em torno de elogios ao Socialismo.

encontros e, após cinco desses, foi formalizada a criação da entidade, nos moldes dos já existentes em outras escolas.

Um dos militares presentes nessas reuniões, o capitão tenente Bernardino Coelho Pontes, revelaria aos investigadores do Inquérito Policial Militar que procurava investigar as atividades comunistas na Marinha de Guerra brasileira, como funcionava o Grêmio Acadêmico Militar:

[...] antes de se dar uma objetivação a aquelas reuniões, foi ventilada uma proposição sobre a organização pessoal que ficaria, para dentro em breve, dividida em três elementos distintos: uns, componentes de um grupo se ligaria, através do componente deste grupo, ao representante do grupo, imediatamente superior, o intermediário, e deste, através de um representante, estabeleceria ligação com o terceiro e último grupo, chamado grande círculo ou grande estrela. O primeiro destes grupos era o pequeno grupo ou pequena estrela, não havendo nenhuma ligação entre elementos quaisquer de diferentes grupos a não ser pelos representantes. Havia ordem mesmo para não procurarem se conhecer ou trocar palavras. Cada componente de um grupo não tinha ciência, ou melhor, desconhecia a existência dos demais grupos, julgando sempre, que só existia o seu grupo. Tal organização não se concretizou, sendo apresentada, posteriormente, a organização que deu origem ao grupo acadêmico militar. (BRASIL, 1952o).

Assim, o depoimento do militar apresenta alguns detalhes do funcionamento e da organização da célula comunista dentro da Escola Naval, a qual resultaria no Grêmio Acadêmico Militar. Algumas células possuíam o seu representante, que mantinha contato com um membro da organização responsável pelo setor “5” da área militar. Thales Fleury Godoy seria preso em 1.º de abril de 1952, no desdobramento do Inquérito Policial-Militar instaurado para apurar as atividades e infiltrações comunistas na Marinha. Libertado dias depois, afirmou, em depoimento, que nunca havia notado qualquer atividade política no Grêmio Acadêmico Militar. Negou, antes, a existência de qualquer vínculo com o Partido Comunista, afirmando que qualquer resposta a respeito das atividades subversivas da legenda seria equivalente a um “atestado de ideologia”, além de declarar que “somente responderia a esta pergunta se ela fosse feita a todos os Oficiais da Marinha, uma vez que o declarante não se julga diferente dos demais oficiais desta corporação” (BRASIL, 1952q).

De acordo com Pereira (2019, p. 2-8), o Atestado de Ideologia era um documento existente nas décadas de 40 e 50, expedido pelo Departamento de Ordem Social e Política (DOPS), e que informava que o seu portador não era adepto de ideologias contrárias às instituições do país. A pessoa portadora de um atestado negativado, ou seja, adepta de tais ideologias contrárias, passava a ser caracterizada pelas autoridades como “subversiva”, e sofria sanções, como demissão do serviço público e proibição de fazer parte de diretoria de sindicatos.

Tais punições eram produto da sistematização das operações de informações e coleta de dados das polícias políticas, por meio de delações, vigilâncias, apreensões e outras ações registradas em fichas nominais. O referido atestado seria extinto através da lei n.º 1.667, de 1.º setembro de 1952, que revogava alínea do artigo 530 das Consolidações das Leis Trabalhistas. Seria retomada novamente, anos depois, na Ditadura Militar (1964-1985), mais precisamente em 1967, e extinta em 1984, quando se anulou o mencionado Atestado para lideranças sindicais.

Josina Godoi, companheira de Thales Fleury Godoi, esclareceu, em depoimento concedido ao autor, que, naquela conjuntura, na Escola Naval, havia suspeita de que o seu marido fosse um militante do Partido Comunista:

O que aconteceu na Escola Naval é porque na Escola Naval tinha um clube que era um clube, vamos dizer, para fazer festas. Havia um clube na época das três armas, quer dizer um movimento as três armas a naval, a militar a outra... que era perfeitamente para fazer festas aos sábados, tudo isso. Mas esse clube se transformou em um movimento político. À partir desse clube ficou um clube para fazer festa e à partir daí o Thales estava dentro da Escola Naval e então o que aconteceu. Quando descobriram isso, que essa reunião deles não era só para fazer festas e era um movimento político, o meu marido já tinha saído da Escola Naval quando descobriram. Quem estava na Escola Naval foi expulso, os cadetes da Escola Naval foram expulsos e vários foram expulsos. Na época quando descobriram. Mas o que que aconteceu: como o meu marido já era tenente e aí eles não puderam fazer nada com ele, já tinha saído da Escola Naval. E aí no processo que fizeram, aí o que que aconteceu? Anos depois, né... em 52 quando ele já estava no grupo do pessoal nacionalista que estava buscando a criação da Petrobrás que tinha a sigla O Petróleo é nosso! E quando no processo que fizeram contra ele, eles disseram e eles ali falam que o Thales já vinha fazendo esse movimento na política junto com o Partido Comunista desde os tempos da Escola Naval. Só que eles não puderam fazer nada contra ele. Na época fizeram um negócio na Escola Naval, mas já tinha saído de lá, entende? (GODOI, 2018).

Josina apontaria nessa entrevista que, posteriormente, Thales Fleury Godoi cumpriria missões importantes para o Setor Militar do Partido Comunista do Brasil. Tudo leva a crer que o oficial seria um dos militares mais importantes, principalmente, nos anos seguintes, quando ele faria parte do Gabinete do ministro Paulo Mário, da Marinha Brasileira, na conjuntura do período de 1964, atuando na resistência, quando se desfecharia um golpe civil-militar contra a democracia brasileira.

Com o tempo, foram ocorrendo cisões no Grêmio Acadêmico Militar. Pontes explica que o fator que contribuiu para o seu afastamento da entidade foi uma suposta divergência ideológica entre ele e os aspirantes Godoy e Alencar, pois estes acusavam o primeiro de ridicularizá-los, pelo fato de ele ser católico militante. O capitão-tenente Ennio Moura do Valle apontou as razões que levaram ao distanciamento com o grupo que coordenava o funcionamento do referido Grêmio:

Que em setembro de mil novecentos e quarenta e cinco notou o declarante uma súbita mudança de atitude política dos Aspirantes Raimundo e Godoy que, até então violentamente contrários ao governo da época, passaram a defendê-lo e a pugnar pela eleição de uma Assembleia Constituinte, aliando-se, portanto, ao denominado bloco dos “queremistas”. A mudança de atitude chocou profundamente o declarante que, atento aos fragores políticos da época, notou que eles seguiam a linha determinada aos seus adeptos pelo Partido Comunista cujo chefe era visto em todas as comemorações públicas ao lado do então Presidente da República, por quem era saudado efusivamente. A partir de então compenetraram-se o declarante de que os fundadores do Grêmio Acadêmico Militar não eram nada mais nada menos que seguidores do credo vermelho e resolveu procurar, de qualquer modo, alcançar a presidência do Grêmio Acadêmico para livrá-lo da influência nociva que ele pudesse vir a exercer no seio da mocidade militar. (BRASIL, 1952p).

Assim, o capitão tenente Valle relatava que o afastamento dos aspirantes que idealizavam a formação e funcionamento da entidade foi resultante de questões políticas, como a aproximação das lideranças com a campanha do Queremismo¹¹³ e a acusação de terem simpatias pelo Partido Comunista. O militar atuaria, depois, no sentido de obter o controle do Grêmio Acadêmico Militar e mudar a direção política que, em tese, imprimia, ao referido Grêmio, provável orientação político-ideológica.

Nos trabalhos do grupo anticomunista dentro da entidade, que reunia os aspirantes José Maria Barreira da Fonseca, Murillo Souto Maior, José Maria Barreira da Fonseca, Raimundo Palhano, Arthur Ramos Figueiredo, João Baptista Gomes Pereira, Geraldo Magalhães Hecksher, Luiz Carlos Cordeiro Guerra, entre outros, acreditava-se que a tarefa de intervenção seria facilitada após a nomeação dos membros fundadores como Guardas-Marinhas, o que não ocorreu. Alguns dos membros, como Raymundo Elias Francisco¹¹⁴, continuaram a participar das reuniões do Grêmio Acadêmico Militar, até o momento em que houve uma denúncia da

¹¹³ Movimento que surgiu em maio de 1945, com o objetivo de assegurar a permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República.

¹¹⁴ Raymundo Elias Francisco, no Auto de Declarações do Indiciado de 29 de março de 1952, referente ao Inquérito Policial Militar que apurava as atividades e infiltrações comunistas na Marinha, cujo encarregado era o capitão de mar-e-guerra Pedro Paulo de Araújo Suzano, explicou que estava servindo no navio “Belmonte” e que, no terceiro ano da Escola Naval, teve a ideia de formar uma representação de alunos, eleitos pelos membros, nos moldes do que existia nas Escolas Militar e da Aeronáutica que depois seriam todas unidas em uma só entidade. Relata que se teve alguma infiltração ideológica ou de qualquer desvio de finalidade, isso poderia ter ocorrido após a sua saída desse Grêmio. Pontua que após a sua declaração de guarda-marinha não teria mais retornado ao local ou mantivesse quaisquer relações com os aspirantes ou cadetes da associação estudantil. Afirma que jamais foi comunista ou doutrinou quem quer que fosse. Nega ter se ligado a quaisquer oficiais agentes comunistas e que houve reuniões do grêmio em várias residências incluindo a dele. Tiveram palestras sobre vários temas que incluíam assuntos políticos, mas sem tocar nos referentes ao comunismo e socialismo. Coloca que as intenções em torno da fundação da entidade tinham sido idealistas e sem nenhum partido político objetivando apenas o conagração do pessoal. Francisco informa também que o Grêmio foi fundado em 28 de agosto de 1945 e que em dezembro do mesmo ano se formou como guarda-marinha. Ficou na entidade por quatro meses e no fim daquele ano foi eleita e empossada uma nova diretoria, sendo dissolvido meses depois por infiltrações de ideologias exóticas, como se afirmava sobre o comunismo naquele período.

Polícia Política, comunicando à Diretoria da Escola Naval a existência de atividade comunista de vários Guardas-Marinhas e Aspirantes. Esse grupo, de acordo com o depoimento de Ennio Moura do Valle, passou a realizar um trabalho de “plotagem” da célula comunista que funcionava dentro da instituição militar, com o objetivo expor quem, em tese, seriam os seus membros:

Possivelmente de nada desconfiavam os suspeitos da atividade de nossa equipe que trabalhava bem organizada e de sol a sol. Como encarregado geral do detalhe do serviço, o declarante tinha o seu trabalho facilitado, escalando para os serviços de plantão nos pavimentos, de preferência os elementos de sua confiança. Ao trabalho da equipe incorporou-se o então aspirante FN Ataliba Galvão, dizendo-se em ligação com o Serviço Secreto do Exército do qual obtinha dados e informações. [...]. Todo o nosso trabalho era comunicado metodicamente ao ora Capitão de Corveta Milton Pereira Monteiro, o oficial do Departamento Escolar da Escola Naval que de tudo punha a par o Sr. Diretor. Tivemos um dia ciência de que o sr. Diretor resolvera chamar os aspirantes cujos nomes lhe haviam sido fornecidos pela Polícia como membros da célula comunista e os inquirira se eram efetivamente comunistas. Todos negaram terminantemente e, desde então, alertados que foram, jamais foram vistos em grupos discretos, palestrando em pequenos grupos no pátio dos canhões como acontecia anteriormente. (BRASIL, 1952p).

Tempos depois, os aspirantes Olo Torres e Cláudio Arroxelas teriam recebido um envelope subscrito com letra de imprensa, dentro do qual encontravam-se várias cópias de um “programa de ação” para o Grêmio Acadêmico Militar, em papel de cópia branco e datilografado, e um bilhete dirigido a Torres, explicando que ele e Arroxelas deveriam assiná-lo. Em reunião do Grêmio, o documento foi rejeitado, dentre outros motivos, pelo fato de a entidade começar a contar com um bloco de membros relativamente alinhados com a ideologia anticomunista. O documento do programa teria as mesmas diretivas e os objetivos que se assemelhavam aos da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa, que concorreria, depois, às eleições no Clube Militar.

Conforme os relatos presentes no IPM, o já guarda-marinha Raymundo Elias Francisco teria comparecido a algumas das reuniões posteriores do Grêmio Acadêmico Militar e, nessas ocasiões, ele tentara tomar parte ativa dos trabalhos, mas teria sido obstado pelo grupo anticomunista, que alegava intercâmbio com a União Nacional dos Estudantes (UNE), acusada de ser dirigida por comunistas. Um dos membros dessa associação estudantil, que chegou a comparecer em algumas das reuniões da entidade dos membros da Escola Naval, foi o estudante Hélio Leite.

Um dos fatores que levaram ao fechamento do mencionado Grêmio foi, entre outros, a falta de providências efetivas das autoridades que, em tese, não se empenharam para esclarecer definitivamente as possíveis atividades suspeitas de alguns aspirantes que chegavam à Escola

Naval. Ennio Moura do Valle, juntamente com seus colegas e com a concordância do cadete Cirino de Oliveira, que presidia a entidade dos futuros oficiais da Marinha, propuseram abandonar o Grêmio lentamente, a fim de que este fosse extinto, sem escândalos, antes das novas eleições. Aos poucos, as reuniões deixaram de ser realizadas, primeiro pela ausência de membros, não havendo, portanto, o número necessário para fossem tais encontros iniciados e conduzidos. Depois, houve a supressão de boa parte das festas e passeios promovidos pela associação de aspirantes, a qual veio a ser extinta, com a concordância do diretor da Escola Naval, sob a acusação de que ela seria um local de atividades comunistas.

3.4. As células comunistas de subalternos na Marinha

Como foi apontando na seção anterior, as células funcionavam na Marinha de Guerra Brasileira, por meio da atuação dos marujos do Setor Militar. Havia o grupo de oficiais e o de subalternos, como os marinheiros. No que diz respeito aos subalternos, havia as células formadas por até oito marinheiros, que funcionavam em muitos dos vasos militares, no Corpo de Fuzileiros Navais e no Centro de Instruções Almirante Wandenkolk (CIAW). Outros graduados, como os sargentos, faziam parte da militância comunista na Casa do Sargento do Brasil que, entre o final de 1949 e início dos anos 50, ficou sob a liderança do sargento Luiz Carrion. Depois deste ser expulso do Exército, em 1950, Luiz Carrion passou a dirigir o comitê dos marinheiros, no Setor Militar. As células, conforme já apontado anteriormente, possuíam a característica de serem estanques e de não se comunicarem entre si. Seus integrantes, em tese, não teriam conhecimento da existência das demais células, nem de suas lideranças. Existia o assistente político, que poderia ser um ex-militar ou um civil, membro do Partido Comunista, que fazia a ligação com os militares do Antimil. Dessa forma, em um dos depoimentos, percebemos como ocorria o processo de condução do trabalho de atuação política junto aos marujos:

[...] o manifesto de agosto meu pegou na ilegalidade porque assim que fui expulso, eu tive uma reunião com esse major Júlio Sérgio onde ele me perguntava o que é que eu queria fazer e como é que eu queria atuar, eu respondi que queria atuar onde o partido me mandar porque eu sou militante do partido. Eu sabia que não tinha condição para isso do ponto de vista nem político nem teórico eu não tinha condição, mas, se é determinação do partido não tenha dúvida que eu vou, e aí me colocaram no comitê da Marinha de Guerra (CARRION, 2003).

Um desses elementos que faziam a ligação das células de marinheiros com o Partido Comunista Brasileiro foi Wolfi Nogueira dos Santos¹¹⁵. Ele afirma que, por volta de 1950, o senhor João Vito Raimondo¹¹⁶, conhecido como “Garcia”¹¹⁷, que era responsável pelo Setor Militar em toda a 1.ª Região Militar, relatou que 15 marinheiros haviam sido expulsos da Marinha, em razão do movimento de massa organizado a partir do Clube Humaitá¹¹⁸. A força naval ficou conhecida como setor “cinco”, pelos militantes¹¹⁹. A expulsão levou à perda do que ele mencionava ser a nata dos elementos que militavam na instituição militar, e que um erro de cálculo pôs os militares infiltrados na linha de frente do trabalho de massa que, naquele momento, cumpria uma agenda de luta contra a participação brasileira na Guerra da Coreia. Com a desarticulação resultante dos desligamentos, o Partido Comunista passou a contar com o que chamava de “elementos débeis”, mas, em decorrência da ação do assistente da Marinha, já tinha conseguido um número de cerca de sessenta simpatizantes e militantes da legenda política para os trabalhos no Setor Militar.

O ex-marinheiro Geraldo Campos, um dos expulsos da Marinha no ano de 1950, devido aos protestos contra o fechamento do Clube Humaitá, também naquele ano, aponta como se estabeleceu o vínculo com o Setor Militar, e como era o funcionamento nas embarcações da Marinha:

Foi a bordo do destroier que eu tive os primeiros contatos com o pessoal do partido... marinheiros como eu e que por essa ou aquela razão escolheram pra certamente entre outros pra doutrinar e começou-se a falar em coisas que eu nem supunha que existiam, discutindo o que era comunismo primitivo, feudalismo coisas que para mim não tinha o menor sentido até então né. E eles pacientemente explicando e dando a noção de classes. No Rio Grande do Sul então tivemos em terra com dirigentes local o contato

¹¹⁵ Filho de Messias Nogueira dos Santos e de Benedita Nogueira dos Santos, tinha vinte e dois anos, era solteiro e natural da cidade de Tapiratiba, Estado de São Paulo. Não tinha profissão e se declarava como estudante.

¹¹⁶ Luiz Carrion, em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, em 03 de fevereiro de 2003, explicou que ele tinha reuniões semanalmente com João Vito Raimondi, assistente político do Setor Militar, que era o coordenador de diversos comitês de cada setor, junto com o ex-marinheiro José Pontes Tavares, e que este teria sofrido muitas agressões entre os anos de 1952 e 1953. (CARRION, 2003).

¹¹⁷ João Vito Raimondo teria sido preso tempos depois, ao comprar um jornal do Partido Comunista, provavelmente o Imprensa Popular, após ser delatado Wolfi Nogueira dos Santos, após um descuido com a segurança.

¹¹⁸ Entre 1949-1950, o orientador partidário era o ex-marinheiro Geraldo Campos; o secretário de massa era o marinheiro Genaro Souto; o secretário de massa era Ary Domingues Guimarães. Antonio Gomes da Silva, o “Abel”, ficou como secretário político. Em 1950, a direção do Humaitá Atlético Clube seria constituída pelos marinheiros José Pontes Tavares, José Washington Chaves, Benedito Gomes da Silva e Renato Farias de Vasconcellos. Eles faziam por parte do CT “Greenhalgh”. Tavares, Souto, Gomes da Silva, Chaves e “Abel” seriam excluídos da Marinha, segundo o Boletim 20/50. Let. R. Guimarães, Vasconcellos e Geraldo Campos foram excluídos da força naval, conforme publicação do Boletim 25/50 Let. BO. A repressão aos militares foi decorrente do Inquérito Policial-Militar que apurava a existência de atividade e infiltração comunista na Marinha, entre os anos de 1946-1950.

¹¹⁹ O Comitê de Levantamento do Setor Militar na Marinha de Guerra, em 1950, tinha 3 lideranças, a saber, Geraldo Campos, José Pontes Tavares e o sargento João de Oliveira Santos. Já em 1951 e início de 1952, as lideranças continuavam a ser Tavares e Santos além de Eliezer Bandeira da Aquino.

onde-se formalizou o recrutamento, a presença nossa e tal do partido. Tudo era de nome, tudo era clandestino, já que o Setor Militar não se envolvia com o partido no campo civil, na área civil, sindical ou de outras atividades e até era uma experiência creio eu internacional que o Setor Militar que existia as Forças Armadas em qualquer país estão à serviço das classes dominantes que é quem domina o Estado. Então as Forças Armadas não podiam aceitar, podia ser.. o sindicato podia existir, uma associação, um grupo, mas aceitar que um grupo de marinheiros se reunisse para discutir marxismo, leninismo, isso não tinha sentido de que fosse aceito, então tudo funcionava clandestinamente. Agora existia organizadamente, claro que na cúpula havia lá o contato com a direção nacional, mas tinha direção propriamente dita de militares e inclusive até para ir para os comícios quando começou a haver comício a gente ia tirava a gola e disfarçava um pouco pra estar presente lá acompanhando... Os presos e ficamos o IPM – Inquérito Policial Militar – foi instaurado, interrogatórios e tal, presos inclusive nas Ilhas das Cobras, presídio dos fuzileiros navais feito na rocha mesmo e buracos feito lá onde dizem até que teve preso o João Candido em 1910 o homem que liderou a luta na pra acabar com a chibata na Marinha. Nós fomos expulsos de uma só vez uns 30 marinheiros, todos componentes da organização do partido. (CAMPOS, 2006).

Campos atuaria como orientador partidário no mencionado Clube, onde já existia uma célula formada por Genaro Souto, Antonio Gomes da Silva e Ary Domingues. Como já mencionado, tais marinheiros acabaram sendo expulsos da Marinha, conforme informaram os Boletins 20/50 e 25/50. Podemos perceber, assim, como se organizava e funcionava o Setor Militar do PCB, na Marinha de Guerra Brasileira.

Wolfe Nogueira dos Santos, como assistente político junto às células, indicaria, então, que, dos militares expulsos da Marinha, ele conhecia apenas três ou quatro deles, mas que, devido à repressão, a exclusão recaía sobre os membros da direção e de influência entre os marujos. Relata ele, ainda, que, no ano de 1950, por meio de Garcia, conheceu o ex-cabo torpedista mineiro Antonio Gomes da Silva, codinome Abel, que havia sido expulso em razão da militância realizada a partir do Clube Humaitá¹²⁰. Os encontros ocorriam na Rua General Bruce, bairro de São Cristóvão. Uma das incumbências dele seria o que ele chamou de “treinar” Abel, já que este não possuía muita experiência no Partido. O treinamento ocorreu por diversas vezes e, até a prisão, ele teve inúmeros contatos com o ex-marinheiro. Ensinou-o a trabalhar

¹²⁰ Nesse Clube, eram realizados concursos, como a “favorita da Marinha” como um dos meios empreendidos para conseguir um aumento de simpatizantes e militantes nas células do Setor Militar na Marinha de Guerra. Nestes termos, o ex-sargento Luiz Carrion apontaria que: “O partido, eu tenho a impressão que começou, eu não tenho informação nenhuma sobre isso eu só tenho idealização que eu faço da coisa, na campanha da rainha do rádio da Marlene e da Emilinha Borba a favorita da Marinha; houve um grande envolvimento dos marinheiros e o partido sabiamente entrou nisso e organizou isso aí e organizou comitês em todos os navios para a Emilinha que ganhou e a marujada saía toda para ver a Emilinha. Daí o pessoal que tinha mais capacidade de liderança e aparecia mais começou a surgir, e sendo recrutado, formando as células.” (CARRION, 2003).

com o “reco-reco”¹²¹, a utilizar a máquina de escrever e o estêncil. Enquanto esteve na ativa, Abel era reconhecido pela militância comunista como o secretário político da Marinha.

Nogueira dos Santos mencionou, no depoimento, que conhecera, no ano de 1951, o ex-marinheiro José Pontes Tavares, de codinome “Julião”, no ponto final do bonde da Penha, e, com ele, manteve contatos irregulares até a sua prisão, que ocorreu no dia 12 de março de 1952. Tavares era um militante de escalão superior, pertencente ao Comitê de Levantamento, zona encarregada do setor cinco. Wolfi explica que, em 1951, ele recebeu a tarefa de apanhar seiscentos e cinquenta números do Jornal *Emancipação*¹²², confeccionado sob a orientação do Partido Comunista, na Rua Pereira Nunes, número trezentos e dezenove, bairro de Vila Isabel. Desse montante, seriam separados cem números, para serem distribuídos na Marinha de Guerra, e cinquenta para o Corpo de Fuzileiros Navais. “Julião” faria a entrega. Sobre a queda dos assistentes políticos do PCB, Luiz Carrion relatou:

[...]. Eu sei de casos de companheiros que liam o jornal do partido nos trens da Central, fardados liam o jornal do partido naquela época era de repressão muito forte. O próprio João Vito Raimondo foi preso porque saiu de casa para comprar o jornal do partido e aquele que delatou foi o Wolfi Nogueira, ele aparece aí, esse Wolfi Nogueira sabia dos locais onde ele fazia os pontos, porque era outra falta na segurança ele fazia os pontos perto da casa dele. Ele podia sair de casa, fazia um ponto voltava e tomava um cafezinho depois voltava para almoçar; e então essa falta foi o próprio Apolônio que foi preso por causa disso porque ele violou uma norma elementar de segurança ele foi na casa de um sujeito que estava preso; e tem momentos que o pessoal acha que a situação está tão fácil que permite uma falha, mas segurança é segurança você não pode brincar, aliás, eu nunca brinquei e nunca fui preso, fui perseguido, mas nunca fui preso. (CARRION, 2003).

Durante o período de reuniões do Partido Comunista, realizadas na casa de Antonio Pinheiro Costa, codinome Eli, primeiro sargento do Exército, que atuava no Serviço Geográfico do Exército, veio a conhecer o marinheiro Natã, que servia no navio auxiliar José Bonifácio. Com ele, veio a estabelecer uma senha, tomando uma cédula de cruzeiros, deixando uma parte

¹²¹ No anexo da Apelação 24.629/1954, volume 4 temos um manual de instrução da utilização do “reco-reco”. O militante deveria seguir os seguintes passos:

“a) colocar o papel extencil debaixo da tela, preso com percevejos ou fita gomada;
b) coloca-se as folhas em branco na tela;
c) assenta-se a tela sobre o papel;
d) derrama-se tinta sobre uma taboinha e passa-se o rolo sobre a taboinha até espalhar-se a tinta;
e) passa-se o rolo úmido de tinta sobre a tela;
f) levanta-se a tela e retira-se o papel mimeografado e coloca-se outra folha em branco.

Obs: usar tinta própria para mimeógrafo.”

¹²² Jornal carioca fundado em 02 de fevereiro de 1949 pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, que mais adiante passou a ser conhecido como Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). Possuía números semanais e ficou com tiragens irregulares até ser fechado dezembro de 1956. Promoveu campanhas como a do Petróleo é Nosso, versando sobre problemas agrários, política externa brasileira, industrialização, problema indígena, Congresso Nacional de Defesa dos Minérios, Movimento de Defesa da Amazônia e o Congresso de Salvação do Nordeste.

com o mencionado marinheiro e outra parte com o Garcia, que se encontrava em local diferente, mas no mesmo prédio. A metade da cédula que ficaria em poder do marinheiro Natã era a identificação dele com o outro militante que se apresentaria a ele com a outra metade da cédula. O relato exemplificava como ocorria o batismo do marinheiro, no Setor Militar do Partido Comunista do Brasil.

Wolfi Nogueira relatou que, certa vez, teve dificuldades em reconhecer um membro das células do Setor Militar, no caso, o marinheiro de segunda classe do serviço de máquinas, conhecido como Manoel Elnizio Bezerra, codinome Araxá, que servia no Navio Escola Guanabara. A forma de identificação combinada apresentou problemas e causou apreensões por parte do assistente político do PCB. Em outra ocasião, com o objetivo de conseguir certa segurança em um ponto de encontro combinado, Wolfi elaboraria uma senha diferente, com uma nova cédula de um cruzeiro partida ao meio, em que uma metade ficaria com o referido marinheiro e a outra fora entregue a Garcia.

O ex-sargento Luiz Carrion abordou, em entrevista, a questão da estruturação e organização das células comunistas na Marinha de Guerra, nestes termos:

Carrion: - Quando eu assumi a secretaria política do comitê dos marinheiros praticamente estava tudo, se não estava totalmente, em começo de estruturação e eu apenas dei uma aperfeiçoada, eu aumentei o recrutamento, organizei melhor as células, cheguei até a fazer um subcomitê, porque era muita gente para atender e era difícil de atender porque o marinheiro tinha pouco tempo de folga e as reuniões tinham que ser caminhando, eu caminhei no Rio de Janeiro quase quinhentas mil vezes para lá e para cá. Nem todos os marinheiros tinham condições de sair a paisana ou então de trocar roupa para sair, então ficava um civil como eu andando com marinheiros, passando com um marinheiro, as pessoas falavam que o marinheiro iria comer um cuzinho hoje e tal, porque é isso mesmo que acontece, não era fácil. (CARRION, 2003).

Desse modo, o ex-militar teria, entre suas atribuições, o trabalho de organizar as células da Marinha de Guerra, conseguindo aumentar o número de militantes que atuariam no Setor Militar. Uma das mudanças empreendidas foi a criação de subcomitês, motivada pelo aumento de membros nesses grupos, e porque Luiz Carrion não conseguia atender a todos os marujos. O trabalho de assistente político junto aos marinheiros exigia percorrer longos trechos, na cidade do Rio de Janeiro, o que, em razão do momento em que tal rotina se estabelecera, poderia chamar a atenção e causar estranhamento dentre aqueles que observassem um civil caminhando entre militares, reforçando, assim, os estereótipos que marcavam essa categoria.

Outra atuação das células comunistas de base, que reuniam marinheiros militantes nas embarcações da Marinha, pode ser notada no caso do marinheiro Arno Riepe¹²³. Na reinquirição, conforme Autos de Declaração do Indiciado, em 15 de abril de 1952, feita nas dependências do Quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército, Arno explica que entrou na Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco, no mês de outubro de 1947, onde ficaria até maio de 1948. Em sua visão, a vida militar era relativamente mais precária do que a sua vida como civil, em razão da alimentação, disciplina e o provável conceito que o militar teria fora dos quartéis, e que não correspondia ao que o marinheiro aspirava. Nas explicações do marinheiro, no período de maio a junho do ano de 1948, ele esteve lotado no CIAW¹²⁴, nas embarcações Belmonte e Bracui, até chegar ao CT “Benevente”, momento em que teria feito camaradagem com todos a bordo e amizade com os colegas do serviço de maquinaria. Já no final do ano de 1949, Riepe teria encontrado um panfleto comunista nas dependências do navio e se identificou com a mensagem, acreditando que ela era justa. A simpatia com tais ideias levaram-no a se aprofundar na leitura de autores como Karl Marx, além de ter o hábito de comentar algumas dessas leituras realizadas com colegas de navio, fato que o incentivou a militar nas fileiras do Partido Comunista do Brasil. Após sua filiação à legenda, o marinheiro seria orientado a participar de uma das células do Setor Militar, supervisionado pelos cabos Manoel Fernandes e Jack de Souza. A célula, desse modo, passou a reunir os três militares. Tempos depois, o primeiro foi expulso da instituição, por ter sido identificado como o autor de uma mensagem escrita em um dos corredores do setor de máquinas, na qual dirigia críticas partidárias à chamada “Missão Kennan”, o que levaria o grupo da célula a ser reduzido a dois marinheiros.

Entre as práticas adotadas na célula comunista, na embarcação Benevente, estava o aperfeiçoamento intelectual e político, mediante leituras sistemáticas de jornais do Partido, como a *Imprensa Popular* e a *Voz Operária*. Essa rotina teria sido mantida até meados do ano de 1950. Para a finalidade de aperfeiçoar o trabalho de militância e orientar a atuação do grupo, Arno Riepe relatou que, em agosto ou setembro de 1951, ele e o camarada de armas foram encontrar um companheiro de categoria mais elevada dentro da legenda comunista, cujo codinome seria “Mário” ou “Martins”. Nessa ocasião, este pediu para os marujos adotarem codinomes diferentes. Riepe passou a se identificar como “Lorca” e Jack de Souza como

¹²³ Arno Riepe era filho de Germano Alberto Riepe e de dona Ella Maria Riepe, tinha 22 anos, solteiro, nascido na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

¹²⁴ Abreviatura de Centro de Instruções Almirante Wandenkolk, localizado na Ilha das Enxadas, na Baía da Guanabara, cidade do Rio de Janeiro.

“Álvaro”. Entre os diferentes locais em que se realizavam os pontos de encontro das células de base da Marinha, estavam o Engenho de Dentro, em Vaz Lobo, Cascadura e Madureira, no Rio de Janeiro; em Nilópolis e, enfim, na Praia de Xaritas. As reuniões eram presididas por Martins, assistente político, que distribuía materiais voltados para o trabalho de agitação e propaganda. Em relação ao ponto de encontro, Apollonio (1950, p. 40) explica que ele era uma aproximação entre dois ou mais comunistas, que ela ocorria em vias públicas, de preferência em esquinas e com hora marcada, não devendo haver esperas de mais de dez minutos. A falta de um dos militantes a um desses encontros, sem justificção, acarretava desde advertências até punições.

O marinheiro de segunda classe, Agenor do Nascimento¹²⁵, relatou a preocupação vivenciada por muitos marujos, em razão da expectativa de um provável recrutamento de militares para atuar na Guerra da Coreia:

[...] por volta de janeiro de mil novecentos e cinquenta e um, ouvia pelos demais companheiros do navio em que servia, o Encouraçado “Minas Gerais”, palestras em que diziam que os seus colegas que estavam indo buscar Cruzadores da América, dali se dirigiriam para a Coreia. (BRASIL, 1952a).

A partir de desse momento, citado marinheiro passaria a ter contato com outro marujo conhecido como Eneas Menezes, que tentava aliciá-lo para a célula da embarcação Minas Gerais, e lhe apresentou pauta reivindicatória da categoria, que tratava da preocupação quanto à eventual participação militar na guerra coreana, à melhoria de vida e do rancho, e do aumento de vencimento para os praças. Agenor começou a participar da mencionada célula a partir de 1951, junto com Menezes, Simão Borba Maranhão, Heitor de Paula Santos e José Gomes Siqueira, além de ser acompanhado por um assistente político do Partido Comunista do Brasil, responsável pela ligação com o grupo. O marinheiro, que desconhecia a identidade do referido assistente, descreveu as características físicas e as tarefas que lhes foram transmitidas:

[...] cidadão de cor branca, tipo nortista, regulando um metro e setenta de altura, de bigodes castanhos escuros, cabelos lisos e de complexão robusta; que por solicitação deste civil, os marinheiros SIMÃO BORBA MARANHÃO e ENEAS MENEZES passaram a fazer relatórios de suas atividades e, ao finalizar os mencionados relatórios, o civil em questão passou a falar sobre um assunto do qual não se recorda bem. (BRASIL, 1952a).

Com o tempo, como se percebe, a célula e o trabalho de militância se estruturavam, dentro e fora da embarcação, principalmente em reuniões que ocorriam em locais como as

¹²⁵ 23 anos de idade, solteiro, natural do estado da Bahia. De serviço no Centro de Instrução Almirante Tamandaré, na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

proximidades da estação de Madureira e na cidade de Nova Iguaçu. Com o tempo, Agenor começou a ser orientado no trabalho de panfletagem junto com outros colegas, como Heitor de Paula Santos e José Gomes Siqueira, além de auxiliar Eneas Menezes a angariar assinaturas para as listas que tratavam da volta dos cruzadores que, provavelmente, com possível decisão tomada pelo governo de Getúlio Vargas, poderiam ser encaminhados, com a tripulação, para a Guerra da Coreia, e do aumento de vencimentos para os praças. Desse modo, a lista era redigida com o seguinte texto:

MENSAGEM AOS MARUJOS DO CRUZADOR “TAMANDARÉ”

(Dos soldados, marinheiros e suas famílias, no Brasil)

Da Pátria distante, fazemos chegar aos queridos companheiros e parentes o calor de nossos sentimentos de afeição e saudade.

Chega-nos a notícia de que o governo americano solicitou sejam enviados, inicialmente, para a guerra da Coreia, UM REGIMENTO DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS, UM GRUPO DE AVIAÇÃO E OS CRUZADORES “BARROSO” E “TAMANDARÉ” do Brasil.

Com o pensamento em vossas mães, esposas, noivas, filhas e irmãs, identificadas com os nossos entes queridos nos anseios de PAZ e FELICIDADE do Povo e da família brasileira, erguem-se nossos corações vigilantes ante qualquer risco de sacrifício das esperançosas guarnições do “BARROSO” “TAMANDARÉ” e das demais Forças do Brasil, na guerra da Coreia clamando por um compromisso de Paz, entre os Estados Unidos, a União Soviética, a Inglaterra, a França e a China Popular, como salvaguarda definitiva de que as vossas e as nossas vidas poderão ser dedicadas, inteiramente ao nosso povo e à defesa do progresso e da soberania de nossa querida Pátria, pois, é de acordo entre essas cinco grandes potências que depende, essencialmente, a garantia da paz, indispensável à estabilidade de nossas famílias.

As freqüentes afirmações de nossos governantes de que continuarão respeitando as nossas tradições de solução pacífica de todas as divergências entre o nosso e outros países; ao conteúdo de todas as nossas constituições, contrário a guerras de conquista fora de nossas fronteiras; a própria missão de nossas Forças Armadas que é a defesa da integridade de nosso solo e a vontade de PAZ de nosso povo; tais afirmações, mais uma vez reiteradas pelo Ministro do Exterior, perante comissões especializadas do Senado, nos deixam à vontade como militares e cidadãos brasileiros para concitar aquelas grandes potências a que se reúnam para firmarem o compromisso coletivo de libertarem o mundo definitivamente dos horrores da guerra, consistindo a nosso ver, a recusa a esse entendimento, numa demonstração clara das intenções guerreiras e desumanas de tal governo, isso porque a guerra da Coreia, já ameaça nossas vidas e o futuro de nossos filhos, cobrindo de apreensões os nossos lares.

Estamos certos de que assim agindo o nome da família militar brasileira, representamos igualmente os sentimentos e o propósito da família militar de todos os países amantes da PAZ, no apelo intransigente a um PACTO DE PAZ, do qual não seja excluído nem um país, mas ao contrário, a que todos sejam conclamados em pé de igualdade.

De nossa parte, felizes por termos já entre nós os bravos do “BARROSO” e confiantes de que não seguireis para a guerra e a morte na Coreia contra o vosso desejo e a vossa vontade, o que, aliás, exprime o sentir de nosso povo, que é também nosso, assinamos ao, pé desta, sem distinção de uniforme, graduação ou grau de parentesco, por vosso pronto regresso ao seio de vossas famílias e de vossos companheiros. (BRASIL, 1952e).

Carrion explicaria, em depoimento, que o apelo destinado a exigir o retorno dos Cruzadores Barroso e Tamandaré, que estavam na Filadélfia (EUA), ao Brasil, foi inspirado no

Apelo de Estocolmo. Ele relata que as guarnições de tais embarcações estavam sendo enviadas, de avião, para aquela localidade na América do Norte. Contudo, como se verificaria, a campanha, iniciativa do comitê das células da Marinha, atingiria o seu objetivo, por não serem, os referidos navios, enviados ao teatro de guerra coreano. Portanto, o ex-militar sublinharia que, provavelmente, haveria marinheiros do Setor Militar nessas referidas guarnições, que auxiliavam no trabalho de militância e divulgação da mensagem.

Além das listas que diziam respeito à questão do envio de militares brasileiros, principalmente marinheiros, para a Guerra da Coreia, corria, paralelamente, uma petição que versava sobre os vencimentos dos marujos, direcionada para os deputados federais e senadores do país. A respectiva lista apresentava a seguinte mensagem:

Exmos. Srs. Deputados e Senadores.

Nós, abaixo-assinados, marinheiros e fuzileiros navais, premidos pelo aumento cada vez maior dos preços dos gêneros de primeira necessidade, da moradia e do vestuário, coisas indispensáveis à nossa vida e à vida de nossas famílias e, em face da insignificância de nossos vencimentos, vimos pleitear de V. Excias, a aprovação de um projeto de Abono de Natal, na base de um mês de vencimentos.

Declaramos, também, que damos todo nosso apoio e pedimos o de V. Excias, para a aprovação da seguinte TABELA DE VENCIMENTOS:

Grumete.....Cr\$ 1.200,00

2.^a Classe.....Cr\$ 1.500,00

1.^a Classe.....Cr\$ 2.000,00

Cabo.....Cr\$ 2.000,00 (BRASIL, 1952e).

Boa parte das listas seriam apreendidas por uma viatura militar, quando realizava patrulha nas imediações da Quinta da Boa Vista, ocasião em que os marinheiros da célula da embarcação Minas Gerais recolhiam assinaturas de marinheiros no local, na data de 02 de março de 1952. O terceiro sargento fuzileiro naval Silvino Oliveira Silva declarou, em depoimento, que:

Respondeu que estando de serviço no dia dois do corrente mês na Quinta da Boa Vista, isto é, serviço de escolta observava que um grupo de marinheiros estava reunido em um determinado local com ares suspeito; em seguida mandou que o soldado fuzileiro naval número 490254 Sebastião Gomes de Sousa (que não era da escolta) observar de que se tratava entre aquele grupo. Ao chegar este ao local, constatara que tratava-se de marinheiros munidos de listas com o fim de angariar assinaturas pró-aumento de vencimentos e para uma carta aos marinheiros do “Cruzador Tamandaré”. Perguntado qual à sua atitude ao se cientificar do que se tratava, respondeu que distribuíra os escoltas de modo que pudesse aprisionar o maior número possível de marinheiros portadores das referidas listas. (BRASIL, 1952d).

A testemunha explicou que os membros da célula e os demais marinheiros detidos encontravam-se espalhados em diferentes locais na região da Quinta da Boa Vista, e que ficara

surpreso com a organização do grupo. Alguns desses militares seriam indiciados em um Inquérito Policial Militar que apurava as infiltrações e atividades comunistas na Marinha de Guerra. Outra das atividades da militância comunista das células do Setor Militar ocorreu no ato em que foi desfraldada uma bandeira que continha um triângulo vermelho, de oitenta centímetros de comprimento por cinquenta de largura, no qual existiam, nos cantos superiores, a foice e o martelo pintados com tinta branca e, no centro, as palavras “Viva a Paz” e “Viva Prestes”. A referida bandeira seria içada no dia 03 de janeiro de 1951, em comemoração ao aniversário de Luís Carlos Prestes, líder comunista. De acordo com os depoimentos, a missão de içar a bandeira, no mastro de combate do Encouraçado Minas Gerais, foi do marinheiro Agenor do Nascimento, conforme ele mesmo relatou nos documentos do IPM:

[...] em mil novecentos e cinquenta e dois, no primeiro dia do mês de janeiro, foi o depoente abordado pelo marinheiro ENEAS MENEZES que lhe perguntou pela possibilidade de, ele depoente, içar uma bandeira comunista no navio; que informou o depoente ao marinheiro ENEAS MENEZES ser aquele ato perigoso, sendo convencido o depoente, pelo marinheiro ENEAS MENEZES, de que nada aconteceria a ele depoente, pois ninguém iria saber; que depois de alguma relutância, se prontificou a desempenhar tal função; que no dia seguinte, dois de janeiro, recebeu o depoente na coberta de rancho do Encouraçado “Minas Gerais”, um embrulho contendo a já mencionada bandeira comunista, das mãos do marinheiro ENEAS MENEZES, sendo informado, então, na ocasião, de que a bandeira tinha sido introduzida a bordo, pelo marinheiro SIMÃO BORBA MARANHÃO; que na madrugada do dia três de janeiro, levantou o depoente de seu beliche e se dirigiu para o mastro de guerra do navio, às escondidas, e envergando a dita bandeira, atopeitou-a no referido mastro; que não se recorda de que trazia a bandeira, sabendo apenas que era um retângulo vermelho com alguma coisa pintada de branco; que no dia seguinte, isto é, na manhã do dia três de janeiro, foi o depoente informado pelo marinheiro ENEAS MENEZES de que a referida bandeira tinha sido vista por todos da guarnição, sendo o fato muito comentado. (BRASIL, 1952a).

Após ter içado a mencionada bandeira no mastro da embarcação da Marinha de Guerra, o marinheiro em questão teria recebido outra missão especial da célula do Setor Militar: ficaria responsável por explodir vinte e uma bombas, chamadas de “cabeça de negro”¹²⁶, no navio Minas Gerais, no dia 25 de março de 1951, como parte das comemorações do aniversário do Partido Comunista do Brasil. Nascimento declara que:

[...] no dia vinte e quatro de janeiro, à tarde, recebeu das mãos do marinheiro SIMÃO BORBA MARANHÃO, cerca de vinte e uma bombas do tipo “cabeça de negro”, interligadas, com a ordem de fazê-las explodir no dia vinte e cinco de março, pela manhã; que a primeira bomba do engenho trazia um prolongamento do pavio, feito apenas com barbante, afim de receber a chama na sua extremidade, o que garantiria no depoente o tempo necessário para se afastar do local do lançamento das referidas bombas; que realmente, no quarto d'alva do dia vinte e cinco de março, dia da comemoração do trigésimo aniversário do Partido Comunista do Brasil, se dirigiu ao

¹²⁶ Cabeça de negro era uma espécie de explosivo.

“espardeque” do navio, onde, retirando o pavio de dentro do embrulho do engenho, acendeu-o e depositou no chão; que nas proximidades do local, aguardou as explosões das vinte bombas, o que não se verificou, sabendo mais tarde, que o pavio das mesmas tinha se apagado; que posteriormente, foi ao local, não mais encontrando o engenho, não sabendo informar quem o retirou. (BRASIL, 1952a).

O marinheiro Ramiro Barreto de Alencar declarou, em depoimento concedido ao IPM instaurado para apurar as infiltrações e atividades comunistas na Marinha de Guerra, que ele, com os marujos Valdevino José de Souza Almeida e Brabo, teriam estabelecido o plano voltado para a comemoração do aniversário de 30 anos do Partido Comunista do Brasil, que incluía o içamento de uma bandeirola vermelha com a inscrição “Salve o 30º aniversário do PCB” em letras brancas, no mastro principal do Centro de Instruções Almirante Wandenkolk, além dos artefatos que seriam explodidos, principalmente naquele local e na embarcação Minas Gerais. O depoente relatou que também foram entregues 500 panfletos para divulgar a comemoração. O ex-sargento do Exército Luiz Carrion, que tinha a atribuição de assistente político nas células da Marinha, sublinharia, em depoimento:

Carrion: - O Minas Gerais, por exemplo, que não sei o que fizeram com ele, acho que o venderam para algum ferro-velho, era o Capitânea no Minas Gerais de sargentos que eu conheci quando na atividade legal na Casa do Sargento conheci vários sargentos que eram do Minas Gerais e do CIAW – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk que era onde formavam os artífices da Marinha e lá eu sabia que tinham vários, e a base do Minas Gerais era muito grande, eu não me recordo de quantos era mas, tanto é que era subdividido em várias células e no que a gente fazia no aniversário de Prestes a gente achava um jeito de alguém ir por fora de barco e pintar no casco “Viva o Camarada Prestes” no aniversário de Stálin “Viva o Camarada Stálin” na Revolução de Outubro encheu o navio de bandeirolas vermelhas e bombinhas, naquele tempo tinha bombinhas que não sei como é que chamavam aquelas que faziam tec-tec e bum. Parecia um ataque de metralhadora apoiado por um morteiro e assim a gente acordava a alvorada tocava as 6h30 e às 6h25 a gente começava aquele barulho. Quase matamos um tenente que uma vez estava em serviço e foi feito isso ele saiu no convés com uma metralhadora na mão e viu a bandeira vermelha enorme no mastro do navio Capitânea da Armada, ele furou a bandeira com uma rajada de metralhadora e começou a babar e a espumar e caiu quase morto no chão, ficou um tempo no hospital. (CARRION, 2003).

Em relação à atuação das células do Setor Militar nas embarcações da Marinha de Guerra, como o Minas Gerais, Luiz Carrion apontou as peculiaridades do trabalho da militância comunista também no CIAW, e as tarefas ou “empresas” relacionadas à comemoração do aniversário de Luís Carlos Prestes, da Revolução de Outubro e do caso do hasteamento da bandeira vermelha em alusão ao comunismo, entre outros eventos.

Um dos locais, fora do espaço estritamente militar, em que ocorriam reuniões de marujos que simpatizavam ou já militavam nas células do Setor Militar, era o chamado Humaitá Atlético Clube. O ex-marinheiro Geraldo Campos relataria, no livro *Militares e militância: uma*

relação dialeticamente conflituosa (2014), que ele passaria a ter uma militância organizada no Setor Militar, atuando e intervindo no trabalho de massas, em um local específico de recreação conhecido como “Gafieira Humaitá”. Esta era uma das formas como o Clube Humaitá ficara conhecido pelos marinheiros (CUNHA, 2014, p. 179). Ainda assim, em relação à entidade, o segundo sargento da Marinha Octavio Bandeira Mendes da Silva relatou que havia uma campanha do PCB para aumentar o número de associados e melhorar a frequência do referido clube. Ele ficou com a tarefa de fundar um jornal, o qual, a partir da Associação, levantaria as pautas dos militares subalternos da Marinha de Guerra naqueles anos de 1949 e 1950, “sob o auxílio e orientação direta do Partido Comunista do Brasil” (BRASIL, 1952b). Segundo o marujo Simão Borba Maranhão, o clube seria fechado em 1950 e alguns dos seus camaradas desligados da força naval:

[...] colaborou com o Humaitá Atlético Clube na campanha que aquele clube fazia sentido de ser impetrado mandado de segurança contra o Diretor da Caixa Econômica, visando a concessão do empréstimo daquela Caixa, sem autorização do Senhor Ministro da Marinha; que do movimento empreendido pelo Clube, resultou a exclusão de companheiros seus, do serviço ativo da Armada e o fechamento temporário do Humaitá Atlético Clube. (BRASIL, 1952c).

A questão da participação brasileira na Guerra da Coreia seria uma pauta importante para os marinheiros e levaria à adesão de adeptos para as células do Setor Militar. Os trabalhos seriam voltados para a formação política dos militares, para a agitação de massa e propaganda, na qual os membros espalhavam panfletos e distribuíam exemplares dos jornais *Emancipação*, *Imprensa Popular*, *Marinha Vermelha*, *Soldados da Paz*, *Soldados de Prestes*, entre outras publicações. Alguns desses materiais foram elaborados, redigidos e impressos em equipamentos que utilizavam o papel estêncil, sendo tais tarefas realizadas com a colaboração e o apoio dos assistentes políticos das células, como veremos adiante.

3.5. Os jornais clandestinos das células comunistas do Setor Militar

No trabalho de militância do Setor Militar junto aos quartéis das Forças Armadas, eram distribuídos diferentes jornais, conhecidos como *O Patriota*, *Marinha Vermelha*, *A Voz do Soldado*, *Soldado de Prestes*, *União de Ferro*, *Emancipação*, *Soldados da Paz* e a Revista *Problemas*, voltados ao público leitor dos referidos locais também eram entregues “volantes”, em tamanho reduzido, nas embarcações, assim como havia a leitura de jornais diários, como a *Tribuna Popular*, editada pelo Partido Comunista do Brasil, que cobriam a conjuntura política brasileira e internacional, tendo, entre os temas, a questão da Coreia e a expectativa da participação, ou não, de combatentes brasileiros naquele conflito.

Como parte dos trabalhos de militância e divulgação realizados pelos membros e simpatizantes do Setor Militar voltado aos militares, estava o veículo informativo conhecido como *Soldado de Prestes*. A edição de nº 8, de janeiro de 1951, abria requerendo legalidade para o PCB, felicitava Luís Carlos Prestes pelo aniversário de 54 anos do dirigente comunista, e conclamava os militares a se mobilizarem contra o imperialismo, a política de Getúlio Vargas e a Guerra da Coreia:

[...]. Mas, quem está interessado numa nova carnificina mundial? São os imperialistas americanos e os fazendeiros e grandes capitalistas nacionais. Porque? Porque como nos ensina o grande Stálin – “eles têm sede de guerra em qualquer parte do mundo, a fim de venderem mercadorias a preços exorbitantes e ganharem milhões neste negócio sangrento”. Por isso Getúlio que representa no governo esses fazendeiros e grandes capitalistas vem tomando com o se séquito de generais bagageiros dos generais americanos todas as medidas no sentido de enviar com urgência 25 mil jovens para morrer na Coreia. [...] Vemos como este governo tem dinheiro para a guerra e argumenta que não há dinheiro para minorar os sofrimentos de nosso povo oprimido e explorado. Getúlio entregou 50 milhões de cruzeiros para alimentar as feras de Truman na Coreia, enquanto isso nós os soldados estamos passando fome com um soldo miserável; ele acaba de comprar por 700 milhões de cruzeiros 2 cruzadores velhos dos ianques, enquanto isso, nos negou o Abono de Natal; abre um crédito de 2 bilhões de cruzeiros para fins de guerra. (SOLDADO DE PRESTES, p. 02, jan. 1951)

A publicação oferecia visibilidade para a pauta dos militares diretamente atingidos pelas orientações políticas do governo de Getúlio Vargas e, como apontava Alves (2007), equilibrava-se para atender aos diferentes interesses das facções em luta, que perpassavam pelo mandato do então Presidente. Praças, como marinheiros, soldados, cabos e sargentos sofriam com os baixos soldos percebidos, e a atuação do Setor Militar seria fundamental para a aprovação de tal demanda e a do Abono de Natal, amenizando as dificuldades financeiras enfrentadas. O jornal mantinha, entretanto, o tom contra a participação brasileira na guerra

coreana e a opção de realizar gastos com equipamentos militares como parte do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

O jornal *O Patriota* foi outra importante publicação, produzida por adeptos do Setor Militar, como já mencionado, e direcionada principalmente para público leitor castrense. Apolônio de Carvalho assinalaria que:

Como disse antes, dediquei-me com afinco, em 1948, ao comitê de redação de *O Patriota*. Satisfeito, antes de tudo, pela possibilidade de discussão e participação política.

As análises que *O Patriota* estampa, em estilo cuidadoso, atacam as medidas governamentais que ferem fundo a soberania do país: o enfeudamento de nossa política externa aos interesses econômicos norte-americanos; a dependência que caracteriza os acordos militares esboçados após a Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, no ano anterior; a adaptação submissa do governo aos ditames da guerra fria. O jornal tem por propulsores Agliberto Azevedo, Antônio Bento Tourinho e sobretudo o major Júlio Sérgio de Oliveira, nosso elo com a realidade das casernas. De alcance limitado, o jornal beneficia-se, no entanto, de uma conjuntura favorável: um novo despertar do sentimento nacional. Suas advertências casam-se com essa aspiração, que, num crescendo e sob o dilema nacionalismo x entreguismo, acabará dez anos depois por dividir profundamente os brasileiros e será o centro da política nacional. (CARVALHO, 1997, p. 179).

Assim, Apolônio de Carvalho mostraria o alcance da colaboração dele no mencionado jornal, e indicaria o alcance das pautas que traziam temas que abordavam a política externa e a soberania brasileira, os acordos militares como desdobramentos da Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, que sujeitariam o Brasil à agenda política e militar norte-americana, na Guerra Fria. Há menção aos dirigentes do Setor Militar do Partido Comunista, como Agliberto Azevedo, Antônio Bento Tourinho e ao Major Júlio Sérgio de Oliveira, que teriam impulsionado o jornal. De acordo com a exposição do ex-presidente da Casa do Sargento, Luiz Carrion, “Ele (Júlio Sérgio) fazia parte, era ele, o Berto e o Apolônio, que eu presumo que sejam, sem fazer trabalho policial, os três que dirigiam o Setor Militar, eu acho que eram eles” (CARRION, 2003). É importante ressaltar que nesse período, um importante dirigente do referido setor foi Almir Neves. (MALINA; CAVALLARI, 2002; CUNHA, 2014).

Outra publicação, conhecida como o jornal *A Voz do Soldado*, publicou, na edição de n.º 7, de dezembro de 1951, uma capa com a imagem de Joseph Stálin, dirigente da extinta União Soviética (URSS), comemorando o aniversário de 72 anos daquele dirigente e apontando-o como “Campeão da Paz”, ao mesmo tempo em que denunciava a campanha norte-americana na Coreia:

Os americanos invadiram a Coreia, arrasaram suas cidades, assassinam populações inteiras a 8.000 milhas de distância de suas fronteiras enquanto que a URSS, tendo

fronteiras com a Coreia não tem um único soldado empenhado na luta, evitando assim a 3.ª Guerra Mundial. (A VOZ DO SOLDADO, dez. 1951, p. 2).

Já em outra página da mesma publicação, poderia ser notada uma crítica denominada “Política Getulista”, em que se emitia um alerta dirigido aos militares:

I – Colonização americana: os operários e camponeses são explorados pelos poucos milionários e fazendeiros e as riquezas do país são entregues aos magnatas americanos.

2 – Política de Guerra: mais da metade do orçamento é empregado na compra de armamentos de segunda mão aos ianques e as Forças Armadas são controladas por oficiais dos Estados Unidos. (A VOZ DO SOLDADO, p. 4, dez. 1951)

Junto a essa pauta da mencionada publicação, realizava-se a divulgação da campanha do Abono Salarial, a da libertação do capitão Agliberto Azevedo (que se encontrava preso), a do Armistício na Guerra da Coreia e a da defesa do petróleo. Um dado importante indicado no impresso fazia referência aos armamentos comprados junto ao governo norte-americano, que apresentavam defeitos, sendo, assim, inoperantes, isso sem mencionar a compra de embarcações defasadas tecnologicamente e vendidas como sucatas, conforme relatou Luiz Carrion:

Rio e São Paulo receberam cada uma dez mil fuzis que era o Garam (sic), na época a maior novidade. Só que o calibre do fuzil Garam (sic) era diferente do calibre da nossa sala de munição, então eles na realidade deram dez mil porretes para cada região, essa era a linguagem que se usava na época. Por outro lado, todas as unidades de combate de pelotão para cima receberam uma metralhadora pesada sem aparelho de refrigeração, quer dizer, depois de rachada ela brocha, e no terceiro cada comandante de grupo a partir de sargento de grupo ou pelotão recebeu uma metralhadora de mão que o pessoal costuma chamar de submetralhadora; metralhadora de mão, mas sem carregadores de reposição. Então você descarrega um carregador e fica com o porrete na mão de novo. (CARRION, 2003)

Na questão da compra das embarcações defasadas tecnologicamente e vendidas como sucatas para a Marinha de Guerra, parte da pauta publicada no jornal, o relato apontava, ainda, que os navios adquiridos:

[...] foram os que provocaram a grande derrota naval dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial por que eles foram projetados com canhões que atiravam de 45º graus para cima então eles estavam montados em cima do barco em 45º graus e os kamikazes vinham e soltavam tranquilamente o torpedo deles e passavam por cima então foi erro de construção dos americanos porque o canhão estava montado num ante-paro de aço soldado no navio e a coisa do canhão não tinha como descer, e esses navios vieram todos para nós foi onde acabou parte das reservas que o Brasil tinha acumulado nesta época foi aí nestas porcarias. (CARRION, 2003).

O ex-marinheiro Geraldo Campos declarou que havia o jornal *Humaitá*, inspirado no clube de mesmo nome que reunia um numeroso grupo de marujos, publicação que recebia orientação das células de base do Setor Militar, atuantes na Marinha de Guerra brasileira. Ele relatou que participou de movimentações importantes, como a convocação de uma assembleia de marinheiros para protestar contra o aumento “injustificado” proporcionado ao almirantado, que contrastava com os vencimentos dos marujos:

A adesão dos marujos à manifestação foi considerável, mas com a chamada da polícia, o conflito foi inevitável, em que pese, reconheceu Campos (2012), essa intervenção política na frente do Senado seja ‘um dos pontos altos dessa época’. Como recordaria, houve outras, algumas delas dignas de registro. (CAMPOS APUD CUNHA, 2014, p. 180).

Uma das publicações que teve um trabalho de divulgação junto ao público específico da Marinha de Guerra, foi o jornal *Marinha Vermelha*, com muitas edições elaboradas e impressas pelo ex-sargento Luiz Carrion, apresentando as demandas dos marujos, e distribuídas em quantidades consideráveis pelos membros das células nos navios¹²⁷. Esses materiais, já mencionados na presente pesquisa, eram produzidos no chamado “reco-reco”:

Carrion: - Quando nós estávamos em situação, digamos assim, entre aspas, de normalidade que foi até fevereiro ou março de 52, que o partido estava estruturado, organizado e tal o reco-reco ficava na casa de algum marinheiro que morasse no subúrbio do Rio, porque a maioria deles morava nos navios mesmo, mas alguns deles que tinham família moravam ou com o pai ou com tio e tal. Geralmente tinham um cômodo separado e lá ficava o reco-reco. [...] Ficava o reco-reco e as matérias necessárias para fazer. Nós tínhamos até um manualzinho de como fazer o reco-reco, que coisas comprar para fazer o rolo, o tecido. Na época em que começaram as perseguições e eu fiquei praticamente sozinho, sobrou alguma coisa na Marinha que eles não conheciam e essa alguma coisa eu preservei, tanto é que continuou depois.” (CARRION, 2003).

Luiz Carrion sublinhou que o jornal *Marinha Vermelha* era um remanescente dos Levantes Comunistas, de 1935, e era editado juntamente com outra publicação conhecida como jornal *União de Ferro*. Aquele jornal teria a característica de ser “super panfletário e extremamente violento” e a ideia de seus colaboradores era a de ter uma edição publicada mensalmente. A impressão dos jornais ficaria a cargo do ex-sargento, atividade que seria retomada posteriormente, após a repressão militar, visto ter conseguido a preservação dos

¹²⁷ O marinheiro Ramiro Barreto de Alencar indiciado no Inquérito Policial Militar que apurava a infiltração e atividades comunistas nas dependências da Marinha de Guerra brasileira relataria que o líder da célula clandestina do Setor Militar alegaria em depoimento que recebeu materiais de propaganda “subversiva” e de agitação como o jornal *Marinha Vermelha* além de panfletos que versavam sobre “ranchos, bisbilhotices sobre a vida de oficiais da Marinha que procuravam elevar o moral de vida de sua guarnição” (BRASIL, 1952I).

materiais. Durante o tempo em que Carrion permaneceu como assistente político, estima-se que tenha havido, provavelmente, oito edições, entre 1950 e 1952. Depois da desarticulação que ocorreu com as prisões de marujos, no bairro do Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro, Carrion pontua que:

[...] eu continuava orientando o pessoal, depois passei um tempo escondido em Mangaratiba, numa cabana na beira do mangue caçando caranguejo e vendendo caranguejo na feira, mas eu sempre andava com uma máquina de escrever, que era a única bagagem que eu tinha e com alguns livros. Essa máquina ela já não tinha a fita porque era só para bater o extencil. Tanto é que o pessoal foi preso, eu me comunicava com eles através desta máquina; eu colocava dois papéis entre um carbono e parecia no de baixo no de cima não aparecia nada, ele era feito assim nestas condições ou no meio do mato ou na casa de algum companheiro que tivesse um cômodo vago. (CARRION, 2003).

O marinheiro Hélio Freire da Costa afirmou, em depoimento, que, sob a orientação de um dos líderes das células comunistas, recebera a tarefa de distribuir uma “grande quantidade de manifestos de Luís Carlos Prestes e de exemplares do jornal de propaganda comunista ‘A Marinha Vermelha’, tendo feito sua distribuição por diversos pontos do Quartel e inclusive no alojamento de sua Cia”. (BRASIL, 1953l).

O material clandestino, destinado à distribuição nas embarcações e em outras áreas da mencionada instituição militar, era entregue pelo assistente político do PCB, responsável por algumas das células comunistas do Setor Militar, nas reuniões que se realizavam com o intervalo de quinze dias. O material, então, passava a ser distribuído nas várias embarcações, de preferência no horário entre uma e três horas da madrugada, ressaltando-se os momentos em que se conseguia cumprir a tarefa durante o período diurno. Um dos marinheiros indiciados no IPM indicou, em depoimento, que os jornais e panfletos proibidos eram colocados “na cobertura de armários, na cobertura de ranchos e nas privadas, o que era feito com eficiência pelo depoente” (BRASIL, 1953c).

Curiosamente, o jornal *Marinha Vermelha*, segundo Carrion (2003), tinha maneiras originais de distribuição, ao se colocar, por exemplo, quatro ou cinco exemplares dobrados em uma caixa de fósforos, que eram jogadas nos alojamentos ou colocadas embaixo dos travesseiros dos marujos. A edição especial de nº 07, de 21 de dezembro de 1951, homenageava o governante da URSS, Joseph Stálin, e o apontava como um interessado na paz. O material clandestino também contemplava críticas direcionadas ao governo brasileiro, denunciando os denominados “puxa-sacos”, os policiais, e os que os redatores denominavam “vendilhões da pátria”, que, em tese, adotariam comportamento de expressar “calúnias” e ameaças aos brasileiros. Havia também, nessa edição, informes que denunciavam a entrega das riquezas

minerais do país aos norte-americanos e que, em segredo, era preparado o envio de militares nacionais para o morticínio na região da Coreia.

Na edição de nº 05 de fevereiro de 1951, o mencionado jornal também adotava a postura de atacar publicamente o Ministro da Marinha, Renato Guillobel, e ecoava a mensagem elaborada pelos membros do Setor Militar, nesse registro:

Quando na Diretoria do Arsenal roubou como gente grande. Agora que é ministro “mama” das nossas etapas, - das verbas do Fundo Naval -, que é a adaptação da Marinha aos planos de guerra americanos. É por isso que Guillobel quer guerra: ela lhe dará – “bons lucros”, é “um bom negócio”. É por isso que ele dá entrevistas todo dia, dizendo que o “Barroso” volta em setembro, ora em outubro, depois em dezembro, etc. O que ele quer é que [...] fique calado e deixe os cruzadores irem para a Coreia. Desmascaramos esse ladrão. Exijamos a volta dos nossos companheiros dos cruzadores, e que não se gaste dinheiro em preparativo de guerra e nem se permitam ladroerias. (MARINHA VERMELHA, n. 5, fev. 1951, p. 2).

O jornal, na edição de n. 12, ano III, de abril de 1952, publicou um artigo referente ao retorno dos Cruzadores Barroso e Tamandaré ao Brasil, ocasião em que a tripulação da última embarcação seria recebida por seus familiares, no Estado da Bahia. Tal fato acabaria sendo apontado, na percepção dos responsáveis pela publicação, como uma vitória da campanha empreendida, principalmente, pelo trabalho articulado das células de base do Setor Militar. Assim, declarava que:

De passagem pela Bahia uma comissão de famílias esteve à bordo e distribuiu flores à guarnição, junto com cartões comemorativos da vitória obtida pelas lutas e vigília de nosso povo, com a vinda dos dois Cruzadores destinados por Truman ao matadouro da Coreia. Como é lógico, o Comandante Lodízio não gostou e reuniu a guarnição para dizer que o “Tamandaré” não foi para a Coreia porque ele não recebeu ordens das autoridades superiores. Só faltou dizer, porque as autoridades superiores não deram estas ordens, quando todos sabem que Getúlio e Guillobel já tinham todos os planos preparados para mandar os dois Cruzadores e, mais tarde, tropas de terra. Esse plano só não foi cumprido porque eles ficaram com medo das lutas de nosso povo. Lodízio como todo fascista, está hoje a serviço de Truman, da mesma forma que esteve ontem a serviço de Hitler. Por isso mente dessa maneira, procurando nos enganar. Suas mentiras não pegam porque todos sabem que ele saiu do Gabinete do ministro para o “Tamandaré”. (MARINHA VERMELHA, n. 12, mar. 1952, p. 7).

Segundo os argumentos apresentados no jornal, a situação política se agravava com os preparativos iniciados, pelo governo brasileiro, para participar do teatro de guerra coreano, visto a manutenção dos cruzadores Barroso e Tamandaré em estaleiros norte-americanos, e o número considerável de marinheiros prontos para serem enviados ao conflito. A reação dos marinheiros e do Setor Militar, ao que tudo indica, com base na documentação e em um dos depoimentos concedidos por um marinheiro indiciado e anexado ao processo n.º 22.396/52, teria sido a

preparação de “uma futura REVOLUÇÃO, pois, contava ele, com muitos militares para participarem desse movimento” (BRASIL, 1953f).

Luiz Carrion, explicou que, naquele momento, na conjuntura de 1950-1952, um dos planos de trabalho delineados por essas células clandestinas na força naval seria a revolução, nestes termos:

Carrion: - [...]. Nesses navios quando eles tinham uma viagem marcada, viagem de instrução ou aquelas viagens que eles faziam, eu reunia a célula do navio, pessoalmente, eram três, quatro, ou cinco elementos e orientava eles no sentido de explorarem todas as reivindicações de bordo principalmente a comida também que era uma porcaria. Comida, maus tratos qualquer coisa, se possível fazer um levantamento dentro e tomando conta a primeira coisa seria pegar os oficiais degolar e jogá-los dentro d'água. E segundo aportar o navio em direção da praia e encalhá-lo de maneira que ele não pudesse ser... e pegar todos os armamentos que eles pudessem carregar e começar a guerrilha.

Paulo: - Ou seja, se a revolução estourasse a orientação do setor militar para essas células eram essas?

Carrion: - Sim, eram essas mesmas. Não é se a revolução estourasse, essa célula que iria começar a revolução, usaram até a frase do Marighela: a centelha que iria incendiar o vasto paiol de pólvora que tínhamos a nossa disposição e você falou em infantil eu não acho que isso nem é infantil e nem criminoso não é; é insensato... (CARRION, 2003).

Desse modo, verificamos que, ao longo daquele período, início dos anos 1950, a questão da Guerra na Coreia levaria a um intenso trabalho de militância política dos marinheiros, nosso objeto da pesquisa, em se mobilizar para modificar os rumos que os decisores brasileiros se inclinavam a seguir, naquele momento. Houve um considerável trabalho das células comunistas com os representantes do PCB, com o objetivo de encontrar uma saída para o que parecia ser o destino daquele grupo ou fração de militares que se situavam, naquele contexto, à esquerda do espectro ideológico, com base no referencial teórico de Nelson Werneck Sodré. Assim, uma tomada de decisão que os levasse ao conflito, resultaria, conseqüentemente, em tese, a uma saída revolucionária, na medida em que as condições para tal saída ali estavam colocadas na Marinha de Guerra brasileira, estimuladas pelas diretrizes do Manifesto de Agosto de 1950 do Partido Comunista do Brasil. Sobre esses preparativos revolucionários, que envolviam diretamente os marujos, Luiz Carrion assinalou, no entanto, que:

Carrion: - Em todos os quartéis, todas as células tinham como uma das tarefas a coleta de armas e na Marinha, por exemplo, nós coletamos muitas Colt 45 que era arma de sargentos que comandavam o pelotão e era mais fácil de tirar uma Colt 45, levava numa marmita, desmontava a arma e levava. Não tinha essas coisas que tem hoje como controle eletrônico. Então da Marinha nós tínhamos muitas Colt 45, do Exército tiramos muitos fuzis, inclusive da minha unidade depois que fui expulso o pessoal que continuou na célula tirou uns fuzis que tinham para guarda e que eram quatro paus de fogo, sabe aquela coisa antiga, tiraram e guardaram. E essas armas eram envoltas em

papel celofane engraxado, era um papel especial para não pegar ferrugem, e depois eram enterradas. Se nascessem teria uma floresta de armas em todo o Rio de Janeiro, todos os quartéis faziam isso, agora se chegou a eles eu não sei. Esse Clóvis de Oliveira Neto ele era do Comitê Central, ele foi também para a União Soviética conosco, ele já tinha uma certa mais de quarenta e cinco anos e era considerado velho pela nossa faixa etária e esse Clóvis de Oliveira Neto numa das reuniões antes de começar ele dizia aos companheiros que tinha uma grande notícia que começou a revolução; todos se perguntaram, mas como começou a revolução? Ele estava tão entusiasmado com Porecatu que acreditou estar começando a revolução. Era uma faísca ainda.

Paulo: - E a teoria da faísca poderia vir também de um navio?

Carrion: - Verdade, nós tínhamos certeza que se um grupo de marujos armados entrasse num interior imediatamente eles estariam com as massas porque estão descontentes, as massas procuram uma saída.

Paulo: - Essa discussão ganhava os marinheiros?

Carrion: - Sem dúvida. (CARRION, 2003).

Verifica-se, na citação acima, que havia percepção, por parte de alguns dirigentes partidários, de que existia uma preparação para um levante revolucionário planejado, acompanhado por um trabalho clandestino nos quartéis brasileiros, com desvios de armamentos, para se atingir aqueles objetivos. Ao que tudo indica, um desses protagonismos caberia aos marinheiros e que, em tese, provavelmente a revolução estaria relacionada, principalmente, com possível decisão do governo brasileiro de envolver o País no conflito coreano.

Na decisão do Governo Brasileiro de não participar da guerra coreana, a nosso ver, pesou a militância política dos marinheiros, ao lado de outros fatores conhecidos na literatura consagrada ao estudo do tema. Viria então, a seguir, a reação dos chefes militares contra outros militares envolvidos, em especial os marujos, que sofreram graves violações aos direitos humanos, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

A DECISÃO DE NÃO PARTICIPAR DA GUERRA E A REPRESSÃO AOS MARINHEIROS

No ano de 1952, o governo de Getúlio Vargas definitivamente tomaria a decisão de não enviar uma força expedicionária para participar do teatro de guerra coreano, decisão essa que levou ao retorno, para o Brasil, dos Cruzadores Tamandaré e Barroso, que se encontravam em portos norte-americanos. A atuação firme e decisiva de um grupo de marinheiros engajados, politicamente, em uma pauta de demandas que reivindicava Abono de Natal, Campanha da Tabela de Vencimentos, Melhoria da Alimentação e, sobretudo, a não participação de brasileiros na Guerra da Coreia, teve peso significativo na decisão do então Presidente.

4.1. O anticomunismo no Brasil, entre os anos de 1940 e 1950

Rodrigo Patto Sá Motta explica que a definição de anticomunismo seria, a princípio, elementar, mas que, além do conceito, havia uma realidade bem mais complexa. Os anticomunistas, combatentes ferrenhos do comunismo, agiam individualmente ou em grupo, fosse tal ação pela palavra ou por atos concretos. Tais procedimentos constituíam uma forma de impedir que fosse adiante qualquer projeto de orientação comunista. Para o acima mencionado pesquisador, o comunismo compreendia uma síntese marxista-leninista, que originou o bolchevismo e o modelo soviético. No amplo espectro que compunha o anticomunismo, havia projetos díspares, como o fascismo, o socialismo democrático, o catolicismo e o liberalismo. As diferenças não estariam restritas à forma, mas, sim, na elaboração de estratégias de “combate ao comunismo”. Uma das características desse movimento heterogêneo anticomunista era a de atuar conjuntamente, nos momentos que se revelassem mais críticos, na União. Essas frentes anticomunistas eram, via de regra, de natureza efêmera, pois tempo de duração delas dependia da continuidade do que se convencionou chamar de “perigo comunista”. (MOTTA, 2002, p. XIX-XX).

Visões antagônicas em relação ao comunismo colocavam-no como revolução “libertadora e humanitária”, ou como a desgraça que destruía a “boa sociedade”, fazendo emergir o caos e causando o terror político. Nesse sentido:

Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária. (MOTTA, 2002, p. XX).

Assim, o crescimento do Partido Comunista e os Levantes de 1935 provocaram modificação efetiva nos setores conservadores do país, os quais atuaram, de forma mais intensa, na disseminação e na consolidação do anticomunismo no país. Tal situação foi mantida durante a ditadura do Estado Novo, entre os anos de 1937-1945, na democratização ocorrida a partir desse período e das eleições presidenciais e parlamentares, também no ano de 1945. O governo do então presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, um militar conservador, teve atuação decisiva na cassação do registro do PCB, em 1947, e dos seus parlamentares, no ano de 1948.

Um dos órgãos de repressão policial e política, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), conquistará protagonismo, por meio da perseguição, do fichamento, da prisão e da tortura de opositores políticos, principalmente entre as décadas 40 e 50. Luiz Apollonio, um dos agentes policiais mais conhecidos nesse período, conquistou destaque no aparelho repressivo, com a publicação dos livros “Técnicas e táticas comunistas” e o “Manual de Polícia Política e Social”, este último destinado à formação de policiais, que atuariam no DOPS/SP. (GARCIA, 2019). Tais obras fizeram uma análise do funcionamento da estrutura e da organização do PCB, apresentando a história do Partido Comunista no Brasil, dos organismos internacionais, como o Kominform, e dos diferentes Comitês e células de base da legenda. Reconhecido por sua eficiência até pelos quadros do PCB, Gorender relatou, anos depois, o encontro com Apollônio, na repartição policial:

Passados vários dias, resolveram encerrar a tortura e fui entregue às mãos de Luís Apollônio, a fim de prestar depoimento tomado a termo por escrito. Pelas suas perguntas, percebi que o descontrole, que tanto me inquietou, havia sido ineficaz. Nada me tiraram de comprometedor para os companheiros. Ainda ágil nos seus setenta anos, Luís Apollônio era o mais famoso investigador da Polícia política paulista. Fez grandes estragos no PCB nos anos 30 e tinha no currículo os interrogatórios de dezenas de comunistas, inclusive Marighella. Embora lhe faltasse graduação universitária, lecionava na Academia de Polícia e recebia o tratamento de Professor. Para começar, fala em tom cordial e aviso de que não usava tortura. Óbvio: já lhe entregavam os prisioneiros triturados e nada impedia que desfrutassem de novo os embalos do pau-de-arara. (GORENDER, 1987, p. 218-219).

O DOPS funcionou entre os anos de 1924 a 1983, atuando contra o que consideravam transgressões à ordem pública, com base nas normas de controle e vigilância determinadas pelo regime político vigente. A repressão política e social seria uma das estratégias mantidas pelos detentores do poder, com o objetivo de disciplinar a população para a observância de normas exigidas pela sociedade do trabalho urbano e industrial. Durante a ditadura do Estado Novo, o organismo policial ligava-se às demandas do projeto político implementado, caracterizado pela centralização das instituições e pelo tratamento autoritário dado às questões políticas e sociais. (FLORINDO, 2000, p. 6).

O *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* apontou que, em relação a todos os Departamentos de Ordem Política e Social existentes no país, o mais atuante teria sido o DOPS de São Paulo, o qual, provavelmente, se reproduzia, trocando os atores e situações, nos demais estados. O projeto de se constituir uma força policial no estado paulista remonta à década de 1910, diante das preocupações envolvendo questões sociais. Naquele momento, dentre os movimentos que assustavam as elites, estavam o anarquismo, o sindicalismo e, a partir de 1917, o comunismo. A polícia política de São Paulo foi criada através da Lei estadual n.º 2.034/1924, e regulamentada pelo Decreto n.º 4.405-A/1928. O nome “Delegacia de Ordem Política e Social” seria alterado, em 1975, para “Departamento Estadual de Ordem Política e Social” (DOPS/SP ou Deops).

É possível afirmar, conforme demonstram documentos, que, na década de 1950, as funções do DOPS estavam direcionadas para a investigação, prevenção e repressão de delitos de caráter político, social e econômico. O DOPS atuava na fiscalização de importações, exportações, comércio, fabricação, emprego e utilização de armas, de explosivos, de inflamáveis, de munições, de produtos químicos agressivos ou corrosivos, além da fiscalização da entrada, permanência e saída de pessoas, do território nacional, mais precisamente a partir do estado de São Paulo. (BRASIL, 2014, p. 162).

4.2. As violações aos direitos humanos de militares brasileiros, na década de 1950

No início da década de 1950, o país testemunhou graves violações aos direitos humanos, e as denúncias foram reunidas em alguns documentos importantes, os *Depoimentos Esclarecedores Sobre os Processos dos Militares* e o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*.

Os militares foram uma presença constante no processo político brasileiro, em diferentes eleições presidenciais ou parlamentares. Desse modo, na eleição de 1945, um número considerável de oficiais e praças concorreram a cargos legislativos, por diferentes legendas políticas. Entre esses, havia os militares que disputaram as eleições pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Em contraposição, numerosos militares se vincularam à União Democrática Nacional (UDN), partido conhecido por pertencer, ideologicamente, ao campo conservador.

A Comissão Nacional da Verdade analisou os casos dos militares perseguidos no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988. Os pontos norteadores da investigação foram: a anistia, as tentativas de investigação dos crimes que remetiam à ditadura do Estado Novo, e o papel desempenhado pelos membros das Forças Armadas na criação da Constituição de 1946, cuja discussão recaiu sobre a construção da democracia e do Estado Democrático de Direito.

No período da ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas, com o Decreto-Lei n.º 7.474, de 18 de abril de 1945, atuou no sentido de anistiar ativistas que participaram de crimes políticos, desde o ano de 1934. Essa anistia beneficiou cerca de 565 presos políticos, incluindo o dirigente comunista Luís Carlos Prestes, já preso por cerca de dez anos. Em razão de componentes ideológicos no trabalho das comissões, militares nacionalistas e de esquerda, participantes do Levante de 1935, não foram contemplados com a anistia. Em contraposição, os militantes integralistas, que no ano de 1938 realizaram um *putsch*, foram beneficiados com a lei, sendo anistiados. Na questão dos crimes atribuídos ao Estado Novo, no ano de 1946, foi instalada a Comissão que ficou encarregada de analisar os serviços do Departamento Federal de Segurança Pública, acompanhada da Comissão de Inquérito sobre “os atos delituosos da Ditadura”, momento em que foram examinados os crimes cometidos contra os militares, entretanto sem punições. (BRASIL, 2014, p. 14).

Durante o período da Guerra Fria, os conflitos internacionais ecoaram na política brasileira, o que resultou em mudanças, como a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), a qual protagonizou a criação da Doutrina de Segurança Nacional, que elevaria o antagonismo entre militares e sociedade. O espectro do Levante de 1935 também colaborou para o

recrudescimento do anticomunismo no país, e mais especificamente, no Exército, na medida em que tal fato passou a ser referência nos discursos de militares conservadores. A cassação do PCB, em 1947, e dos mandatos parlamentares no ano de 1948, a partir do Manifesto de agosto de 1950, influenciaria de formas diferentes os militares brasileiros, provavelmente com maior receptividade entre os praças, já que o próprio major Cavallari cita, em depoimento, que a luta armada não era uma posição dos oficiais. Nesse aspecto:

As lições de 1935 não foram esquecidas pelos militares. Nacionalistas e esquerdistas interpretariam na década de 1960 como uma orientação para adotarem um comportamento legalista. Em contrapartida, os praças começaram a radicalizar suas posições. Enquanto isso, os militares conservadores iniciavam uma violenta repressão aos militares nacionalistas e de esquerda, em nome do combate ao comunismo. (BRASIL, 2014, p. 14).

Na abertura democrática de 1945, o governo de Eurico Gaspar Dutra manteve políticas repressivas do Estado Novo, direcionadas, mais especificamente, contra os militares nacionalistas. Surgiram também, na conjuntura política, as articulações golpistas de setores civis e militares, que marcariam o país, até o ano de 1964. Contudo, entre os militares de esquerda e democratas, havia a defesa de uma agenda que tratava de causas nacionais, tais como a campanha “O Petróleo é Nosso” e a não participação brasileira na Guerra da Coreia, além da oposição à internacionalização da Amazônia. Um dos fóruns em que ocorriam debates entre as diferentes facções políticas era o do Clube Militar. Daquele espaço, as discussões e posicionamentos ecoavam pela sociedade e eram acompanhados pela imprensa brasileira, tendo como um de seus marcos o debate em torno da eleição de 1950. É preciso ressaltar que a pauta debatida na entidade militar também era acompanhada pelos praças e marinheiros, que se organizavam em espaços, como, por exemplo, as associações de classe.

Os Depoimentos Esclarecedores Sobre os Processos dos Militares foi um importante documento publicado no ano de 1953, pois abordou as sucessivas violações aos direitos humanos dirigidas contra os militares das Forças Armadas e os civis. Nele, constam os depoimentos recolhidos das vítimas da repressão institucional, cujos métodos empregados e divulgados incluíam agressões físicas, torturas, intoxicações, envenenamentos, privações em relação às condições do cárcere, como as detenções em solitárias, nas quais havia irregularidades alimentares e insalubridade. A publicação foi de autoria da Associação Brasileira dos Direitos do Homem, cuja sede encontrava-se na cidade do Rio de Janeiro. Nos casos envolvendo as prisões dos maiores Júlio César Machado e Leandro José de Figueiredo, legalizadas pelo Superior Tribunal Militar, o advogado Sobral Pinto condenou as violações

infligidas aos direitos dos implicados, estendendo tal condenação ao caso de outros militares, como os soldados, os fuzileiros navais e os marinheiros. Assim, ele denuncia:

Consoante este texto, para que alguém possa ser regularmente processado e preso como indiciado ou autor de um crime contra as instituições militares do país, é indispensável que tenha praticado ato que seja definido como crime pela legislação penal respectiva. Sem que em inquérito, legalmente instaurado, seja feita a prova de que a ação imputada a militar tenha sido declarada, previamente, crime de natureza militar, este não poderá sofrer prisão [...] Não se concebe, em regimes constitucionais, como no que predomina no Brasil, que o poder judiciário ou o poder executivo de insurjam, como acaba de fazer o Superior Tribunal Militar, contra a lei penal, declarando-a caduca, insuficiente ou pernicioso. [...] Para manter presos os oficiais do Exército, despreza o texto claro, preciso da lei, e abraça, imprudentemente, o princípio vago e genérico da periculosidade das ideias e dos atos. (PINTO, 1953, p. 65-70).

Nesse sentido, na visão de Sobral Pinto, nota-se que, na conjuntura da década de 1950, a leitura dos direitos humanos incidia sob a perspectiva dos direitos civis e políticos. O advogado, portanto, apresentou o caso dos militares como ilustração da presença de componentes ideológicos nos desdobramentos da repressão institucional, os quais embasavam as prisões, feitas sob a alegação de adesão ao comunismo. Como verificaremos ao longo do capítulo, um número considerável de marujos sofreria tais repressões, torturas e tratamento cruel, desumano e degradante, principalmente por atuarem contra a decisão de enviar combatentes brasileiros para atuar no conflito coreano.

Nessa linha dos *Depoimentos Esclarecedores Sobre os Processos dos Militares*, a Comissão Nacional da Verdade também abordou o tema, sendo que o *Relatório* produzido pela investigação apontou que, na Marinha brasileira, existia um importante grau de associativismo em torno de demandas que não tinham sido solucionadas, desde a Revolta da Chibata, em 1910. Portanto, com base nessas demandas, havia uma reflexão em torno do papel dos marinheiros na ordem democrática. (BRASIL, 2014, p. 14-15).

Contudo, os dados disponíveis sobre a repressão e perseguição aos militares, ocorridas principalmente na década de 1940 e 1950, são ainda incipientes, o que pode ser notado no julgamento dos processos de anistia de oficiais e praças. A CNV estima que centenas de militares acabaram sendo expulsos das Forças Armadas, e os suspeitos que prosseguiram, seriam cassados, no ano de 1964. Entre as perseguições ocorridas, houve intervenções, como no Clube Militar, do qual alguns membros foram enviados para servirem em guarnições distantes. Entretanto, todos seriam cassados em 1964.

Em relação às violações dirigidas contra os militares e civis, temos a obra *Campo de Concentração de Parnamirim - RN: torturas na Base Aérea de Natal 1952-1953*, publicada pela Comissão Estadual pela Verdade e Justiça – RN, que investigou os casos de torturas, maus-

tratos e violências físicas e morais dirigidas aos militares da Força Aérea Brasileira e aos civis presos sob a acusação de serem comunistas. No ano de 1951, o Partido Comunista do Brasil tinha, de acordo com a publicação, cerca de seis a sete células espalhadas pelos bairros da cidade de Natal, na Base Aérea, na Base Naval, no Serviço de Febre Amarela e uma no porto local. As questões que mais ocupavam os militantes do PCB eram:

[...] a denúncia da penetração do capital estrangeiro na exploração das riquezas minerais, notadamente o petróleo; a possibilidade de participação do Brasil na Guerra da Coreia, enviando tropas; a ratificação dos acordos militares entre o Brasil e os Estados Unidos; a estabilidade dos sargentos, seu direito de voto e de organização em associações. Por outro lado, a questão agrária assumia uma importância política que mostrava a necessidade de organização dos trabalhadores rurais. (COMITÊ PELA VERDADE-RN, 2013, p. 18).

De acordo, ainda, com a publicação, nenhuma outra obra poderia retratar o horror e a crueldade existentes no interior da Base Aérea de Natal, sob o comando do coronel Honório Ferraz Koeler, do subcomandante major Roberto Hipólito da Costa, do capitão Ivan Machado Pereira, além dos tenentes Carlos Alberto Bravo da Câmara, José Correia Pinto e Alberto Sartori, sendo Ministro da Aeronáutica o brigadeiro Nero Moura. A prisão do jornalista e professor Luiz Ignácio Maranhão Filho seria descrita assim:

Sequestrado no dia 04 de dezembro de 1952, no Recife, em plena Rua Imperial, pelo tenente Ney Noronha e patrulha. Recolhido a um campo de concentração, com cerca de arame farpado, no Quartel-General da 2.^a Zona Aérea. Piedade, onde demorou uma hora, foi transportado de avião para Natal, sob ameaça de ser algemado. Em Natal foi recolhido ao campo de concentração da Base Aérea. Tendo exigido o seu direito, como advogado, de ser recolhido à sala do Estado-Maior, foi jogado numa cela-túmulo.

No mesmo dia foi levado à presença do coronel Koeller comandante da Base, que ordenara sua prisão. Exigia o cel. Koeller "explicações" sobre várias reportagens publicadas na "Folha do Povo", do Recife, sobre torturas a presos políticos em Parnamirim. No dia seguinte foi levado à meia noite, para o que chamavam uma "sessão espírita", sendo então espancado e torturado por um grupo de oito oficiais e um sargento. Nessa noite, foi espancado até o clarear do dia, sendo colocado despido com fortes refletores sobre o rosto. Espancaram-no brutalmente a cassetêes de borracha em todo o corpo, inclusive na cabeça e garganta. Foi esmurrado no rosto até sangrar pelo nariz e pela boca. Essas torturas prosseguiram durante quinze dias. Por ordem do major Hipólito foi metido em camisa de força e amarrado. Depois de assim imobilizado, teve o saco escrotal amarrado a um cordão, que era puxado pelo tenente Câmara e ao qual o mesmo oficial pendurou um pêso de madeira. Pelo major Hipólito foi espancado a cassetêe até cair sem sentidos. após o que era levantado do chão pelos cabelos. Teve, depois, a cabeça e sobrelhas raspadas. Sofreu da parte dos tenentes Câmara e Correia Pinto, durante várias horas, torturas a golpes de "jiu-jitsu", em consequência das quais seus braços ficaram deformados pelas inchações. Numa das noites de suplício, enquanto um oficial o segurava, o major Souza Mendes o espancava na cabeça, o sgt. Correia o espancava nas plantas e dedos dos pés, e o ten. Câmara queimava o seu corpo com um cigarro aceso. Em consequência o seu corpo ficou cheio de queimaduras e bolhas, a ponto de os soldados da guarda se mostrarem atemorizados, imaginando tratar-se de varíola. Durante os espancamentos foi

obrigado a ingerir doses de óleo de rícino. Sentado diante de uma mesa, teve os braços imobilizados por um oficial que se postou sobre seus braços. Isso serviu para que o ten. Câmara, rindo sadicamente introduzisse agulhas nas suas unhas, das quais várias apodreceram. Na cela era constantemente espancado a pontapés nas costelas e pernas. Também batiam violentamente com a sua cabeça nas paredes de cimento armado, ficando em estado de delírio. (COMITÊ PELA VERDADE-RN, 2013, p. 21-22).

Dessa forma, de acordo com o depoimento recolhido pela Comissão Estadual pela Verdade e Justiça - RN, nota-se que a Base Aérea de Natal seria um dos centros de violações aos direitos humanos no país, cujos métodos e práticas se assemelhavam, em parte, ao que marinheiros e fuzileiros navais testemunhariam em quartéis e dependências da Polícia Política do Rio de Janeiro.

4.2.1. O caso dos fuzileiros navais

Um dos casos mais notórios de violação aos direitos humanos recaiu sobre os fuzileiros navais. Eles tinham uma peculiaridade em relação aos marinheiros, na medida em que constituíam uma tropa especial, organizada e bem armada. Compunham, em sua maioria, o Corpo de Fuzileiros Navais da cidade do Rio de Janeiro. Os acusados foram investigados no Inquérito Policial-Militar que apurava as atividades e infiltrações comunistas na Marinha de Guerra Brasileira. Entre os fuzileiros navais mais conhecidos e listados como vítimas da repressão, temos: Israel Militino Pereira, José Nunes Santos Sé, José Alves de Carvalho, Cláudio Alves da Rocha, Januário Magalhães, Nacib Cordeiro, José Carlos e Silva Neto, Alírio Alves de Oliveira e Rupho Magalhães.

Nelson Werneck Sodré (2010, p. 402) foi um dos primeiros historiadores que chamaram a atenção quanto à repressão institucional desencadeada após a campanha de protesto contra a intervenção militar brasileira na Coreia. As violências começariam na Marinha de Guerra, cujos quartéis se transformariam em locais de torturas, e os oficiais transformados em “carrascos”. As celas se tornaram em “câmaras de defuntos”, sob a anuência dos superiores. A repressão atingiria as três forças militares - Marinha, Exército e Aeronáutica. O pesquisador menciona os casos de violações sofridas por José Pontes Tavares, civil e ex-marinheiro; Enéas Menezes, também ex-marinheiro; e o relacionado a Clarindo Pereira de Senna, taifeiro, que foi encontrado desfalecido, em um quartel do Exército.

Um dos casos mais notórios analisados na pesquisa foi o de Israel Militino Pereira, que havia prestado depoimentos no referido inquérito, sob violência, e levado, posteriormente, à Polícia do Exército, na qual ficou cerca de dez dias, sob ameaças de ser jogado pelas janelas do

quartel. Outro local para o qual conduziam os militares era o Batalhão de Cavalaria de Guarda, com a ameaça de, posteriormente, serem encaminhados à Polícia Política (DOPS):

[...] que nessa sala o Capitão Santa Cruz tirou o paletó com intenção de seviciar o declarante, no que era auxiliado pelo tenente Quadra e sargento Lourival, todos tratando o declarante como: “Seu sem vergonha!”; que de ali foi levado para o Batalhão de Cavalaria de Guarda, onde o capitão Adriano, do Exército, esbofeteou o declarante, arrancando as suas barbas a unha; que aquele oficial estava rodeado de outros oficiais de armas em punho, que se dirigiam ao declarante, concitando-o a reação, para que pudessem fuzilá-lo; que durante vinte e nove dias, prosseguiram as sevícias, em cujo tempo o declarante entregues ao inspetor Boré para ser boretizado; que dias depois, veio para o Corpo de Fuzileiros Navais, onde o declarante pensava que melhorasse a situação, posto que continuou aquele mesmo estado de coisas; que já estava sob a jurisdição da Justiça, quando foi conduzido ao camarote do capitão Santa Cruz e ali fechado, foi pelo mesmo sargento Lourival espancado; que esteve incomunicável vários dias; que não cometeu nenhum crime, desejando tão só melhor estado para si e para seus camaradas; que lutava pela melhoria do rancho, que lutava pelo regresso dos Cruzadores brasileiros, que estavam em vias de seguir para a Coreia; que lutavam pelo abono; que lutavam pela nacionalização do petróleo, pelo monopólio estatal do petróleo, não queria que que nossa juventude fosse para a Guerra da Coreia, que lutava pela paz; que estavam convicto não se ter afastado de suas obrigações de brasileiro e patriota. (BRASIL, 1953d).

A possibilidade de ser enviado para depoimento na Polícia Política era um problema para muitos militares investigados, em razão dos relatos sobre o que ocorria no local, principalmente o tratamento dado aos detidos. Um dos investigadores mais temidos era Cecil Borer¹²⁸, que lançava mãos de crueldade contra os investigados. A repressão a Militino referia-se à questão da mobilização contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coreia, à alimentação no quartel, à campanha “O Petróleo é Nosso” e ao regresso dos Cruzadores Tamandaré e Barroso, que se encontravam com tripulação brasileira em portos norte-americanos, como parte da preparação para eventual ida ao conflito asiático.

O que levou ao recrudescimento da repressão contra os fuzileiros navais foi a discussão sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia, e a atuação de tais militares. A presença, entre estes, de membros e simpatizantes das células de base do Partido Comunista do Brasil agravava a situação. Naquele momento, temeu-se a instauração de outra ditadura no país, que, há alguns anos, havia vivenciado a do período chamado Estado Novo:

[...] a aludida farsa foi premeditadamente urdida; que visava essa farsa implantar uma ditadura sangrenta no país; para conseguir o envio de tropas para a Coreia; que no Corpo de Fuzileiros não havia nenhum movimento subversivo; que existiam patriotas fardados que lutavam pela paz contra a guerra; que pretendiam melhoria no rancho;

¹²⁸ Cecil de Macedo Borer (1913-2003), baiano, arremessador de peso, ingressou na Polícia Política do antigo Distrito Federal no ano de 1932, aposentando-se em 1965, depois de atuar nas repressões decorrentes do golpe civil-militar de 1964. <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/13/ex-diretor-do-dops-contou-que-espias-iam-para-a-cama-em-busca-de-segredos/>. Acesso em: 19/03/2021.

que lutavam contra o pacto militar, pacto este de guerra e colonização de nossa pátria. (BRASIL, 1953i).

Os fuzileiros navais relataram, ainda, que ocorria a tentativa de se conseguirem assinaturas para endossar depoimentos forjados pelas autoridades e pelos responsáveis, no âmbito do Inquérito Policial-Militar que investigava atividades e infiltrações comunistas na Marinha de Guerra. Em alguns momentos, alcançavam-se os objetivos, mediante uso de práticas condenáveis, como a intoxicação e o envenenamento dos militares, por meio de alterações na alimentação servida aos detidos:

[...] o interrogado e seus companheiros foram encaminhados para os quartéis do Exército e da Polícia desejando frisar que a referência a seus companheiros abrange marinheiros e fuzileiros, para forçar a assinatura de um depoimento forjado; que foi preso a dezessete de junho de junho e remetido para os ditos quartéis e que neles ficou até data, cujo limite perdeu; que ali veio a sentir-se intoxicado, fato que atribui a alimentação contendo drogas; que o interrogando solicitou a assistência médica, que lhe não foi prestado; que deseja ressaltar as condições da prisão, que era uma célula hermeticamente fechada, na qual chegavam a atirar água, estando o interrogando sem qualquer abrigo, com a roupa do corpo e ali só se achava um banco tosco. (BRASIL, 1953i).

Tais práticas de intoxicação e envenenamento recebiam o nome de “boretização”, em alusão ao investigador Cecil Borer, policial lotado na Polícia Política, cujo comportamento era visto como violento, sendo temido pelos sindicatos de trabalhadores e pela população da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, “boretizar” remetia a tais métodos condenáveis:

[...] já era dado o depoimento a assinatura do depoente; que o interrogando se negou por várias vezes a assinar o mesmo; que numa dessas vezes de ir e vir, o capitão Santa Cruz ameaçou o depoente de ser entregue ao inspetor Boré, usando da expressão: que era para ser boretizado. Que assim, depois de mais de vinte dias, quando o depoente, sem comer estava abatidíssimo e tendo notícias do taifeiro Clarindo Pereira Senna, morto num dos Quartéis do Exército, resolveu assinar o depoimento que lhe foi apresentado; que posteriormente, chegou a ser espancado por um tenente, cujo nome não sabe, mas que pode conhecer pela fisionomia. (BRASIL, 1953i).

Uma parte da reclamação apontada pelos fuzileiros navais recaía sobre as prisões em que os detidos desconheciam as acusações. Tal ocorrência verifica-se em diferentes autos de interrogatórios analisados, no desenvolvimento da pesquisa. Percebe-se que as diferentes tensões se baseavam em depoimentos e ilações apontadas por testemunhas.

Algumas das acusações contra os fuzileiros navais, também verificadas no material pesquisado e analisado, referiam-se ao desvio de armamentos e munições, além da existência de incêndios suspeitos, ocorridos no Corpo de Fuzileiros Navais. Historicamente, tais militares foram vistos com desconfiança em diferentes acontecimentos, sendo o mais conhecido a

Revolta do Batalhão Naval, ocorrida no ano de 1910, poucos dias depois da eclosão da Revolta da Chibata. Tal evento ficou por muito tempo desconhecido por parte da historiografia nacional, sendo resgatado pelo pesquisador Henrique Samet, no livro intitulado *A Revolta do Batalhão Naval*, publicado no ano de 2011¹²⁹.

Entre os locais em que tais militares eram aprisionados, estava o Presídio da Marinha de Guerra, localizado na Ilha das Cobras, na cidade do Rio de Janeiro. Uma das características que marcam o local relacionava-se às celas escavadas em rochas e também ao fato de ser uma prisão muito antiga. Foi nesse local que um grupo de marinheiros, acusados de terem participado da Revolta da Chibata, foram aprisionados, de onde saiu um único sobrevivente: o marinheiro João Cândido. O tratamento dispensado a alguns dos fuzileiros foi o encarceramento em “solitárias” insalubres e úmidas:

[...] solitária, passou dezesseis dias incomunicável, numa cela imunda, em cujo tempo nenhuma limpeza foi feita na solitária; que nessa, por várias vezes, jogavam água; que daí saiu conduzido à uma prisão simples; que novamente foi chamado pelo capitão Ramiro de Santa Cruz, e tendo sido espancado novamente na Secretaria do Presídio da Marinha; que, depois do espancamento, foi arrastado para uma solitária, onde passou vinte dias, até baixar ao Hospital Central da Marinha. (BRASIL, 1953g).

A questão dos maus-tratos também seria denunciada na Segunda Auditoria da Marinha, pelos advogados Vivaldo Ramos de Vasconcellos, Evandro Cartaxo de Sá, Marui Goulart e Sinval Palmeira, conforme consta na Ata nº 62/1952, de 20 de setembro de 1952:

[...] contra os maus tratos a que vem sendo submetidos os prisioneiros presentes, sujeitos a incomunicabilidade, não permitindo as autoridades do Presídio Naval que os advogados se comuniquem com os presos e não deixando que sejam visitados por suas famílias, estando alguns submetidos à solitária, dormindo em estrados forrados com esteiras. (BRASIL, 1953a).

A situação dos militares aprisionados seria reportada na referida Auditoria Militar, mencionando a condição em que estes se encontravam. É importante ressaltar que os desdobramentos do Inquérito Policial-Militar ocorreriam, mais especificamente, no ano de 1952. Assim:

Numa das solitárias, encontrou o Conselho o preso JOSÉ NUNES SANTOS SÉ, um dos que deixaram de comparecer perante o Conselho hoje, em greve de fome, bastante enfraquecido. Noutra solitária, o Conselho encontrou o preso JOSÉ ALVES CARVALHO, em greve de fome, muito enfraquecido, que, sendo interrogado pelo

¹²⁹ Este livro trata de um acontecimento pouco conhecido na história brasileira, que teria ocorrido dias depois da Revolta da Chibata de 1910, e com praticamente os mesmos protagonistas. Duramente reprimida, a Revolta do Batalhão Naval foi ofuscada pela revolta que a precedeu.

juiz – C.T.Md. Olyntho Cardoso Novis da Silva, na presença do advogado – Evandro Cartaxo de Sá, disse ter sido espancado no dia primeiro de setembro andante e posto na solitária. Perguntado se fosse posto fora da solitária comeria, respondeu que sim. Noutra solitária, foi encontrado o preso ARNO RIEPE, em greve de fome, e disse estar na solitária há dezenove dias. Na sétima solitária, foi encontrado o preso RAMIRO BARRETO DE ALENCAR, em greve de fome, há trinta dias, segundo disse, em estado de grande depauperamento. As solitárias são pequenas, tendo a fechá-las uma porta da chapa de ferro. Os presos foram encontrados sobre estrados de madeira, com pouca altura distante do chão, cobertos de esteiras, num plano inclinado, tendo no fundo de cada solitária um vaso sanitário raso. Todos os presos disseram que estavam em greve de fome, porque foram postos nas referidas solitárias, mas que passariam a comer logo que fossem postos fora dessas solitárias e postos na prisão comum. (BRASIL, 1953a).

O fuzileiro naval Januário Magalhães denunciou que o Inquérito Policial-Militar, que se desdobrou em um processo judicial, era forjado e que o objetivo era o de punir os militares que atuassem politicamente na defesa de alguns temas, como os relacionados à participação de brasileiros na Guerra da Coreia, à melhoria dos soldos e contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, que foi assinado no ano de 1952. Contudo, aquela guerra já encaminhava para o segundo ano de embates entre as forças opositoras:

[...] o inquérito não passa de uma farsa policial militar, forjada pelo serviço secreto, com o intuito de levar aos cárceres patriotas que lutam por melhorias dos vencimentos, contra a guerra, contra o envio de soldados para a Coreia e contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. (BRASIL, 1953e).

Para as autoridades navais, o trabalho de atuação política, com o objetivo de esclarecer a situação e os rumos a serem seguidos, seria visto como conspiração, quando, pela análise corrente e segundo a nossa hipótese, remetia à atuação dos marinheiros, atores importantes na referida discussão quanto à participação brasileira no teatro de guerra coreano. Outro local em que os militares eram recolhidos para encarceramento, era o Regimento de Cavalaria do Exército, onde ocorriam também graves violações aos direitos humanos, relativas ao degradante tratamento dispensado aos investigados. No caso de um dos fuzileiros navais vítimas da opressão, explicava-se que:

[...] foi preso no dia dezessete de junho último, levado para o primeiro Regimento de Cavalaria, onde foi jogado em uma célula úmida, escura e dormindo sob uma tábua fria, sem qualquer agasalho e sofrendo por parte de alguns oficiais coações e violências; que assim esteve até o dia vinte e cinco do mesmo mês onde foi levado para a sala número vinte e três, onde se encontrava o capitão Santa Cruz, que veio com uma confissão preparada, ordenando ao depoente que o assinasse, e como o declarante se negasse a fazê-lo porque desconhecia o conteúdo da mesma, foi agredido pelos mesmos com a ameaça de ser encaminhado à Polícia Central. (BRASIL, 1953e).

Verifica-se, facilmente, que o cárcere se assemelhava a depósitos de pessoas e que, em razão das condições relativamente antigas da construção, a condição dos militares ali aprisionados, pode-se dizer, eram indignas e inapropriadas, o que contribuía para a configuração de crimes contra a humanidade. Aparentemente, também não eram observados os direitos civis e políticos dos acusados, fato somado, ainda, ao longo período de detenção deles. Outro ponto a se salientar conduz a um padrão seguido pelos algozes, em especial, ao capitão Santa Cruz, um dos oficiais do Inquérito, o qual, conforme depoimento dos acusados, tinha, como hábito, o uso de meios impróprios para conseguir a assinatura do investigado em uma confissão já anteriormente escrita.

Desse modo, poderia ser notado que havia temor entre os militares investigados de serem enviados para a Polícia Política do DOPS, do Distrito Federal, situado na cidade do Rio de Janeiro. Nesse local, conforme já mencionado, o tratamento dispensado aos acusados era marcado, segundo testemunhas, por situações de violência, principalmente contra os integrantes de setores trabalhistas e sindicais, além dos tidos como opositores políticos, como os fuzileiros navais acusados no Inquérito Policial-Militar de serem comunistas. Na legislação vigente naquele período, ser acusado de “subversivo” acarretava um certo ônus aos investigados. A Polícia Política, no ano de 1950, já havia publicado o livro “Métodos e táticas comunistas”, de autoria do investigador paulista Luiz Apollônio, que relatava a história, a estrutura e o funcionamento do Partido Comunista do Brasil. Esse livro seria compartilhado entre as demais seções do DOPS no país, institucionalizando orientação política de repressão aos adeptos da legenda, colocada na ilegalidade, no ano 1947. Havia um conjunto de legislações que punia a atividade política nos quartéis e dependências militares, como, por exemplo, o Decreto-Lei n.º 6.227, de 24/01/1944 (Código Penal Militar) e o Decreto-Lei n.º 431, de 18/05/1938.

Um dos aspectos que também causavam transtornos aos militares investigados relacionava-se aos longos períodos de detenção, fossem estes nas Forças Armadas ou nas dependências da Polícia Política. Existia a situação de um militar passar um tempo detido em uma repartição, para, logo em seguida, ser transferido para outro local, aumentando-se o tempo do encarceramento. Tal fato pode ser notado no caso da detenção do fuzileiro naval Nacib Cordeiro:

[...] durante trinta e sete dias, ficou preso jogado a uma cela de mais precárias condições de higiene, onde era levado ao gabinete do senhor encarregado do Inquérito, em que era coagido a assinar depoimentos, cujo contexto o declarante desconhecia; que o objetivo que era levar ao cárcere patriotas, cujo anseio era garantia da soberania nacional. (BRASIL, 1953j).

Os *Depoimentos Esclarecedores* pontuaria que o militar, preso no dia 25 de maio de 1952, por ordem do ministro da Marinha, Renato Guillobel, foi conduzido para o Presídio da Marinha, onde fora coagido, espancado com a coronha de um fuzil por um fuzileiro naval, e ameaçado pelo capitão Santa Cruz de ser enviado à Polícia Política do Rio de Janeiro.

A luta pela melhoria dos soldos foi um dos fatores agravantes da repressão dirigida contra os fuzileiros navais, momento em que a atuação de tais militares, na luta pela conquista de condições satisfatórias de trabalho, era considerada subversiva, o que acarretava punições. As acusações veiculadas contra os soldados, fuzileiros navais e marinheiros que reivindicavam a melhoria das condições de trabalho, também serviam como ponto de partida para situações humilhantes como a tortura, cuja finalidade era a de conseguir confissões forjadas que incriminassem os detidos. Percebe-se que havia um rol de situações consideradas nas investigações do Inquérito Policial-Militar, o qual investigava as atividades e infiltrações comunistas na Marinha de Guerra. Nesse sentido, a luta por melhoras nos vencimentos ou a reclamação em relação à alimentação eram motivações desencadeadoras de arbítrio para a punições dos militares envolvidos. Neste aspecto, José Carlos e Silva Neto declarava, baseado em tais acusações:

[...] foi levado para o Batalhão de Guardas, onde fizeram o declarante dormir no cimento frio, durante duas ou mais semanas recebendo várias ameaças de várias espécies, senão confirmasse aquilo que lhe entregavam escrito como declaração do depoente; que já estava enfermo e não mais suportava tal estado, quando foi tirado dali, onde o declarante dormia e que era obrigado a satisfazer todas as necessidades fisiológicas; que até o dia vinte e três de agosto o declarante assinou documentos, sem saber o que neles continha. (BRASIL, 1953h).

A luta contra o imperialismo norte-americano e contra os trustes internacionais também era considerada, pelas autoridades, atividades supostamente comunistas, na Marinha de Guerra. Esse debate era, em muitos momentos fomentado nas reuniões das células de base do Setor Militar. No interrogatório, Alírio Alves de Oliveira assinalava que:

[...] sua prisão é como a de todos os militares patriotas o resultado de pretenderem a defesa da pátria, que está envolvido num famigerado inquérito, engendrado pelo Serviço Secreto, a mando dos *trusts*; que determinaram a feitura do inquérito, que o resultado de tão nefasta atuação há sido o massacre assassínio. [...] que o interrogando lutava em defesa da pátria, pela paz e contra o envio de tropas para a Coreia, e contra o Acordo Militar, que representava a submissão de nosso país a uma potência estrangeira, contra o assalto que vem sofrendo as nossas riquezas minerais; que protesta contra tudo isso que aconteceu ao interrogado e aos seus companheiros, responsabilizando o ministro da Marinha, presidente da República e o encarregado do inquérito; que o capitão Laginestra, testemunha nesse processo, aos reclamos do depoente a respeito de justas reivindicações reagia com a inclusão de seu nome no livro de castigo e cadeia; que, a pergunta do juiz auditor acerca da maneira como o

acusado desdobrava a sua campanha acima mencionada no Corpo de Fuzileiros Navais, respondeu que lutando contra tudo que é antinacional, e entendendo sob esta rubrica, por exemplo, o Acordo Militar; que na prática, o interrogando desdobrava essa atuação através de manifestações nas quais emitia sua opinião como todo povo brasileiro, todo amante da pátria faz; que suas manifestações foram só de palavras, não tido ocasião de fazer qualquer ato, neste sentido. (BRASIL, 1953b).

Para todos os efeitos, os *Depoimentos Esclarecedores Sobre os Processos dos Militares* revelou que Alírio Alves de Oliveira acabara sendo preso no dia 27 de maio de 1952, e jogado, no Presídio da Marinha, em uma cela infecta, úmida, na qual ele dormia sobre uma tábua de madeira, com a cabeça apoiada na borda de um vaso sanitário, no local. Foram cerca de 30 dias, sob essas condições, sendo, ainda, vítima de coações físicas e morais, além de sofrer humilhações e espancamentos do inspetor Cecil Borer, na Polícia Política.

Outra situação que ilustra o arbítrio praticado contra os soldados fuzileiros navais, refere-se ao caso de Rupho Magalhães que, de acordo com os *Depoimentos Esclarecedores*, preso no dia 20 de junho de 1952, no local em que servia, o Centro de Reparos Almirante Moraes Rêgo, segundo ordens do ministro da Marinha, foi conduzido, posteriormente, para o chamado “edifício 23”, a fim de ser submetido a coações físicas e morais. A partir de 16 de setembro do mesmo ano, Rupho passou a realizar greve de fome, juntamente com outros colegas, como forma de denunciar as graves violações aos direitos humanos, relativas ao tratamento cruel, desumano e degradante que recebiam.

4.2.2. O caso dos marinheiros

Nelson Werneck Sodré, no livro *História Militar do Brasil*, mencionou tais violações aos marinheiros, indicando que militares, assim como segmentos dos fuzileiros navais e das demais Forças Armadas do país, foram punidos de forma arbitrária, em razão da mobilização política de alguns núcleos contra a participação brasileira na Guerra da Coreia. De acordo com o pesquisador, houve diversos episódios de detenções acompanhadas de torturas, espancamentos, envenenamentos e maus-tratos, quando, também, eram negadas as mínimas condições em relação à garantia da preservação da vida dos investigados. Tais situações encontram-se documentadas no livro *Depoimentos Esclarecedores Sobre os Processos dos Militares*.

Os marinheiros constituem um dos segmentos militares que mais sofreram graves violações aos direitos humanos, convivendo com situações de torturas, de envenenamentos, de intoxicações, de espancamentos e de ameaças por parte das autoridades brasileiras. Os marujos

foram detidos com base no Inquérito Policial-Militar que apurava a existência de atividades e infiltrações comunistas na Marinha de Guerra do país. Os investigados seriam enviados para diferentes prisões e sofreriam violências em diferentes locais, como, por exemplo, as dependências da Polícia Política, também conhecida como Polícia Civil, o Batalhão de Guardas e a Polícia do Exército. Segundo José Pontes Tavares:

[...] em primeiro lugar quer protestar pelas violências de que foi vítima, preso a 3 de junho: que sofreu toda a sorte de violências; por parte do Serviço Secreto da Marinha e do Exército, por parte das pessoas assim numeradas: tenente Santos Lima, capitão tenente Santa Cruz, o promotor Amarílio, o escrivão Saraiva, o tenente Ávila do Exército, e mais seis a oito indivíduos que o declarante desconhece os nomes dos mesmos; que o declarante foi amarrado e espancado violentamente e colocado numa viatura que se dirigiu à Polícia do Exército, sob constante espancamento; que daí foi transferido imediatamente para o Batalhão de Guardas onde deu entrada sob espancamento de cassetete de borracha; que no Quartel foi colocado numa cela e às nove horas da manhã, compareceu o capitão Adriano acompanhado de um oficial que desconhece o nome que passaram a espancar o declarante; que passou o dia sem alimento; sem água e sem ter onde fazer necessidades fisiológicas; que à noite foi retirado da cela e levado para a Avenida Brasil onde foi ameaçado de morte e dali conduzido para o Depósito de Material da Aeronáutica onde foi submetido a interrogatório por dez pessoas entre as quais reconheceu o tenente Ávila e daí sob palavras de baixo calão e ameaças foi transferido para a Polícia Civil. (BRASIL, 1952k).

Entre os algozes de Pontes Tavares, estavam o tenente Santos Lima, o capitão-tenente Santa Cruz, o promotor Amarílio, o escrivão Saraiva, tenente Ávila e o capitão Adriano. O marinheiro sofreu privações tanto em relação à alimentação, quanto em relação à água, além da de, também, satisfazer as necessidades fisiológicas. Nas dependências da Polícia Política, o marujo apontou que sofreu violências dos agentes:

[...] foi arrastado pelos fundos das calças para o 3.º andar, onde foi barbaramente espancado, despido e depois arrastado para uma cela cheia de fezes e serragem, e logo em seguida lhe foi aplicado um purgante grande de óleo de rícino (uma garrafa); que no dia 14 de junho foi novamente espancado e outra dose de óleo foi ingerida, que nessa situação perdurou até o dia 18 foi visitado por um indivíduo que se dizia médico, que determinou uma chávena de chá para o declarante; que logo após ter tomado esse chá novamente foi espancado por oito a dez pessoas e que continuou despido sem ter onde fazer necessidade até o dia 22 de junho, quando foi levado para uma sala e aí permaneceu dezesseis horas e meia, sentando sob vigilância; que no dia 23 foi novamente barbaramente espancado; que atentaram contra a sua moral de qualidade de homem; sendo pisado, chutado e com um cano de borracha os testículos amassados; que em estado de coma foi transferido para a mesma cela, onde lhe jogavam água de instante a instante para recobrar os sentidos; que o estado de espancamento durou até o dia 27, quando lhe aplicaram uma injeção de soro para não morrer; que nessa situação permaneceu até o dia 30 de junho, sem comer e sem beber, quando foi transferido para a Polícia do Exército. (BRASIL, 1952k).

As violências sofridas pelo marinheiro Tavares seriam lembradas anos depois, em um depoimento, em que se afirmava que o “ex-marinheiro José Pontes Tavares, já falecido a bastante tempo, fora preso, apanhara muito em 52, 53, permanecendo por muito tempo na prisão, sendo este citado no livro do Sodré” (CARRION, 2003). Tavares era um dos assistentes políticos que faziam a ligação do Partido Comunista com as células de base do Setor Militar na Marinha de Guerra. Ele atuaria junto com Geraldo Campos e João de Oliveira Santos, no ano de 1950 e, com este último e Eliezer Bandeira de Aquino, entre 1951-1952.

O *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* apresentou um agravante em relação às violações sofridas pelo marinheiro, ao apontar que elas ocorreram na presença de oficiais norte-americanos, que também acompanharam os processos e a prisão. Essa denúncia foi confirmada por outros marinheiros. O senador Domingo Velasco assim relataria a situação de José Pontes Tavares:

Preso no dia 13 de junho, por ordem do ministro da Marinha, prisão que foi efetuada por escolta constituída de soldados e oficiais da Marinha e do Exército, civis da Polícia Política e três americanos. Foi ameaçado de morte, barbaramente espancado e amarrado no ato da prisão e assim conduzido sob a mira de metralhadoras e outras armas para a Polícia do Exército. (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES, 1953, p. 9).

O marujo relataria que as violências que lhe foram impingidas, como também a outros companheiros, remetiam à ratificação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, que viria acompanhado da decisão de enviar tropas brasileiras para a Guerra da Coreia, assim como, também, à situação do monopólio do petróleo brasileiro. Pode-se notar que a problemática envolvendo o país tinha como base os temas já elencados, e que as violações tinham relação direta com a nossa hipótese de pesquisa, em que a atuação política dos marinheiros, ao lado da posição de outros decisores, fora importante para o Brasil não participar do conflito na península coreana e, ainda, que as torturas sofridas por Tavares seriam um indício da repressão que se abateu sobre os marinheiros, na defesa de tal posicionamento:

[...]. O governo quer a guerra e por isso sofre pressão dos *trusts* internacionais, no sentido de ser enviado para a Coreia vinte mil jovens brasileiros, corroborando isso, recebemos a visita do mister Dean Acheson, no momento em que transita no Parlamento um projeto entreguista da Petrobrás que vai a ratificação no local; que vai a ratificação um acordo militar Brasil-Estados Unidos que permitirá ao governo satisfazer o intento dos *trustes*, e portanto como não poderia deixar de ser; que nesse momento foi desencadeada uma campanha para atemorizar os patriotas para o envio de tropas brasileiras para a Coreia. (BRASIL, 1952k).

Nota-se que há ocorrência de torturas, envenenamento por óleo de rícino, esmagamento das glândulas genitais – testículos -, além da fome e sede. Com base em tais ocorrências, o marinheiro Arno Riepe acabou sendo enviado aos cuidados médicos de um dos hospitais militares do Rio de Janeiro, a saber, o Hospital Central da Marinha, ou ao correspondente do Exército. Nesse aspecto, o militar indica:

[...] que sofreu torturas no 1.º Regimento de Cavalaria de Guarda; na Polícia do Exército; na Polícia Especial do Exército; na Polícia Civil e no Presídio da Marinha; que essas torturas se traduzem em espancamentos, fome, sede, ingestão forçada de óleo de rícino, compressão de glândulas genitais, e, em consequência de tudo isso teve que baixar ao Hospital onde permaneceu durante quinze dias. (BRASIL, 1952g).

No rol de violações dirigidas contra os marinheiros brasileiros, constava também o expediente de enviá-los para o sofrimento de outras violações, nas dependências militares ou na Polícia Política. Existia o temor difundido entre os marujos no que diz respeito às práticas repressivas nessa instituição, que atuava contra os sindicatos e trabalhadores, além da perseguição aos militantes e simpatizantes do Partido Comunista do Brasil. Diante das ameaças, Simão Borba Maranhão declararia que:

[...] atribui a sua prisão a razão das autoridades estarem forjando leis para escravizar o povo brasileiro; que assinou o documento do Inquérito Policial-Militar coagido, visto ter permanecido vinte e quatro dias preso, mal alimentado, com a cela molhada várias vezes, e que nos últimos dez dias permaneceu com febre, clamando o médico que não apareceu, que após os dias já mencionados de prisão, foi conduzido a presença do capitão Santos Lima, que disse ao declarante que ou assinava o documento que lhe era presente ou então era “boretizado”, seguindo-se das torturas de boretização. (BRASIL, 1952n).

O marinheiro Eliezer Bandeira relatou os desdobramentos da repressão institucional decorrentes do Inquérito Policial-Militar em questão, revelando que se recusou a assinar depoimentos apresentados para seu endosso, na Polícia Política. Após pressões para a assinatura de tais documentos, Aquino seria conduzido para a morro do Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro e, de lá, foi colocado em local e posição que lhe ameaçava a própria vida, visto que poderia despencar violentamente do local. Tais ordens teriam partido, provavelmente, do capitão de mar e guerra Pedro Paulo de Araújo Suzano, encarregado das apurações do IPM. Encaminhado a uma das dependências da Polícia Civil, o marujo passaria por situações de tratamento cruel, desumano e degradante, sendo agredido com diferentes objetos, além de ser envenenado com óleo de rícino pelos agentes policiais, conforme segue:

[...] o documento que ele assinou era uma farsa e uma mentira; que a sua assinatura foi alcançada por meios violentos, quando delirava em febre na Polícia Civil; que foi levado ainda para o Corcovado e lá foi colocado de cabeça para baixo, por ordem do capitão de mar e guerra Pedro Paulo de Araújo Suzano; que na Polícia Civil apanhou de cacetete, levou pimenta nos olhos e no anus; que por último pisaram na sua garganta e pela mesma derramaram uma garrafa de óleo de rícino, tudo isso sob a chefia dos policiais Boré e Vasconcellos; que durante treze dias que permaneceu na Polícia Civil sempre esteve nu, recebendo de vez em quando queimadura de ponta de cigarros em suas partes pudicas; que dado o seu estado de saúde reclamou assistência médica, mas no entanto foi lhe dado outra cela no Batalhão de Guarda; que com insistência teve a visita de médico, seguindo depois para o Hospital Central do Exército; que nesse local tirou chapa do pulmão não recebendo nenhum medicamento, sendo remetido para o Hospital Central da Marinha, que nesse, permaneceu baixado treze dias e foi dado como curado quando o seu estado de saúde ainda não permitia e assim como colocado no Presídio do Corpo de Fuzileiros Navais. (BRASIL, 1952h).

Os *Depoimentos Esclarecedores* assinalam que Aquino foi preso no dia 27 de maio de 1952, por ordem do ministro da Marinha, quando se encontrava a bordo do contratorpedeiro “Greenhalgh”, de onde foi conduzido para o 1.º Regimento de Reconhecimento Mecanizado e colocado em uma cela de 1,75 por 1 metro, cujo ambiente era considerado úmido, sem luz e infecto. No dia 02 de junho do mesmo ano, o marinheiro foi transferido para o 1.º Regimento de Cavalaria de Guardas, ocasião em que foi espancado pelo tenente Zenóbio. Aquino ficou nesse local até o dia 17 de junho, em cela, tendo sido levado para as dependências da Polícia Política, encontrando-se já com a saúde debilitada, com enfermidades no estômago e sinusite. Em seguida:

Foi selvagemmente espancado, despido e lançado à cela cheia de vermes e dejetos fecais. De instante a instante jogavam-lhe água fria no corpo, aplicavam-lhe grandes doses de óleo de rícino, queimaduras de cigarro, pimenta nos olhos, na boca e nariz, introdução de cassetete de borracha no ânus, ficando prostrado sem sentidos, em consequência disso. Passou 13 dias nu, sem comer e sem beber, tendo baixado ao Hospital Central da Marinha (H.C.M.) gravemente enfermo, no dia 1.º de julho, ficando até o dia 16 quando foi conduzido para o Presídio da Marinha. A 19 de julho foi levado para o morro do Corcovado e ameaçado de ser jogado, despenhadeiro abaixo. No dia 22 de julho foi, novamente, entregue a Polícia Civil com febre e delirando pois já há 4 dias, que não se alimentava e aí é submetido aos mesmos espancamentos, já anteriormente descritos, acrescido de banhos de água gelada na cabeça, pelo que veio a baixar, outra vez ao H.C.M. (dia 25) de onde saiu para o Presídio da Marinha, no dia 28 de agosto. (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES, 1953, p. 9).

O marinheiro Ramiro Barreto de Alencar, após ser detido com base nas apurações do Inquérito Policial-Militar que, como já mencionado, apurava a existência de atividades comunistas na Marinha de Guerra, foi seviciado e violentamente espancado por policiais da Polícia Política. Nesse aspecto, ele foi:

[...] recebido debaixo de socos e pontapés; que o declarante foi colocado dentro de uma cela juntamente com seis ou oito elementos; que ao chegar ao cubículo foi despido; que tudo isso foi comandado por Vasconcellos e pelo inspetor Boré; que ali foi obrigado a tomar uma dose de óleo de rícino que o declarante calcula de umas duzentas e cinquenta gramas mais ou menos; que nessa prisão fazia as suas necessidades fisiológicas, sem ter aparelhos sanitários; que no sexto ao quatorze dia os oficiais passaram a dar ao declarante um bolinho de arroz, uma vez por dia, com água; que durante esses dias os policiais faziam guerra de nervo e à noite lhe aplicavam pancadaria na cabeça, nos rins, etc.; que no dia quatorze suspenderam essa pequena bóia (alimentação) e assim ficou até o dia dezessete; esclarece que do dia vinte e nove de abril ao dia cinco de maio, ficou sem comer e sem beber; que do dia dezessete, que já estando com a cabeça em desequilíbrio, sem saber o que estava fazendo, expelindo puz pelo ouvido, foi levado novamente para a Polícia do Exército, para colocar a sua assinatura; que assim procedeu por se encontrar já doente, sem saber o que estava fazendo. (BRASIL, 1952k).

Assim, o marinheiro foi preso no mês de abril do ano de 1952, no CIAW, por ordem das autoridades militares brasileiras, e seviciado pela Polícia Política. Os *Depoimentos Esclarecedores* apontavam também que Alencar fora espancado, envenenado e jogado em um local insalubre, sendo que, posteriormente, seria enviado para outros lugares, nos quais seria mantido o tratamento violento dispensado ao militar:

[...] preso no dia 17 de abril no C.I.A.W., por ordem do Ministro da Marinha. Conduzido para a PE e depois para o 1.º Regimento de Cavalaria de Guardas aí ficou até o dia 29, jogado numa cela infecta, dormindo numa taboa e sem abrigo. No dia 30 foi entregue à Polícia Civil (D.O.P.S.), onde foi violentamente espancado e seviciado pelos policiais e forçado a ingerir enorme dose de óleo de rícino, desnudado e jogado numa cela aí permaneceu até o dia 5 de maio, sem comer e nem beber, sobre urina podre e fezes repletas de vermes. Esses espancamentos continuaram até o dia 17 de maio quando foi enviado ao 2.º R.I., onde permaneceu até o dia 28. Nessa ocasião baixou ao Hospital Central da Marinha, dando alta no dia 22 de junho. Levado ao Presídio da Marinha e jogado em uma solitária, onde passou 18 dias de fome para fugir aos maus tratos e espancamentos. (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES, 1953, p. 10).

O militar Jack de Souza também sofreu violências físicas durante o período em que permaneceu detido no Batalhão de Guardas e na Polícia do Exército. Dentre as violações, estavam a ausência de condições dignas no encarceramento, pois era insalubre e impróprio. Outro aspecto a ser considerado, refere-se ao envolvimento de familiares, os quais tinham a finalidade de conseguir consentimentos das vítimas, no sentido de endossar depoimentos, sob pressão, para forjar a admissão de culpas. O marujo sublinharia que as investigações do processo teriam, na sua visão, o objetivo de implantar ou reimplantar uma ditadura no país, levando-se em conta que, há bem pouco tempo, o regime do Estado Novo, formalmente, tinha terminado, apesar de ainda serem mantidos alguns dispositivos legais, como os atestados de ideologia e a manutenção do Partido Comunista do Brasil (PCB) na ilegalidade, que teve cassados seus registros no governo de Eurico Gaspar Dutra. Na questão dos maus-tratos, então:

[...] o processo a que responde o declarante é uma farsa, porque o declarante foi coagido a dizer o que não era verdade; que ali ficou preso durante 30 dias, incomunicável, numa cela do Exército, no Batalhão de Guardas; que passou trinta dias sem ver a luz do sol, sem tomar banho, com barbas crescidas, dormindo no cimento úmido, sem ter colchão e sem cobertor; que só podia fazer as suas necessidades fisiológicas duas vezes ao dia; como se isso não bastasse foi levado para o Regimento de Cavalaria onde foi levado para a cela com socos e pontapés, dado pelo primeiro tenente do Exército Zenóbio, que avisou ao declarante que iria buscá-lo duas horas após apanhar e que isso aconteceu; que após essas horas o declarante foi tirado da cela pelo referido oficial e um aspirante, alto, que não sabe o nome, e foi despido e em seguida surrado; que isso se deu durante três vezes em uma noite e no dia seguinte foi levado para a Polícia do Exército onde foi dito que seria levado para a Polícia Civil onde colegas seus já haviam sofrido torturas; que diante disso, tendo esposa e dois filhos e ainda em razão de seu estado físico bastante combalido não teve dúvida em assinar o documento que lhe era apresentado, como assinaria outro documento que dissesse que seu pai e mãe haviam cometido um assassinato; que o que mais lhe humilhou foi ver que oficiais da Marinha, seus superiores, entregassem marinheiros fardados à Polícia Civil para que a mesma Polícia levasse a efeito os seus instintos de tarados. [...] que esse processo é para abrir caminho a uma ditadura fascista, terrorista. (BRASIL, 1952j).

O adoecimento dos marinheiros foi um dos aspectos apontados nas violações aos direitos humanos dos detidos. O jornal *Imprensa Popular*¹³⁰, de 21 de setembro de 1952, em texto intitulado “Há Patriotas Morrendo Nos Cárceres da Marinha”, explicava que o presidente do Conselho de Justiça havia negado o pedido do promotor militar para que se realizasse uma sindicância na Ilha das Cobras, com a finalidade de investigar as prováveis violências dirigidas contra os presos. A denúncia era feita pelo advogado Vivaldo Ramos de Vasconcellos. A publicação citava nominalmente os marujos presos e mencionava que, entre aqueles que desfilavam alquebrados e vítimas das torturas mais inomináveis, encontravam-se Orlando Francisco da Silva e José Oliveira Marinho, naquele momento foragidos e que, por isso, não teriam comparecido à sessão pública da Segunda Auditoria da Marinha, de 20 de setembro de 1952. Já José Nunes dos Santos Sé e José Santos de Carvalho também não apareceram na mencionada sessão, em razão do debilitamento físico, resultante dos maus-tratos e da violência sofridos nas dependências militares. Foram aprisionados em solitárias durante um número considerável de dias, ocasião em que teriam sido espancados junto com José Pontes Tavares, naquele momento, já na condição de civil. O jornal denunciava as graves violações cometidas contra os marinheiros, embora estes fossem apresentados, pelas autoridades responsáveis da

¹³⁰ Jornal carioca fundado em 1948 e fechado em 1958 e estava vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Substituiria o antecessor *Tribuna Popular* fechado em dezembro de 1947. O *Imprensa Popular* procurava funcionar como um jornal voltado para as massas, indo além do que um órgão a serviço da mencionada legenda política. Participavam como redatores os senhores Pedro Mota Lima, Aidano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir, Paulo Mota Lima, Moacir Werneck de Castro além de outros jornalistas. Cobriu o “Apelo de Estocolmo” e a Campanha “O Petróleo é Nosso”.

Marinha de Guerra, como indivíduos adoecidos e que precisavam ser encaminhados aos cuidados médicos da enfermagem.

Seguindo nessa linha, Nelson Werneck Sodré relataria que:

Quartéis foram transformados em locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos, celas em câmaras de defuntos, com a anuência, ou a conivência, ou a cumplicidade de comandantes de unidades, e com o conhecimento de generais. As violências abrangem as três Forças Armadas. Assim, minoria de oficiais, que de forma alguma podia ser tomada como representativa das classes armadas e de sua mentalidade, tomara a si a sinistra e suja tarefa de esmagar aqueles que desejavam apenas defender os interesses do país e repelir a intervenção indébita e impatriótica de potência estrangeira. Tais elementos deixaram uma página negra em nossa história militar e representaram a infâmia de que o imperialismo é capaz. (SODRÉ, 2010, p. 402).

No levantamento realizado na pesquisa, o marinheiro Agenor do Nascimento seria apontado como um dos militares detidos que adoeceram com o tratamento dispensado pelas autoridades brasileiras. Os *Depoimentos esclarecedores* registrariam que o marinheiro foi:

[...] preso no Rio Grande do Norte por ordem do Ministro da Marinha, no dia 28 de maio, onde passou 19 dias em uma cela molhada, dormindo sobre uma tábua, sujeito a toda sorte de maus tratos. No dia 19 de junho é trazido para o Rio a bordo do NE “Guanabara” onde foi colocado em uma solitária, situada no porão. No dia 23 foi levado à PE. Aí sofreu, durante várias horas ameaças e coações físicas e morais, notadamente por parte do tenente Santos Lima, depois foi levado para o Batalhão de Guardas e jogado em uma cela infecta, já descrita em outros depoimentos. Adoeceu em virtude de não poder atender às suas necessidades fisiológicas regularmente. Levado para o Presídio da Marinha, como os demais, sofreu coações e maus tratos, pelo que entrou em greve de fome. (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES. 1953, p. 15).

O marinheiro, que passou por situações de maus-tratos nas dependências policiais e militares mencionou, em depoimento, que tomara conhecimento da problemática em relação à Guerra da Coreia por meio de outro militar, que lhe teria informado que os Cruzadores Tamandaré e Barroso estariam, com a guarnição, em portos norte-americanos e em preparação para se dirigirem ao conflito coreano. Portanto, foi esse o contato do marujo, assim como o de outros militares, com as células de base do Setor Militar. No caso dele, provavelmente no ano de 1951:

[...] por volta de janeiro de mil novecentos e cinquenta e um, ouvia pelos demais companheiros do navio em que servia, o Encouraçado “Minas Gerais”, palestras em que diziam que os seus colegas estavam indo buscar Cruzadores da América e de lá se dirigiriam para a Coreia; que não acreditou nesses boatos, que nessa época o depoente foi abordado pelo marinheiro Eneas Menezes que lhe falou da melhoria de vida, melhoria do rancho concitando o depoente a lutar por essas causas e pelo aumento de vencimento para praças; que pediu ao marinheiro Eneas Menezes algum

tempo para pensar; que pouco tempo depois, aceitou tal convite, passando a colaborar com a célula comunista do Encouraçado. (BRASIL, 1952a).

Os assistentes políticos do Setor Militar ficavam com a tarefa de executar volumoso trabalho nas Forças Armadas, e mais especificamente, na Marinha de Guerra. Uma parte da desarticulação do núcleo ocorreria no Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro, com a prisão e indiciamento de um numeroso grupo de marujos:

[...] depois de algumas prisões em 52, as prisões começaram com dois marinheiros coletando assinaturas na Quinta da Boa Vista e os dois por acaso do Minas Gerais e pela prisão dos dois eles já sabiam que os marinheiros não abriram o bico eles foram torturados e não abriram o bico. Os sargentos eles praticamente não sofreram a chamada tortura física de paulada mas, ficaram presos fechados e tal; o que já é uma tortura e todos eles abriram o bico. (CARRION, 2003).

O ex-sargento, então, compara a situação dos marinheiros com a dos sargentos que, nos anos de 1950, vivenciaram uma significativa militância política, na Casa do Sargento do Brasil, afirmando que uma parte dos militares do Setor Militar presente, na entidade, não estava preparada para uma ofensiva repressiva sobre os membros, além de ter de suportar o desgaste de depor em um Inquérito Policial-Militar:

Aliás, entre parênteses, eu acho que essa é uma das razões do porquê que o movimento dos sargentos de 50 foi jogado para baixo do tapete, porque para a sargenteada abrir o bico era fácil, inclusive os da Marinha.

Paulo: - Mas aí não eram pessoas tão firme ideologicamente, para entregarem todo mundo?

Carrion: - Eram pessoas não orientadas, esse pessoal não tinha orientação, as reuniões que eu participei de várias eram de política geral, etc, mas, ninguém estava prevenido para uma prisão e tal, depois que começaram a surgir aquele depoimento daquele tcheco, Julis Fuchik e o livro, *Defesa Acusa* do Marcel, não sei o sobrenome. Apareceu *Defesa Acusa*, apareceu esse do Fuchik e daí o partido começou a fazer folhetos para dizer como se portar na prisão mas daí a vaca já tinha ido pro brejo.

Paulo: - *Se fores preso camarada*; era aquilo?

Carrion: - *Se fores preso camarada*; mas isso já é posterior e o pessoal não tinha orientação sobre isso, então eu conversei com muitos depois disso e um que era meu amigo em disse que teve que me dedar, porque não tinha jeito eu já tinha saído do partido e ele disse que quem o chamou para o partido fui eu, Carrion. Eu fiz um trabalho grande em cima dele e ele era um cara muito bom ele chamava-se Eli dos Santos Filomeno. E Eles me contaram que quando presos bolaram um plano para dizer que liam o jornal do partido, mas não eram do partido. Então começaram a dar migalhas para ver se; mas não adianta essa prática é suicida não adianta; os caras vão puxando e inquérito policial militar é uma coisa massacrante, eu já participei de vários. Participei de um que começou as duas da tarde e terminou as três da manhã no dia seguinte e o cara de vez em quando saia, ia tomar uma coisa e me deixava lá sentado mas eu tinha 24 anos e se fosse necessário eu passava três dias ali para cansar. (CARRION, 2003).

Assim, como ocorreu a muitos marinheiros, a repressão também se abateria sobre os sargentos e oficiais. Com os primeiros, fora disseminada uma prática entre os investigadores de, em alguns momentos, conseguirem depoimentos forjados com o objetivo de incriminar os marujos e puni-los, isso quando não faziam uso de práticas violentas, como espancamentos, intoxicações, envenenamentos e torturas.

O caso da detenção e aprisionamento do marujo Agenor do Nascimento, ocorrida no estado do Rio Grande do Norte, estado em que havia uma base naval e a Base Aérea de Parnamirim, onde funcionava, também, um centro de torturas a que eram submetidos civis e militares da Força Aérea brasileira, entre os anos de 1952 e 1953.

A obra *Campo de concentração no RN: torturas na base aérea de Natal 1952-1953*, contribuição recente, trata, especificamente, da situação de violação aos direitos humanos, no estado do Rio Grande do Norte. Caso notório, nesse sentido, foi o das violações que ocorreram nas dependências da Base Aérea de Natal, envolvendo um dos ex-funcionário do local, que foi ameaçado e ilegalmente detido:

SEVERINO MIRANDA - casado, 30 anos, ex-funcionário da Base Aérea de Natal. Preso a 23 de setembro de 1952, ouviu o major Hipólito dizer em termos de baixo calão, que: "Não adianta requerer mandado de segurança", e que qualquer habeas-corpus seria devolvido aos juízes depois de usado como papel higiênico. Acrescentava o referido oficial: "Aqui nem os altos poderes da nação põem a mão". Foi, em seguida, jogado numa cela, onde permaneceu sem dormir. Após 15 dias, foi chamado a prestar depoimento, às 22 horas, sob a força de mais tremendo terror policial. Estarrecido, ouviu o presidente do inquérito dizer: "Você fala que eu ampliarei seu pensamento" e assim forjaram todo o depoimento. (COMITÊ ESTADUAL, 2013, p. 53)

Uma das formas de tortura infligida, posteriormente, às vítimas da repressão, nas dependências militares de Parnamirim, seria a intoxicação dos aprisionados com substâncias colocadas na alimentação servida, o que se pode comparar ao que ocorria nos campos de concentração nazistas:

Um dos métodos mais monstruosos, porém, foi colocar, entre outros tóxicos, substâncias alucinatórias, entorpecentes, diarreicas e vomitórios na péssima alimentação que forneciam. Ao que tudo indica, foram utilizados com esse fim substâncias dos tipos maconha, seconal e tártaro emético. Imagine-se, assim, o resultado sinistro: diante da mente dos presos perpassam visões terríveis de fantasmas, serpentes, horrores de toda espécie. É sobre homens em tal situação que se abate a fúria dos novos nazistas. Na sua bestialidade, eles se embriagam. Do Cassino dos Oficiais chegam caixões de bebidas e depósitos com gelo. É no meio dessa orgia que os tarados investem contra presos quase desfalecidos, espancando-os a cassetete e chibata! Eis uma típica cena da decadência romana, atualmente revivida, com mais requinte ainda, com novos Neros e Tibérios! E por acaso piores seriam as ocorrências nos campos nazistas de Buchenwald e Ravenbrück? (COMITÊ ESTADUAL, 2013, p. 54-55).

O 3.º sargento da FAB, Enéas de Oliveira Filho, seria uma das vítimas do arbítrio naquele local:

[...] preso em serviço a 13.11.52 é levado a interrogatórios sob ameaças de torturas e transferido para o Q.G. da Segunda Zona Aérea, onde fica incomunicável. A 28 volta à Base de Natal, onde continuam os interrogatórios e ameaças, tendo em vista obrigá-lo a assinar documentos forjados. Por força de pedido de "habeas-corpus" é posto em liberdade a 19-11-52. Novamente é preso a 2-VI-52, quando se achava no leito de Centro Médico da Base, e apesar de protesto de ten. médico dr. Barros Lima. Com outros, é conduzido ao 16º R.I., sob escolta e as mesmas ameaças de maj. Hipólito. Aí é jogado em cela incomunicável, sem qualquer tratamento, apesar de seus protestos, tendo-se agravado sua doença. Mesmo nesse estado, foi a 19 levado para a Base, onde o cap. Ivan, encarregado do inquérito, pretende à força que assine documento por ele forjado. Negando-se a aceitar a farsa, e tendo protestado contra os maus tratos, raspam-lhe a cabeça, rasgando-lhe a farda e é brutalmente espancado pelos tenentes Vasconcelos, Jordão e Câmara, que lhe dão socos, pontapés, e de cassetetes; sendo nos intervalos jogado num armário calafetado, molhado de urina podre e saturado de fumaça. À noite, sem comer, é jogado numa pequena e fétida cela, com dois pequenos orifícios no teto, pelos quais o tarado ten. Câmara lançava fezes e urina podre. Apesar de doente e com febre, no dia seguinte é novamente submetido a torturas, ameaças de morte, e serve de alvo ao major Hipólito, que põe uma lata em sua cabeça e atira com um revólver, atravessando-a bem próximo à cabeça. E para dar forças às suas ameaças, o mesmo major declara que "ele mataria, e todos os torturadores presentes testemunhariam morte por suicídio". Novamente conduzido ao 16º R.I., tal é o agravamento de sua doença que a 23-VII foi transferido para o Centro Médico da Base. Aí permaneceu, baixado e incomunicável, durante 28 dias, tendo alta sem mesmo estar curado. Daí é jogado no Campo de Concentração propriamente dito, onde já se encontram outros. (COMITÊ ESTADUAL, 2013, p. 68).

Portanto, na Base Aérea de Parnamirim, mais conhecida como Base Aérea de Natal, funcionava esse “campo de concentração”, onde um numeroso grupo de sargentos da FAB sofreria graves violações aos direitos humanos, devido, principalmente, ao posicionamento destes contrários ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, o que também implicava, diretamente, a questão do envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia. O livro *Memória e Justiça do Rio Grande do Norte*, fruto do trabalho do Comitê Estadual pela Verdade, trouxe a público, no ano de 2013, a situação estarrecedora vivida pelos perseguidos, naquele estado.

A embarcação “Minas Gerais”, da Marinha de Guerra Brasileira, era um dos locais em que havia uma atuação política importante nas células de base do Setor Militar, sendo um de seus núcleos, e, por isso mesmo, visados pelos investigadores que apuravam a existência de atividades e infiltrações comunistas na força naval. O marinheiro Heitor de Paula Santos relatou como ocorrera sua aproximação com o trabalho das células e com a pauta dos marujos, na conjuntura do início da década de 1950:

[...] por volta do ano de mil novecentos e cinquenta quando o depoente pertencia a guarnição do Encouraçado “Minas Gerais”, foi procurado pelo marinheiro Eneas Menezes que o convidou para tomar parte na célula do Partido Comunista existente naquele navio mostrando ao depoente as lutas e que deveria lutar pela campanha do aumento de vencimentos, melhoria do rancho, ninguém para a Coreia e volta dos Cruzadores etc. o que foi aceito pelo depoente. (BRASIL, 1952i).

Heitor de Paula Santos, vítima de violações, sofreu com a atuação do capitão-tenente Ramiro de Santa Cruz, na fase das investigações, reportando com base nos *Depoimentos Esclarecedores* que:

[...] foi preso, no dia 30 de junho no “C.I.A.W.”, por ordem do ministro da Marinha. Teve sua residência vandalicamente varejada. Foi levado para a PE no mesmo dia, tendo sido espancado pelo tenente Santos Lima, da Marinha, tenente Ávila vila e capitão Adriano do Exército, por se recusar a assinar um documento ali mesmo forjado, contendo mentiras. Daí foi levado, no dia 28, para o Presídio da Marinha, onde as violências continuaram, mesmo depois do processo já ter sido entregue à Justiça. O clima de terror criado pelo capitão F. N. Santa Cruz foi tal, que todos se viram obrigados a participar da greve de fome, inclusive esse marinheiro, Heitor de Paula Santos. (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES. 1953, p. 15).

Da mesma forma, o marinheiro José Gomes Siqueira, embarcado no navio Minas Gerais, seria vítima da repressão institucional, com base no referido Inquérito Policial-Militar:

[...] foi preso ao dia 30 de junho, a bordo do encouraçado “Minas Gerais”, por ordem do ministro da Marinha, sendo entregue na PE aos torturadores capitão Adriano e tenente Ávila do Exército, ambos. Aí foi submetido a um interrogatório sob ameaças e coações, que durou até a madrugada. Em seguida, foi levado para o 1.º BG, onde foi jogado numa cela molhada, sem ar, sem luz e sem abrigo. Aí permaneceu 8 dias, dormindo no cimento. Várias vezes foi vítima até de ameaças de morte por parte dos policiais da Marinha, tenente Santos Lima, Santa Cruz, Pascoal e capitão de mar e guerra Pedro Paulo de Araújo Suzano encarregado do I.P.M. No dia 28 de junho foi levado para o Presídio da Marinha permanecendo sob regime de coações, torturas e incomunicabilidade, pelo que entrou em greve de fome. (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES. 1953, p. 15).

Eneas Menezes, acusado de ser uma das lideranças das células de base do Setor Militar, no navio Minas Gerais, sofreu também repressões, sendo interrogado sob torturas físicas e morais, por parte de autoridades policiais, incluindo as provocadas pelos investigadores da Polícia Política:

[...] preso no dia 2 de março, por ordem do ministro da Marinha, na Quinta da Boa Vista, foi barbaramente espancado no ato da sua prisão. Conduzido para o Presídio da Marinha aí permanece, incomunicável, 35 dias. No dia 07 de abril é levado para a PE onde foi espancado e daí para o 1.º RCG onde foi novamente espancado. No dia 17 de abril é levado para a Polícia Civil (D.O.P.S.), onde foi despido, espancado violentamente. Jogado em seguida, numa cela, fizeram-no ingerir uma enorme dose de óleo de rícino, permanecendo 8 dias, sem comer, nem beber, atendendo as

necessidades fisiológicas no piso da própria cela. Sucederam-se dessa forma os “interrogatórios”, sob torturas físicas e morais, durando esta situação 12 dias. Também ouviu dos policiais que o espancaram a declaração que “a vontade do ministro da Marinha e do capitão de mar e guerra Pedro Paulo de Araújo Suzano era de lhe matar”. No dia 29 é transferido para o 1.º RCG onde continuaram os espancamentos, saindo daí para o Grupo de Obuzes 135 onde ficou até o dia 30 de maio sob o mesmo regime de torturas físicas e morais. A 30 de maio é levado para o Hospital Central da Marinha e depois para o Presídio da Marinha sendo jogado numa solitária até o dia 20 de setembro recorrendo, para fugir aos maus tratos à greve de fome já do conhecimento público. (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES. 1953, p. 11).

O militar, diante do que vivenciava, tomou a decisão de realizar uma greve de fome em favor do fim das torturas e dos maus-tratos, para chamar a atenção e sensibilizar parte da sociedade brasileira para a grave situação sob a qual viviam os referidos militares perseguidos. Tal conscientização dar-se-ia, também, por meio de publicações de matérias e artigos, em jornais fora do circuito da grande imprensa, entre eles *O Dia*, *O Popular* e *Imprensa Popular*.

Joel Santiago de Assis seria desnudado e espancado, sendo um dos marinheiros presos na autuação ocorrida no bairro da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, o que resultou na desmobilização das células de base do Setor Militar na Marinha de Guerra. Nesse sentido, os Depoimentos Esclarecedores apontam que:

[...] preso no dia 02 de março, na Quinta da Boa Vista por ordem do ministro da Marinha, levado para o Presídio da Marinha aí permaneceu incomunicável durante 35 dias. No dia 07 de abril é conduzido para a PE e daí para o Batalhão de Guardas, onde é jogado em cela infecta, escura, úmida, sendo forçado a dormir no azulejo frio e a fazer necessidades fisiológicas no próprio piso da cela. Levado para a Polícia Civil (D.O.P.S.) no dia 17 de abril, dose de óleo de rícino, jogado na cela, onde fazia suas necessidades fisiológicas no próprio piso. Permaneceu 6 dias, sem comer e sem beber, sendo retirado no dia 29 de abril para o Batalhão de Guardas, onde permaneceu até o dia 30 de maio encerrado numa cela, nas condições já descritas, quando foi então levado para o Presídio da Marinha. (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES. 1953, p. 10).

Preso e ameaçado de morte por autoridades da Marinha de Guerra, como o Ministro da pasta, Renato Guillobel, e o encarregado do Inquérito Policial-Militar, Pedro Paulo de Araújo Suzano, o marinheiro Josué Barroso Rodrigues foi um dos punidos nas investigações, conforme apontam os Depoimentos Esclarecedores:

[...] preso no dia 2 de março por ordem do ministro da Marinha, onde foi espancado pela escolta que o prendeu e no Presídio da Marinha em que foi encerrado durante 35 dias, incomunicável. No dia 07 de abril é conduzido para a Polícia do Exército, onde foi espancado pelo capitão Adriano Freire; daí levado para o Batalhão de Guardas, onde foi posto numa cela úmida, infecta e sem abrigo. No dia 17 de abril é levado para a Polícia Civil (D.O.P.S.) onde foi violentamente espancado sendo obrigado a ingerir grande quantidade de óleo de rícino. Posto na cela, ali mesmo é obrigado a atender as suas necessidades fisiológicas e permanece 8 dias sem comer, nem beber. Dois

policiais que o espancaram ouviu repetidas vezes, ser declarado que “a vontade do ministro da Marinha e do capitão de mar e guerra Pedro Paulo de Araújo Suzano era de lhe matar”. Conduzido daí no dia 29 para o BG aí permanece até o dia 30 de maio, quando é trazido para o Presídio da Marinha. Aí foi torturado pelo capitão Santa Cruz e resolve para fugir aos maus tratos que lhe eram feitos, a entrar em greve de fome. (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES. 1953, p. 11).

Na questão da repressão, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade apontou relatos de ameaças de mortes e torturas aos familiares dos detidos, principalmente aos praças da 6.^a Região Militar:

Situação semelhante está referida na denúncia sobre os praças da 6.^a Região Militar, todos em péssimas condições de prisão, celas úmidas e incomunicabilidade por semanas, até meses. Além de encarcerados em condições degradantes, sofrendo torturas psicológica e incomunicabilidade, eram ameaçados de serem entregues à polícia ou presos como ladrões e loucos. Juntando-se a esses procedimentos, sofriam ameaças de fuzilamento. Também é citada na denúncia a falta de assistência aos praças quando ficavam doentes e eram transferidos aos hospitais. Ali eram constantemente ameaçados de serem seviciados na presença de suas famílias. Em outros casos, militares presos foram ameaçados para assinarem folhas em branco. Em um desses casos, há denúncias de torturas de crianças e mulheres e familiares de presos. (BRASIL, 2014, p. 20).

Na fase das investigações do Inquérito Policial-Militar que apurava a existência das atividades comunistas na Marinha de Guerra, há o caso do falecimento do taifeiro Clarindo Pereira de Senna. O militar encontrava-se detido nas dependências do 2.^o Regimento de Infantaria do Exército, mais especificamente, em uma sala. Posteriormente, foi encontrado desfalecido, na parte externa do referido quartel, depois de ter atingido os fios de alta tensão. A morte do militar suscitou questionamentos em relação aos responsáveis que faziam a guarda no local, e à hipótese do óbito, cujos laudos periciais apontavam para o suicídio, o que não excluía a tese de assassinato levado a termo por parte das autoridades em questão. Contudo, nos documentos pesquisados, pode-se notar que, nos depoimentos, havia mudanças no comportamento do marinha, em razão da repressão sofrida em alguns quartéis e na Polícia Política, no período da investigação. O soldado Egídio Gomes, da 2.^a Companhia, que estava como sentinela móvel e postado na alameda interna, onde ocorrera a referida morte, relatou que:

[...] tinha como missão, entre outras, a de vigiar as duas janelas das salas onde se encontravam presos incomunicáveis o 2.^o sargento da Aeronáutica Hélio Espíndola da Costa e o taifeiro de 2.^a Classe da Armada Clarindo Pereira de Senna; que a testemunha, soldado Egídio, declarou que fazia aproximadamente dez minutos que entrara no seu quarto de ronda e estava percorrendo a referida alameda no sentido do Pavilhão da Administração para o Cassino dos Oficiais; que ao afastar-se uns dez metros do A.P. ouviu um “baque surdo” ao mesmo tempo em que via um clarão à altura dos fios elétricos que passam abaixo das janelas onde se encontravam os presos

acima referidos; que rapidamente o soldado Egídio dirigiu-se para o local do clarão, onde já divisara um vulto caído na calçada; que ao chegar à aquele local viu caído ao solo um indivíduo que supôs ser um dos presos aparentemente morto. (BRASIL, 1954b).

O cabo enfermeiro, que testemunhou e depôs no inquérito, afirmou que, na fase de apuração do IPM, percebera as alterações no comportamento de Clarindo, o que poderia remeter à hipótese de envenenamento e de intoxicação do taifeiro. Nestes termos:

[...] que seu último serviço foi no dia quatro do corrente mês e que o depoente notou que o preso estava acabrunhado e com aspecto doentio; que então, o depoente entrou em ligação com o médico do Regimento; que o médico do Regimento aconselhou o depoente a falar com o subcomandante do Regimento, pois nas sucessivas visitas que o médico fazia aos presos, concluía que o estado do taifeiro Clarindo talvez melhorasse mudando de alojamento; que o depoente falou com o subcomandante do Regimento e que este oficial determinou que o preso fosse alojado no seu próprio quarto; que o depoente passou a tomar providências com referência a mudança; que o preso taifeiro Clarindo, horas depois, ficou alojado no ex quarto do subcomandante do Regimento, onde permaneceu até o dia da ocorrência. (BRASIL, 1954c).

Portanto, o comportamento do taifeiro poderia, provavelmente, ser resultante, também, de graves violações ao militar investigado, que, supostamente, teria sido envenenado ou intoxicado por substâncias colocadas na alimentação dele ou na bebida, o que poderia, em tese, ter provocado as alterações mentais que Clarindo apresentava, assim como ocorrera a outros colegas, em situação de detenção. A mudança do provável local de detenção também poderia levantar outras questões, a saber, se o referido isolamento não teria, provavelmente, levado o marinheiro a buscar um caminho de fuga, o que teria provocado a sua morte, apesar da postura do subcomandante de ceder o próprio alojamento. Enfim, nas conclusões a que chegou o inquérito, ficaram muitas questões sem respostas, mas estas poderiam ter sido resolvidas, naquela conjuntura do ano de 1952, em que, ainda, debatia-se se o país tomaria ou não parte do conflito coreano.

Desse modo, o exame pericial realizado pelos legistas no corpo do militar indicaria que:

a) – o ofendido ter sido lançado da prisão por outrem; b) – o ofendido ter tentado a fuga e na tentativa ter sido infeliz, precipitando-se ao solo; c) – o ofendido ter tentado o suicídio, jogando-se da prisão. A primeira hipótese é afastada, em virtude do ofendido encontrar-se só, no quarto que lhe servia de prisão, trancado por fora a cadeado e sentinela à porta; a segunda hipótese também está eliminada, em virtude da ausência absoluta de vestígios, porquanto, si o ofendido tivesse tentado a fuga, apoiando-se sobre o debrum em alto relevo, fatalmente teria marcado a caiação do debrum que é nova, pois o ofendido estava calçado na hora do acidente. Ter tentado a fuga saltando da janela diretamente à rua, recairia na terceira hipótese que é a mais viável. Salvo melhor juízo, concluímos pelo suicídio do ofendido. (BRASIL, 1954a).

Constatar-se-ia, então, que o taifeiro Clarindo Pereira de Senna, em laudo conclusivo, falecera de hemorragia cerebral, em razão de fratura na abóbada craniana, ocasionada pelo impacto do militar, quando este atingiu o solo, devido à queda que sofrera de uma das janelas da sala do Quartel do 2.º Regimento de Infantaria, localizado na Vila Militar.

Assim, ao longo desse capítulo, procuramos apresentar as graves violações aos direitos humanos sofridas pelos marinheiros e soldados fuzileiros da Marinha de Guerra Brasileira, que atuaram politicamente no contexto dos anos de 1950-1953, com base em uma agenda que tratava de temas relevantes para aqueles militares, como as questões dos vencimentos, da alimentação, da campanha da paz, da volta dos Cruzadores Barroso e Tamandaré, ancorados nos Estados Unidos, do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e da questão do envio de tropas brasileiras para lutar na guerra coreana. A militância desses marinheiros, muitos simpatizantes e militantes do Setor Militar do Partido Comunista do Brasil (PCB) resultou, como verificamos, em inúmeros crimes hediondos praticados por instituições do Estado, por meio de seus agentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após passar por um período ditatorial que ficou conhecido como ditadura do Estado Novo e com a democratização iniciada no ano de 1945 e a promulgação da Constituição de 1946, houve um breve processo de abertura política, que depois retrocederia com a cassação do registro de funcionamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) e do mandato dos parlamentares eleitos pela legenda, além do recrudescimento da repressão aos setores progressistas da sociedade brasileira, como os relacionados aos trabalhadores, sindicatos e ao funcionalismo público.

A conjuntura do início dos anos de 1950, em que se debatia a respeito da decisão de enviar uma força expedicionária brasileira na Guerra da Coreia foi significativa no contexto do país e ela trouxe a visão de diferentes atores sobre o tema, ao aprofundar divisões internas, notadas, principalmente nas Forças Armadas. Essa discussão começaria no final do governo de Eurico Gaspar Dutra e continuaria no mandato de Getúlio Vargas,

Nos governos sucessivos de Dutra e Vargas, notamos a manutenção de dispositivos autoritários no país, apesar dos avanços alcançados no mandato de Getúlio como a criação de importantes instituições brasileiras que podem ser observadas na fundação de entidades de pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); bancos de desenvolvimento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e empresas estatais, entre elas, a Petrobrás. Contudo, apesar dos avanços nesse segmento, foram mantidos em funcionamento a Polícia Política, mais conhecida como Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e o famigerado Atestado de Ideologia, expedido pela referida seção policial, que punia os brasileiros suspeitos e acusados de serem opositores ao regime, e entre eles, os comunistas.

A conjuntura internacional como se verificou, acabou marcada pelo conflito ideológico e multifacetado conhecido como Guerra Fria e que teve desdobramentos na América Latina e no Brasil. Tal confronto implicava em um alinhamento ideológico, político e militar desses países com os Estados Unidos da América, em um movimento de evitar o protagonismo da União Soviética na região. No contexto do início da década de 1950, tínhamos o conflito da Guerra da Coreia como um pano de fundo para leituras como a que se denominaria de um ensaio

para uma Terceira Guerra Mundial, sendo que a Segunda Guerra Mundial havia sido oficialmente concluída no ano de 1945.

Com o início da guerra na península coreana em junho de 1950, tivemos debates e discussões sobre o conflito na recém-criada Organização das Nações Unidas e, no contexto brasileiro, eles aconteceram em diferentes fóruns e atores, entre eles o Clube Militar e o Alto Comando do Exército, a denominada “grande imprensa”, a imprensa de esquerda, o Ministério das Relações Exteriores, Presidência da República, Associação dos sargentos e grupos de marinheiros. Entretanto, como procuramos mostrar no desenvolvimento da presente pesquisa, caberia um protagonismo político aos marinheiros da Marinha de Guerra brasileira, instituição em que em algumas de suas dependências, havia um núcleo numeroso de adeptos de esquerda e vinculado as células clandestinas do Setor Militar do PCB.

Os marinheiros atuavam politicamente nos vasos e dependências militares através de diferentes táticas de agitação e propaganda com a finalidade de levar adiante uma agenda que incluía entre os temas a “Campanha dos Vencimentos”, o “Abono de Natal”, a “Campanha contra a Proibição de Armas Atômicas”, posicionamento contra o “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos”, o retorno ao Brasil dos Cruzadores Tamandaré e Barroso e suas respectivas guarnições, e contrários, principalmente, em posição contrária ao envio de militares brasileiros para combaterem na Guerra da Coreia. Nesse aspecto, amparados e organizados por assistentes partidários, os marujos militavam através de trabalhos de massa que incluíram a pichação de mensagens políticos nas repartições militares, distribuição de informes, volantes, boletins e jornais clandestinos que utilizavam instrumentos artesanais e de baixo custo de impressão como os “reco-recos”. Entre os militares veiculava-se o jornal *Marinha Vermelha* que remontava aos idos de 1935.

Todo um trabalho de formação política dos marinheiros foi realizado nas células clandestinas do Setor Militar na Marinha de Guerra, como as diferentes reuniões que aconteciam em diversos endereços e em numerosas caminhadas sob a orientação do assistente partidário. Ressalta-se que havia também um trabalho partidário realizado entre os sargentos das Forças Armadas e das Forças Auxiliares na Casa do Sargento do Brasil, e entre os oficiais, o que demandariam outras pesquisas.

A militância dos marujos em torno da questão coreana naquela conjuntura, como verificamos na exposição do trabalho seria crucial para eles, nesse sentido, a atuação política desses militares teria certo peso para os rumos que o Brasil tomaria em relação ao conflito, ao lado de outros atores e decisores que procuravam influenciar a decisão que seria escolhida por Getúlio Vargas. Entre os argumentos que corroboram para a nossa hipótese de pesquisa remete

a um ponto central: os marinheiros seriam envolvidos diretamente na Guerra da Coreia com o envio dos Cruzadores Barroso e Tamandaré que realizam os preparativos da viagem para seguir ao teatro de guerra coreana a partir dos portos norte-americanos. Outro ponto, recaí sobre o moral dos militares presentes na guarnição e nos que vivenciavam a expectativa de serem convocados para uma guerra distante do país e do qual não se tinham informações e, que com a cobertura realizada pela grande imprensa, imprensa de esquerda e no jornais clandestinos, mostrou-se um cenário de grandes perdas humanas para ambos os oponentes, além de ter se iniciado como uma guerra civil que ganharia contornos internacionais com a entrada dos Estados Unidos e das forças da ONU do lado sul-coreano, e os combatentes da República Popular da China ao dos norte-coreanos.

Desse modo, corroborando também para a hipótese da presente pesquisa, notam-se as orientações partidárias dirigidas às células clandestinas do Setor Militar que aludiam a expectativa de um motim ou revolta entre os marujos caso o governo brasileiro se inclinasse em ir a Guerra da Coreia, fato que levaria ao encalhamento das embarcações e recolhimento dos armamentos que possibilitassem o desencadeamento de uma ação revolucionária sob o protagonismo dos marinheiros. Essa orientação corroborava para a leitura que havia naquela conjuntura política em que o Partido Comunista do Brasil publica o Manifesto de Agosto, em que a legenda passa a apostar no despontar revolucionário, que poderia também ser percebido na eclosão da Revolta de Porecatu¹³¹ no estado do Paraná, acontecimento que contou com o apoio de militares de esquerda, notadamente o fornecimento de armamentos desviados dos quartéis aos revoltosos.

O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos é celebrado, assinado pelos governos brasileiro e norte-americano em 1952, e é um documento que seria vital para as pretensões de atores como o ministro João Neves da Fontoura de enviar uma força expedicionária do país para combater na Guerra da Coreia. A decisão de ir ao conflito seria tomada por Getúlio Vargas, depois de se reunir com o Conselho de Segurança Nacional, que se inclinaria pela não participação naquela guerra. Contudo, as autoridades de tal governo desencadeariam uma repressão desproporcional contra um segmento de militares das Forças Armadas, dirigidas principalmente aos marinheiros e fuzileiros navais da Marinha de Guerra brasileira. Ocorreram situações de graves violações aos direitos humanos, entre elas torturas, envenenamentos, intoxicações, espancamentos e encarceramentos em locais insalubres. Algumas dessas sessões que ocorriam em dependências

¹³¹ Conflito de terra que ocorreu entre os anos de 1946-1951 que teve posseiros e fazendeiros como protagonistas, sendo encerrado em 15 de março de 1951, quando o governador do estado do Paraná desapropriou as terras em litígio e as entregou aos camponeses.

militares como quartéis e principalmente no DOPS, seriam acompanhadas por autoridades dos Estados Unidos da América. Outro ponto a se destacar foram as ameaças e as torturas cujas vítimas foram familiares dos militares detidos.

Nesse aspecto, e corroborando também para a hipótese de pesquisa remete a tais violações cujos fatores estavam relacionados com a atuação política dos marinheiros, que passariam a ser investigados em um Inquérito Policial-Militar que apurou a existência de atividades comunistas na Marinha de Guerra do país, cujas suspeições recaíam, principalmente, na sua mobilização contra a participação do país na Guerra da Coreia. Os desdobramentos da investigação recaíram nas violações assinaladas na pesquisa.

Em síntese, a presente pesquisa, procurou explicar que a atuação política dos marinheiros brasileiros teve certo peso na conjuntura brasileira entre os anos de 1950-1953 ao lado de outros atores, a partir do reconhecimento deles de que só através de uma mobilização desse segmento seria possível influenciar nos rumos que o governo de Getúlio Vargas tomaria em relação a uma provável participação de combatentes brasileiros na Guerra da Coreia. A militância política dos marujos, como se notou teria consequências para um segmento do contingente de militares ao puní-los com prisões, detenções e seguidas violações aos direitos humanos que seriam examinadas pela Comissão Nacional da Verdade e que cujas conclusões estão registradas no Relatório produzido pelo grupo de pesquisadores e publicados em 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. S. **...como se fosse um deles: almirante Aragão – memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia.** Niterói: Eduff, 2016.

ALMEIDA, Francisco Inácio de (Org.). **O Último Secretário – A luta de Salomão Malina.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP, 2002.

ALVES, V. C. **Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ALVES FILHO, I. **Giocondo Dias: uma vida na clandestinidade.** Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

APOLLONIO, L. **Manual de polícia política e social.** 4. ed. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo, 1967. Coletânea Acácio Nogueira – Vol. III.

_____. **Métodos e táticas comunistas.** 4. ed. São Paulo: Cartográfica Francisco Mazza, 1950.

BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARATA, A. **Agildo Barata: vida de um revolucionário (memórias).** São Paulo: Alfa- Omega, 1978.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues... et al. (Orgs.). **Militares e política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

BARNARD, A. Chile. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.** Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 113-149.

BASBAUM, L. **História sincera da República, vol. 1 - das origens a 1889.** 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1968.

_____. **História sincera da República, vol. 2 – de 1889 à 1930.** São Paulo: Edições LB, 1962.

_____. **História sincera da República, vol. 3 – de 1930 à 1960.** 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1968.

_____. **História sincera da República, vol. 3 – de 1961 à 1967.** 2. Ed. São Paulo: Alfa-Omega: 1975-76.

BASTOS, P. P. Z. Liberal esclarecido ou aliado fiel? Sobre a natureza da política econômica externa brasileira no governo Dutra (1946-1951). **Revista Economia.** Brasília, v. 11, n. 4, p. 285-320, dez. 2010.

BATINI, Tito. **Memórias de um socialista congênito.** Campinas: UNICAMP, 1991.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BETHELL, L. Brasil. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 65-112.

BIAGI, O. L. **O imaginário e as guerras da imprensa**: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada “fase americana” (1964-1973). 2001. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BOHOSLAVSKY, E. Os partidos de direita e o debate sobre as estratégias anticomunistas (Brasil e Chile, 1945-1950). **Varia História**. Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 51-66, jan.-abr. 2014.

BOHOSLAVSKY, E.; CARAMÉS, M. I. I. As Guerras Frias do cone sul: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (1945-1952). **Opsis**. Catalão, v. 14, n. especial, p. 113-133, 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos/Comissão Nacional da Verdade**. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

BRAVO, G. P. **O papel conservador dos liberais**: a ANL e os levantes nacional-libertadores de novembro de 1935 nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo. 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

CAMARGO, A.; GÓES, W. **Meio século de combate**: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMARGO, J. D. M. Colombia y su participación en la Guerra de Corea: una reflexión tras 64 años de iniciado el conflicto. **Historia y Memoria**. Tunja, n. 10, p. 199-239, jan. jun. 2015.

CARONE, E. **O P.C.B. (1943-1964) volume 2**. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. **A Segunda República (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL, 1978.

_____. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

_____. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1980.

CARVALHO, A. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

CEPEDA, L. G. La Guerra Fria em Colombia. Uma periodización necesaria. **Historia y Memoria**. Tunja, n. 15, p. 295-330, jul.-dez. 2017.

CHAVES NETO, E. **Minha vida e as lutas de meu tempo**: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

COELHO, E.C. **Em busca da identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMITÊ ESTADUAL PELA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA-RN. **Campo de Concentração do RN**: Tortura na Base Aérea de Natal 1952-1953. Rio Grande do Norte: Comitê pela Verdade-RN, 2013.

CORRÊA, H. **Memórias de um stalinista**. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

COUTINHO, L. **O general Góes depõe...** Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.

CUNHA, P. R. R. **Um olhar à esquerda**: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2011.

_____. **Militares e militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Unesp, 2014.

_____. Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão? In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues... et al. (Orgs.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 21-66.

_____. **Aconteceu longe demais**: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964). São Paulo: Unesp, 2007.

_____. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010. p. 15-40.

DALIO, D. J.; MIYAMOTO, S. O Brasil e a Conferência de Washington (1951). **História**. São Paulo, v. 2, n. 28, p. 57-78, 2009.

DEPOIMENTOS esclarecedores sobre os processos dos militares, 2 v. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

DIAS, E. **Um imigrante e a revolução (memórias de um militante operário), 1934-1951**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DUARTE, P. Q. **Conflito das Malvinas**. 2v. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

DULLES, J. W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. **O comunismo no Brasil, 1935-1945**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

D'ARAÚJO, M. C. S. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

ELLNER, S. Venezuela. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 231-264.

FALCÃO, F. J. **Os homens do passo certo: o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)**. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

FALCÃO, J. **Giocondo Dias, a vida de um revolucionário: (meio século de história política do Brasil)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

_____. **O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FARIAS, O. C. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FAUSTO, B. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, O. S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: SENAC, 2005.

FERREIRA, T. S. H. **O antiamericanismo de cátedra: desenvolvimento e nacionalismo no Brasil na década de 1950**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FLORINDO, M. T. **O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas**. 2000. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

FONTOURA, J. N. **Depoimentos de um ex-ministro (peronismo – minerais atômicos – política externa)**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1957.

FRANCHINI NETO, H. A política externa independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 48, p. 129-151, 2005.

FRANCISCO, C. A. **Democracia, comunismo e reformas na Venezuela de Rómulo Betancourt (1940-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

FRIEDRICH, J. **Yalu: à beira da Terceira Guerra Mundial**. Tradução Roberto Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GADDIS, J. L. **História da Guerra Fria**. Tradução Gleuber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

_____. **A vida de George F. Kennan.** Tradução Joubert de Oliveira Brízida. São Paulo: Globo Livros, 2014.

GARCIA, F. R. **Esquerda policial e ação política em São Paulo (1946-1964).** 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Velhos militantes:** depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GORENDER, J. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 1987.

HOBBSBAWM. E. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENIN. V. **Imperialismo fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global, 1979.

LOURENÇO NETO, S. A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: conflitos na construção do sistema americano. **Passagens.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 473-489, set-dez. 2015.

LYRA JUNIOR, A. A.; BELLINTANE, A. I. Segunda Guerra e Guerra Fria: reflexões para a América Latina. **Opsis.** Catalão, v. 14, p. 225-242, 2014.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAGALHÃES. M. **Marighella:** o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Ex-diretor do Dops contou que espãs iam para a cama em busca de segredos.** Disponível em: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/13/ex-diretor-do-dops-contou-que-espias-iam-para-a-cama-em-busca-de-segredos/>. Acesso em 19 abr. 2021.

MARTA, L. B. **Elisa Branco, a heroína da paz!** Disponível em: <http://www.usp.br/proin/inventario/destaques.php?idDestaque=7>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, R. R. **Liberdade para os brasileiros:** anistia ontem e hoje. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MELO, A. A. M. C. **Intelectuais e política no Chile.** Varia História. Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 261-291, jan.-abr. 2018.

MENDES, S. C. **Sargento também é povo.** João Pessoa: Idéia, 2000.

MORAES, J. Q. **A esquerda militar no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (Coord.). **Atualidade de San Tiago Dantas**. 2. ed. São Paulo: Lettera.doc, 2007.

MOTTA, R. S. P. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MUNHOZ, S. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). **O século sombrio: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevir, 2004. p. 261-281.

OKUNO, M. T. A. **Os veteranos da Guerra da Coreia**: Batallón Colombia. KoreaPost - Korean Culture, 27 jun. 2017.

OLIVEIRA, E. F. **Revolução, guinadas e antifascismo**: a Comintern e o PCB rumo às “frentes populares” (1928-1935). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

OLIVEIRA, T. S. **A Liga da Defesa Nacional**: entre um projeto de Nação a uma agenda de combate ao comunismo. 2016. 276 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

_____. **A Liga da Defesa Nacional**: um projeto de modernização para o Brasil. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

OLIVEIRA FILHO, M. **Praxedes um operário no poder**: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

PAGLIAI, G. C. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 49, p. 26-42, p. 2006.

PANDOLFI, D. C. **Camaradas e companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEIXOTO, A. C. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 71-113.

_____. **As muitas Américas do Sul**. Observatório da imprensa. Campinas. 30 nov. 2006. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/as-muitas-americas-do-sul/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. **Chile, um país feito pela guerra**. Observatório da imprensa. Campinas. 27 nov. 2007. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/chile_um_paisfeito_pela_guerra/. Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. **Colômbia é violenta desde a independência**. Observatório da imprensa. Campinas. 04 mar. 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/colombia-e-violenta-desde-a-independencia/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

_____. **Decomposição política da Venezuela antecede Chávez.** Observatório da imprensa. Campinas. 05 fev. 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/decomposicao-politica-da-venezuela-antecede-chavez/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

PEREIRA, C. E. S. “Nada consta!”: uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979). **Oficina do historiador**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 01-14, jul.-dez. 2019.

PEREIRA, D. L. **Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2015.

PIASSA, J. B. **Hegemonia norte-americana: Guerra Fria e suas consequências no Brasil**. 2007. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

PINTO, H. F. S. Pelos domínios do direito: a bolchevização da Justiça Militar. In: **Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares, 2 v.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

RAMOS, A. **O sargento vermelho**. Goiânia: Cerne, 1989.

RAPOPORT, M. Argentina. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

REICHEL, H. J. O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955). **Diálogos**. Maringá, v. 8, n. 1, p. 189-208, 2004.

RIBEIRO, J. F. **Os “combatentes da paz”**: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). 2003. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

RODEGHERO, C. S. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROUQUIÉ, Alain (Coord.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SAMET, H. **A revolta do batalhão naval**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SANDLER, S. **A guerra da Coreia: nem vencedores nem vencidos**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

SANTOS, A. D. **Almirante Aragão: Fragmentos de uma vida**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

SANTOS, L. F. **Paul Aussaresses: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). **O século sombrio: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevir, 2004.

SILVA, H. **1944: o Brasil na guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SILVA, M. G. **Militares militantes: a militância comunista na Casa do Sargento do Brasil e na Casa do Sargento de São Paulo 1947-1952**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2017.

_____. **Foices, martelos e fuzis: a militância comunista na casa dos sargentos do Brasil 1949-1950**. 2009. 152f. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário Fundação Santo André, Santo André.

SILVA, J. W. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

_____. **O reacionarismo militar na Terra de Santa Cruz**. Porto Alegre: Sulina, 1989.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOTANA, E. C. Agências internacionais de notícias, telegramas e política: expedientes e práticas dos jornais brasileiros no alvorecer da Guerra Fria. **Dimensões**. Vitória, v. 41, p. 252-278, jul.-dez. 2018.

_____. **A paz sob suspeita: representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial (1945-1953)**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

STEPAN, A. **Militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STETSON, C.; FAIRCHILD, B. **A estrutura de defesa do hemisfério ocidental**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

SVARTMAN, E. M. Da II Guerra Mundial à Guerra Fria. **Latin American Research Review**. Pittsburgh, v. 1, n. 49, p. 83-103, 2014.

_____. Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria. **Opsis**. Catalão, v. 14, n. especial, p. 160-184, 2014.

TAVARES, R. R. **A “moscouzinha” brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1934-1954)**. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2007.

_____. **O porto vermelho: a maré revolucionária (1930-1951) módulo VI – comunistas**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

TZU, S. **A arte da guerra**. Tradução José Sanz. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VARGAS, A. **Getúlio Vargas, meu pai: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

VASCONCELOS, C. B. **Repressão a militares na ditadura pós-1964**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

VIANNA, G. S. **O cruzeiro e a corrente: sociabilidade, esfera pública e influência maçônica na formação da Escola Superior de Guerra (1949-1961)**. Belo Horizonte: Dialética, 2020.

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D.; MELCHIONNA, H. H. **A revolução coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. São Paulo: Unesp, 2015.

VISENTINI, P. G. F. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O século XX: o tempo das crises (revoluções, fascismos e guerras)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 195-223.

LEGISLAÇÕES CONSULTADAS

BRASIL. Decreto n.º 25.660, de 13 de outubro de 1948. Manda executar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a manutenção da paz e da segurança do Continente. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 08 nov. 1948, seção 1, p. 15990.

BRASIL. Lei n.º 1.667, de 01 de setembro de 1952. Revoga a alínea a do artigo 530, do Decreto Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 05 set. 1952, seção 1, p. 13961.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 6.227, de 24 de janeiro de 1944. Institui o código penal militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 1.º fev. 1944, seção 1, p. 1697.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 431, de 18 de maio de 1938. Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social. **Coleção de Leis Anuais do Brasil**. Executivo. Rio de Janeiro, DF, 18 mai. 1938. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0431.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

ARTIGOS CONSULTADOS

A CAUSA do povo coreano é a nossa própria causa. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 59, p. 1, 08 jul. 1950.

A COREIA para os coreanos! **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 61, p. 1, 22 jul. 1950.

AÇÃO em defesa da paz. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, p. 4, 08 jul. 1950.

A DEMOCRACIA venceu no Clube Militar. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, n. 34, p. 114-120, 07 jun. 1952.

A JUVENTUDE Brasileira Não Morrerá por Truman. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 62, p. 1, 29 jul. 1950.

A REMESSA de tropas para a Coreia e as manobras do sr. Getulio Vargas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 26 jun. 1951.

A REVISTA do Clube Militar e a Liberdade de Pensamento. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 80, p. 3, 12 dez. 1950.

A URSS defende a ONU e a paz. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 73, p. 2, 14 out. 1950.

DEPOIS dos 2 cruzadores, mais 6 contra-torpedeiros. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 99, p. 4, 14 abr. 1951.

EM MARCHA as forças da ONU. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 17 set. 1950.

HORA da decisão. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 28 dez. 1951.

NADA TEMOS a Temer Senão a Passividade. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 67, p. 1, 02 set. 1950.

NÓS E OS Estados Unidos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 02 ago. 1950.

O ACORDO de Assistência Militar. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 06 jan. 1952.

O BRASIL cumprirá seus compromissos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 29 set. 1951.

O BRASIL e a Coreia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 7, 30 jun. 1951.

O BRASIL nos planos. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 6, 07 jun. 1949.

O DIA nacional do protesto contra a guerra. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 86, p. 1, 13 jan. 1951.

O ENVIO de tropas para o exterior. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 25 dez. 1951.

O EXÉRCITO internacional. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 09 jul. 1950.

O POVO bahiano exige a volta do 19º B.C. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 90, p. 4, 10 fev. 1951.

O SR. VARGAS oferece a pasta da guerra a cinco generais. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 04 nov. 1950.

OS MERCADORES da paz. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 24 nov. 1950.

PELA DEFESA de Elisa Branco, defensora da vida de nossa juventude. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 82, p. 2, 16 dez. 1950.

PELA RETIRADA imediata dos agressores americanos. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 72, p. 1, 07 out. 1950.

POR QUE LUTAM os Coreanos? **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 60, p. 8, 15 jul. 1950.

PRESTES fala sobre a agressão ao povo coreano. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 60, p. 1, 15 jul. 1950.

SOLIDARIEDADE aos cinquenta soldados que se recusaram ir para a Coreia. **Voz Operária**. Rio de Janeiro, n. 93, p. 3, 03 mar. 1951.

SITUAÇÃO internacional sombria. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 5, 04 jul. 1950.

UM ACORDO que tardava. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 19 mar. 1952.

UMA BALELA desfeita. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 15 abr. 1951.

JORNAIS E REVISTAS CONSULTADAS

A Tribuna popular.

A Voz do Soldado

Correio da Manhã.

Jornal do Brasil.

Marinha Vermelha.

O Dia.

O Estado de S. Paulo.

O Globo.

Revista Problemas.

Soldados da Paz.

Soldados de Prestes.

Última Hora.

União de Ferro.

Voz Operária.

ENTREVISTAS

CAMPOS, Geraldo Campos. Entrevista concedida ao Instituto Astrojildo Pereira, 2006.

CARRION, Luiz Rolan Silva. Entrevista concedida a Paulo Ribeiro da Cunha, São Paulo, 3 de fevereiro de 2003.

GODOY, Josina. Entrevista concedida ao autor em 14 de julho de 2018.

DOCUMENTOS

Boletim 20/50. Ministério da Marinha.

Boletim 25/50. Ministério da Marinha.

GV e 1950.12.03

GVc 1951.04.05/2

GVc 1951.04.00/1

GVc 1951.06.07/2

GVc 1951.06.14

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Autos de Reinquirição do Indiciado de Agenor do Nascimento de 02 de julho de 1952.** Apelação n.º 22396/52. Brasília, DF, 1952a.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Declaração do Indiciado de Octavio Bandeira Mendes da Silva de 06 de maio de 1952.** Apelação n.º 22396/52. Brasília, DF, 1952b.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Declarações do Indiciado de Simão Borba Maranhão de 24 de maio de 1952.** Apelação n.º 22396/52. Brasília, DF, 1952c.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Depoimento de Silvino Oliveira Silva de 25 de março de 1952.** Apelação n.º 22396/52. Brasília, DF, 1952d.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Lista de assinaturas mensagem aos marujos do Cruzador Tamandaré.** Apelação n.º 22396/52. Brasília, DF, 1952e.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Reinquirição do Indiciado de Agenor do Nascimento de 7 de julho de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952f.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de Arno Riepe de 20 de outubro de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952g.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de Eliezer Bandeira de Aquino de 20 de outubro de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952h.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Declarações do Indiciado de Heitor de Paula Santos de 26 de junho de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952i.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de Jack de Souza de 20 de outubro de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952j.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de José Pontes Tavares de 20 de outubro de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952k.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de Ramiro Barreto de Alencar de 20 de outubro de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952l.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Declaração de Indiciado de Raymundo Elias Francisco de 29 de março de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952m.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de Simão Borba Maranhão de 20 de outubro de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952n.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Depoimento Bernardino Coelho Pontes de 31 de março de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952o.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Depoimento de Ennio Moura do Valle de 31 de março de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952p.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Depoimento de Thales Fleury Godoy de 2 de abril de 1952.** Apelação n.º 22.415/52. Brasília, DF, 1952q.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Ata n.º 62 de 20 de setembro de 1952.** Apelação n.º 22943/53. Brasília, DF, 1953a.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de Alírio Alves de Oliveira de 16 de dezembro de 1952.** Apelação n.º 22943/53. Brasília, DF, 1953b.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Declarações do Indiciado de Heitor de Paula Santos de 26 de junho de 1952.** Apelação n.º 22.943/53. Brasília, DF, 1953c.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de Israel Militino Pereira de 11 de dezembro de 1952.** Apelação n.º 22943/53. Brasília, DF, 1953d.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de Januário Magalhães de 16 de dezembro de 1952.** Apelação n.º 22943/53. Brasília, DF, 1953e.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Declarações do Indiciado de Joaquim de Maia Bastos de 20 de junho de 1952.** Apelação n.º 22.943/53. Brasília, DF, 1953f.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de José Alves de Carvalho de 11 de dezembro de 1952.** Apelação n.º 22943/53. Brasília, DF, 1953g.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de José Carlos e Silva Neto de 16 de dezembro de 1952.** Apelação n.º 22943/53. Brasília, DF, 1953h.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de José Nunes Santos Sé de 11 de dezembro de 1952.** Apelação n.º 22943/53. Brasília, DF, 1953i.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Interrogatório de Nacib Cordeiro de 16 de dezembro de 1952.** Apelação n.º 22943/53. Brasília, DF, 1953j.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Auto de Declarações do Indiciado de Ramiro Barreto de Alencar de 15 de maio de 1952.** Apelação n.º 22.943/53. Brasília, DF, 1953k.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Denúncia do Ministério Público para a 2.ª Auditoria da Marinha.** Apelação n.º 22.943/53. Brasília, DF, 1953l.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Exame pericial de 15 de maio de 1952.** Apelação n.º 24629/54. Brasília, DF, 1954a.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Inquirição sumária de Egidio Gomes de 14 de maio de 1952.** Apelação n.º 24629/54. Brasília, DF, 1954b.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Inquirição sumária de Ricardo Wagner Pinheiro de 14 de maio de 1952.** Apelação n.º 24629/54. Brasília, DF, 1954c.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Manual do Reco-Reco.** Apelação 24.629/54. Brasília, DF, 1954d.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Organização do Partido Comunista.** Apelação n.º 24629/54. Brasília, DF, 1954e.

VERBETE DE DICIONÁRIO EM MEIOS ELETRÔNICOS

A LEI de Empréstimos e Arrendamentos (Lend Lease Act). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lend-lease-act>. Acesso em: 18 abr. 2021.

COMINTERN. In: **Arquivo Marxista na Internet**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/comintern.htm>. Acesso em: 18 abr. 2021.

DOMINGOS Neto de Velasco. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/domingos-neto-de-velasco>. Acesso em: 18 mai. 2021.

FRANCISCO Clementino de San Tiago Dantas. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas>. Acesso em 10 abr. 2021.

JOÃO Carlos Muniz. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/muniz-joao-carlos>. Acesso em 10 abr. 2021.

JOÃO Neves da Fontoura. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontoura-joao-neves-da>. Acesso em: 18 mar. 2021.

JORNAL Voz Operária. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-operaria>. Acesso em: 18 abr. 2021.

JOSÉ Joaquim de Sá Freire Alvim. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-de-sa-freire-alvim>. Acesso em 10 abr. 2021.

MAO Zedong. In: **Arquivo Marxista na Internet**. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/mao_zedong.htm. Acesso em 18 mar. 2021.

OSWALDO Cordeiro de Farias. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-cordeiro-de-farias-1>. Acesso em: 18 abr. 2021.

OSWALDO Euclides de Sousa Aranha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-euclides-de-sousa-aranha>. Acesso em 10 abr. 2021.

REVISTA Problemas. In: **Arquivo Marxista na Internet**. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/capas.htm. Acesso em: 18 abr. 2021.